

O Relatório Kruchev

[Konder: "Relatório Kruschev é fofoca" | Comunidade Josef ...](http://comunidadestalin.blogspot.com/.../konder-relatorio-kruschev-e-fofoca.ht...)
comunidadestalin.blogspot.com/.../konder-relatorio-kruschev-e-fofoca.ht...

14 de nov de 2014 - há mais de um ano ·
<http://revistacidadesol.blogspot.com.br/.../konder-relatorio-...> Revista Cidade Sol: "

[Stalin e culto à personalidade: o grande mito – Parte 2 | Iglu ...](https://iglusubversivo.wordpress.com/.../stalin-e-culto-a-personalidade-o-...)
https://iglusubversivo.wordpress.com/.../stalin-e-culto-a-personalidade-o-...

13 de jul de 2012 - (NS Kruschev:Relatório para o Comitê Central, 20 o Congresso do PCUS , Fevereiro de 1956, Londres 1956, p. 80-81). Em seu "discurso

[Carlos Marighella:](https://books.google.com.br/books?isbn=8571392625)
https://books.google.com.br/books?isbn=8571392625

[Cristiane Nova](#), [Jorge Nóvoa](#) - 1999 - Brazil

O RELATÓRIO KRUSCHEV: SUA REPERCUSSÃO SOBRE O PCB E A REAÇÃO DE MARIGHELLA A "estabilidade" alcançada pelos comunistas no Brasil

[A Coletivização da Terra na Urss - Estante Virtual](http://www.estantevirtual.com.br/b/fabio-bettanin/...terra-na-urss/2924631285)
www.estantevirtual.com.br/b/fabio-bettanin/...terra-na-urss/2924631285

Índice

- 1. O Relatório que Assombrou o Mundo - Luis Paulo Pilla Varres - 27/03/2006 – PTSUL**
- 2. O Relatório Krushchev 60 anos – Paulo Timm Sul21**
- 3. O Relatório Kruchev – Mario Sérgio Conti – .2016**
- 4. Batalhas de memória no pós-guerra soviético: A controvérsia stalinista no relatório secreto de Nikita Khrushchov - Chrystian Wilson Pereira**
- 5. O "RELATÓRIO SECRETO" DE KRUSCHEV E O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB): DESESTALINIZAÇÃO E CRISE - Frederico José Falcão**

6.AS DENÚNCIAS SOBRE OS CRIMES DE STALIN -

Antonio Paim

7. O Relatório Kruchev – Wikipedia

8. A crise do movimento comunista, de Fernando

Claudín

9. A Coletivização da URSS

10. A Coletivização da Terra na URSS

11.Marxismo soviético

11.A Revolução Brasileira, de Caio Prado Jr. Por Paulo

Marçaioli

12 - Um Partido de Massas - Antonio Gramsci

13. Gramsci y la izquierda en América Latina - Raúl Burgos

**14 - O Gramsci que “conhecemos” e o que ele inspirou - Alberto
Aggio**

**15.A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL -Carlos Nelson
Coutinho**

**16. «TROTSKI (TROTSKY) - O PROFETA ARMADO - VOL. I ,
II, III da TRILOGIA - ISAAC DEUTSCHER**

**17-Considerações marxistas sobre as ``ilusões
democráticas`` - Roberto Barros**

**18-O Projeto Revoluções é uma realização do Instituto de
Tecnologia Social - ITS BRASIL, da Secretaria Nacional de
Direitos Humanos da Presidência da República, do SESC-SP e
da Boitempo Editorial**

19.A Esquerda do futuro: uma sociologia das emergências -

Boaventura de Sousa Santos

20. É preciso tratar da democracia socialista

Tarso Genro

Anexo -O Relatório Krushcher – 24-25 fevereiro de 1956



1.O Relatório que Assombrou o Mundo

<http://www.pilla.vares.nom.br/2006/relatori.htm>

Luis Paulo Pilla Varres - 27/03/2006 - PTSUL

Há exatos 50 anos ocorreu o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Nikita Krushchev era o secretário geral do PC e leu, na ocasião, um documento que se tornou célebre por ter abalado o mundo inteiro. O relatório era para ser secreto, restrito aos integrantes do comitê central do PCUS. Mas vazou e todos os órgãos da mídia internacional deram ampla divulgação ao documento que fazia uma revisão da política de Stálin na União Soviética com denúncia até então inimagináveis na época. As repercussões políticas foram imensa, não apenas na URSS, mas fora delas, principalmente nos Partidos Comunistas ocidentais que, de uma hora para outra, viram-se na urgência de revisar suas posições. Aí dois pólos: o Partido Comunista Italiano, que desde o fim da Segunda Guerra Mundial, baseado na linha política de Antonio Gramsci, construía sua política a partir da realidade italiana, e o Partido Comunista Francês que sempre se alinhou de forma incondicional aos soviéticos. Eram os dois mais importantes PCs do Ocidente. Mas o debate estava instalado e era impossível escapar dele. Os italianos mais independentes e melhor aparelhados teoricamente tornaram-se uma referência para a esquerda mundial. Os franceses, mais duros, perderam alguns de seus intelectuais mais expressivos. O pequeno, mas influente, PC inglês, também soube tirar proveito

do sopro de liberdade que o Relatório de Krushev gerou. No Brasil, o fato teve uma enorme repercussão, gerando a dissidência de Agildo Barata que era o segundo líder em importância no Partidão, apenas depois de Luis Carlos Prestes.

Entretanto, o que os meios de comunicação, com raras exceções, nunca chegaram a mencionar na época é que muitos anos antes do célebre relatório, o líder revolucionário Leon Trotsky já havia feito o inventário do stalinismo com muito mais profundidade do que o Relatório de Krushev. Em obras como "A Revolução Desfigurada", "A Revolução Traída", "Os Crimes de Stálin", Trotsky já havia feito a denúncia e analisado o surgimento de um novo regime político que ele chamaria de o "termidor soviético", uma negação dos princípios e propósitos da Revolução Socialista de 1917: um regime político, social e econômico que tinha como único fator ativo a camada burocrática detentora absoluta do poder.

Anos depois, logo ao final da Segunda Guerra, um pequeno grupo da esquerda francesa, animado principalmente por Cornelius Castoriadis, criou a revista "Socialismo ou Barbárie", que iria ainda mais longe nas críticas à burocracia soviética, negando que esta era uma casta parasitária, como pensava Trotsky, mas sim era uma nova classe social que dirigia um tipo diferente de capitalismo, o "capitalismo burocrático total".

A invasão da Hungria, em novembro de 1956, pelas tropas soviéticas que esmagaram a revolução dos conselhos operários, iria comprometer seriamente o Relatório de Krushev, mas os efeitos deste foram fundamentais para a posterior evolução da esquerda mundial. Não podemos desprezar na história da esquerda brasileira este momento crucial do Século XX. Nós do PT, de certa forma somos também resultado do esfacelamento parcial do regime stalinista em 1956, quando se abriram as perspectivas para o surgimento vigoroso de uma nova esquerda em escala internacional.

O RELATÓRIO KRUSCHEV: 60 ANOS

Paulo Timm - Porto Alegre - 25 fevereiro 2016

Íntegra deste artigo em

http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/160225031317RELATORIO_KRUSHCHEV.pdf

À memória de Luiz Paulo Pilla Vares, combativo jornalista portoalegrense que nos abriu os olhos para o marxismo crítico.

*

“a exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões”
(Karl Marx - 1844, em Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel)

“A força do Estado totalitário é tão grande que deixou de ser um meio, convertendo-se em objeto de admiração e êxtase místico , religioso.”

Vassili Grossman in “Vida e Destino”, pg226

“À minha frente estava o fim previsível de um caminho , um desastre de ressonâncias apocalípticas, mas , sobretudo, a ruína de uma casa, de uma cidade inteira, mas, sob de sonhos e vidas. (...) O pior era saber que, de alguma forma, o desaparecimento de Iván era também o do meu mundo e de tanta gente que partilhou nosso espaço e nosso tempo. (...) Porque o papel de Iván é ode representar a massa , a multidão condenada ano anonimato, e seu personagem funciona também como metáfora de uma geração e como o prosaico resultado de uma derrota histórica. (...) Cansaço histórico ou utopia pervertida?”

L. Padura (ultimas palavras- pg. 583-4 – Mantilla, Cuba) , in “O Homem que amava cachorros”.

“Estaline é demasiado rude e este defeito, que pode ser tolerada livremente em nosso meio e nos contatos entre nós, comunistas, se torna um vício que não pode ser tolerado em um exercício do cargo de Secretário-Geral. Devido a isso, proponho que os camaradas considerem o método pelo qual Stalin seria retirado esta posição e por outro homem, que seria escolhido para ele, um homem que, acima de tudo, que difira de Stalin, em apenas uma qualidade, ou seja, maior tolerância, maior lealdade, maior gentileza e atitude, mais atencioso para com os camaradas, um temperamento menos caprichosa, etc”

(V.I.Lênin – Testamento Político , transcrito no Relatório Krushchev -1956)

“Viva o maior gênio da humanidade, o Mestre, o Chefe que nos conduziu vitoriosamente para o comunismo , nosso querido Stalin”

Nikita Krushchev , ao término de discurso em março de 1939 – apud J.Semprum in “Um belo domingo” , Ed. Nova Fronteira, 1980 – apud Carlos IS. Azambuja em “As denúncias sobre os crimes de Stalin” – 09 .03.2006

Índice

Introdução

**1. Os três momentos da consciência crítica no Brasil:
Ilustração aristocrática – Classes Médias – Mov.Populares**

2. O Relatório Krushchev – 1956

3. Stalinismo x Anti-stalinismo: O desafio

*

Introdução

*Para o conjunto das forças populares, coloca-se assim uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou “prussiana” da política brasileira e para eliminar suas conseqüências nas várias esferas do ser social brasileiro.
Carlos Nelson Coutinho in A democracia como valor universal.*

Estivesse vivo, Luiz Paulo Pilla Vares, jornalista, ativo militante comunista, crítico incansável do estalinismo, teria iniciado assim sua crônica do dia:

“Há exatos 60 anos ocorreu o 20º. Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Nikita Krushchev era o Secretário Geral do PC e leu, na ocasião, um documento que se tornou célebre por ter abalado o mundo inteiro”

Assim fez , quando o que viria a ser denominado Relatório Krushchev celebrou seu cinquentenário. Há dez justos anos:

“Nós do PT, de certa forma somos também resultado do esfacelamento parcial do regime stalinista em 1956, quando se abriram as perspectivas para o surgimento vigoroso de uma nova esquerda em escala internacional”.

Luis Paulo Pilla Varres – in **O Relatório que Assombrou o Mundo** -
<http://www.pilla.vares.nom.br/2006/relatori.htm> - 27/03/2006

Relembro-o e o homenageio com este pequeno estudo sobre o Stalinismo.

A denúncia dos crimes de Stalin não era inédita. Já tinha história. A grande cisão da social democracia europeia no início do século XX já prenunciava uma contestação severa ao modelo da revolução bolchevique, a qual, entretanto, acabaria se impondo depois de 1917 como o verdadeiro caminho da esquerda revolucionária. Mas logo abriria suas próprias fendas ideológicas. O Relatório Krushev, de 1956, as revelaria.

Leon Trotsky, um dos líderes da Revolução de 1917, ao lado de Lênin, assassinado no México em 1940 a mando do “Guia Genial dos Povos”, como os comunistas chamavam a Stalin, já escrevera várias obras sobre o caráter do regime soviético e de seu principal líder. Pagou caro: exílio e morte, numa trajetória muito bem reconstituída no instigante romance do cubano Leonardo Padura, “ O Homem que Amava Cachorros”. Outra ficção, mais original e sensível, porque escrita por um russo, durante os anos do reinado de Stalin, “Vida e Destino”, também vinda ao público brasileiro no ano passado, reitera o horror. Foram minhas leituras inesperadas e preferidas nos últimos tempos. Antes, porém, a publicação no Brasil, nos anos 60, da trilogia bio-histórica de Isaac Deutscher sobre Trotsky já me advertira para os tropeços do socialismo soviético.

A direita anticomunista não perderia, naturalmente, diante da evidência destes percalços, a oportunidade para expor as feridas do novo regime. Stephanie Courtois, diretor de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS – lançou, em 1997, uma coletânea de denúncias em “ O Livro Negro do Comunismo”, produzido graças à abertura dos arquivos da KGB, no qual aparece um inventário da repressão e martírios, incluindo a grande fome na URSS durante a fase do Comunismo de Guerra, entre 1917 e 1921, daí surgindo o número de 20 milhões de vítimas só na URSS:

Uma lista parcial mais detalhada de alguns crimes cometidos na União Soviética durante os regimes de [Lenin](#) e [Stalin](#) descritos no livro inclui:

- *As execuções de dezenas de milhares de reféns e prisioneiros e de centenas de milhares de operários e camponeses rebeldes entre [1918](#) e [1922](#).*
- *A [grande fome russa de 1921](#), que causou a morte de 5 milhões de pessoas.*
- *A deportação e o extermínio dos [cossacos do Rio Don](#) em 1920.*
- *O extermínio de dezenas de milhares em campos de concentração no período entre 1918 e 1930.*
- *O [Grande Expurgo](#), que acabou com a vida de 690 000 pessoas.*
 - *A deportação dos chamados "[kulaks](#)" entre 1930 e 1932.*
- *O genocídio de 10 milhões de [ucranianos](#) - conhecido como "[Holodomor](#)" - e de 2 milhões de outros durante a fome de 1932 e 1933.*

- *As deportações de polacos, ucranianos, bálticos, moldavos e bessarábios entre 1939 e 1941 e entre 1944 e 1945.*
 - *A deportação dos alemães do Volga.*
 - *A deportação dos tártaros da Crimeia em 1943.*
 - *A deportação dos chechenos em 1944.*
 - *A deportação dos inguches em 1944.*
- [\(O Livro Negro do Comunismo\)](#)

Trotsky preconizava que isto tudo se deveria à degeneração termodinâmica da Revolução, reduzindo-a a uma variante de dominação burocrática. Coisa de gentes, não de processos. Não deu a Stalin, sequer o benefício do bonapartismo. Mas Trotsky era um leninista convicto, que jamais reconhecera os excessos da violência revolucionária, começando pela liquidação da Revolta dos marinheiros na Ilha Kronstad, em 1921. O Relatório Krushchev, mesmo sem qualquer análise do caráter do regime soviético, convalidava as denúncias de Trotsky e, abria, no seio do Movimento Comunista e do marxismo, uma nova fase de reflexões sobre os caminhos da Revolução. Aqui, duas posições:

Uma, rejeitaria as denúncias, justificando os malfeitos, senão pela necessidade, pela inevitabilidade da violência no sendeiro do credo ortodoxo do leninismo stalinista. Foi o caso da China Popular, que fizera a Revolução em 1949, e posteriormente da Albânia, sob o regime de Enver Hoxha, e de correntes a eles associados como os “rebeldes” que saíram do velho Partidão no Brasil, então sob a liderança de L.C. Prestes, para formar, em 1962, o PCdoB - de viva presença no cenário político brasileiro atual - e o odioso regime de PolPot no Camboja, à frente do Khmer Vermelho. A outra, claramente revisionista, que acabaria desembocando dentro da própria URSS na Glasnost de Gorbachev, produzindo, no fim, o colapso do comunismo naquele país em 1991, mas com reflexos, também nos Partidos Comunistas, na esquerda e no marxismo no mundo inteiro. Esta versão acabaria por se reencontrar com a renegada socialdemocracia nos anos 90. Aqui, contudo, logo depois do Relatório Krushchev, houve, também, uma dupla atitude: De um lado, que seria o caso do Partido Comunista Francês (e, em parte, do Partido Comunista Brasileiro – PCB -,) passou-se a uma revisão mitigada, sem ruptura com os postulados revolucionários sintetizados na ideia da Ditadura do Proletariado. De outro lado, caso do Partido Comunista Italiano, que repercutiria sobremaneira no Brasil (e América Latina) depois dos anos 70, vindo a iluminar as lideranças do PT fortemente alimentadas pela Teologia da Libertação, acendeu-se um farol para futuras revisões, numa franca redefinição sobre a natureza do Partido - de massas e não de vanguarda -, e da conquista gradual do poder através do entendimento, embora vacilante, da democracia como valor universal. Na Europa Ocidental ambas vertentes acabam convergindo, nos anos 70, para o que viria a ser conhecido como “eurocomunismo”, uma variante leninista soft de compatibilização da tradição

comunista com as novas exigências da presença da esquerda numa Sociedade de Bem Estar, com sólidas instituições. Destaque-se, neste processo, a intensa fermentação do marxismo como filosofia crítica na França, desde a lealdade de J.P.Sartre aos ideais revolucionários, passando pelos vários grupos intelectuais de inspiração maoísta, trotskista, neomarxista e até pós-marxista, como Cornelius Cartoriadis, para quem a crítica ao estalinismo avançaria na condenação absoluta da URSS, apontando para a necessidade de revisão crítica de todo o aparato conceitual revolucionário acumulado no Século XX.

O Relatório Krushchev teve, portanto, para os comunistas, uma importância real e uma importância simbólica. Confrontou-os com História e não mais apenas com a Utopia. Daí sua atualidade, apesar de que as novas gerações se sintam já muito distanciadas, seja da Revolução de 1917, seja de seu significado para a construção de um mundo alternativo ao capitalismo. Ele foi o marco da inflexão que levaria à grande crise do marxismo como inspiração crítica dos movimentos populares e de libertação nacional. A doutrina, enquanto conjunto de prescrições à mudança, ficou cada vez mais balcanizada em Partidos tradicionais de vanguarda, ditos comunistas, ou tendências dentro de Partidos de Massas, como o PT, sem grande densidade intelectual e capacidade de avaliação de situações específicas sobre as quais atuam. A Filosofia, enquanto reflexão crítica, saiu dos Partidos Comunistas para instalar-se academicamente nas Universidades, desdobrando-se aí numa infinidade de tendências, uma delas, sectária, de mera reverberação da militância. Mas tem contribuído para o avanço da doutrina. De qualquer forma, é de se ressaltar que nas gerações anteriores aos anos 1980, no Brasil, quando a classe média ilustrada ainda detinha grande relevo na cena pública do país, dando a impressão de que se tratava de uma sociedade avançada e tolerante, o cultivo da tradição revolucionária, quer no estudos sobre Marx, quer no culto à Revolução de 1917 e suas realizações, quer na admiração à Grande Marcha na China ou à Revolução Cubana, era muito maior do que hoje. A emergência das classes populares à cidadania, ao mercado e, sobretudo, ao espaço público da palavra, mudou muito esse velho e simpático reinado de jovens rebeldes e bem educados. A esquerda perdeu em encanto o que ganhou em força bruta. O texto a seguir analisa este fenômeno, traz de volta os fantasmas da construção do socialismo na Rússia e conclama à uma problematização criativa das questões do socialismo como indispensável a abertura de caminhos à grande crise que se se avizinha.

Como sempre: “Socialismo ou Barbárie”, não mais nos moldes da tradição revolucionária, mas como construção de uma democracia cada vez mais sólida entre-nós. Como? Seguindo a última mensagem de Karl Marx à humanidade em seu **modesto** leito de morte, em Londres, nos idos de 14 de março de 1883 : “Sejam críticos!”

1.Os três momentos da consciência crítica no Brasil

Tudo neste vasto mundo de Deus (e do diabo...- Vade Retro!!) é datado, até o Universo, à luz da verificação, há poucos dias, das ondas gravitacionais. Somos no tempo. Transitamos pela geografia. Entre este ser eterno e o estar efêmero, a nossa ansiedade. Medo da morte? Talvez. Galeano, sempiterno, morreu constatando essa voracidade insana do homem diante da História. Quer tudo no “seu tempo”. Dá errado...

Há tempo, portanto, para tudo e para todos. A Bíblia já sabia... Para a humanidade, para a civilização ocidental, para a modernidade europeia, para afirmação de uma consciência crítica no nosso país. Destaco-o para me situar, antes de falar no Relatório Krushchev, o qual, há 60 anos revelava ao mundo os crimes de Stalin, demarcando uma era de glorificação do “Guia Genial dos Povos” (pelo qual era designado Stalin pelos comunistas).

Dito Relatório, proferido secretamente, sem a presença de representantes do Movimento Comunista Internacional, no XIV Congresso do Partido Comunista da URSS, no dia 25 de fevereiro de 1956, por Nikita Krushchev, seu Secretário Geral, o mesmo acima citado (sic), deu início ao que ficou conhecido como “desestalinização” do mundo soviético e foi uma verdadeira comoção entre os comunistas do mundo inteiro. A primeira, certamente, de grandes proporções, mundiais, desde que Lênin assumira sua liderança moldando o marxismo como uma Teoria da Revolução. E que abria a porteira para o questionamento não apenas de Stalin, mas do próprio leninismo e, em alguma parte, também do marxismo como filosofia crítica e instrumento de superação da ordem social instaurada com o capitalismo.

Mas começemos pelo Brasil, para compreender onde se insere este impacto e até para perceber porque ele perde importância com o tempo. Quem se importaria, hoje, no âmbito da esquerda, há 13 anos no Poder entre nós, em se ocupar deste fato. Não obstante, há dez anos, ainda que voz solitária, Luiz Paulo Pilla Vares, ainda o repercutia em artigo na Zero Hora. Explica-se: Pilla era um vigoroso intelectual marxista, militante histórico, crítico mordaz do estalinismo.

Vamos às três levas de rebeldia política no Brasil.

Percebo, desde o fim do Império, que sepultou a escravidão e abriu caminho para a República, três grandes gerações que sacudiram o Brasil, cada qual expressando o tipo de desenvolvimento do país e a natureza específica de sua sociedade. Inspiro-me no famoso texto de Trotsky – 1789, 1848, 1905 -, que já

não tenho em mãos, mas muito me marcou. A cada momento destas gerações, um tipo de urbanização, um certa composição da população e um limite ao seu devir político. Em grandes linhas, tivemos no século que vai de 1889 a 1989, mudanças estruturais na nossa sociedade e que projetaram ondas de rebeldia e radicalização correspondentes. Não vou me aprofundar. Só sugerir. Porque estou , com minha geração dos anos 60 do século XX aí pelo meio, mais precisamente na geração do tenentismo, que expressou as aspirações da classe média na vida pública do país. Estas levas nem são estanques, nem muito menos claramente definidas. Entremeiam-se uma na outra, confundem-se, mas, talvez seja ainda possível identificar-lhes a origem social e principais características.

Ao final do Império a grande demanda política era a Abolição e em torno dela reuniram-se os homens de consciência da Boa Sociedade daquele tempo. Nossa população era muito pequena, em torno de 10 milhões de habitantes, predominantemente rural, a sociedade aristocrática, centrada no Rio de Janeiro, então com menos de 1 milhão de habitantes e os grandes líderes eram homens – alguma mulher? - de extração privilegiada, cujo maior símbolo talvez tenha sido Joaquim Nabuco, ou o sugestivo personagem de Lima Barreto em “O triste fim de Policarpo Quaresma”. Tendemos a desmerecer a grande ebulição representada pelo Movimento Abolicionista e seu significado para a construção da democracia no País. Ela, mesmo centrada na aristocracia liberal, recrutou, é verdade, gente de toda a sociedade da época e deixou, como resultado principal, o que fora seu principal objetivo: O fim da escravidão. Lembre-se que o Manifesto Comunista era de 1848 mas a Filosofia Crítica ainda tinha pouco curso no Brasil. É célebre uma crônica de Machado de Assis bastante irônica quanto às repercussões do marxismo naquelas sombras senhoriais e que receberia ácida crítica de [Octávio Brandão](#) pela ignorância que o escritor teria do [socialismo científico](#) de [Marx](#) e [Engels](#) – (KONDER, Leandro. *Intelectuais Brasileiros e Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, pp. 13-18). Mas ela já continha os gérmenes da nova eclosão que seria abortada pela Proclamação da República.



Com efeito, abre-se, então, com o século XX uma era de grandes transformações estruturais no Brasil. A população urbana cresce, chegando a quase 40 milhões em 1930, e proporciona, graças ao café e primeiras indústrias uma grande diversificação social, somando-se ao Rio a moderna São Paulo, o país começa a se interligar, sendo importante registrar a construção da via férrea do Rio Grande do Sul até São Paulo em 1910, as demandas de modernização se exaltam na década de 20, com a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, as manifestações tenentistas que sacudiam das Areias de Copacabana às veredas do grande sertão. Qual sua demanda? Modernização do país, respeito às urnas, desenvolvimento e afirmação cultural. Esta onda, todos os estudos o demonstram, tinha um caráter clássico das classes médias emergentes, que não cabiam nos moldes da sociedade senhorial do “Bico de Pena”, herdada do Império. Culminou a radicalização com a Revolução de 1930 e se prolongou, mercê de seus espasmos, em 1935, 1945, 1954, 1964 até 1989, quando o país já era muito diferente de um século atrás, bastante ver seu peso na economia mundial, sua população concentrada em grandes metrópoles, sua secularização. Cumpriu-se, no que pretendeu: Preencher o grande vazio do gigante adormecido. Seria muito difícil identificar todo este longo período num nome, mas foi, certamente, Vargas, o símbolo maior desta fase, que teve na afirmação nacional, nas mudanças econômicas e nas expectativas de participação popular no processo político através de organização política própria, no caso o velho PTB, que operava como estuário dos comunistas e socialista, seus pontos focais, e daí a transferência do protagonismo aristocrático do personagem, típico do Império, para o coletivo. Não por acaso, Brizola, como herdeiro de Vargas, no epicentro

do trabalhismo, evidenciava o caráter das mudanças ocorridas no Brasil. Este processo, por muitos identificado como nacional-desenvolvimentista, tem um corte político de 1964 a 1985, mas não de natureza social e econômica. Até pelo colapso da resistência armada aos militares entre os anos 1968-1970, a facção mais radical ao nacional-desenvolvimentismo, a grande mobilização política do país retorna aos cânones liberais de demanda por democracia depois da acachapante vitória de 18 Senadores do MDB nas eleições de 1974. Reafirma-se, portanto, o caráter típico da classe média nas mobilizações sociais, muito embora já apontando para a emergência dos movimentos populares de base, sobretudo em São Paulo.



Revolução de 30 leva Vargas ao poder, onde permaneceu por 15 anos ...

acervo.oglobo.globo.com620 x 357 [Pesquisa por imagem](#)

Getúlio Vargas, ao centro, posa com o alto comando da Revolução de 30 no Palácio do Catete Reprodução

https://www.google.com.br/search?q=vargas+na+revolu%C3%A7%C3%A3o+de+30&biw=1366&bih=643&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjK9tiCnYLAhWlvZAKHexXB_kQAUIBygC#imgrc=EpkWSArGzsrB3M%3A

Foi neste âmbito da história do Brasil, sobretudo no pós-guerra, que se gestou a minha geração militante, marcada, internamente, primeiro (1945-64) pela hegemonia do trabalhismo como protagonista do progresso nacional e, depois (1964-89), na luta pela redemocratização; no plano internacional, pelo fascínio ideológico pelo marxismo, cuja maior realização fora a Revolução Bolchevique de 1917 e a construção do socialismo naquele país. A URSS havia tido um

papel importante, senão decisivo, na luta contra o nazi-fascismo, muitos considerando que a vitória em Stalingrado, em 1943, fora seu ponto de inflexão. Outras correntes, é claro, sobretudo católica, começavam, também, a participar de consciência crítica neste processo, mas não é meu objetivo aprofundar sobre isso. Desejo, apenas, mostrar que o Relatório Krushchev bateu de frente com uma geração ilustrada por bancos escolares ainda preclaros, extraída primordialmente das classes médias, moldada criticamente pelos Manuais da Academia de Ciências da URSS. Foi um choque. Ninguém queria acreditar na veracidade do que este Relatório dizia, chegando ao ponto de Valério Konder, um dos respeitados quadros do Partidão afirmar que era tudo “fofoca”, enquanto a imprensa do Partido o classificava de “provocação do imperialismo”. E quando, enfim, foi confirmado, com o retorno do observador brasileiro em Moscou, Diógenes Arruda, no mês de agosto, fez-se verdadeiro pânico, como assinala Frederico José Falcão:

Os líderes partidários esperariam o retorno da delegação brasileira enviada ao XX Congresso para um pronunciamento sobre os acontecimentos. O único dirigente que saíra do Brasil com esse fim, Diógenes Arruda, só retornaria ao Brasil em agosto, quando, então, reunir-se-ia o Pleno Ampliado do Comitê Central (C.C.) do PCB, tendo sido aí confirmado o conteúdo do Relatório Kruschev. Arruda, naquele momento, tentaria passar-se por crítico do stalinismo, mas sofreria uma saraivada de críticas. O Pleno acabaria suspenso, dado seu clima emocional, sendo convocada nova reunião para dois meses depois.

O “RELATÓRIO SECRETO” DE KRUSCHEV E O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB): DESESTALINIZAÇÃO E CRISE

<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Frederico%20Jose%20Falcao.pdf>

Depois de intensos debates e controvérsias impôs-se como necessária uma denominada “Carta Rolha”, de Luiz Carlos Prestes, líder incontestado do Partido, para estancar o que parecia um derradeiro liquidacionismo. Estes teriam sido dias, segundo Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, seus biógrafos (1999), que até o endurecido Carlos Marighela chorou... Deste imbróglio todo acabaram se retirando do movimento comunista importantes quadros como Osvaldo Peralva, autor de “O Retrato”, um libelo não só contra o estalinismo, mas contra o comunismo. Outros, acompanhar-lhe-iam, seja na autocrítica ou no ataque frontal à “Velha Toupeira”, designação carinhosa dos comunistas à Revolução. A sangria perduraria até 1962 quando, enfim, se consolida a lealdade de Prestes com a URSS e do Partido com Prestes, mediante mudança nos Estatutos e alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro, PCB, mais conhecido como “Partidão”, pelo peso que viria a ter na vida política do país, levando à ruptura dos “rebeldes”, que preferiram a lealdade com Stalin e que criariam em

18 de fevereiro de 1962 ,quando da V Conferência Nacional Extraordinária, a ruptura com a URSS através da restauração do nome original Partido Comunista do Brasil, sob a sigla PCdoB.. Dividia-se, pois, aqui, diante do Relatório Krushchev , irremediavelmente , o movimento comunista, tal como em outras partes do mundo, não como linha oficial versus dissidências, o que já ocorrera com a defecção de Trotsky, mas como caminhos distintos no processo revolucionário. A Revolução Cubana, em 1959, só acentuaria esta divisão, criando mais uma via revolucionária para o socialismo. Isaac Deutscher, historiador marxista, ressalta na década de 60 as três grandes inspirações à Revolução: Soviética, Chinesa e Cubana, todas *soit-dísantes* marxistas-leninistas.

Desde o seu surgimento, o PCdoB seguiu diversas linhas políticas baseadas em distintas experiências comunistas pelo mundo. Surgiu sendo contrário a linha adotada por Nikita Khrushchov na antiga União Soviética e reivindicando o legado de Josef Stalin^[12] . Nos anos 1960 adota a linha maoísta (alinhando-se com o Partido Comunista Chinês) e passa a praticar a tática de guerrilhas (o PCdoB é famoso pela atuação na Guerrilha do Araguaia). Em 1978 passa a reivindicar o comunismo na Albânia (Hoxhaísmo). Atualmente, o PCdoB defende o desenvolvimento do capitalismo, como explica o governador do Maranhão Flávio Dino, primeiro governador pelo partido e cujo vice é do PSDB.^[13]

https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Comunista_do_Brasil

Das dissidências do marxismo, uma já havia derivado na social-democracia, que viria a ter significativa importância na construção do Estado de Bem Estar na Europa Ocidental e que se consubstanciava na linha reformista, não leninista, que via o Estado como um instrumento virtualmente disponível para transformações sociais; outra importante dissidência do marxismo, esta proclamando-se como verdadeira herdeira de seu ramo leninista, o trotskismo, viria a crescer enormemente diante da confirmação dos crimes de Stalin no Relatório Krushchev, principalmente na França, com repercussões no Brasil. Não vem ao caso, agora, explorá-las, apenas salientar que na França, cujo Partido Comunista era mais ortodoxo, abrir-se-á uma dissidência cada vez mais revisionista à URSS, extensiva aos postulados do marxismo-leninismo, em grupos como “Socialismo e Barbárie”, sob a liderança do Filósofo Cornelius Castoriadis, autor de *Encruzilhado do Labirinto 1, 2 e 3, Paz e Terra*, que acaba ultrapassando a crítica à burocracia soviética para uma crítica ao “capitalismo burocrático total”, lindeiro do totalitarismo. Já na Itália, a influência de A.Gramsci, bastante crítico ao leninismo original, permite ao grande Partido Comunista Italiano uma maior capacidade de absorção das dissidências e melhor sobrevivência ao impacto do Relatório Krushchev. Substitui a ideia do

Partido de Vanguarda pelo Partido de Classe mas com caráter de Massas e a estratégia do assalto ao poder pela de construção da hegemonia, de caráter muito mais amplo, pedagógico e permeável à lenta transformação do Estado e da Sociedade:

"Para o Partido Comunista, o problema de se converter no partido das grandes massas e, por conseguinte, partido do governo revolucionário, não consiste somente em resolver a questão de interpretar fielmente as aspirações populares, significa também resolver a questão de substituir os funcionários contra revolucionários por funcionários comunistas; significa por conseqüência, criar um corpo de funcionários comunistas, que sem impedimento, a diferença dos socialistas, sejam extremamente disciplinados e subordinados ao Congresso e ao Comitê Central do Partido. Desta verdade, pouco simpática aparentemente, devemos convencer nossos jovens; a realidade é como é, algo rebelde, e deve ser dominado com os meios adequados, ainda que pareçamos pouco revolucionários e pouco simpáticos. "

(Antonio Gramsci - Um Partido de Massas 25 de Setembro de 1921 1a Edição: "L'Ordine Nuovo" de 05 de outubro de 1921.

Não obstante, tanto o PCF como o PCI e mais ainda o Partido Comunista Espanhol acabam na década de 1970 configuram-se em torno do que denominaram "euro-comunismo", um *aggiornamento* destes Partidos às exigências das democracias ocidentais onde operavam, já claramente desvencilhados dos imperativos do leninismo.

Importa, sim, registrar que, ao longo dos anos 1930 até 1989, o Brasil mudou muito, econômica, social, espacial e politicamente, com a emergência de fortes movimentos sociais urbanos autônomos. Isso, contudo, isso não retirou do cenário onde se desenrolavam novos capítulos da nossa história seu caráter pequeno burguês, mesmo quando o radicalismo se expressava através de confissões manifestamente comunistas. Muito contribuiu, para tanto, o congelamento da vida pública, com sua sequela de exílio, prisões, mortes seletivas, realizada pelo regime militar depois de 1964. Quando a efervescência social assomou, sob o abrigo do Governo João Goulart (1961-64), foi castrada pelo golpe militar. Os quadros da resistência, que se seguiram, viriam a ser majoritariamente de classe média, com todos os defeitos e vícios que isso implicava, mas que, hoje, segunda década do século XX, provoca reações como a da atriz Marieta Severo, que estranha o fato de que, antes, tinha-se a impressão de que a sociedade brasileira estava mais à vanguarda do que nos dias atuais. Ora, isso não é senão o resultado de que o país mudou muito nos últimos 20 ou 30 anos. Somos uma sociedade de massas, superior a 200 milhões de pessoas, concentradas em nove grandes regiões metropolitanas, mercê de um novo protagonismo das classes até então

subordinadas, cujo silêncio abria caminho para o cenário de uma consciência crítica elitizada.

Aqui, pois, o terceiro momento da vida pública brasileira: o pós- 89, já implícito nas grandes greves do ABC dez anos antes e que impulsionaria, no bojo do protagonismo crítico das grandes massas o jovem Lula.

[1979/90 ABC da Greve Leon Hirzman - YouTube](#)

▶ 1:25:44

<https://www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y>

10 de dez de 2011 - Vídeo enviado por caovidaloca

Documentário de longa metragem sobre a primeira **greve** brasileira fora da fábrica. Cobrindo os .



Há 35 anos, uma greve

www.correiodobrasil.com.br 635 x 357 [Pesquisa por imagem](#)

O Sindicato dos Metalúrgicos sofreu intervenção, Lula e outros dirigentes sindicais foram presos

https://www.google.com.br/search?q=greves+abc+1979&biw=1366&bih=643&source=lms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwifvIWFnl_LAhXETJAKHfoUBrIQ_AUIBygC#imgrc=JersyIDHj0XHoM%3A

Nesta fase, inaugurada simbolicamente em 1989, pela importância das primeiras eleições diretas à Presidência da República depois de 1959, ou seja, um interregno de 40 anos, sendo notável o fato de que Lula, candidato, ultrapassaria no pleito Leonel Brizola, a sociedade brasileira alcançava seu apogeu moderno: Concentração urbana, estrutura diversificada de classes com forte eixo no proletariado industrial, secularização, instituições democráticas. Isso tudo, acabaria mudando, também, o perfil da própria consciência crítica, a qual se deslocou das classes médias “iluminadas” pelo marxismo para os movimentos populares fortemente influenciados pela Igreja e por correntes reformistas. Não por acaso, o PT, como expressão política destas mudanças, vai assumindo cada vez mais influência sobre as esquerdas, acabando por impor-se hegemonicamente depois de vitória de Lula à Presidência, em 2002. Paradoxalmente, este deslocamento da consciência crítica para as classes populares não representou uma radicalização política, mas seu fortalecimento em termos de ação e representação. O PT, por exemplo, com todos seus vícios, sobretudo economicistas, foi, realmente, o primeiro partido político de quadros eminentes populares, muitos oriundos de lutas sindicais ou populares de bairros e movimentos sociais, nacionalmente organizado. Inédito. Isto não só é um patrimônio do conjunto da nação brasileira, mas um fator de institucionalização que dificulta aventuras e golpes institucionais.

Coincidiu este momento de emergência social no Brasil, que teria no PT e nos seus governos instantes importantes, a falência do dito “socialismo real”, na extinção da URSS, em 1991, último capítulo no rastro do Relatório Krushchev, de 1956, e a perda cada vez maior de importância do marxismo, sub-dividido numa infinidade de correntes, organizadas ou não, mas cada vez mais, “academizadas” em disciplinas universitárias ou reduzidas por fiéis crentes em cartilhas dogmáticas, sem qualquer peso na mobilização e aglutinação da resistência popular. Ambos fatores se combinaram para a desatualização do tema da Revolução, mesmo concebida com Mudança, nos moldes em que ficou conhecida no grande debate sobre a “Revolução Brasileira” entre os anos 1950 e 1960, vindo até a intitular vários livros, dentre eles o mais famoso e de maiores consequências, de autoria de Caio Prado Jr. Nesse contexto, o 60º. Aniversário do dito Relatório, acompanhado de uma discussão mais profunda sobre os fundamentos do estalinismo, passa, naturalmente, despercebido. Quem tem interesse nesse debate...? Poucos, talvez, como eu, alguns remanescentes desta “era”, que lemos sofregamente os dois grandes romances lançados em 2015 – Vida e Destino, de Vassili Grossman e O Homem que amava cachorros, de L. Padura -, ambos, com enredo principal na questão, justamente, do estalinismo...

2. O Relatório Krushev – Moscou, 25 fevereiro 1956

“Necessário é dizer e pensar que só o ser é [...] Jamais se conseguirá provar que o não-ser é; afasta, portanto, o teu pensamento desta via de investigação, nem te deixes arrastar a ela pela múltipla experiência do hábito.”

(PARMENIDES apud BUZZI, 1998, p. 35)

(Integra: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2009/11/459652.shtml>)

“A história, nesse ínterim, torna-se estratégica e operacional, funcionando como instrumento do reformismo moderado de Kruschov, de caráter leninista. Era a hora de tomar as rédeas da história das revoluções russas. Ao tirar seu foco de um líder criminoso, inverter-se-iam seus pólos de ação novamente para uma direção “a várias mãos”. Em posição de inércia, as contradições que celebravam seu irreformável caráter de inflexibilidade, juntamente com o autoritarismo, seriam mantidas sob reformulações pontuais e importantes – ainda que insuficientes a longo prazo – para a imediata crise que se abatia no campo do antigo Império Russo. Stalin, contudo, não morreria. Seu fantasma sobreviveria com o tempo, tornando-o exemplo máximo do paradoxal socialismo soviético cujas evidências de seu futuro colapso já se apresentavam.”

(**Chrystian Wilson Pereira**- Batalhas de memória no pós-guerra soviético: A controvérsia stalinista no relatório secreto de Nikita Khrushchov <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=420>)

As Revoluções Francesa de 1789 e a Bolchevique de 1917, que pretendeu completá-la, em suas últimas consequências sociais e políticas, estão cada vez distantes da juventude contemporânea. Para nós, nascidos durante a guerra, a Revolução Russa, sobretudo para os que iam se inclinando ao ganhar maturidade política à esquerda, era muito presente tanto como uma realidade palpável como mito: A Pátria Socialista! Na verdade, ambas Revoluções, Francesa e Russa, elas moldaram os séculos XIX e XX e projetam suas influências até hoje. Os que achavam que a História havia acabado, como sugeriu Fukuyama em “O Fim da História”, sobrando-lhe, apenas o destino de escolher entre os 50 tons de cinza, distante de polarizações, devem ficar espantados ao descobrir que as eleições americanas estão irremediavelmente polarizadas entre candidatos de direita e de esquerda, talvez até, entre o ultraconservador Donald Trump e o abertamente socialista E. Sanders. Somos sempre muito do que fomos no passado. Aquelas revoluções, impulsionadas por ideais iluministas de razão e liberdade, abriram a humanidade para os tempos modernos. Nos seus desdobramentos influenciaram correntes que

priorizaram, ora a razão, em busca de uma sociedade mais igualitária, desembocando nas correntes de esquerda, ora a liberdade, em busca de uma sociedade conservadora, menos igual, mas com mais liberdade de movimentos individuais. Ambas correntes, embora divergentes, até antagônicas na Guerra Fria (1947-1991) contribuíram para fazer do Século XX o século dos direitos, mediante os quais os membros de um Pacto Social garantem, em direitos civis, políticos e sociais, a contrapartida de seus deveres para com o Estado. Isso pode parecer um truísmo, hoje, mas Norberto Bobbio destaca como uma particularidade do contemporâneo.

A Revolução Soviética é filha deste processo e teve na filosofia marxista, filha rebelde do Iluminismo, sua inspiração teórica e em Lênin, líder do Partido Bolchevique, facção do Partido Social Democrata Russo, que teria no menchevique Leon Trotsky seu braço direito (e militar), o principal protagonista. Na Rússia miserável e rural, mas com vasto contingente proletário em torno de grandes fábricas nas suas principais cidades, devastada pela I Guerra Mundial, não foi difícil fazer a Revolução. O país estava destruído, a economia em frangalhos, o regime e o sistema de dominação em crise visível. O difícil foi garanti-la, tendo em vista seu significado revolucionário para o mundo inteiro: A eliminação física da Família Real e a eliminação social do Capital como forma de dominação. Um novo mundo proletário...

Lênin morreu em 1924 e, daí em diante, seguiu-se uma encarniçada luta pelo poder interno, afinal vencida por Stalin, um georgiano rude, identificado com Rússia interior e com incrível capacidade de controle político ao redor, começando pelo próprio Partido Comunista, denominação dada ainda por Lênin e que se estenderia aos adeptos do modelo russo em escala internacional, primeiro no COMINTERN, depois da Guerra no COMINFORM, este encerrado em 1957, ambos rigidamente controlados pelos russos. Conta Isaac Deutscher, historiador marxista, biógrafo de Trotsky, que em 1934, Stalin teria dado ao Congresso do PCUS naquele ano, o nome de “Congresso dos Vitoriosos”, eis que assumira o controle da máquina liquidando todas as oposições internas, sobretudo Trotsky, para o que fora necessário fuzilar a quase totalidade dos membros do Comitê Central que havia feito a Revolução de 1917. Trotsky escapara, exilando-se na Turquia, depois no México, onde viria a ser assassinado em 1940 por Ramon Mercador, a serviço de Stalin.

Uma alma pode sofrer por muito tempo, anos e anos, até décadas, antes que lentamente, pedra por pedra, construa sua própria sepultura, chegando por si própria ao sentimento de perda eterna, e curvando-se à própria realidade.

(Vassili Grossman in Vida e Destino , pg. 165)

Stalin governará até sua morte, em 1953, em circunstâncias ainda sombrias. Nos anos em que implantou o socialismo na Rússia foi um implacável tirano, não só com os inimigos, mas com os próprios companheiros que o cercavam

no Partido. Mas no seu Governo, de “grandes feitos”, ele mudou a face da Rússia e conseguiu, na Luta Patriótica contra a invasão nazi, reverter o que parecia uma vitória fácil de Hitler , em derrota: Os russos chegam a Berlim antes dos Aliados.

Coincidia com a gestão de Stalin a vitória dos soviéticos na Grande Guerra Patriótica contra a Alemanha Nazista (1941-1945) e um indiscutível desenvolvimento econômico que consolidara Moscou na posição de centro de uma emergente potência mundial, quase quatro décadas após a insurreição bolchevique e a subsequente instalação revolucionária de um inédito governo socialista e antiburguês. Os índices de crescimento atingiram impressionantes safras, impulsionados pela industrialização forçada e a eficácia do aparelho de controle e planejamento estatal que estrangulava as possíveis resistências ao modelo autoritário de modernização.

(Chrystian Wilson Pereira – citado)

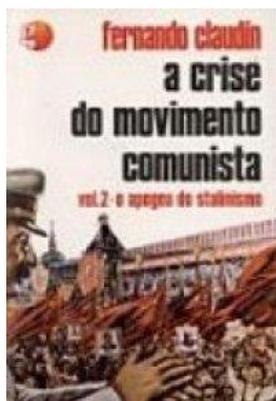
Isto deu ao grande Timoneiro e Genial Guia dos Povos, como era chamado Stalin, imensa credibilidade tanto interna, como externa, junto aos círculos do Movimento Comunista Internacional. Já no início da guerra, na verdade, em 1941, quando a Alemanha invadiu a URSS, Stalin detinha em suas mãos o Partido, o Exército Vermelho e todo o sistema soviético sob estrito controle, depois de duas levadas de perseguições: Entre 1927 e 34, quando Trotsky foi expulso e, depois, no Grande Expurgo, entre 1937-38.. Externamente, porém, pouco se sabia do que ocorria na URSS até o Relatório Krushchev, de 1956, a despeito das obras de Trotsky – “A Revolução Desfigurada”, “ A Revolução Traída” e “Os crimes de Stalin”. O grande romance “Arquipélago Gulag”, de Soljenitzin, altamente crítico do regime soviético e que lhe daria o Prêmio Nobel de Literatura em 1970, além de estigmatizado pela esquerda por ser seu autor um místico anti-comunista, só viria a ser difundido no Ocidente depois desta data - *Arquipélago Gulag* (título no Brasil) ou *Arquipélago de Gulag* (título em Portugal) (1973–1978).

Contribuía para a glorificação de Stalin, um dos princípios da doutrina comunista, consagrada nos Partidos Comunistas do mundo inteiro, como “Internacionalismo Proletário”. Este apontava para a defesa intransigente da União Soviética anteposta à qualquer outra questão, mesmo nacional. Ora, a União Soviética era o Partido Comunista da União Soviética – PCUS - , e este era Stalin, numa réplica extemporânea de Luiz XVI que afirmava : L “Etat c ’est moi” . Portanto, “Ele” era o Grande Guia.

“Stalin era o Estado, e o Estado não tinha impulsos nem caprichos.”

Vassili Grossman in Vida e Destino , pg.849.

Com a derrota do nazismo, em 1945, tendo Stalin ao lado de Truman (Roosevelt morrera um pouco antes), e Churchill na reconstrução da democracia no mundo, o Movimento Comunista Internacional cresceu vertiginosamente. Os Partidos Comunistas da Europa, América Latina e Oriente explodiram em filiações. Cifras relevantes são apresentadas no livro do espanhol Fernando Claudin , “A Crise do Movimento Comunista – O Apogeu do Stalinismo ” Volume 2, Ed. Global, 2015:



A Crise do Movimento Comunista- Vol. 2: o Apogeu do Stalinismo

Fernando Claudín - Editora: **Global** Ano: 1986

Este volume corresponde a segunda parte de A Crise do Movimento Comunista ("O Apogeu do Stalinismo"), onde Claudín analisa o período que marca a absoluta dominação da política stalinista em todo o movimento comunista internacional, desde os anos imediatamente anteriores a eclosão da Segunda Guerra Mundial, com o pacto germano-soviético, passando por todos os acontecimentos da resistência ao nazi-fascismo, o "cisma iugoslavo", e culminando com o período do pys-guerra, com o abandono e o fechamento do Kommintern e sua transformação no Komminform, no auge da guerra fria.

<http://baixar-livro-gratis.com/?p=228375>

Em 1953, por ocasião da morte de Stalin e mesmo até final da década, quando, então, o Relatório Krushchev de 1956 tornou-se bastante conhecido, , vivia-se um verdadeiro auge da nobre causa da emancipação da humanidade, sob a égide dos Partidos Comunistas, que lutavam pela paz e pela prosperidade dos povos de todo o mundo. Foi neste clímax que sobreveio a tempestade das denúncias dos crimes de Stalin no XX Congresso do PCUS. Fez-se, subitamente, muita luz e começaram a evidenciar-se os problemas internos da URSS, muitos deles decorrentes da personalidade de Stalin, outros, da própria construção do socialismo: a coletivização forçada da terra, os gulags, a censura cultural, o terror usado como instrumento de postos, valores e mesmo gratificações na estrutura burocrática, etc.

O cenário da proclamação a portas fechadas de Krushchev foi imaginado por Semprum (cit.):

Podemos imaginar a cena, sem dúvida.

Nikita Krushev já estava na tribuna. Martelava suas frases. Gritava, por momentos, e sua voz tremia nos agudos. Despejava verdades monstruosas umas depois das outras. Mas essa voz aterrorizante que descobria a náusea da memória de todos, não era, desta vez, a voz didática e monótona de um Pai todo-poderoso e remoto, inacessível. Era a própria voz de todos ali. Nikita Sergheievitch era um deles e as centenas de homens e mulheres reunidos nessa ocasião sinistra e solene podiam identificar-se com ele. Como ele, haviam contribuído para derrotar todas as oposições.

Como ele, haviam derrotado o próprio partido. Como ele, haviam cantado louvores a Stalin. Muitos deles, sem dúvida, haviam assistido ao XVII Congresso do PCUS, em março de 1939. Lembravam-se, talvez, de que Krushev já havia subido à tribuna, no dia 13 de março de 1939, para falar nos sucessos do comunismo na Ucrânia Talvez se lembrassem das palavras de Nikita Sergheievitch, naquele dia longínquo de 1939, no momento exato em que a guerra na Espanha terminava em sangue, derrota e confusão, por causa, principalmente, da nefasta política de Stalin, cegamente posta em prática pelos conselheiros do Komintern e pelo grupo dirigente do Partido Comunista Espanhol. “Esses sucessos não se produziram espontaneamente”, declarara Krushev no XVIII Congresso, “foram conquistados no combate contra os inimigos da classe operária e dos camponeses, contra os inimigos de todo o nosso povo, na luta contra os agentes dos serviços de espionagem fascistas, contra os trotskistas, os bukharinistas e os nacionalistas burgueses”. Lembravam-se, talvez, pelo menos alguns deles, da conclusão do discurso de Krushev em março de 1939: “Viva o maior gênio da humanidade, o Mestre, o Chefe que nos conduziu vitoriosamente para o comunismo, nosso querido Stalin!”

Eles se lembravam do querido Stalin, sem dúvida. Tremiam, ainda, retrospectivamente, com um horror respeitoso e tímido”.

Semprum tem razão no seu cenário recriado do “Beau Dimanche”. Lá estavam sentados não jovens renovadores do sistema soviético, mas velhos cúmplices de Stalin. Segundo relato de Aristov, citado por Seprum na obra acima citada, 79,7% dos delegados presentes tinha mais de 40 anos, dos quais 55,7% , ou seja, a maioria, tinha entre 40 e 50 anos, e 24% mais de 50% , deixando patente que apenas uns poucos tinham em torno de 20 anos quando do Grande Expurgo de 1937-38, a grande parte o vivenciou em plena maturidade. De todos os delegados, 70% havia aderido ao Partido depois de 1931. Foram, pois, cúmplices da chacina sobre seus próprios camaradas. Como ele próprio, Semprum, diz, o terror não era para eles algo pré-histórico, mas palpável, doendo-lhes, por certo, na consciência.

Estavam lá, portanto, na grande sala do Kremlin, silenciosos, abatidos, alguns perdendo os sentidos, outros chorando lágrimas de sangue ao escutar o relatório atribuído a Krushev.

Estavam lá os homens e as mulheres que haviam aderido ao partido de Stalin, para preencher os vazios abertos por ele com o ferro em brasa da repressão.

Estavam lá os homens e as mulheres que haviam ajudado Stalin a estabelecer o seu poder absoluto, no sentido literal do termo, isto é, absolutamente independente de toda determinação, mesmo em última instância (oh, íntegros doutores da fé marxista), pela economia, pelas estruturas de classe da nova sociedade russa.

Pois poder pessoal de Stalin foi, sem dúvida, um dos instrumentos dados à nova classe dominante para instaurar o seu domínio – se me perdoarem esta expressão contemporânea, cortando rente os tecidos sociais, na multiplicidade heterogênea dos fatores históricos, pois é evidente que a classe é um conceito mais ou menos operacional, e que os conceitos, mesmo os mais operacionais, não se apossam de nenhum instrumento e não instauram nenhuma dominação a não ser para a necessária, não é preciso dizer, reconstrução histórica, pelos homens, de sua própria história mas, tendo dito isso, repitamos que o poder pessoal de Stalin, instrumento da nova classe dominante, tornou-o relativamente autônomo no final dos anos 30.

E o sinal mais evidente dessa autonomia foi a capacidade de desencadear contra essa burocracia, da qual ele mesmo se originou e a qual representou durante um período histórico, a repressão pelo sistema de ondas sucessivas e ininterruptas de terror, não somente a submissão devota da burocracia mas também a mobilidade social no interior da mesma, pela destruição e reconstituição permanentes e disfuncionais da elite.

(J.Semprum, cit)

O Relatório era imenso, mais de 70 páginas e só seria conhecido na íntegra pelos russos em 1989, em tempo da Glasnost de Gorbachev. . Fora antecedido por um estudo da Comissão Chvernik, criada pelo Partido em 31 de janeiro de 1955 com o objetivo de investigar a repressão contra os delegados ao Congresso do Partido em 1934. Este estudo mostrou que no Grande Expurgo de 1938-9 mais de um milhão de militantes do PCUS haviam sido acusados de atividades “anti-soviéticas” , dos quais, em torno de 600.000 haviam sido executados. Um horror! Genocídio de comunistas por comunistas...

O Relatório Krushchev, que era para ser secreto, acabou vazando para o Ocidente por John Rettie, da Reuters, numa sequência rocambolesca de traslados e traições. Em 13 de maio do mesmo ano chegou a Israel que o repassou aos Estados Unidos sendo, então, publicado pelo New York Times e

pelo The Guardian. Pouco antes, em 05 de março de 1956 o Presidium do PCUS ordenou que o Relatório fosse lido em todos os níveis partidários e nas instâncias do Konsomol. Logo depois, ainda em 1956, foi distribuído aos Partidos Comunistas do Pacto de Varsóvia, estendendo-se daí para os demais membros do Movimento Comunista Internacional. Quando encerrou-se o ano de 1956, o Relatório era fartamente conhecido.

A estrutura do Relatório era didática, começando pela reverberação das máximas do marxismo-leninismo aos quais enaltece e se filia, com breves menções ao testamento de Lênin e de sua mulher Krupskaja sobre o caráter ameaçador de Stalin. Centra-se na questão do culto à personalidade de Stalin.

No momento, estamos preocupados com uma questão que tem imensa importância para o partido agora e no futuro - a forma como o culto da pessoa de Stalin foi crescendo gradualmente, o culto que se transformou em um determinado estágio específico, a fonte de um conjunto de perversões extremamente sérias e graves dos princípios do Partido, da democracia partidária, da legalidade revolucionária.

(Relatório, 1956)

A partir daí vai mostrando como se alastrou o uso de seu nome – Stalin- em todos os campos, desde nomes de cidades até a arte, e do abuso da violência, em detrimento do método leninista de convencer e educar, citando como exemplos:

-criação de provas falsas para acusar seus inimigos

-exagero de seu papel durante a Grande Guerra Patriótica

-Deportação das nacionalidade

-Complô dos médicos

“ *Stalin descartou o método leninista de convencer e educar, ele abandonou o método de luta ideológica em favor da violência, repressões em massa e terror.* ”

“ *... É claro que Stalin mostrou em toda uma série de casos sua intolerância, sua brutalidade e seu abuso de poder. Em vez de provar sua correção política e mobilizar as massas, muitas vezes ele escolheu o caminho da repressão e aniquilação física, não só contra os inimigos reais, mas também contra as pessoas que não tinham cometido qualquer crime contra o partido e o governo soviético. Aqui vemos nenhuma sabedoria, mas apenas uma* ”

demonstração da força brutal que outrora tão alarmou [Lenin](#).

(Trechos do Relatório Krushchev)

O resultado imediato do Relatório Krushchev na URSS foi um rápido processo de desestalinização, através do qual todos os signos e vestígios do Grande Timoneiro passaram a ser apagados. Seus restos mortais, inclusive, foram removidos da Praça Vermelha. Do ponto de vista político, a retórica sempre foi mais presente do que aquilo que pretendia, prioritariamente, (re)criar, na esteira do leninismo: Maior presença coletiva no processo decisório interno do Partido e do Estado. Prestes, aliás, na discussão interna do Partidão, quando da deflagração do debate em torno do Relatório Krushchev advertia que isso já vinha ocorrendo na URSS desde um ano antes, embora num ritmo lento. Na verdade, apesar de algum arejamento interno à URSS, o Estado burocrático e policial subsistiria ainda por mais algumas décadas.

A denúncia é política e ideológica: a reformulação histórica pretende tornar protagonistas da construção do socialismo soviético o povo, as lideranças plurais, intelectuais e atores do Partido; o coletivo (re)habilita-se como grande responsável pelo processo revolucionário. A história, nesse ínterim, torna-se estratégica e operacional, funcionando como instrumento do reformismo moderado de Khrushchov, de caráter leninista. Era a hora de tomar as rédeas da história das revoluções russas. Ao tirar seu foco de um líder criminoso, inverter-se-iam seus pólos de ação novamente para uma direção “a várias mãos”. Em posição de inércia, as contradições que celebravam seu irreformável caráter de inflexibilidade, juntamente com o autoritarismo, seriam mantidas sob reformulações pontuais e importantes – ainda que insuficientes a longo prazo – para a imediata crise que se abatia no campo do antigo Império Russo. Stalin, contudo, não morreria. Seu fantasma sobreviveria com o tempo, tornando-o exemplo máximo do paradoxal socialismo soviético cujas evidências de seu futuro colapso já se apresentavam.

(Chrystian Wilson Pereira, citado)

Lentamente, porém, depois do Relatório Krushchev a URSS, sem perder totalmente seu papel na sustentação geopolítica mundial, no contexto da Guerra Fria, através do apoio aos Movimentos de Libertação Nacional, em várias partes do mundo, desloca este papel de coordenadora da Revolução em escala mundial para o de competidora com o Ocidente, no qual a colocação

do Sputnik no ar, em 1957, e a corrida espacial cumpriria importante papel. Daí o fechamento oficial do Kominform:

O **Cominform** ou **Kominform** (em russo: Коминформ, abreviatura de Информационное Бюро Коммунистических и Рабочих Партий, *transl.* Informativo Buro dos Partidos Comunistas e Operários; em português: "Escritório de Informação dos Partidos Comunistas e Operários") é o *acrônimo* usual para designar a organização internacional liderada pelo PCUS e cujo objetivo era promover o intercâmbio de informações e coordenar as ações dos vários *partidos comunistas* da Europa. De fato, o Cominform serviria como instrumento de *política externa* da URSS. Possuía seu próprio *jornal* (cujo título, em português, significava: Pela Paz Duradoura, pela Democracia Popular!) e encorajava a unidade dos partidos comunistas do mundo.

A criação da organização foi anunciada em 5 de outubro de 1947,^{[1] [2] [3]} poucos dias depois da conferência dos partidos comunistas europeus, realizada entre 22 e 27 de setembro, em Szklarska Poręba, na Baixa Silésia polonesa. O encontro havia sido convocado por Stalin, para resolver divergências entre os governos do Leste Europeu quanto a comparecer ou não à conferência do Plano Marshall, em Paris, em julho de 1947. Na época, a maioria dos observadores ocidentais considerou a nova organização como a sucessora da Comintern, a Terceira Internacional ou Internacional Comunista, criada em 1919 e dissolvida pela URSS em 1943, em um esforço dos soviéticos para tranquilizar seus aliados ocasionais na Guerra - os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.^[4]

Inicialmente, o Cominform estabeleceu-se em Belgrado. Mas, após a exclusão da Iugoslávia da esfera soviética, em junho de 1948, a sede da organização foi transferida para Bucareste. A expulsão da Iugoslávia por acusação de *titoísmo* iniciou o período do *Informbiro* na história iugoslava.

O Cominform entrou em declínio depois de 1948, à medida que outros partidos comunistas, como o PCI, passaram também a questionar o controle do PCUS.

Afinal, a organização foi oficialmente dissolvida em 1956, já no período da *desestalinização* promovida por Khrushchov, quando a URSS voltou a se aproximar da Iugoslávia.

(<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cominform>)

Perdia, portanto, a URSS, vigor ideológico, na luta política, reflexo da crise moral derivada da publicidade das atrocidades stalinistas, mas fortalecia-se como um realidade sensível, capaz de oferecer um horizonte de progresso continuado e redistribuído para a humanidade. Isto impediu, em parte, o esfacelamento total do movimento comunista internacional. J.P. Sartre, na

França e Eric Hobsbawn, na Inglaterra, que classificaria os anos posteriores ao Relatório como “Anos Dourados”, ficaram como expressões dessa resistência crítica, porém leal ao socialismo real. Ou, como sentenciou, certa vez, Herbert Marcuse no seu opúsculo “Sobre o Caráter Afirmativo da Cultura” , Ed. Paz e Terra, Coleção Leitura, 2001, pg. 41:

“Onde o espírito precisa condenar, a alma ainda pode compreender...”

3. Stalinismo x Anti-stalinismo: O desafio

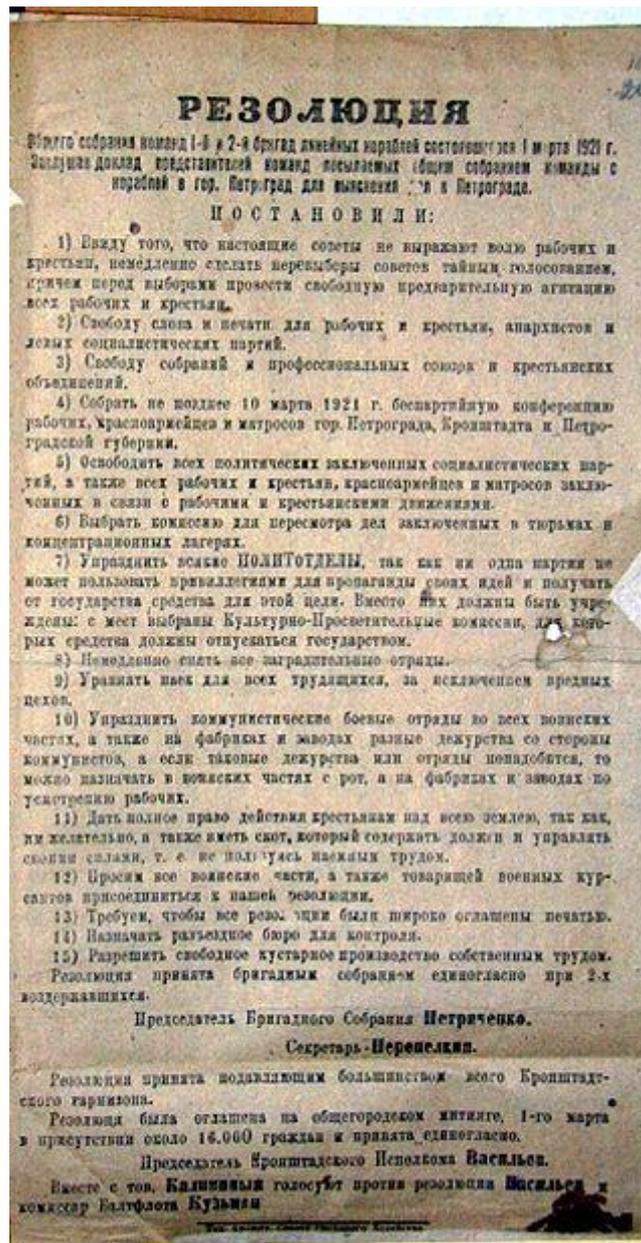
“Do ponto de vista das mudanças, em certa medida, ocorreu um processo tanto paralelo como inverso ao ocorrido no pós-Lenin da década de 1920. Assumiu o poder um setor da estatocracia mais inclinado à abertura, preocupado com as necessidades sociais do povo, com uma certa inclinação populista. [...] Mas as bases do sistema do ordeno e mando – monolítico e monopolista – não foram colocados em xeque por N. Khrushchov ao longo do processo de desestalinização. Por algum motivo, a maior parte da estatocracia apoiara o processo da década de 1950. O sistema possuía uma desmedida fora de inércia, em grande medida devida aos êxitos obtidos na época da centralização necessária dos recursos, da industrialização, da reconstrução e obtenção do equilíbrio militar, e um poderoso corpo de defensores. [...] Confrontada com estas múltiplas variantes, a estatocracia escolheu e impôs o pior: prosseguir sem mudar.”

(Kiva Maidanik p. 24, 1998 apud

Chrystian Wilson Pereira in Batalhas de memória no pós-guerra soviético: A controvérsia stalinista no relatório secreto de Nikita Khrushchov

Já falei um pouco sobre as repercussões do Relatório Krushchev sobre o Movimento Comunista Internacional. Trata-se, agora, de tentar problematizar estas repercussões, ou seja, compreendê-las mais além de uma série de deslizes e crimes, mas como resultado de processos que os envolvem. Vale dizer: situá-los. O crime pode até ser natural, mas não o seu culto. Para impedi-lo, o cultivo da virtude. O mal anunciado no Relatório Krushchev, enfim, ganhou um rosto, humano, chamado Stalin, mas nunca o mal é apenas de um homem só. Roma não foram seus Imperadores, ainda que eles assim se imaginassem. O nazismo não foi apenas Hitler. O mal histórico é coletivo e, neste sentido, político e em o sendo, tem suas origens em antecedentes morais e intelectuais que a inspiraram. É a desordem intelectual que conduz `a catástrofe moral. Estaria no leninismo? Ou no marxismo? Ou nas distorções do marxismo soviético militante positivado em cartilhas da Academia de Ciências da URSS? A inocência do sonho socialista não morreu, na verdade e apenas, com Stalin. Vários assassinatos o foram vitimando desde a tomada do Poder em 1917. A primeira morte foi o massacre em massa, em 1921, num número incerto entre 1.500 e 10 mil marinheiros da Fortaleza da Ilha Kronstadt. Eles se revoltaram contra o Governo de Lênin, exigindo o cumprimento da consigna de Pão e Liberdade. Daí, outras e sucessivas mortes...

As exigências de Kronstadt



As exigências aprovadas na reunião dos marinheiros de Kronstadt no dia 28 de fevereiro, semelhantes em alguns pontos às exigências feitas pelos mencheviques em Petrogrado,^[56] foram as seguintes:^{[57] [58] [59]}

1. Novas eleições imediatas para os soviets. Os presentes soviets não mais expressam os desejos dos trabalhadores e camponeses. As novas eleições devem ocorrer sob voto secreto, e devem ser precedidas de livre propaganda eleitoral;
2. Liberdade de expressão e de imprensa para trabalhadores e camponeses, para os anarquistas, e para partidos socialistas de esquerda;
3. Direito à reunião, e liberdade para sindicatos e organizações camponesas;

4. *A organização, no mais tardar até o dia 10 de março de 1921, de uma conferência de trabalhadores, soldados e marinheiros de Petrogrado, Kronstadt e do distrito de Petrogrado não militantes do Partido;*
5. *A libertação de todos os presos políticos anarquistas e dos partidos socialistas, e de todos os trabalhadores, camponeses, soldados e marinheiros militantes de organizações operárias e camponesas então presos;*
6. *A eleição de uma comissão para estudar os dossiês de todos os detidos em prisões e campos de concentração;*
7. *A abolição de todas as seções políticas dentro das forças armadas. Nenhum partido político deve ter privilégios para a propagação de suas ideias, ou receber subsídios do Estado para este fim. No lugar de seções políticas vários grupos culturais devem ser criados, tomando recursos do Estado;*
8. *A abolição imediata das barreiras militares criadas entre as cidades e o campo;*
9. *A isonomia de rações para todos os trabalhadores, exceto para os que executam funções perigosas ou insalubres;*
10. *A abolição dos destacamentos de combate do Partido em todos os grupos militares. A abolição dos guardas do Partido nas fábricas e empresas. Se guardas fazem-se necessários, eles devem ser nomeados, levando-se em consideração as opiniões dos trabalhadores;*
11. *A concessão aos camponeses de liberdade de ação sobre seu próprio solo, e do direito de possuir gado, contanto que sejam diretamente responsáveis por aqueles e que não utilizem mão de obra assalariada;*
12. *Nós pedimos que todas as unidades militares e grupos de cadetes aspirantes se juntem a esta resolução;*
13. *Nós exigimos que a imprensa dê publicidade adequada a esta resolução;*
14. *Nós exigimos a instituição de grupos de controle operário móveis;*
15. *Nós exigimos que a produção artesanal seja autorizada desde que não utilize mão de obra assalariada.*

https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_de_Kronstadt

A Revolta do Kronstadt foi esmagada, fato que consumiria explicações e justificações de Trotsky, então no comando do implacável Exército Vermelho, até sua morte, em 1940. Continuou acreditando que agira certo, mas a verdade fez-se filha do tempo e o condenou: **"Estas boas pessoas não têm a mínima compreensão do critério e os métodos de investigação científica. Citam os programas dos insurgentes como pregadores devotos citando as sagradas**

escrituras. Se queixam de que não tomamos em consideração os 'documentos', quer dizer, o evangelho de Makhno e os outros apóstolos. 'Considerar' documentos não significa tomar-los ao pé da letra. Marx disse que é impossível julgar partidos ou povos pelo que eles dizem de si mesmos. As características de um partido se determinam consideravelmente mais por sua composição social, seu passado, sua relação com as diferentes classes e estamentos que por suas declarações orais e escritas, especialmente durante um momento crítico de guerra civil. Se por exemplo, começarmos a tomar como ouro puro os inumeráveis programas de Negrín, Companys, García Oliver e cia., teríamos que reconhecer a estes cavalheiros como amigos fervorosos do socialismo. Porém, na realidade são seus pérfidos inimigos."

(Trotsky, 'Muito barulho por Kronstadt' -

<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/09/262322.shtml>)

Os revoltosos foram liquidados, mas ficou a ferida narcísica da promessa de felicidade , apoiada numa razão dialética positiva, incapaz de passar pelo sentimento de justiça. Esta questão – Sentimento! - advertida como problemática, já no Sec.XVIII por um filósofo pouco conhecido, mas certo, que iria se confrontar com o grande Emmanuel Kant persistiu na Filosofia: Friedrich Heinrich Jacobi – 1743 – 1819 - [Alemanha](#). Acreditava que o pensamento e a dedução seriam maus caminhos para a verdade, preferindo a intuição e o sentimento. Aí começava a pista que viria a contestar um dos pilares da filosofia ocidental fundado na supremacia de um sujeito consciente capaz de legislar sobre seu destino. Veio a instruir as correntes espiritualistas posteriores, e foi retomada com firmeza no século XX por Filósofos críticos como Teodor Adorno, Franz Rosenzweig e, sobretudo, Emmanuel Levinas, no rastro da decepção com uma razão instrumentalizada, já percebida desde Nietzsche até chegar a estes novos filósofos do século XX, passando pela Escola de Frankfurt :

“Assim, desvelar o sentido da política é pôr às claras que a política visa sempre a um fim que, na verdade é seu fim. Ora , o fim da política é o fim da ação do sujeito ético na presença de um sentido que se dá à Alteridade como o seu princípio e fundamento.

(José André da Costa in Ética e Política em Levinas – Ed. Fibe, P.Fundo, 2013, pg. 127)

Esta posituação do marxismo, que se converteria no credo do “Marxismo Soviético”, título de um importante livro de H.Marcuse – (Ed. Saga 1969), foi uma verdadeira catástrofe para o próprio marxismo. A obra de T. Adorno em seu livro Dialética Negativa procura revertê-la para o leito original, para daí, pensa-la criticamente.

Marxismo soviético



<http://marxrevisitado.blogspot.com.br/2011/05/marxismo-sovietico.html>

Leandro Konder, em seu último livro – “Em torno de Marx” – comenta a irritação dos militantes comunistas com o livro de Marcuse que levantava a tese que o marxismo ao invés de transformar a URSS fora transformado por ela. Algo semelhante ao marxismo chinês de nossos dias. Tudo leva a crer que a reflexão de Moishe Postone de que as tentativas de substituir o capitalismo pelo socialismo sucumbiram graças à manutenção do sistema de produção capitalista. Tai a China para validar a tese. Vale a pena a leitura do texto de Konder.

“ O “marxismo” oficialmente adotado pelos partidos comunistas e pela União Soviética encastelava-se em Formulas ideológicas desgastadas, envelhecidas. No livro “O marxismo soviético”, Marcuse dizia que o marxismo, em vez de transformar a realidade socioeconômica existente na URSS, fora transformado por ela e se tornara uma ideologia de legitimação de uma vasta organização estatal e de uma complexa máquina político-partidária. Por sua falta de vigor crítico, tornava-se cúmplice do sistema capitalista contra o qual havia sido criado.”

Tal como o Positivismo de Comte, o marxismo ortodoxo, de inspiração soviética, acabou abandonando o idealismo racional, original, de Hegel.

O certo é que, além da liquidação dos revoltosos, o próprio Lênin, depois disso, endureceu o regime proibindo a existência de outros Partidos e fazendo a célebre afirmação de que os socialistas que não o seguissem abandonassem o país. Não obstante, teve a clara percepção, com a revolta, de que a Política do Comunismo de Guerra se esgotara, dando a grande virada em direção à Nova Política Econômica – NEP -, de forma a reconstituir minimamente a economia nacional abalada pela desorganização, desabastecimento e fome generalizados.

O advir, enfim, nunca é uma dedução fria da Lei ou fatal dos acontecimentos, mesmo numa Revolução. Para tanto, aliás, é importante conceituar “acontecimento” como irrupção de uma singularidade única e aguda no lugar e no momento de sua produção”(Foucault, 1972:79) e perceber o advir como uma possibilidade do sujeito, aberta à criação histórica e cuja recriação podemos e devemos, sempre, avaliar. Tal foi o Kronstadt.

Esse sujeito, a subjetividade humana, é caracterizado pela reflexividade, algo distante do mero espírito, dedução ou pensamento, e pela vontade ou capacidade de ação deliberada. Sem este sujeito, claro, a moralidade se esvai. Ele, o sujeito, “é” em sociedade e sem esta sociedade, nem teria sentido falar em moralidade. Como existia a sociedade russa, o imperativo moral era indispensável à construção do socialismo. Mas os dirigentes soviéticos preferiram obviar estas considerações, assassinando, neste processo não apenas inimigos internos ou externos ao processo revolucionário, mas as próprias bases filosóficas que os sustentavam na redução do marxismo crítico ao positivismo: A “Derrota de Dialética”, como afirmou Leandro Konder, em livro com este título – Ed.Campus, 1988, RJ.

EM MEMÓRIA DA INSURREIÇÃO DE KRONSTADT

Nestor Makhno

<http://www.nestormakhno.info/portuguese/kronstadt.htm>

O dia 7 de Março é uma jornada de pesar para os trabalhadores da dita "União das Repúblicas Soviéticas e Socialistas", que participaram de uma ou de outra forma nos acontecimentos desse dia em Kronstadt. A sua comemoração é igualmente dolorosa para os trabalhadores de todos os países, pois recorda o que os operários e marinheiros livres de Kronstadt exigiram do carrasco vermelho, o "Partido Comunista Russo" e do seu instrumento, o governo soviético, que estavam assassinando a revolução russa.

*Kronstadt exigiu destes bandidos estatistas a restituição de tudo o que pertencia aos trabalhadores das cidades e dos campos, tendo sido eles a fazer a revolução. Os proletários de Kronstadt exigiram que fossem postos em prática os princípios da revolução de Outubro: **"Eleição livre dos soviets, liberdade de expressão e de imprensa para operários e camponeses, para anarquistas e socialistas revolucionários de esquerda"**.*

O Partido Comunista Russo viu nisto um atentado inadmissível ao seu monopólio no país e, escondendo cobardemente a imagem de carrasco atrás da máscara de revolucionário e de amigo dos trabalhadores, declarou contra-revolucionários os operários e marinheiros livres de Kronstadt e depois lançou contra eles dezenas de bufos e de escravos submissos: tchekistas, koursantis, membros do Partido... empenhados em massacrar estes honestos combatentes revolucionários, cujo único erro tinha sido de se indignarem diante da mentira e da cobardia do Partido Comunista Russo que espezinhava os direitos dos trabalhadores e da revolução.

A 7 de Março de 1921, às 18h45, um furacão de fogo de artilharia foi desencadeado contra Kronstadt. Era natural e inevitável que a Kronstadt revolucionária se defendesse. Foi o que fez, não apenas em nome das suas exigências, mas também dos outros trabalhadores do país que lutavam pelos seus direitos revolucionários, arbitrariamente esmagados pelo poder bolchevique.

A sua defesa teve repercussões em toda a Rússia amordaçada, disposta a secundar o seu combate justo e heróico, mas infelizmente impotente, pois então já estava desarmada, constantemente explorada e agrilhoadada pelos destacamentos repressivos do Exército Vermelho e da Tcheka, especialmente formados para esmagar a livre vontade e espírito do país.

É difícil avaliar as baixas dos defensores de Kronstadt e da massa cega do Exército Vermelho, mas certamente foram mais de dez mil mortos. Na maior parte, operários e camponeses, aqueles de que o Partido da mentira se tinha mais servido durante anos, unicamente pelos seus interesses próprios de partido, para desenvolver e aperfeiçoar o domínio todo poderoso sobre a vida económica e política do país.

Kronstadt defendeu tudo o que havia de melhor na luta dos operários e camponeses na revolução russa contra a oligarquia bolchevique. Por isso, esta exterminou-os, uns imediatamente depois da sua vitória militar, os restantes nas fortalezas e prisões, herdadas da ordem czarista e burguesa. Dos que conseguiram alcançar a Finlândia, muitos ainda se encontram em campos de concentração.

Vista desta forma, a jornada do 7 de Março deve ser compreendida como um momento doloroso pelos trabalhadores de todos os países. Nesse dia, não apenas os trabalhadores russos, mas todos, devem recordar o episódio terrível dos revolucionários de Kronstadt caídos na luta e os que ficaram apodrecendo nas masmorras bolcheviques. Mas não é com gemidos que se resolve a questão: além da comemoração do 7 de Março, os trabalhadores de todos os

países devem organizar comícios por todo o lado para protestar contra as barbaridades cometidas em Kronstadt pelo Partido Comunista contra operários e marinheiros revolucionários e exigir a libertação dos sobreviventes padecendo nos cárceres bolcheviques e nos campos de concentração finlandeses.

Delo Truda, No.10, Março 1926, pp.3-4

Traduzida por Manuel Baptista

Já devia haver, portanto, nos fundamentos do leninismo, tão aclamado pelos comunistas e sustentado pelo Relatório Krushchev, os gérmens do autoritarismo que levaria ao stalinismo: A Teoria do Partido como vanguarda iluminada da classe operária, a organização da luta política para a criação de uma situação revolucionária sobre a qual o Partido deveria prepara-se para o golpe fatal na conquista do Poder, a simplificação da transição ao socialismo através da Ditadura do Proletariado, a militarização do Partido, rigidamente controlado pelo princípio do centralismo democrático, extensiva ao conjunto da sociedade ao longo da luta pelo socialismo. Tudo isso transcende a Stalin e impõe a questão: Onde estavam os problemas que levaram ao Stalinismo e, finalmente, ao desaparecimento da URSS como Pátria do Socialismo?

Não se concebe língua humana na qual, qualquer que seja a forma gramatical da resposta, a pergunta não possa ser formulada: quem fez isso? Quem disse isso?

(C.Castoriadis, citado in o Estado do Sujeito, conferencia Paris 15 /maio de 1986. Publicada Encruzilhado do Labirinto 3, Paz e Terra)

Depois do Kronstadt viriam as mortes na luta pela sucessão de Lênin, igualmente sangrenta e que levaria Trotsky para o exílio. Simultaneamente, a campanha da coletivização das terras, acompanhada dos Grandes Expurgos da década de 30. Sob a aparência de um Estado Planificador, crescia o Estado do Terror sob a alegação da construção do socialismo.

Estado Planificador

<http://maltez.info/cosmopolis/Estados/urss.htm>

Depois daqueles *passos para trás* no sentido da caminhada para a colectivização, como pretendeu ser a frustrada NEP de Lenine, e que Estaline vai manter até 1928, aliás contra a opinião de Trotski, eis que, a colectivização vai passar a acto com o primeiro plano quinquenal do estalinismo, 1928-1932, com o qual se visava *edificar o socialismo*. As principais medidas que dele constam são a instituição dos *kolkhozes*, as cooperativas de produção agrícola,

e dos *sovkhozes*, as fábricas agrícolas do Estado, conforme tinham sido delineadas no XV Congresso do PCUS, de Dezembro de 1927, o mesmo congresso que confirmou a expulsão de Trotski e de Zinoviev dos quadros do partido. Foi também neste Congresso que, de acordo com um relatório apresentado por Molotov (1890-1986), que se decidiram aplicar medidas fiscais contra os *Kulaks*, desencadear a industrialização rápida e estabelecer o primeiro plano quinquenal. A partir de 1929, o chamado *ano da grande mudança*, o processo de colectivização assumiu um ritmo vertiginoso. Assim, se em Outubro desse ano apenas 4% das terras eram colectivamente exploradas, eis que a mancha da colectivização logo atinge 21% em Janeiro de 1930 e 58% em Março do mesmo ano para chegar aos 75% em 1934. O segundo plano quinquenal (1933-1937) já é mais moderado, incidindo especialmente sobre a indústria ligeira, a do têxtil e a do mobiliário, em vez da chamada *linha do metal*. Também em termos propagandísticos, em lugar do terror burocrático, a propaganda psicológica do *stakhanovismo*. Face à subida ao poder dos nazis, o estalinismo tenta também uma aproximação às democracias burguesas. Faz entrar a URSS na SDN e defende, para os comunistas estrangeiros, alianças com os socialistas, através de frentes populares. Em 1934 chegam mesmo a ser amnistiados numerosos kulaks e condenados políticos. Com efeito, Estaline, começando por aliar-se à *direita*, ao invocar o *socialismo num só país*, para eliminar a *esquerda* (o Trotskismo), trata, depois de invocar certas teses dessa mesma *esquerda*, como a planificação e a colectivização agrária, para esavaziar a *direita*. Logo, depois da desertificação, pode, assumir uma pose de *centrista* que, no fundo, significa, como observa Edgar Morin, *um infrabolchevismo onde o aparelho administrativo do partido arranca todos os poderes aos líderes políticos e onde, doravante, só o secretário-geral faz política*. O cúmulo desse *centrismo* vai acontecer com o XVII Congresso do PCUS iniciado a 26 de Janeiro de 1934, o chamado *congresso dos vencedores*, onde parece, de novo, congregar-se toda a família bolchevique, à excepção de Trotski

Um Estado Terrorista

<http://maltez.info/cosmopolis/Estados/urss.htm>

O misterioso assassinato do delfim de Estaline, Serguei Kirov (1886-1934), na tarde do dia 1 de Dezembro de 1934, e que logo é atribuído aos hitlerotrotskistas, vem alterar de forma dramática a aparente acalmia. Não tarda também que surjam os célebres processos de Moscovo, marcados pelas fantásticas confissões espontâneas dos arguidos. O primeiro grande processo tem como réu Grigori Zinoviev (1883-1936) e desenrola-se de 19 a 24 de Agosto de 1936. Seguem-se, nessa primeira vaga de 1936, entre outros, Lev Kamenev (1883-1936) e Ivan Smirnov. O segundo grande processo

decorre de 23 a 30 de Janeiro de 1937 e tem como principais acusados Yuri Piatakov, Karl Radek , Grigori Sokolnikov e Lionid Serebriakov. O terceiro processo, de 2 a 13 de Março de 1938 já abrange Nikolai Bukharine (1888-1938), Alexis Rykov (1881-1938) e Khristian Rakovski (1873-1941) . O próprio Exército Vermelho não escapou à purga. Com efeito, a 12 de Junho de 1937 anunciava-se a descoberta de uma conspiração militar e que os seus autores tinham sido executados. Segundo o comunista Roy Medvedev, de 1936 a 1939, foram presas cerca de cinco milhões de pessoas, das quais teriam sido executadas entre 400 .000 a 500.000. Nos termos do relatório Khrushchov, apresentado ao XX Congresso do PCUS, nessa vaga de repressões em massa e actos brutais de violação da legalidade soviética, entre os 139 titulares e suplentes do Comité Central do PCUS, eleitos em 1934, cerca de 70%, isto é, 98, foram presos e executados no período de 1937-1938. Também 1108 dos 1966 delegados ao mesmo Congresso foram presos sob a acusação de crimes contra-revolucionários. A vaga repressiva não se ficou apenas pelo partido e pelas forças armadas, dado que atingiu também o mundo universitário, científico e literário, bem como os próprios comunistas estrangeiros que se encontravam na URSS. Ironicamente, Estaline, le mangeur d'hommes, vem dizer, por ocasião do XVIII Congresso do PCUS, em Março de 1939: **a função da repressão no interior do país tornou-se supérflua e desapareceu, pois, uma vez que a exploração foi suprimida e os exploradores já não existem, não há mais ninguém a reprimir. Acrescenta mesmo: não se pode dizer que a depuração tenha sido feita sem defeitos graves. Infelizmente os erros foram mais numerosos do que poderíamos supor. Não há dúvida de que não teremos de empregar mais o método da depuração maciça.**

E sempre a mesma lógica: Só o Partido e seu Guia exprimiam o impulso da nação (V.Grossman pg – 426). Não se tratava, mais, apenas da Revolução mas da Rússia e seu destinamento, que conheceria tudo ao longo de sua História, sobretudo o pavor frente ao Estado autoritário e a desconfiança como técnica de sobrevivência, menos a criação de instituições que garantissem a liberdade e democracia. A Rússia, sob o Poder Soviético, saía realmente da barbárie medieval em que o Tzarismo a mantivera por séculos, mas não para o espaço público da palavra que consagrasse sua alma profunda e criativa, mas para o deletério mundo da distopia aterradora, que inspiraria, talvez, G.Orwell a escrever “1984”, depois de contemplar, horrorizado, Stalin, Churchill e Truman, na celebração da vitória contra Hitler, dividindo o mundo:

Marx era como um físico que estabelecera uma teoria de estruturação da matéria nas forças centrífugas e desdenhara as forças da gravitação universal. Determinara as forças que opunham as classes, observando-as melhor do que qualquer um ao longo da História da humanidade. Contudo, como frequentemente acontece com aqueles que fazem grandes descobertas, imaginara que as forças das lutas de classes que ele determinara decidiam sozinhas o desenvolvimento da sociedade e o rumo da História. Não percebera que a força poderosa da comunhão nacional acima das classes, e sua física social, construída sobre o desdém pela lei universal da gravitação nacional, era absurda.

(Vassili Grosman, Vida e Destino, pg. 399)

Além da repressão política sobre seus próprios quadros, fato denunciado no Relatório Krushchev, o estalinismo caracterizou-se, também, pelo abandono das diretrizes da Nova Política Econômica – NEP – e “superadas as deformações dos princípios leninistas da cooperação das economias camponesas” (Manual de Economia Política da URSS), estabelecidas ainda por Lênin, com vistas à reorganização do mercado e da economia, preferindo o modelo autoritário da coletivização das terras que levaria, como se dizia com naturalidade, à liquidação dos kulacks. Mais mortes: num montante incerto, mas que teria assassinado cerca de 20 milhões de camponeses.

A coletivização compacta e a liquidação, realizada na sua base, do campesinato rico, como classe, representaram uma profundíssima reviravolta revolucionária. Na resolução Sobre o Movimento Colcosiano e o Ascenso da Agricultura, o XVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1930) assinalou:

“Se a confiscação da terra dos latifundiários foi o primeiro passo da Revolução de Outubro no campo, já a passagem para os colcoses representa o segundo e, ao mesmo tempo, decisivo passo, que determina a etapa mais importante para a causa da construção dos fundamentos da sociedade socialista na URSS.”⁽¹³⁶⁾

Esta foi uma revolução, que liquidou as velhas relações de produção capitalistas e pequeno-burguesas no campo, as quais constituíam obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas, substituindo-as por relações de produção novas, socialistas.

Esta revolução solucionou uma série de tarefas radicais da construção socialista.

Em primeiro lugar, a revolução liquidou a mais numerosa classe exploradora no país, a classe dos camponeses ricos. A liquidação do campesinato rico como classe, na base da coletivização compacta, foi um passo decisivo para o aniquilamento das classes exploradoras. O problema “quem vencerá a quem?” foi resolvido não somente na cidade, mas também no campo, em favor do socialismo. Foram extinguidas, dentro do país, as últimas fontes de restauração do capitalismo.

Em segundo lugar, a revolução transferiu a mais numerosa classe trabalhadora do país — a classe dos camponeses — do caminho da economia individual, que engendra o capitalismo, para o caminho da economia social, colcosiana, socialista, solucionando, com isto, a mais difícil tarefa histórica da revolução socialista.

Em terceiro lugar, a revolução deu ao poder soviético uma base socialista no ramo da economia nacional mais extenso e vitalmente necessário, bem como mais atrasado, ou seja, na agricultura. A agricultura passou a se desenvolver numa base idêntica a da indústria — na base da propriedade social dos meios de produção. Foi resolvida, desta maneira, uma das mais profundas contradições do período de transição — a contradição entre a grande indústria socialista e a pequena economia camponesa individual —, fazendo-se desaparecer o terreno para a oposição entre a cidade e o campo.

A vitória do regime [colcosiano](#) foi alcançada numa luta decidida contra os [trotskistas](#) e [bukharinistas](#), que pugnavam contra a coletivização das economias camponesas.

A luta pelo poder interno à URSS e as tarefas sangrentas da construção do que era considerado o modelo ideal de socialismo estavam consolidados em 1956, quando do Relatório Krushchev. Seria de se esperar, então, tivesse a denúncia ido a fundo nos fundamentos do autoritarismo soviético, uma era de grande abertura e desenvolvimento não só econômico, mas institucional, com vistas à democratização do país. E que isso se espraiasse pelo mundo como, senão modelo, inspiração. Para tanto, seria necessário que o PCUS tivesse no seu seio um debate crítico profundo sobre o próprio marxismo-leninismo, como sobre a construção do socialismo. Isso, porém, era impossível. O PCUS já tinha se transformado numa monumental máquina burocrática, sob rígido controle central, autoritário, responsável pelo sistema de dominação que organizava o país inteiro. Diminui, com efeito, o culto à personalidade dos líderes de turno, em benefício da ampliação do sistema de tomada de decisões, mas os canais da ampla mobilização popular, supostamente presentes no modelo soviéticos já estavam e permaneceram emperrados. Amenizou,

também a vigilância policalesca sobre a população, mas longe de permitir a emergência e reorganização de livres manifestações de pensamento e expressão artística, científica e política. Nenhum avanço se verificaria na construção de um sistema institucional moderno de garantia de direitos e promoção da cultura. A Rússia, enfim, sob o sistema soviético, grande parte da criatividade que marcara sua exuberante literatura e iniciativa política até a Revolução. O realismo socialista se impôs como o que se considerava, burocraticamente, imperativo de classe. Apesar de tudo, o Império se mantinha, como um dos polos da Guerra Fria, embora perdendo, cada vez mais, sua influência sobre as correntes libertárias do resto do mundo. No mesmo ano de 1956 a intervenção armada da URSS sobre a Hungria evidenciaria o que os tanques sobre a Polônia e Tchecoslováquia arremetariam no final da década seguinte: O Poder Imperial da URSS não só contra o Imperialismo Capitalista, mas sobre o próprio desenvolvimento do socialismo no mundo.

Hoje, entretanto, ao se celebrar o 60º. Aniversário do Relatório Krushchev, os movimentos libertários trilham novas inspirações além do marxismo-leninismo e das Revoluções Socialistas do século XX. Elas estão presente na Teologia da Libertação na América Latina ,principalmente no Brasil, no *revival* de heróis e movimentos patrióticos ancestrais, tal como o chamado “bolivarismo”, estimulado pelo ex-Presidente Chaves, da Venezuela e pelas novas questões suscitadas pela valorização das populações indígenas, do negro, da mulher, dos LGBT e verdes em sua batalha pela sobrevivência do planeta. Seria difícil imaginar, nos anos 1930-80, jovens dispostos a morrer no Ártico em defesa das...baleias. Ou supor-se que médicos jovens estariam mais propensos a arriscar a vida em ONGs como Médicos Sem Fronteiras em perigosas regiões do centro do mundo, a lutar pela Pátria, pela Classe ou por uma Ideologia. Exceção a esta mudança de comportamento aos movimentos libertários e talvez até como consequência da falência do marxismo em manter sua influência sobre as aspirações populares, são os movimentos regressistas do *jihadismo* muçulmano, sobretudo dos que se reúnem sob o DAESH (Estado Islâmico), os quais exigiriam outra abordagem além dos propósitos deste artigo.

Aqui, deseja-se realçar a importância do Relatório Krushchev como um momento de reflexão sobre o devir histórico à crise que abala o mundo ocidental. Contrariamente à crise dos anos 30, as correntes progressistas já não têm um projeto claro de reconstrução do mundo. São fortes na crítica e débeis na proposição de alternativas. Àquela época, milhares de jovens do mundo inteiro afluíram à Espanha em defesa da República ameaçada pelas falanges de Franco. Todos sonhavam com o socialismo, tendo na Revolução Bolchevique de 1917, senão na URSS, um modelo de emancipação, e no marxismo uma luz. Isso não ocorre mais. A própria falência dos Partidos

Comunistas, senão seu desaparecimento, abriu caminho para novos Partidos de inspiração popular, tal como o PT no Brasil, o Movimento para o Socialismo do Presidente Evo Morales, o PODEMOS , na Espanha, o SYRISA na Grécia . a [Esquerda Republicana da Catalunha](#) (ERC), que luta pela separação desta região da Espanha, etc, todos refletindo não só uma Nova Era, com novos agentes sociais como protagonistas, como sugere Boaventura de Souza Santos, mas a própria insuficiência de uma Teoria Crítica abrangente, tal como a que cumpriu o marxismo por um século. A ideia de Partido Político, de Vanguarda ou de Massas, da Revolução com vistas a um novo modelo, ou de fórmulas para a reconstrução do mundo segundo novos parâmetros, mais condizentes, inclusive com o tripé já aceito mundialmente do desenvolvimento sustentável, desde a Eco-92 – Eficácia econômica, Justiça Social e Equilíbrio Ecológico, escapam da conjuntura. O mundo é cada vez mais perigoso, a economia e o poder cada vez mais concentrado no famoso 1% da população do globo, o desemprego e a miséria são gritantes, mas nada parece sensibilizar, realmente, a humanidade, que caminha envergonhada para uma crise sem precedentes.

Mais uma vez, a necessidade de se perguntar: O QUE FAZER?

Tarefa difícil de responder, mais ainda por quem, além das limitações pessoais, já está muito distante de qualquer ativismo, limitado por todos os lados. Ouso, contudo, chamar a atenção para a urgência de um debate franco e profundo, mais além da repetição de citações clássicas. Que venha um debate essencialmente crítico, do próprio marxismo ou das Teorias Críticas em geral, do marxismo-leninismo como resposta ao QUE FAZER e, sobretudo, sobre os erros da construção do socialismo na URSS e que a levaram, não só à extinção, mas a perda de vigor da própria utopia socialista. O ponto de partida, a meu juízo, deverá ser o retorno à ideia da moralidade como fonte do sentimento do bem, já proclamada por F. Jacobi, em 1789 e consagrada no século XX por vários Filósofos da Teoria Crítica, e atualização do porvir como desatualização do hoje. Não há atualidade sem atualização, desatualização e porvir. A atualidade problematizada é uma “borda do tempo”, como dizia Foucault, que

envolve nosso presente , que o domina e que o indica como alteridade. Este reconhecimento que é o da crítica, da problematização, desatualiza o presente, desatualiza o hoje, no movimento de uma interpelação. Urge essa interpelação. Impõe-se..

Este o desafio: movermo-nos além das alternativas e condicionantes internos e externos colocando-nos perigosamente na fronteira, “no ponto de uma transgressão possível”, o que não significa a adesão às formas mais violentas de luta e de voluntarismo irresponsável, convictos de que a eternidade é um possível contido no múltiplo do presente. Para tanto, mais do que reeditar o discurso do Partido Eleito, que leva ao isolamento, suicida, sobretudo em presença de Governos Populares, precisamos refundir a esquerda numa perspectiva democrática capaz de aglutinar amplos setores da sociedade identificados com as ideias de Povo e Nação. Isto é o que Boaventura de Souza Santos denomina Sociologia das Emergências.

Para isso, é preciso que as esquerdas saibam ter medo sem ter medo do medo. Saibam furtar rebentos de esperança à trituração neoliberal e plantá-los em terrenos férteis onde cada vez mais cidadãos sintam que podem viver bem, protegidos, tanto do inferno do caos iminente, como do paraíso das sirenes do consumo obsessivo. Para que isto aconteça, a condição mínima é que as esquerdas permaneçam firmes nas duas lutas fundamentais, a Constituição e a hegemonia.

(Boaventura de Sousa Santos - A Esquerda do futuro: uma sociologia das emergências)

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Esquerda-do-futuro-uma-sociologia-das-emergencias-/4/35257>

O risco maior da atual crise nacional e mundial nem é tanto o de saber O QUE FAZER, mas, principalmente d' O QUE NÃO FAZER e isto está inscrito nas experiências fracassadas das iniciativas populares ao longo do último século. Ou esquecemos que os comunistas alemães tiveram sua parcela de responsabilidade na liquidação da República de Weimar, em 1933? Ou que Salvador Allende estava certo em tudo, em 1973, no Chile, só não tinha compatibilizado seu discurso com a estratégia de tomada do poder. Perdeu a classe média...A esquerda tem um instinto natural de se confrontar à dominação diante da crise e de criar ilusões sobre o destino da História. Estigmatiza a prudência como indicador de falta de iniciativa. E esquece que a cautela não é ditada pelo mero medo ao enfrentamento, mas pela consciência de que ela deve ser evitada por uma concepção tática de ampliação social com vistas ao aprofundamento estratégico da democracia. Lamentavelmente, a longa formação num molde de organização para o enfrentamento e para o assalto ao Poder, na expectativa de situações revolucionárias, que dificilmente se repetirão, com vistas ao Socialismo, continuam estimulando a esquerda a acumular forças em si mesmo. Ora, nada garante que o capitalismo caminha inexoravelmente para o socialismo. Isso é puro discurso, que muitas vezes isola e imobiliza setores importantes das lutas populares. Antes de afirmar isso, deveríamos saber responder ao que Marx sempre se recusou a dizer: O que é o socialismo? Seria o que Stalin edificou na URSS? O que a China está a apresentar ao mundo? O que Cuba e Coréia, cada qual a seu modo, oferecem? Já não sabemos. Há poucas décadas não tínhamos a menor dúvida. Hoje, mourejamos na dúvida, salvo, claro, os setores iluminados pela ortodoxia que já têm tudo pronto na cabeça. Respondo que temos, talvez, mais a ler mais os clássicos, sobre as exigências para o exercício da vida pública. Isso porque as tarefas que temos pela frente passam, antes pelo Estado do que pela Revolução, antes pela Democracia do que pelo Socialismo.

A tarefa é difícil. Há uma Paideia cristalizada no seio da esquerda. Mais difícil do que compreender o que fazer, como disse, é abandonar velhas concepções que orientaram gerações e gerações de combatentes revolucionários, ainda que os levando à uma sucessão de derrotas. Mas vale o esforço. Perde-se, num deslize, um amor, um bonde, até um Governo, mas não se perderá, jamais, a esperança num mundo melhor...

Bibliografia consultada e citada

A COLETIVIZAÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA - Manual de Economia Política -

Academia de Ciências da URSS - <http://historiaeciadj.blogspot.com.br/2014/10/a-coletivizacao-da-uniao-sovietica.html>

AGGIO, Alberto – O Gramsci que “conhecemos” e o que ele inspirou - <http://gilvanmelo.blogspot.com.br/2015/12/alberto-aggioo-gramsci-que-conhecemos-e.html>

AZAMBUJA, I.S. – As denúncias sobre os crimes de Stalin (Referência ao “Beau Dimanche”, de autoria de Jorge Semprum – Ed. Nova Fronteira, 1980 <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=12323&cat=Ensaios>

BURGOS , Raúl - Gramsci y la izquierda en América Latina - Fonte: Especial para *Gramsci e o Brasil*. <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=980>

BUZZI, Arcângelo R. Introdução ao Pensar: O Ser, o Conhecimento, a Linguagem. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius - Encruzilhadas do Labirinto 1, 2 e 3, Paz e Terra.

CLAUDIM , Fernando – A Crise do Movimento Comunista – Ed.Global -[baixar-livro-gratis.com/?p=228375](http://livro-gratis.com/?p=228375)

CONTI, Mario Sérgio - O Relatório Kruchev – FSP 09fev16.2016

COSTA, José André - Ética e Política em Levinas – Alteridade, responsabilidade e justiça – Ed. Fibe, Passo Fundo, 2015

COURTOIS, Stephanie (e outros) - Diretor de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS, Paris, FR, uma coletânea de denúncias em “ O Livro Negro do Comunismo” Bertrand Brasil, 1999. 924p., [32] p. de estampas: il. Tradução de: Lê livre noir du communisme ISBN 85-286-0732-1 - BCD UNIÃO DE EDITORAS S.A.

COUTINHO, Carlos Nelson - A Democracia Como Valor Universal - <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>

DEUSTCHER, Isaac – Trilogia TROTSKY : (I) O profeta armado (1879-1921) 1968; (II) O Profeta Desarmado e (III) O Profeta Banido. – Ed.Civilização Brasileira - RIO DE JANEIRO

FALCÃO, Frederico José. UFRJ Doutorando do PPGESS/UFRJ O Relatório Secreto de Kruschew e o Partido Comunista do Brasil (PCB): desestalinização e crise. In: **XII Encontro Regional de História ANPUH, 2006, Niterói**. Usos do Passado ANPUH- Resumos e Programação. Niterói: UFF, 2006. <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Frederico%20Jose%20Falcao.pdf>

FERREIRA, Jorge. URSS: mito, utopia e história. **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 75-103, 1998.

FOUCAULT, M – Entrevistas – Arquivo pessoal

GRAMSCI , A. – Um Partido de Massas - L’Ordine Nuovo” - de 05 de outubro de 1921 – Publicado <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1921/09/25.htm>

GROSSMAN, Vassili – Vida e Destino – Ed. Alfaguara. 2015 Trad. Irineu Franco Perpetuo -http://www.objetiva.com.br/livro_ficha.php?id=1486

JACOBI, Friedrich Heinrich - [Dicionário básico de filosofia](#)

<https://books.google.com.br/books?isbn=8571100950> - Hilton Japiassu - 1990 - Philosophy

[https://books.google.com.br/books?id=GpyLFGJiSpgC&pg=PA153&lpq=PA153&dq=\(Friedrich+Heinrich+Jacobi+%E2%80%93+1743+%E2%80%93+1819+-+Alemanha&source=bl&ots=VLY5zVx2u2&sig=Db0FaQVU_MV2sM6CATMY5HDYmdq&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKewi106KlwZLLAhXCf5AKHffbDOYQ6AEILzAE#v=onepage&q=\(Friedrich%20Heinrich%20Jacobi%20-%E2%80%93201743%20-%E2%80%93201819%20-%20Alemanha&f=false](https://books.google.com.br/books?id=GpyLFGJiSpgC&pg=PA153&lpq=PA153&dq=(Friedrich+Heinrich+Jacobi+%E2%80%93+1743+%E2%80%93+1819+-+Alemanha&source=bl&ots=VLY5zVx2u2&sig=Db0FaQVU_MV2sM6CATMY5HDYmdq&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKewi106KlwZLLAhXCf5AKHffbDOYQ6AEILzAE#v=onepage&q=(Friedrich%20Heinrich%20Jacobi%20-%E2%80%93201743%20-%E2%80%93201819%20-%20Alemanha&f=false)

KONDER, Leandro – Derrota da Dialética, Ed. Campus – RJ, 1988 -

KONDER, Leandro. *Intelectuais Brasileiros e Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, pp. 13-18

KHRUSHCHOV, Nikita. Relatório secreto do Comitê Central do Partido no XX Congresso do PCUS. Discurso 24-25 fevereiro de 1956 <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>

MAIDANIK, Kiva. Depois de Outubro, e agora? Ou as três mortes da Revolução Russa. **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 9-43, 1998.

MARCUSE, Herbert - Marxismo soviético – Ed. Saga – RJ 1969

MARX, Karl - 1844, em Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Boitempo Ed –S.Paulo -

<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Marx,%20Karl/Critica%20da%20Filosofia%20do%20Direito%20de%20Hegel.pdf>

NOVA, Cristiane e Nóvoa, [Jorge](#) - Carlos Marighella

1999 - Brazil - <https://books.google.com.br/books?isbn=8571392625>

O Relatório Krushcher - wikipedia

PADURA, Leonardo, “ O Homem que Amava Cachorros”. Editora: [BOITEMPO](#) – 1ª. Ed. 2013

PAIM, Antonio – O relato de uma decepção política – Prefácio do livro O Retrato, de O.Peralva.

<http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/o-relato-de-uma-decepcao-politica/>

PEREIRA, Chrystian Wilson - Batalhas de memória no pós-guerra soviético: A controvérsia stalinista no relatório secreto de Nikita Khrushchov - <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=420>

PILLA VARES, Luiz Paulo - O Relatório que Assombrou o Mundo - 27/03/2006 - <http://www.pilla.vares.nom.br/2006/relatori.htm> -

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO JR., Caio – A Revolução Brasileira e a Questão Agrária – Cia. Das Letras, 1966

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As Revoluções russas e o socialismo soviético.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.

REVOLUÇÕES – Projeto e Exposição - O Projeto Revoluções é uma realização do Instituto de Tecnologia Social - ITS BRASIL, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, do SESC-SP e da Boitempo Editorial. - <http://revolucoes.org.br/v1/seminario/emir-sader/ano-torto>

SANTOS, Boaventura de Sousa **A Esquerda do futuro: uma sociologia das emergências – Carta Maior – 03 janeiro 2016**
<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Esquerda-do-futuro-uma-sociologia-das-emergencias-4/35257>

3, Relatório Krushev

Mario Sergio Conti - FOLHA - 09fev16

Daqui a pouco será o aniversário de 60 anos da leitura, na tribuna do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, do Relatório Krushev. Foi um auê. Um governante russo incriminava pela primeira vez Josef Stálin, enterrado três anos antes no Kremlin com a auréola de santo.

O relatório fez com que algo do Stálin real emergisse. Ele mandara torturar e matar centenas de milhares de inocentes. Deportara povos e perseguira etnias. Provocara crises alimentares e instituíra o trabalho forçado. Fizera um pacto com Hitler que levou 22 milhões de soviéticos à morte, na Segunda Guerra

Mundial.

Nikita Krushev, secretário-geral do PC, discursou em 23 de fevereiro de 1956, ao fim de um congresso modorrento. Os 1.450 delegados do partido ficaram em choque, mas não receberam o documento impresso. Mesmo censurado pela imprensa, nas semanas seguintes não se falava de outra coisa em Moscou. E, cada vez mais, na União Soviética: o relatório foi lido aos 25 milhões de filiados do PC e da Juventude Comunista. Houve manifestações contra e a seu favor. O partido stalinista da Polônia traduziu o discurso. O texto polonês foi retraduzido e publicado, em junho, pelo "The New York Times" e pelo "Le Monde". O relatório consternou militantes mundo afora: o socialismo desandara em terror policial.

A reação ambígua dos chefetes stalinistas, coniventes e beneficiários dos crimes do tirano, fez com que relatório tivesse uma existência fantasmagórica. Só veio a ser publicado na União Soviética quando ela agonizava, em 1989. Teve destino semelhante no Ocidente. Apenas agora saiu a tradução francesa do texto russo, feita pelo historiador Jean-Jacques Marie. Como ele anexou cem páginas de introdução e notas, o livro está cheio de novidades. Fica-se sabendo, por exemplo, que o relatório não foi escrito por Krushev. Quem o redigiu, por ordem expressa da direção do PC, foi um stalinista de quatro costados, Piotr Pospelov, que fizera a biografia oficial do ditador e editara o "Pravda".

Krushev o leu com um objetivo tríplice. Queria fazer frente à explosão social eminente, precaver-se para o surgimento de uma nova esquerda e manietar a ala dura do stalinismo, que engendrava a sua derrubada. A explosão de fato veio, mas nos satélites europeus. Com hiatos, ela se deu em Berlim, Budapeste, Praga e Varsóvia. A força de esquerda não se materializou. A ala dura abateu Krushev oito anos depois. O relatório tem atualidade na Rússia e fora dela. Dentro do país porque Putin ensaia a reabilitação de Stálin, no quadro fantasioso da Grande Rússia, na qual ele seria o autocrata de turno. A sua pertinência no exterior é outra. Aqui, a esquerda tenta se reerguer em meio à crise de seus partidos tradicionais, atolados em incoerências e apedrejados pela direita. É instrutivo, pois, ler as primeiras censuras ao relatório.

A crítica de Mao Tse-tung é manipulativa: valia tudo para vergastar os soviéticos. A de Eric Hobsbawm é stalinista: Krushev manchou o socialismo. A de Sartre, idealista: o povo deveria ter acesso ao relatório só depois de educado.

Com isso, o discurso de Krushev não provocou mudanças nem na URSS nem nos partidos comunistas. A crítica de esquerda continua necessária. Do relatório e de si mesma. Inclusive no Brasil do PT.

4. Batalhas de memória no pós-guerra soviético: A controvérsia stalinista no relatório secreto de Nikita Khrushchov

<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=420>

por Chrystian Wilson Pereira

Sobre o autor^[1]

A morte de Josef Stalin, em 1953, selava a imagem do líder da URSS como a mais controversa personagem da trajetória do socialismo soviético. Mitificado por uma ampla parcela da população, Stalin sucumbia devido a uma hemorragia cerebral, discutida incansavelmente a *posteriori* sobre suas possíveis causas – em que se pese a possibilidade de assassinato. Os anos seguintes a este acontecimento tornavam o legado stalinista objeto de acirrados debates historiográficos e combustível para as lutas de poder que perfaziam o processo de desestalinização do Estado Soviético, deflagrado a partir do “vazio de poder” deixado por um governo centrado exaustivamente no culto ao líder. Estas novas demandas do aparato político-ideológico soviético, de caráter reformista, mostravam-se um golpe no âmbito da esquerda internacional.

Coincidia com a gestão de Stalin a vitória dos *soviètes* na Grande Guerra Patriótica contra a Alemanha Nazista (1941-1945) e um indiscutível desenvolvimento econômico que consolidara Moscou na posição de centro de uma emergente potência mundial, quase quatro décadas após a insurreição bolchevique e a subsequente instalação revolucionária de um inédito governo socialista e antiburguês. Os índices de crescimento atingiram impressionantes safras, impulsionados pela industrialização forçada e a eficácia do aparelho de controle e planejamento estatal que estrangulava as possíveis resistências ao modelo autoritário de modernização. À esteira das contradições de seus “grandes feitos”, o governo stalinista se caracterizava como uma repressiva e sanguinária ditadura. Campos de concentração, labor coercitivo e semi-escravista nos campos, exploração operária, propagação do terror e do medo, coletivizações forçadas de terras, deportações de inimigos e culto ao líder: eis os caminhos que perfaziam.

Em 1956, um relatório secreto apresentado no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) por Nikita Khrushchov denuncia uma série de irregularidades do governo de Stalin, pesando o seu desvio dos preceitos partidários, a transgressão dos princípios coletivos do comunismo e os seus “erros ideológicos”, referentes à contradição que o

governo tinha criado ao gerir uma sociedade dita socialista, em um único país, e praticar a ilegalidade por meio da violência, promovendo uma radicalização revolucionária.

No momento, estamos preocupados com uma questão que tem imensa importância para o partido agora e no futuro - a forma como o culto da pessoa de Stalin foi crescendo gradualmente, o culto que se transformou em um determinado estágio específico, a fonte de um conjunto de perversões extremamente sérias e graves dos princípios do Partido, da democracia partidária, da legalidade revolucionária. (KHRUSCHOV, 1956)

Para Khrushchov, o culto à personalidade stalinista violava os interesses do povo e o princípio fundamental de liderança coletiva professado pelo marxismo leninista, erro pelo qual o governo antecessor havia causado um “grande dano por violação do princípio do sentido coletivo partidário e pelo acúmulo de poder imenso e ilimitado nas mãos de uma pessoa”. Aparece, em seu discurso, a defesa de uma unidade indissolúvel entre o Partido, seus líderes e as massas trabalhadoras. O abuso de poder cometido por Stalin, para Khrushchov sujeito rude e caprichoso, havia sido prejudicial e levado pessoas inocentes a se serem enforcadas pelo Estado. A imagem de Stalin deixava de ser intocável. O líder que se transformara em uma espécie de semideus patriota, encarnação da utopia socialista, passava a ser gradualmente questionado. Era a dessacralização de um mito.

Para Kiva Maidanik (p. 16, 1998), “o massacre do Partido Comunista e a implantação do stalinismo significaram a primeira morte da Revolução de 1917”. O caráter ideológico do processo de desestalinização faz Khrushchov, novo presidente da URSS, desmontar Stalin e opô-lo à tradição revolucionária leninista. Para muitos que acreditavam em uma revolução socialista produzida no seio de batalhas ideológicas e na conscientização do povo, sem imposições da força ou propagação do terror, o período entre a morte de Lenin em 1924 e a de Stalin em 1953 compreendia uma obscura

contra-revolução, ilegal e disfarçada de socialismo. À procura de legitimar sua posição a favor dos traços revolucionários bolcheviques, Khrushchov opõe a *práxis* política de Stalin à de Lenin:

Traços de Lenin – um paciente trabalho com as pessoas, de teimosa educação e diligência, a capacidade de induzir as pessoas sem o uso da coerção, mas sim através da influência ideológica sobre eles de todo o coletivo – foram inteiramente estranhas a Stalin. Ele descartou o método leninista de convencer e educar; abandonou o método de luta ideológica e adotou a violência administrativa, repressões em massa e terror. Ele agiu em uma escala cada vez maior e mais obstinadamente através de órgãos punitivos, ao mesmo tempo, muitas vezes violando todas as normas existentes. (KHRUSCHOV, 1956)

Existem entre Stalin e Lenin duas vias de revolução, dois aportes de ação política consideradas, em momentos diferenciados, como motes para construção do socialismo soviético. Ressaltada por Khrushchov, esta richa ideológica se encontrava no cerne das lutas de poder que caracterizavam o “vazio de poder” caracterizado pela crise de 1953. Contrapunha-se à revolução de baixo para cima, promulgada junto ao povo por uma via dita pacífica um modelo autoritário, realizado de cima para baixo, aceleradamente industrializante e coletivizador. O novo líder da URSS defende um retorno à ordem revolucionária defendida por Lenin. É uma posição ideológica que permite atribuir ao documento secreto a dimensão de estratégia frente a um “tempo de reformas” que, segundo Daniel Aarão Reis Filho, caracterizaria a era Khrushchov.

O governo acompanharia a introdução de uma política de democratização do Estado, um retorno à direção coletiva do Partido, desligamento dos órgãos de segurança, abrandamento da censura, liberdade a presos políticos, fechamento de campos de concentração e, em especial, melhorias à população por meio da flexibilização das relações de trabalho,

enfim, um afrouxamento das políticas autoritárias stalinistas que levava a uma relativa liberalização político-econômica.

Do ponto de vista das mudanças, em certa medida, ocorreu um processo tanto paralelo como inverso ao ocorrido no pós-Lenin da década de 1920. Assumiu o poder um setor da estatocracia mais inclinado à abertura, preocupado com as necessidades sociais do povo, com uma certa inclinação populista. [...] Mas as bases do sistema do ordeno e mando – monolítico e monopolista – não foram colocados em xeque por N. Khrushchov ao longo do processo de desestalinização. Por algum motivo, a maior parte da estatocracia apoiara o processo da década de 1950. O sistema possuía uma desmedida fora de inércia, em grande medida devida aos êxitos obtidos na época da centralização necessária dos recursos, da industrialização, da reconstrução e obtenção do equilíbrio militar, e um poderoso corpo de defensores. [...] Confrontada com estas múltiplas variantes, a estatocracia escolheu e impôs o pior: prosseguir sem mudar. (MAIDANIK, p. 24, 1998)

Se analisado em retrospectiva, o processo de desestalinização é, no entanto, questionável, na medida em que a URSS continuava um Estado altamente burocrático, autoritário e sem modificações substanciais na política econômica. Sua gestão permanecia centralizada, o que prejudicava o governo de uma gigantesca potência entre o extenso mar de suas contradições. O caráter autoritário do “novo” Estado soviético, embora flexível se comparado ao período stalinista, revelava-se continuísta. O modelo ideológico da URSS continuava a impor-se no exterior como o legítimo comunismo (marxista/leninista), o que explica os impasses diplomáticos com a China pós-revolucionária maoísta, alternativa ao bolchevismo leninista e ao stalinismo, e a repressão às insurreições revolucionárias anti-soviéticas na Hungria em 1956.

Se estamos considerando esta questão como marxista-leninista, então temos de afirmar inequivocamente que as práticas de liderança que surgiram durante os últimos anos da vida de Stalin tornaram-se um sério obstáculo no caminho do desenvolvimento social soviético. Stalin falhou ao contrair problemas extraordinariamente importantes, sobre a vida do Partido e do Estado, cuja solução não pode ser adiada. Durante a liderança de Stalin, as nossas relações pacíficas com as outras nações eram muitas vezes ameaçadas, porque as decisões de um só homem poderiam causar grandes complicações. (KHRUSCHOV, 1956)

Paradoxalmente, se a URSS sofria impasses fora do seu território e cisões dentro do bloco socialista que formava uma frente alternativa ao capitalismo capitalizado pela liderança dos EUA, o discurso de Khrushchov se desenvolve sob a retórica de uma “coexistência pacífica”, sob a possibilidade da ameaça de uma guerra atômica que, potencialmente, poderia devastar a humanidade. Ao apontar a belicosidade e o caráter violento do governo stalinista, seu sucessor não apenas mobiliza o passado soviético recente para demonstrar erros cometidos pela degeneração ideológica e o culto à personalidade, como, implicitamente, defende uma posição pacífica das duas potências e a diplomacia nas relações com outras nações.

A Guerra Fria focalizava, a partir desse momento, uma corrida no campo tecnológico e no desenvolvimento econômico. Tratava-se de uma disputa tendo em vista as metas compartilhadas de autosuperação de ideologias antagônicas e suas aplicações máximas – capitalismo nos EUA e comunismo na URSS. Era de vital importância demonstrar e sublinhar qual deles seria o mais viável e poderoso no *campus* mundial, capaz de reinventar-se e dominar os continentes. O lançamento do *Sputnik* em 1957 demonstrava a força soviética e o seu poderio científico. Eric Hobsbawm chegou a alinhar este próspero período de “era de ouro”.

Os investimentos educacionais, militares e industriais da URSS diminuía seu atraso em relação aos EUA e impulsionavam incríveis índices de desenvolvimento, escondendo, contudo, as contradições que existiam em seu território e a inflexibilidade do soviétismo em face dos seu acelerado crescimento. Acirravam-se os regionalismos e o centralismo excessivo dos setores econômicos. Desde já, a URSS apresentava indícios de seu futuro colapso. O complexo sistema pedia mudanças em caráter de urgência. As próximas décadas iriam demonstrar o fracasso para que estas fossem suficientemente atendidas.

O discurso secreto de Khrushchov marca uma década na qual a utopia do socialismo soviético sofre inúmeros golpes, o que acabava com a sua hegemonia monolítica, ainda que a URSS continuasse sendo o exemplo máximo de um “comunismo revolucionário”. As vitórias da Revolução Chinesa em 1949 e da Revolução Cubana, dez anos depois, demonstravam alternativas ao modelo da URSS. Neste ínterim, desenvolve-se a derrocada do mito stalinista, que divide ainda mais a esquerda no âmbito internacional e rompe com a idéia de uma ideologia contínua dentro do território soviético.

Na prática, os Partidos Comunistas ficariam entre a defesa incondicional do stalinismo (caso da Albânia) ou a remodelação ideológica de vinculações, pensamentos e modelos revolucionários (caso da antiga Iugoslávia). No caso brasileiro, o XX Congresso do PCUS provocou a maior crise da história do PCB. Este se cindiu a partir da saída de integrantes “renovadores” mais radicais – fundadores de partidos menores –, ao mesmo tempo em que sua própria Comissão Executiva também se reformula tendo em vista as novas demandas, em uma reação mais conservadora que mantém o vínculo com a União Soviética. (FALCÃO, 2006, p. 6)

Tomemos, a título de ilustração, o papel desempenhado pela reescrita da história após o XX Congresso do PC da União Soviética, quando Nikita Krushchev denunciou pela primeira vez os crimes stalinistas. Essa reviravolta da visão da história, indissociavelmente ligada à da linha política, traduziu-se

na destruição progressiva dos signos e símbolos que lembravam Stalin na União Soviética e nos países satélites, e, finalmente, na retirada dos despojos de Stalin do mausoléu da Praça Vermelha. (POLLAK, p. 4, 1989)

A crise que abate a URSS a partir de 1953 é também a crise de seus paradigmas historiográficos, pelos quais a Segunda Guerra Mundial – chamada em território soviético de Grande Guerra Patriótica, especificamente em relação à Alemanha Nazista entre 1941 e 1945 – passa a ser, novamente, palco de conflitos. O papel desempenhado por Stalin na guerra e a sua concepção revolucionária são (re)avaliados e, incansavelmente, tornam-se combustíveis de batalhas de memória que mobilizam o passado histórico frente à (re)construção do Estado na discutível desestalinização. Stalin é denunciado por Khrushchov pelo seu desvio dos preceitos partidários; seu comando violento e sanguinário na URSS.

Em que se pesem as concepções de revolução que são contrapostas por Khrushchov, seria interessante não demonizar nem endeusar Stalin, mas interpretá-lo como um “ditador brutal, meticuloso, com uma grande capacidade de trabalho e nenhum respeito pela vida” (REIS FILHO, p. 110, 2003) A Grande Guerra Patriótica não fora vencida *somente* por Stalin. Não cabia sacralizar os grandes feitos e virtudes da nação soviética ao líder, mas compartilhá-los, descentralizá-los, desmontá-los como resultado de exaustivo trabalho de toda uma geração.

A denúncia é política e ideológica: a reformulação histórica pretende tornar protagonistas da construção do socialismo soviético o povo, as lideranças plurais, intelectuais e atores do Partido; o coletivo (re)habilita-se como grande responsável pelo processo revolucionário. A história, nesse ínterim, torna-se estratégica e operacional, funcionando como instrumento do reformismo moderado de Khrushchov, de caráter leninista. Era a hora de tomar as rédeas da história das revoluções russas. Ao tirar seu foco de um líder criminoso, inverter-se-iam seus pólos de ação novamente para uma direção “a várias mãos”. Em posição de inércia, as contradições que celebravam seu irreformável caráter de inflexibilidade, juntamente com o autoritarismo, seriam

mantidas sob reformulações pontuais e importantes – ainda que insuficientes a longo prazo – para a imediata crise que se abatia no campo do antigo Império Russo. Stalin, contudo, não morrera. Seu fantasma sobreviveria com o tempo, tornando-o exemplo máximo do paradoxal socialismo soviético cujas evidências de seu futuro colapso já se apresentavam.

Referências

FALCÃO, Frederico José. O Relatório Secreto de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): desestalinização e crise. In: **XII Encontro Regional de História ANPUH, 2006, Niterói**. Usos do Passado ANPUH-Resumos e Programação. Niterói: UFF, 2006.

FERREIRA, Jorge. URSS: mito, utopia e história. **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 75-103, 1998.

HOBBSBAWM, Eric.

Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KHRUSCHOV, Nikita. Relatório secreto do Comitê Central do Partido no XX

Congresso do PCUS. Disponível em
<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>>.

Acesso em 31 out. 2011.

MAIDANIK, Kiva. Depois de Outubro, e agora? Ou as três mortes da Revolução Russa. **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 9-43, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As Revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.

[1] Graduando em História (Bacharelado e Licenciatura) pela UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina).

O “RELATÓRIO SECRETO” DE KRUSCHEV E O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB): DESESTALINIZAÇÃO E CRISE

<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Frederico%20Jose%20Falcao.pdf>

Frederico José Falcão - UFRRJ Doutorando do PPGESS/UFRRJ

Uma enorme crise atingiu o Movimento Comunista Internacional a partir da realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em fevereiro de 1956. Nikita Krushev, então secretário geral do PCUS, aproveitaria o encontro para apresentar, ao seu final, somente aos delegados soviéticos e a uns poucos representantes dos partidos dirigentes das “democracias populares”, um relatório sobre a Era Stalin, referência ao período de poder do líder soviético Josip Stalin. No documento, Krushev acusava o ex-líder soviético, falecido havia menos de quatro anos, pelo uso indiscriminado de violência, execuções, processos fraudulentos contra adversários políticos, violando todas as normas de legalidade revolucionária (O DISCURSO Secreto de Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, s/ data, p. 11). O “Relatório Secreto”, como ficou conhecido, discutia ainda o culto à personalidade, construído por Stalin em torno de sua pessoa, tentando, porém, justificar o fato de, por décadas, Stalin ter agido de forma tirânica, sem que houvesse reação por parte dos demais membros da direção partidária: “(...) a maioria dos membros do Bureau Político não conhecia, na época, todas as circunstâncias do caso e, portanto, não puderam intervir”. (id., p. 34) Krushev, apesar das críticas, apontava diversas qualidades de Stalin (“presta grandes serviços ao Partido, à classe operária e ao movimento internacional dos trabalhadores”) e justificava, em parte, seus atos (“Ele vira isto da posição do interesse da classe operária, do interesse do povo trabalhador, (...). Não podemos dizer que estes eram atos de um déspota leviano.”). A crítica a Stalin deveria ser feita, portanto, “(...) com calma e sem precipitação. (...) Não podemos deixar que esta questão saia dos limites do Partido, especialmente que vá parar na imprensa. (...) Conhecemos os limites; não devemos dar

munição ao inimigo; não devemos lavar a nossa roupa suja na rua.” (id., p.48) É necessário levar em conta, para melhor entendimento do Relatório, a ocorrência, na época, de mudanças na política internacional soviética, baseadas na coexistência pacífica, além do fato de que a abertura política interna levava ao surgimento de denúncias de acontecimentos passados na URSS. A direção do PCUS, não pretendendo perder o controle de uma discussão que se abria, buscou tomar sua dianteira para direcioná-la segundo os seus interesses. Considerando-se diversas ocorrências durante o período de governo de Krushev, pode-se avaliar as limitações da contestação que este apresentou aos erros do passado. **A utilização do Exército Soviético na Hungria em fins de 1956, a suspensão dos debates internos e a centralização do poder nas mãos de Krushev no ano seguinte demonstrariam o afirmado. E mais, quando Krushev centrou a crítica a Stalin no culto à personalidade, evitou aprofundar-se em um sem número de aspectos políticos, como o sufocamento do pensamento de Trotsky, Bukharin e outros.** Excluía-se, ainda, a visão stalinista de **internacionalismo proletário como submissão dos PCs aos interesses soviéticos.** No Brasil, o Partido Comunista do Brasil (PCB), tradicionalmente ligado ao PCUS, acompanharia o XX Congresso do PCUS através de informes oficiais da URSS. Não se pronunciaria, porém, sobre o “Relatório Secreto”, a não ser para acusar sua publicação pela imprensa burguesa como “provocação do imperialismo”. No entanto, jornalistas vinculados ao PCB publicariam na imprensa partidária, já no primeiro semestre de 1956, diversos artigos que, na prática, atestavam a veracidade do Relatório, como um editorial do Pravda (07/04/1956, p. 5), verdadeiro resumo do Relatório Secreto, que apenas omitia os crimes stalinistas denunciados e um editorial do Diário do Povo, órgão oficial do PC chinês, não só confirmando as denúncias contra Stalin como também discutindo-as e, até, amenizando-as(21/04/1956, p. 4 e 5). Luís Carlos Prestes, Secretário Geral do PCB, por meio de um artigo publicado em fins de abril, teceria comentários sobre o XX Congresso baseado nos posicionamentos soviéticos. Além de buscar adaptar-se à linha política de Krushev (transição pacífica ao socialismo, superação da inevitabilidade das guerras dada a fraqueza do imperialismo etc), Prestes trataria das críticas ao período stalinista repetindo os argumentos do Informe (público) de Krushev. E chegaria a afirmar que no seu IV Congresso (1954), o PCB já teria iniciado o combate ao culto à personalidade, desenvolvendo a direção coletiva. Somente não se avançara o necessário... (PRESTES, 29/04/1956, p.3). Ainda em abril de 1956, iniciava-se a desestalinização na Polônia com a reabilitação do ex-líder comunista Gomulka e a revolta em Poznam. No dia 17 era extinto o Kominform. Na época, o jornal do PCB Voz Operária publicaria uma resolução do C.C. do PC Italiano abrindo debate sobre o XX Congresso (21/4/1956, p. 3) com um apelo à discussão e ao abandono da passividade do passado stalinista. A imprensa partidária publicaria ainda uma resolução do Comitê Central do PCUS (14/7/1956, p. 3), confirmando a existência do Relatório e aprofundando comentários sobre o mesmo. Apesar de

todos esses fatos, a direção pecebista não abandonaria seu mutismo. Os líderes partidários esperariam o retorno da delegação brasileira enviada ao XX Congresso para um pronunciamento sobre os acontecimentos. O único dirigente que saíra do Brasil com esse fim, Diógenes Arruda, só retornaria ao Brasil em agosto, quando, então, reunir-se-ia o Pleno Ampliado do Comitê Central (C.C.) do PCB, tendo sido aí confirmado o conteúdo do Relatório Krushev. Arruda, naquele momento, tentaria passar-se por crítico do stalinismo, mas sofreria uma saraivada de críticas. O Pleno acabaria suspenso, dado seu clima emocional, sendo convocada nova reunião para dois meses depois. Um grupo de jornalistas do PCB formaria, então, um núcleo de contestação à política da direção partidária, organizando o lançamento de um debate público pelas páginas da imprensa partidária no mesmo momento em que se reunia novamente (início de outubro de 1956) o Pleno do C.C. João Batista de Lima e Silva, redator da Voz Operária publicaria no jornal um artigo (6/10/1956, p. 3), afirmando que a discussão já tinha começado e que sem ela não haveria unidade de ação no Partido. Defendia a autenticidade do Relatório Krushev, criticava a direção pecebista, alegando que era preciso corrigir os erros e, para isso, haveria que existir um debate em clima democrático. Seguiram-se vários outros textos denunciando esses e outros problemas e aprofundando as críticas. O Comitê Central do PCB seria pego de surpresa. Enquanto alguns de seus membros vociferaram contra a indisciplina evidente, outros se rejubilaram com a abertura do debate. Nessa reunião de outubro seria redigido um Projeto de Resolução com uma autocrítica da direção frente ao atraso nas discussões sobre o XX Congresso. Mostraria, porém, a verdadeira origem do processo autocrítico ao citar que: “A revelação dos graves erros cometidos na URSS em consequência do culto à personalidade de Stalin despertou-nos para a necessidade de democratizarmos a vida de nosso Partido” O documento chamou o Partido para um debate livre, criando uma comissão incumbida de elaborar documentos para a convocação do V Congresso (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 19/10/1956, P. 3). O debate na imprensa partidária, interrompido bruscamente por ação da direção partidária, só seria retomado após a publicação do documento do C.C. Sofreria, logo adiante, outro duro golpe com a divulgação de uma carta de Prestes ao C.C. explicitando parâmetros a serem respeitados no debate. Defendia Prestes o “(...) apoio firme e ativo à União Soviética e demais países do campo socialista,

(...)” Considerava ser “(...) inadmissível permitir que no seio do Partido sejam desferidos ataques contra a teoria do proletariado e veiculados na imprensa do povo os contrabandos do inimigo de classe. (...). E terminava reafirmando que “(...) a unidade em torno do Comitê Central é sagrada para todos os comunistas” (PRESTES, 20/11/1956, p. 3). Chama a atenção no texto de Prestes a questão dos “ataques” e “contrabando”, já que não ocorrera, até então, nenhum tipo de crítica ao marxismo-leninismo. Apesar disso, seria a partir daí que se daria a retomada do controle do poder partidário pelo “núcleo

dirigente”. Não se pode esquecer a importância política e a autoridade que tinha Prestes no interior do Partido. Ao lembrar que “(...) não somos um clube de discussões (...)”, o Secretário-Geral do PCB colocava tais limites ao debate, que, na prática, acabava com ele. Sua missiva mereceria, sem dúvida, o epíteto recebido desde sua publicação: “Carta Rolha”. No período entre o início do debate e a aprovação da carta de Prestes pelo C.C., quase dois meses, muitas manifestações de militantes seriam publicadas na imprensa partidária com uma grande concentração de cartas tratando da importância (ou não) do debate e abordando as crises na Polônia e na Hungria. Um outro tema ocuparia as páginas da imprensa pecebista em novembro: os métodos de direção partidária. As manifestações contra o mandonismo dos dirigentes partidários seriam respondidas por várias outras que justificariam os erros e exigiriam disciplina dos críticos. Haveria diversas cartas abordando a falta de atualidade do Programa do IV Congresso, sendo que, aos poucos, o debate apresentaria novas formulações para a política do Partido. Já o “culto” à personalidade, centro nevrálgico do Relatório Krushev, só ganharia consideração quando, de um lado, foi articulado à existência do mesmo “culto” na direção do PCB e, de outro, quando surgiram declarações de defesa de Stalin, junto com diversas críticas a Krushev. O debate envolveria, ainda, diversos organismos intermediários do Partido. Se não havia unanimidade nos posicionamentos, pode-se apontar um peso grande nas críticas e autocríticas quanto à falta de democracia interna e de uma política de quadros geradoras de inúmeras injustiças. Além disso, havia um sentimento generalizado do papel nefasto do “culto” no Partido e das limitações das autocríticas do Relatório Krushev e do Projeto de Resolução do C.C.. Porém, quanto a questões de fundo político, programático, muito pouco se avançaria, o que logo permitiria a retomada do controle partidário por sua direção central, que usaria o discurso da unidade contra os que desejavam “destruir o Partido”. Todo esse rico conjunto de posicionamentos da militância partidária começaria a ser posto de lado a partir da “Carta-Rolha”. Uma carta de Aydano do Couto Ferraz, diretor da Voz Operária ao C.C.

do PCB, revelava a existência de vetos à publicação de certas cartas por uma Comissão de Censura criada pela direção. Além disso, artigos retidos eram, depois, autorizados, com evidente prejuízo para sua atualidade. A contestação diminuía, então, na imprensa, por veto, algo inexistente nos Estatutos do PCB. A censura da direção do PCB faria com que um texto de Agildo Barata (“Pela Democratização do Partido”), preparado para publicação no início de dezembro de 1956, só fosse divulgado em 27 de janeiro. Assim mesmo por pressão dos redatores dos jornais, e acompanhado de uma “resposta” do dirigente João Amazonas (BARATA, 02/02/1957, p.6). Duas questões colocariam o artigo de Barata na alça de mira dos adversários dos debates: a proposta de mudanças de método, sem as quais não poderia surgir uma orientação política justa, e a idéia de que a descoberta do “novo” surgiria da ação dos intelectuais marxistas.

Barata, com isso, forneceria munição a seus adversários no Partido, pois a questão de métodos remetia a mudanças na direção partidária, o que gerava acusações de golpismo. Quanto aos intelectuais, que Barata buscou valorizar, foram eles os responsáveis pelo início do debate, algo imperdoável para os dirigentes do PCB. Amazonas diria que Agildo queria separar os intelectuais dos operários, criando uma divisão dentro do Partido. E isso era intolerável (AMAZONAS, 2/2/1957, p. 6). A direção pecebista, em resposta às críticas de Aydano do Couto Ferraz e passando por cima dos Estatutos, demitiria o diretor da Voz Operária. A redação da Imprensa Popular seria invadida por militantes do PCB aliciados pela direção, ocorrendo insultos e ameaças de agressão. Os jornalistas decidiram abandonar a redação (PERALVA, 1960, p. 320). A ofensiva da direção partidária não se restringiria à ação nos jornais. Ocorreriam afastamentos de militantes nas seções de Agitação e Propaganda, Sindical e outras. Direções regionais seriam mudadas com afastamento de dirigentes que não se enquadravam. Após o controle da imprensa partidária o debate tomaria outro rumo, acentuado com a reunião do C.C. de abril de 1957. A direção manobriria a discussão publicando vários artigos de conteúdo “conservador” em cada dia, ladeados por um “renovador” escolhido a dedo. Os renovadores, sem os jornais, não podiam mais se manifestar livremente (PERALVA, 1960, pg. 322 e 323). A resolução política do Pleno de Abril incorporaria várias propostas defendidas por Barata e outros renovadores em seus artigos, buscando conciliá-las com as do Programa do IV Congresso de 1954. Porém, um outro documento saído do Pleno teria papel fundamental para os destinos do Partido. A resolução do C.C. “Sobre a Unidade do Partido” representaria a conclusão do processo de retomada

das rédeas partidárias pela sua direção. O documento criticava asperamente os jornalistas que iniciaram o debate acusando-os por violação da disciplina, revisionismo e ataques ao Partido e sua unidade. Estava formalmente terminado o embate. A vitória dos chamados conservadores se dera baseada no controle que esses detinham sobre a estrutura partidária, na retomada dos órgãos de imprensa e na valorização do espírito de corpo existente no Partido. Sobre este último ponto, um analista assim se manifestaria: A impressão que se tem é que o grosso da militância, se não participara da elaboração do novo pensamento, compreendera os perigos liquidacionistas, assumira a defesa do Partido, por cima do conteúdo de qualquer política, dissociando (...) a política de organização, optando sempre por esta, numa verdadeira postura de patriotismo de partido (SANTOS 1988, p.185). O autor valorizou o aspecto ideológico da questão, deixando, porém, de se manifestar frente a outras questões pertinentes. Os “perigos liquidacionistas” foram criados, na verdade, pela ação da direção partidária. Ao se furtar por meses a abrir o debate, ao tomar diversas medidas que violavam os Estatutos, a direção criara um clima de desânimo e de desconfiança no do Partido. O quadro tornara-se desolador. A militância abandonava o Partido com um sentimento de frustração.

Encerrava-se, então, a mais grave crise do PCB pós-1945. Os “renovadores” tomariam seus caminhos políticos por fora do Partido, enquanto a antiga Comissão Executiva amargaria o dissabor de ser superada, gradativamente, por um novo núcleo articulado a Prestes, o qual, tendo assumido diversas formulações políticas defendidas pelos “renovadores”, manteve, porém, a estrutura partidária e sua vinculação internacional. Referências: AMAZONAS, João. Salvar a unidade do partido, primeiro dever do comunista. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1957. BARATA, Agildo. Pela democratização do Partido, *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1957. COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Projeto de Resolução. Imprensa Popular. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1956. COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA ITALIANO. Resolução. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1956. COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA. Resolução. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1956. DIÁRIO DO POVO. Editorial. *Voz Operária*. Rio de Janeiro. 21 de abril de 1956.

O DISCURSO SECRETO DE KHRUSHCHEV NO XX CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA. Rio de Janeiro, Ed. Ipanema, s/ data. PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1960. PRAVDA. Porque o culto da personalidade é alheio ao espírito do marxismo-leninismo. Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1956. PRESTES, Luís Carlos. O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética – Importância de seus trabalhos e decisões para a luta de nosso povo pela paz, pelas liberdades e pela independência nacional. Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1956. _____. Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro sobre o Debate Político. Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1956. SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista*. Belo Horizonte, Ed. Oficina de Livros, 1988. SILVA, João Batista de Lima E. Não se pode adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1956.

6.O relato de uma decepção política

<http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/o-relato-de-uma-decepcao-politica/>

Por Antonio Paim em 26/05/2015 na edição 852

Apresentação de *O Retrato*, de Osvaldo Peralva, 440 pp., Editora Três Estrelas, São Paulo, 2015; R\$ 69,90; intertítulos do *OI*

ARMAZÉM LITERÁRIO > ‘O RETRATO’

O retrato, de Osvaldo Peralva, é um dos resultados da crise do comunismo, em fins dos anos 1950, desencadeada pelo documento de condenação de Stálin submetido ao xx Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

O documento ficou conhecido primeiro como “relatório secreto” e, depois, como “Relatório Krushev”. [O “*Informe secreto ao XX Congresso do PCUS*”, de 25 de fevereiro de 1956, [pode ser lido aqui](#), em espanhol] Nunca chegou a ser divulgado oficialmente. Quando o texto integral se difundiu no Ocidente, os comunistas, durante algum tempo e de modo geral, contentavam-se em dizer que se tratava de uma “invenção da cia”.

Entretanto, sua leitura fora presenciada por dirigentes comunistas estrangeiros presentes ao xx Congresso (exceto os de algumas delegações, entre elas a brasileira). Além disso, o documento foi dado ao conhecimento das organizações partidárias e da juventude na União Soviética. Em 1962, uma versão reduzida foi publicada em Moscou, em um jornal que se editava em francês (*Nouvelles de Moscou*). Supõe-se mesmo que essa iniciativa fazia parte da movimentação com o objetivo de derrubar Krushev, o que veio a consumir-se dois anos depois. Àquela altura, os dirigentes soviéticos já demonstravam dar-se conta de que o regime não aguentaria nenhum tipo de abertura democrática. E, quanto ao culto à personalidade, desde que se tratasse do chefe no poder, não era tão mau assim...

O *retrato* relata a angústia que tomou conta dos dirigentes comunistas com a notícia dos crimes praticados por Stálin (que, depois, se concluiu que eram os denominados “crimes do comunismo”). O livro leva em conta tanto a experiência e os sentimentos pessoais de Peralva como o impacto das revelações nos representantes de outros partidos comunistas com os quais convivía, na condição de representante do pcb, na organização internacional ressuscitada pelos russos – com a denominação de Kominform –, com sede na Romênia. Também trata do ambiente de perplexidade que encontrou entre os comunistas brasileiros depois de seu retorno ao país, em fins de 1956, e como amadurece, no seu grupo, a ideia de abandonar o pcb.

Escrito em pouco tempo, *O retrato* corresponde, na verdade, a uma espécie de catarse. Peralva relutou muito em publicá-lo, só o fazendo em 1960, primeiramente na forma de capítulos em *O Estado de S. Paulo* e depois em livro, pela Editora Itatiaia. Reviu-o, sem grandes alterações, em uma segunda edição, feita em 1962 pela Editora Globo. Pouco tempo antes de morrer, em 1992, fez nova revisão, em que eliminou principalmente erros tipográficos, preparando a obra para uma nova edição, que é esta ora entregue ao leitor.

Adesão ridícula

Descendente de espanhóis, nascido em 1918 no município de Saúde, na Bahia, Peralva bacharelou-se em direito, mas nunca exerceu a advocacia, optando por ser jornalista profissional. Ingressou no Partido Comunista do Brasil na época da Segunda Guerra, aos 25 anos. Considerava-se antifascista e ansiava por presenciar o fim do Estado Novo. Equivocadamente, como perceberia depois de muitos sofrimentos, deixou-se encantar pelo canto da sereia do comunismo, o que era compreensível na época. Naquele momento, a União Soviética fazia parte do campo aliado da guerra contra o nazifascismo. Ninguém mais se lembrava dos processos de Moscou (1936), dos acordos de Stálin com Hitler (o pacto Molotov-Ribbentrop, de 1939) ou da existência de campos de concentração na União Soviética. Com o fim da guerra, a vitória dos soviéticos, a queda do Estado Novo e a libertação de Luís Carlos Prestes, a intelectualidade aderiu em massa ao Partido Comunista.

Gradativamente, Peralva ascende no aparelho do PCB e acaba tornando-se o quarto homem na hierarquia, que estava assim distribuída: em primeiro lugar, o chefe russo do pc, em Moscou; em segundo, Prestes (na clandestinidade); e, em terceiro, Diógenes Arruda Câmara (secretário-geral com todos os poderes na organização). Em tal posição e tendo vivido na União Soviética, Peralva pôde adquirir uma ampla visão do comunismo.

O *retrato* descreve, brevemente, a trajetória do Partido Comunista do Brasil [antiga denominação do PCB. sobre o assunto, ver pp. 415-6. (N.E.)]. Detém-se, principalmente, no período em que o autor viveu em Moscou. Também aborda o funcionamento do Kominform.

Sempre foram um mistério as razões pelas quais os russos não reconstituíram simplesmente a Internacional Comunista com o nome consagrado de Komintern (abreviatura em russo). Especialistas em história da Rússia garantem que o fato retrata o peso da tradição, presente nos diversos aspectos do comunismo, notadamente o chamado “despotismo oriental”. O país aderiu ao cristianismo através de Bizâncio, uma cisão da Igreja Romana, por isso mesmo batizado de “Segunda Roma”. Quando caiu Constantinopla, em 1453, Moscou proclamou-se “Terceira Roma” – e “não haverá Quarta”, acrescentou a hierarquia da Igreja Ortodoxa.

A Segunda Internacional, criada em 1889, praticamente deixou de existir em 1914, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial. Os russos, quando a reconstituíram, em 1919, a chamaram de “Terceira Internacional”. Por imposição dos Estados Unidos, fornecedor de armas à urss, dissolveram-na durante a Segunda Guerra, em 1943. Assim, quando retomaram a praxe de manter sob a sua orientação direta os diversos partidos comunistas, o mais lógico seria que o pcus denominasse a organização de “Quarta Internacional”. Em vez disso, chamaram-na de Kominform.

Na terceira parte de *O retrato*, o autor procede à descrição do impacto do Relatório Krushev no Brasil com o correspondente desfecho: um grupo grande afastou-se do comunismo e acabou preferindo o sistema democrático-representativo. Prestes dominou a antiga máquina e preservou-a, adotando uma atitude de fidelidade à União Soviética. Afastaram-se também aqueles que criaram o chamado pcdob, de franca inspiração totalitária, ancorados no pc chinês, mas que, por desinteresse deste, acabaram melancolicamente aderindo à Albânia, um dos fenômenos mais ridículos de nossa história política. A Albânia, até hoje, corresponde a uma das regiões mais atrasadas e pobres da Europa. Sua capital, Tirana, é menor que Aracaju.

Caldo de cultura

No livro, Peralva optou por chamar pelos nomes próprios apenas aqueles dirigentes comunistas muito conhecidos. Nos demais casos, ele empregou sempre “nomes de guerra”, como se dizia na gíria comunista. Apesar de *O retrato* representar um documento importantíssimo de crítica ao comunismo, de modo geral, após o Golpe de 64, os militares arrolaram Peralva nos inqueritos sobre o Partido Comunista e o denunciaram por ter se recusado a decodificar aqueles nomes. Esse fato atesta bem a estreiteza de visão do grupo que, com a ditadura militar, se apossou da hegemonia. O episódio, porém, possui o mérito de evidenciar que teria sido melhor correr o risco da chamada “ditadura

sindicalista”, insuflada pelos comunistas e sonhada por João Goulart, do que tentar preservar a democracia por meio de golpes de Estado. Foi, então, contra o governo militar que Peralva empreendeu sua nova batalha, à frente do jornal carioca *Correio da Manhã*, do qual foi diretor depois de seu afastamento do Partido Comunista. Após a decretação do ai-5, em 1968, foi preso e obrigado a deixar o país. Viveu na então Alemanha Ocidental e só regressou com a promulgação da Lei da Anistia, em 1979. De volta ao Brasil, integrou o Conselho Editorial da *Folha de S.Paulo*, jornal do qual foi também correspondente no Japão.

Como notará o leitor em *O retrato*, Peralva manteve sua crença nas virtudes do socialismo, mas desde que associado à democracia. Embora ele não o tenha explicitado, a sua opção é pelo “socialismo moral”, que conta no Ocidente com expressivas personalidades, tratando-se, portanto, de uma decisão respeitável, embora eu pessoalmente não a aprove. A reedição deste livro é uma oportunidade dada a jovens simpatizantes do comunismo para que conheçam uma experiência concreta de contato com aquela ideologia e sua organização, tanto mais importante porque vivenciada por um brasileiro.

Acreditamos ser útil fazer acompanhar *O retrato* da leitura do Relatório Krushev, documento de 1956 que acabou caindo no esquecimento. Ele contém uma parte de louvação a Lênin, mas, essencialmente, é a primeira sistematização dos “crimes do comunismo”. Mais tarde, várias obras foram publicadas sobre o tema, como *O livro negro do comunismo – crimes, terror e repressão*, obra coletiva organizada por Stéphane Courtois, que reúne toda a documentação liberada após o fim da União Soviética. Em seu relatório, Nikita Krushev (1896-1971) procura apresentar a repressão e os fuzilamentos como uma invenção stalinista. Courtois, entretanto, apresenta um documento comprovando que, apenas no mês de novembro de 1918, foram fuziladas 15 mil pessoas. E faz essa comparação com o despotismo czarista: entre 1825 e 1917, portanto ao longo de quase um século, os tribunais políticos do czar condenaram 6.321 pessoas, das quais 1.310 foram sentenciadas à morte.

Os crimes políticos ao longo dos setenta anos de existência da União Soviética atingiram milhões de russos. No fim do relatório, Krushev tenta explicar como foi possível tamanha barbárie, mas não encontra um modo razoável de fazê-lo. Foi derrubado do poder em 1964, por um golpe de Estado, como era da tradição comunista. A repressão prosseguiu ininterruptamente sob o governo Leonid Brejnev, até a morte deste, em 1982.

Supõe-se que a denúncia de Stálin tenha ocorrido em razão da necessidade de rever as diretrizes econômicas que havia deixado como herança à União Soviética. Todas as empresas pertenciam ao Estado, a economia industrial era muito complexa e o país dispunha de uma elite técnica responsável por sua condução. Essa mesma elite havia se dado conta da urgência de a urss superar a estagnação que a vinha dominando, o que exigia abertura econômica. O substituto de Brejnev, Lúri Andropov (1914-1984), fora o responsável pela abertura econômica da Hungria e, presumivelmente, pretendia fazer o mesmo na União Soviética – sem, contudo, eliminar a hegemonia do partido único. Mikhail Gorbatchov (1931) também não conseguiu operar essa mágica. E, em seu governo, assistimos ao fim da mais dramática experiência social do século passado.

No Brasil, em decorrência de tradições culturais – entre elas, a origem católica e contrarreformista – que alimentam o ódio ao lucro e à riqueza, criou-se um caldo de cultura propício à sobrevivência do marxismo e de organizações políticas de perfil ideológico francamente totalitário. A leitura de *O retrato* pode contribuir para que pessoas de bom senso revejam esse tipo de opção.

Antonio Paim (1927) estudou filosofia na Universidade Lomonosov (Moscou) e na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro). Foi professor de filosofia em várias universidades. É autor de dezenas de livros, entre eles *História das ideias filosóficas no Brasil* (Editora UEL, 1997), *História do liberalismo brasileiro* (Mandarim, 1998), *O relativo atraso brasileiro e sua difícil superação* (Editora Senac São Paulo, 2000) e *Tratado de ética* (Humanidades, 2003). Ingressou no Partido Comunista Brasileiro ao mesmo tempo que Osvaldo Peralva. Juntos, eles vivenciaram a crise provocada pelo Relatório Krushev e decidiram se afastar do PCB.

7.AS DENÚNCIAS SOBRE OS CRIMES DE STALIN

Notícias de Jornal Velho:50 anos do XX Congresso do PCUS

Carlos I.S. Azambuja - 09 de março de 2006

Resumo: *O pronunciamento de Nikita Krushev continha poucas coisas que já não fossem conhecidas e que não tivessem sido denunciadas.*

© 2006 MidiaSemMascara.org

<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=12323&cat=Ensaios>

“O que era insuportável não era o fato de Stalin ter sido um tirano e nem saber que Trotski esteve a soldo da Gestapo, ou que Bukharin organizou sabotagens e crimes terroristas. O que era insuportável era ter vivido à luz glacial dessa crença esquizofrênica, numa divisão aberrante e castradora da consciência moral e teórica” (Jorge Semprun)

[] Páginas 320, 321 e 322 do livro “*Um Belo Domingo*”, Jorge Semprun, editora Nova Fronteira, 1980

Muita tinta já foi gasta escrevendo sobre o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) que condenou a política e os erros de Stalin na condução *dapátria do socialismo*. No entanto, acreditamos que nem tudo tenha sido dito ou, pelo menos, da forma que agora será exposto.

Nesse Congresso – realizado de 14 a 25 de fevereiro de 1956 - o discurso *secretode* Nikita Krushev, pronunciado no último dia denunciando os crimes de Stalin, foi também um ato de arrependimento pessoal, uma vez que ele havia sido um estreito colaborador do ditador nos anos 30. Comunistas poloneses passaram o texto à Inteligência de Israel que logo o repassou para a CIA. Esta, por sua vez, através do Departamento de Estado, o deu ao *New York Times* que o publicou na íntegra.

Pode ser deduzido que, ao atacar Stalin e, por extensão, a suposta infabilidade do Partido Comunista, Krushev, sem se dar conta, minou os fundamentos do regime soviético e do comunismo no mundo.

Na realidade, o Informe continha poucas coisas que já não fossem conhecidas e que não tivessem sido denunciadas. As torturas, as “confissões” e os assassinatos dos anos 30, a deportação de povos inteiros após a II Guerra Mundial, a paranóia que gerou a noção de “inimigo do povo” e a constante fabricação publicitária de “centros anti-soviéticos” que deveriam ser exterminados, foram descritas e denunciadas por Krushev.

Mas o que ficou em evidência foi que, a partir de então, não se poderia impedir que esse discurso se convertesse no primeiro precedente de uma nova etapa na qual seria impossível atribuir somente aos “contra-revolucionários trotskistas” ou à burguesia internacional a denúncia da era stalinista.

O texto abaixo é irônico. Foi escrito por Jorge Semprun, membro do Comitê Central do Partido Comunista Espanhol, expulso em 1964 por ter – como ele mesmo diz – “*resolvido passar a pensar com a própria cabeça*”. Jorge Semprun esteve preso no campo nazista de Buchenvald, sendo libertado ao final da guerra, em 1945. Aliás, libertado não. Ele simplesmente saiu do campo, pela porta principal, pois os guardas já haviam fugido em face de aproximação das tropas aliadas.

Escreveu Jorge Semprun sobre o XX Congresso do PCUS:

“Podemos imaginar a cena:[]

O XX Congresso foi realizado em uma grande sala do Kremlin. Podemos facilmente imaginar a média de idade dos delegados, as roupas que usavam. Aliás, para a média de idade não precisamos imaginar temos os dados numéricos. Sabemos muito bem que o sistema político russo é um despotismo gerontocrático. Mas essa característica do sistema não resulta do fato de Stalin ou Brejnev terem lido Platão, oh, não, de modo algum! Provém de uma exigência sociológica interna. Os dados numéricos confirmam essa afirmação. Em fevereiro de 1956, no XX Congresso do PCUS, segundo o relatório apresentado por Aristov em nome da comissão de mandatos, 79,7% dos delegados tinham mais de 40 anos, dos quais 55,7% tinham de 40 a 50 e 24% mais de 50 anos. Isso quer dizer que a imensa maioria dos comunistas presentes ao XX Congresso tinha pelo menos 20 anos no momento em que foi iniciado o terror contra o próprio partido. No momento em que Stalin colocou lejov à frente da NKVD (já viram um retrato de lejov? Já contemplaram o seu rosto atormentado, o olhar insano, o ar de quem saiu diretamente dos *Possessos de Dostoiévski*?) para liquidar os termidorianos que estavam no poder e recuperar os 4 anos de atraso sofridos pelos organismos de segurança, segundo Stalin, na luta contra os *inimigos do povo*.

O terror, portanto, não pertence à pré-história, para esses homens e mulheres de idade madura, reunidos à noite, para uma sessão especial a portas fechadas, na grande sala do Kremlin. Eles devem recordar, sem dúvida. O terror faz parte da história deles, da sua experiência adulta. Além do mais, se acreditarmos nos números apresentados por Aristov, quase 70% deles haviam aderido ao partido a partir de 1931. A maior parte dos delegados, portando, não só havia atingido a idade adulta, a idade do homem, no momento em que o terror de Stalin se voltava para as próprias instituições e elites da nova sociedade de exploração, entre as quais começava a despontar o horizonte do Termidor, mas essa maioria de delegados havia aderido ao PCUS precisamente nessa época.

Estavam lá, portanto, na grande sala do Kremlin, silenciosos, abatidos, alguns perdendo os sentidos, outros chorando lágrimas de sangue ao escutar o relatório atribuído a Krushev. Estavam lá os homens e as mulheres que haviam aderido ao partido de Stalin, para preencher os vazios abertos por ele com o ferro em brasa da repressão. Estavam lá os homens e as mulheres que haviam ajudado Stalin a estabelecer o seu poder absoluto, no sentido literal do termo, isto é, absolutamente independente de toda determinação, mesmo em última instância (oh, íntegros doutores da fé marxista), pela economia, pelas estruturas de

classe da nova sociedade russa. Pois o poder pessoal de Stalin foi, sem dúvida, um dos instrumentos dados à nova classe dominante para instaurar o seu domínio – se me perdoarem esta expressão contemporânea, cortando rente os tecidos sociais, na multiplicidade heterogênea dos fatores históricos, pois é evidente que a *classe* é um conceito mais ou menos operacional, e que os conceitos, mesmo os mais operacionais, não se *apossam* de nenhum instrumento e não instauram nenhuma dominação a não ser para a necessária, não é preciso dizer, reconstrução histórica, pelos homens, de sua própria história mas, tendo dito isso, repetamos que o poder pessoal de Stalin, instrumento da nova classe dominante, tornou-o relativamente autônomo no final dos anos 30. E o sinal mais evidente dessa autonomia foi a capacidade de desencadear contra essa burocracia, da qual ele mesmo se originou e a qual representou durante um período histórico, a repressão pelo sistema de ondas sucessivas e ininterruptas de terror, não somente a submissão devota da burocracia mas também a mobilidade social no interior da mesma, pela destruição e reconstituição permanentes e disfuncionais da elite.

Em suma, foi o terror que assegurou, a partir de certo momento, a circulação dos postos, dos valores e das gratificações sociais dentro da burocracia. E o fim desse período, o fim do terror como motor exógeno e mortífero do desenvolvimento da burocracia, foi o que Krushev anunciou a todos aqueles homens e a todas aquelas mulheres, na famosa noite de fevereiro de 1956, numa sessão a portas fechadas do XX Congresso. Dali em diante, anunciou ele, uma nova racionalidade, que não seria aquela, aberrante e imprevisível do poder absoluto e particular de Stalin, mas a dos interesses gerais de sua classe – a palavra não seria mais pronunciada, naturalmente. Só sealaria dos interesses do Povo, da Nação, do Estado russo -, presidiria a distribuição dos privilégios e prebendas, o estabelecimento das relações de força e de poder. Eis a mensagem desse relatório secreto, mensagem completamente compreensível para a centena de delegados vindos das profundezas glaciais da história russa.

Podemos imaginar a cena, sem dúvida.

Nikita Krushev já estava na tribuna. Martelava suas frases. Gritava, por momentos, e sua voz tremia nos agudos. Despejava verdades monstruosas umas depois das outras. Mas essa voz aterrorizante que descobria a náusea da memória de todos, não era, desta vez, a voz didática e monótona de um Pai todo-poderoso e remoto, inacessível. Era a própria voz de todos ali. Nikita Sergheievitch era um deles e as centenas de homens e mulheres reunidos nessa ocasião sinistra e solene podiam

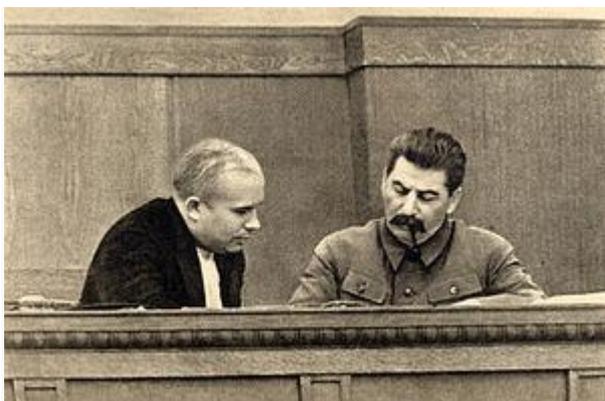
identificar-se com ele. Como ele, haviam contribuído para derrotar todas as oposições. Como ele, haviam derrotado o próprio partido. Como ele, haviam cantado louvores a Stalin. Muitos deles, sem dúvida, haviam assistido ao XVII Congresso do PCUS, em março de 1939. Lembravam-se, talvez, de que Krushev já havia subido à tribuna, no dia 13 de março de 1939, para falar nos sucessos do comunismo na Ucrânia. Talvez se lembrassem das palavras de Nikita Sergheievitch, naquele dia longínquo de 1939, no momento exato em que a guerra na Espanha terminava em sangue, derrota e confusão, por causa, principalmente, da nefasta política de Stalin, cegamente posta em prática pelos conselheiros do Komintern e pelo grupo dirigente do Partido Comunista Espanhol. *“Esses sucessos não se produziram espontaneamente”*, declarara Krushev no XVIII Congresso, *“foram conquistados no combate contra os inimigos da classe operária e dos camponeses, contra os inimigos de todo o nosso povo, na luta contra os agentes dos serviços de espionagem fascistas, contra os trotskistas, os bukharinistas e os nacionalistas burgueses”*. Lembravam-se, talvez, pelo menos alguns deles, da conclusão do discurso de Krushev em março de 1939: *“Viva o maior gênio da humanidade, o Mestre, o Chefe que nos conduziu vitoriosamente para o comunismo, nosso querido Stalin!”*

Eles se lembravam do querido Stalin, sem dúvida. Tremiam, ainda, retrospectivamente, com um horror respeitoso e tímido”.

8.O RELATÓRIO KRUCHEV -= WIKIPEDIA

O chamado **Discurso Secreto** ou **Relatório Khrushchov**, cujo nome oficial é **Sobre o culto à personalidade e suas consequências**, é uma famosa intervenção do político soviético [Nikita Khrushchov](#) durante o [XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética](#), em [25 de fevereiro](#) de [1956](#).^[1] No discurso, Khrushchov reafirma sua crença nos ideais [comunistas](#), invocando as ideias de [Lenin](#), ao mesmo tempo que critica o regime de [Stalin](#), particularmente pelos brutais [expurgos](#) de militares de alto escalão e de quadros superiores do Partido - o chamado [Grande Expurgo](#), entre [1934](#) e [1939](#) -, e pelo [culto à personalidade](#) de Stalin.^[2] O discurso foi um marco na Era Khrushchov. Foi um sinal da intensa disputa pela liderança [soviética](#), na qual Khrushchov procurava desacreditar os [stalinistas](#), notadamente [Lavrentiy Beria](#). Significou, também, uma mudança da linha oficial do Partido Comunista da União Soviética e dos seus [postulados](#) baseados no chamado [stalinismo](#). O discurso adquiriu o nome da sessão na qual foi pronunciado, a portas fechadas, sem a presença de convidados

estrangeiros.^[3] O texto original só foi publicado em sua totalidade no dia [3 de Março](#) de [1989](#), pela gazeta oficial do [Comité Central do Partido](#), já no período da [glasnost](#) - abertura do regime promovida por [Mikhail Gorbatchov](#).



Khrushchov e Stalin despachando, em [1936](#).

Índice

[\[esconder\]](#)

- [1 História](#)
- [2 Divulgação do discurso](#)
- [3 Estrutura do discurso](#)
- [4 Trechos do discurso](#)
- [5 Ver também](#)
- [6 Referências](#)
- [7 Ligações externas](#)

História [\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

Ao contrário do que se acredita, o discurso secreto não significou a primeira dissidência dos novos governantes da [União Soviética](#) em relação a Stalin. Antes do discurso, já se haviam dado os primeiros passos em direção ao fim da estrutura repressiva que reinava no país.

De fato, o discurso baseia-se em parte nas conclusões obtidas pela chamada Comissão [Chvernik](#), um grupo especial do Comitê Central do [Partido Comunista da União Soviética](#), criado a [31 de Janeiro](#) de [1955](#) com o fim de investigar a repressão contra os delegados do XVII Congresso do Partido de [1934](#).

Ao final dos trabalhos, a comissão reuniu evidências suficientes para denunciar que, entre os anos de [1938](#) e [1939](#), durante os momentos mais agitados do [Grande Expurgo](#), mais de um milhão e meio de membros do Partido Comunista da União Soviética haviam sido acusados de realizar "atividades antissoviéticas", e, dentre estes, pelo menos 680 000 haviam sido executados. Estudos contemporâneos ampliam essa cifra para mais que o dobro. O número

foi estabelecido considerando as listas que haviam sido assinadas pelo próprio Stalin.

A partir de [1956](#), os novos dirigentes do estado comunista enfrentaram o lento processo de reabilitação dos chamados "velhos [bolcheviques](#)" e liberação dos internos dos [campos de trabalho forçados](#). As vítimas dos chamados "[processos de Moscovo](#)" só foram reabilitadas em plenitude por volta de [1988](#).

Divulgação do discurso[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

Pouco depois do discurso pronunciado no congresso do Partido, a notícia foi passada a um [jornalista](#) da agência [Reuters](#), John Rettie. Pouco antes de viajar para [Estocolmo](#), Rettie foi informado sobre a fala de Khrushchov por Kostya Orlov. Portanto, a imprensa ocidental sabia do discurso já no início de Março. Rettie, por sua parte, acreditava que a informação fora propositalmente passada pelo próprio Khrushchov usando um intermediário.^[4]

Em [5 de Março](#) de [1956](#), o [Presidium](#) do Partido Comunista da União Soviética ordenou, a todas as organizações partidárias, bem como aos membros do [Komsomol](#), que o informe de Khrushchov fosse lido em todas as reuniões, tanto em presença dos militantes como dos não membros. Assim, o conteúdo do discurso tornou-se conhecido de quase toda a população soviética no mesmo ano em que foi pronunciado. Apesar disto, o texto completo do discurso só foi publicado em [1989](#).^[5]

Pouco depois de pronunciado o discurso, foram enviadas cópias dele aos principais dirigentes dos [partidos comunistas](#) da [Europa Oriental](#).^[6] Aos dirigentes ou militantes de outros partidos não foi informado de sua existência, até que foi publicado pela imprensa [estadunidense](#).

Há também uma outra história sobre a forma curiosa pela qual texto chegou a ser conhecido fora da órbita soviética. O documento foi recebido pelos líderes dos países comunistas europeus. No caso da [Polónia](#), foi recebido também pelo primeiro secretário do [Partido Comunista Polonês](#), [Edward Ochab](#). Uma de suas secretárias, de nome Lucía Baranowski, emprestou-o a seu noivo, o [judeu](#) Viktor Grayevsky que era jornalista e sabia dos rumores sobre a existência do discurso.^[7] ^[8] Ao tê-lo em suas mãos, levou-o à [embaixada](#) de [Israel](#) em [Varsovia](#), onde o emprestou a um agente da [inteligência israelense](#), Yaakov Barmor, que fotografou o documento e enviou os negativos a [Jerusalém](#). O material chegou a Israel em [13 de Abril](#) de [1956](#). Os serviços secretos israelenses tinham um pacto secreto de colaboração com a [inteligência americana](#) e remeteram uma cópia ao diretor da CIA, [Allen Welsh Dulles](#), que, após comprovar a autenticidade do material, deu conhecimento do texto - intitulado "*XX Congresso do Partido: discurso do camarada Khrushchov*" - ao presidente dos [Estados Unidos](#), [Dwight](#)

[Eisenhower](#), sendo autorizado a transmiti-lo ao [New York Times](#), para publicação.^[8]

Estrutura do discurso[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

A estrutura (parcial) do discurso é a seguinte:^[1]

- Denúncia do [culto](#) a [Stalin](#).
 - Menções aos textos clássicos do [marxismo-leninismo](#) nos quais é atacado ao culto da personalidade;
 - Referências a manifestações de culto à personalidade de Stalin, através da arte (música, pintura), nomes de cidades etc.
 - Menções ao [testamento de Lenin](#) e de escritos de [Nadejda Krupskaja](#), nos quais se critica o caráter de Stalin.
 - Antes de Stalin, a disputa [ideológica](#) com o [trotskismo](#) era puramente intelectual, e foi Stalin quem introduziu o conceito de "[inimigo do povo](#)".
 - Violação por parte de Stalin das normas acerca da liderança coletiva.
 - Repressão contra os "velhos bolcheviques" e os delegados ao XVII Congresso: dos 1 966 delegados, 1 108 foram acusados de ser [contrarrevolucionários](#) e 848 deles foram executados; dos 139 membros e candidatos ao Comité Central, 98 foram declarados "inimigos do povo".
 - Depois da brutal repressão, Stalin deixou de considerar as opiniões coletivas.
 - Exemplos da repressão stalinista:
 - Criação de provas falsas para acusar seus inimigos.
 - Exagero de seu papel durante a [Grande Guerra Patriótica](#).
 - Deportação das nacionalidades.
 - [Complô dos médicos](#)

Trechos do discurso[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

“ Stalin descartou o método leninista de convencer e educar, ele abandonou o método de luta ideológica em favor da violência, repressões em massa e terror. —

“ ... É claro que Stalin mostrou em toda uma série de casos sua intolerância, sua brutalidade e seu abuso de poder. Em vez de provar sua correção política e mobilizar as massas, muitas vezes ele escolheu o caminho da repressão e aniquilação física, não só contra os inimigos reais, mas também contra as pessoas que não tinham cometido qualquer crime contra o partido e o governo —

soviético. Aqui vemos nenhuma sabedoria, mas apenas uma demonstração da força brutal que outrora tão alarmou [Lenin](#).^[9]

Ver também[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

- [Desestalinização](#)

Referências

1. ↑ [Ir para: a b](#) "[1956: Khrushchev lashes out at Stalin](#)" (em inglês). BBC. Consultado em 18 de agosto 2013.
2. [Ir para cima](#)↑ [1956: il XX congresso PCUS - Il rapporto segreto](#) Puntata della trasmissione La Storia Siamo Noi Didi Gnocchi}}
3. [Ir para cima](#)↑ Roy Medvedev and Zhores Medvedev, *The Unknown Stalin: His Life, Death, and Legacy*. Ellen Dahrendorf, trans. Woodstock, NY: Overlook Press, 2004, p. 102.
4. [Ir para cima](#)↑ John Rettie, "[The day Khrushchev denounced Stalin](#)", BBC, 18 February 2006.
 5. [Ir para cima](#)↑ O texto foi publicado no jornal *Известия ЦК КПСС* (*Izvestiya CK KPSS; Reports of the Central Committee of the Party*), em 3 de março de 1989.
 6. [Ir para cima](#)↑ Roy Medvedev and Zhores Medvedev, *The Unknown Stalin: His Life, Death, and Legacy*. Ellen Dahrendorf, trans. Woodstock, NY: Overlook Press, 2004, p. 104.
 7. [Ir para cima](#)↑ <http://www.haaretz.co.il/hasite/pages/ShArt.jhtml?itemNo=691848>
8. ↑ [Ir para: a b](#) Melman, Yossi. "[Trade secrets](#)", *Ha-aretz*, 2006.
9. [Ir para cima](#)↑ "[The cult of the individual](#)" (em inglês). The Guardian. 25 de abril 2007. Consultado em 18 de agosto 2013. **Texto " Discurso na integra de Nikita Khrushchov" ignorado ([Ajuda](#))**

Ligações externas[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

- [BBC, "Quando a URSS 'desterrou' Stalin"](#).
 - [Texto do discurso](#) (em inglês).

9-

9.A crise do movimento comunista, de Fernando

Claudín <http://editora.expressaopopular.com.br/noticia/chegou-crise-do-movimento-comunista-de-fernando-claud%C3%ADn-aproveite-pre%C3%A7o-promocional-de>

Lançada no Brasil há 33 anos e há muito esgotada, obra tem nova edição traduzida e comentada por José Paulo Netto. Durante período de lançamento, site da Expressão Popular oferece 15% de desconto na obra

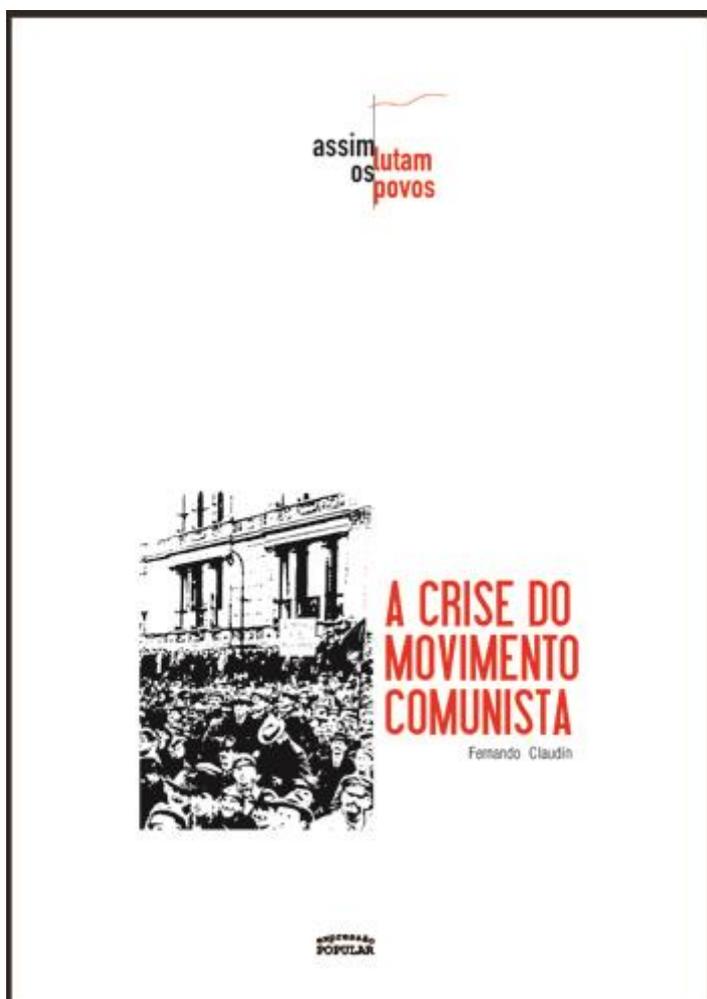
ADQUIRA O LIVRO CLICANDO AQUI

DEBATE DE LANÇAMENTO, COM PRESENÇA DE JOSÉ PAULO NETTO, SERÁ DIA 23/2

[A Crise do Movimento Comunista - Baixar-livros-grátis.com](http://baixar-livro-gratis.com)

baixar-livro-gratis.com/?p=228375

O Apogeu do Stalinismo – **Fernando Claudín** ... da política stalinista em todo **movimento comunista internacional**, desde os anos imediatamente anteriores ..



A crise do movimento comunista, de Fernando Claudín, foi publicada na Espanha em 1970 e teve sua primeira edição (Editora Global) no Brasil em meados da década de 1980; 33 anos depois – quando se comemora o centenário do autor, bem como 60 anos da morte de Stalin –, a Editora Expressão Popular traz novamente a público esta obra fundamental para se compreender e avaliar o

movimento comunista no século XX. Ao longo das 736 páginas que compõem o livro, o autor realiza uma minuciosa análise – teórica, política e histórica – deste movimento, cujo principal marco foi a Revolução Russa de 1917.

A obra está dividida em duas partes: A crise da internacional comunista e O apogeu do stalinismo. Na primeira, o autor percorre todo o trajeto da Internacional Comunista – também conhecida como Terceira Internacional – desde sua fundação, em 1919, até sua dissolução em 1943. Esta análise aborda desde os pressupostos teóricos presentes na concepção de Lenin (principal idealizador e entusiasta da Internacional), as perspectivas da época (dois anos após o triunfo da Revolução Russa), bem como as dificuldades/contradições políticas para se levar a cabo o seu objetivo (ser um “centro dirigente do movimento operário internacional”). Na segunda, Claudín se detém na análise da política do Estado soviético durante a Segunda Guerra Mundial tendo em vista os acordos realizados por Stalin – desde o pacto de não agressão germano-soviético até a divisão das esferas de influência com Churchill e Roosevelt, dando destaque principalmente à criação do Kominform (alinhado à política stalinista) e às forças que não se submeteram à política de Stalin, sobretudo a China e a Iugoslávia.

Podemos ressaltar dois, entre vários outros, principais aspectos em A crise do movimento comunista. O primeiro é de que toda a análise empreendida por Claudín tem como pressuposto as bases teóricas estabelecidas por K. Marx e F. Engels, isto é, ele busca analisar as várias determinações históricas, políticas e sociais que conformam a totalidade de seu objeto. Segundo José Paulo Netto, na apresentação a esta edição:

“... a perspectiva metodológica de Claudín, neste trabalho, enfrentado com a experiência histórica de décadas de luta comunista, obedece à melhor inspiração do pensamento marxiano. É por isto que, na sua exposição textual, a paixão da vontade revolucionária solda todas as passagens crítico-analíticas.”

É importante levar em conta que esta obra é fruto e parte de um processo de reflexão do próprio movimento comunista – Claudín inicia sua militância aos 20 anos de idade – e tem como foco de interesse não a pesquisa acadêmica distanciada da realidade, mas uma preocupação em compreender a realidade para transformá-la.

O outro aspecto a se destacar – que decorre do primeiro – é a análise empreendida das diversas possibilidades revolucionárias surgidas na Europa ao longo do século XX (desde a Revolução Alemã de 1918-1919, passando pela Guerra Civil Espanhola, até os combates

antifascistas na Segunda Guerra) e como em boa medida todas elas estiveram submetidas às necessidades não da revolução socialista, mas sim do Estado soviético capitaneado por Stalin. Ao longo da obra, podemos apreender as várias forças sociais e política, que atuaram nos diversos países tanto em favor da revolução quando contra ela.

Os dois últimos parágrafos da apresentação a esta edição trazem uma síntese das contribuições da obra:

“... este livro – e nem poderia ser diferente se, efetivamente, ele é fiel à inspiração de Marx – presta um inestimável serviço à causa comunista. Seu esforço honrado para reconstruir a verdade do movimento comunista, num período muito determinado, rompendo com a apologia, constitui uma paradigmática operação que reforça a luta para suprimir o mundo burguês. Não se pode temer o esclarecimento dos erros (e dos crimes); só ele pode impulsionar criticamente o pensamento e a prática do movimento comunista. Neste trabalho, Claudín não se portou como arqueólogo (como, aliás, notou-o, no prefácio, seu amigo Semprún), nem tomou o passado como exemplo: situou-o como lição. Reconhecer como seu este passado significa, para os comunistas, em boa medida, não repeti-lo.

Pouco importa se aceitamos ou não as conclusões de Claudín (e quem escreve esta apresentação recusa várias delas) – há que agradecer-lhe por nos ajudar a nos compreender melhor. Certa feita, o jovem Marx observou que “a exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões”. Esta obra de Claudín contribuiu/contribui vigorosamente para que os comunistas se libertem de uma tal condição – e, menos crédulos, ingênuos e desinformados, se tornem efetivamente melhores comunistas.”

**



A Crise do Movimento Comunista- Vol. 2: o Apogeu do Stalinismo

Fernando Claudín

Tipo: seminovo/usado

Editora: Global

Ano: 1986

Estante: História Geral

Peso: 400g

Idioma: Português

Cadastrado em: 25 de fevereiro de 2015

Descrição: livro pouco amarelado pelo tempo, sem riscos, sem anotações.

Respeitamos a lei do direito autoral. [Informe a Estante.](#)

A crise do movimento comunista

<http://www.brasildefato.com.br/node/12260>

Este livro é um grande projeto intelectual, simultaneamente ambicioso e necessário

José Paulo Netto 11/03/2013

Em dezembro de 1969, Fernando Claudín finalizou a primeira etapa de um grande projeto intelectual: terminou a redação do livro I que haveria de constituir a obra a crise do movimento comunista, dividido em duas partes (“a crise da internacional comunista” e “o apogeu do stalinismo”). Claudín planejava um livro II (a ser intitulado Do XX Congresso do PCUS à invasão da Tchecoslováquia), que nunca foi escrito. Assim, A crise do movimento comunista permaneceu, na sua totalidade, um projeto inconcluso: Claudín não pôde chegar ao fecho do seu estudo, analisando os processos de ruptura no movimento comunista posteriores a 1956 e os impasses que levaram os rumos da revolução à deriva. Contudo, o livro I, dada a sua particular inteireza, não teve a sua relevância nem a sua legibilidade comprometidas.

Publicada em 1970, a obra, nos anos seguintes, ganhou versões em vários idiomas e tornou-se, realmente, um texto de referência. Ainda hoje, é um dos raros materiais que não trata de aspectos singulares e/ou específicos, mas incide sobre toda a trajetória da Internacional Comunista (Komintern) e do Centro de Informação dos Partidos Comunistas (Kominform).

A crise do movimento comunista trata-se de um grande projeto intelectual, simultaneamente ambicioso e necessário. Ambicioso é o mínimo que se pode dizer do projeto de um pesquisador que, individualmente, se debruça sobre meio século de história do movimento comunista – realizado inteiramente, o

projeto cobriria os 49 anos entre a fundação da Internacional Comunista e o aborto da Primavera de Praga.

É necessário pois a operação analítica empreendida por Claudín é uma preliminar indescartável para aquele que quiser pensar os rumos e as perspectivas dos que se reclamam herdeiros de Marx na via do socialismo revolucionário. Por outra parte, a necessidade deste projeto era o grande desafio pessoal de Claudín: tratava-se de compreender também as suas três décadas de inserção no movimento comunista, sua honrada dedicação e seu enorme fracasso político. Estou convencido de que a perspectiva metodológica de Claudín obedece à melhor inspiração do pensamento marxiano.

É por isto que, na sua exposição textual, a paixão da vontade revolucionária solda todas as passagens crítico-analíticas; o sujeito que mergulha no objeto sobre o qual reflete (assim como Claudín mergulhou na práxis política) ultrapassa a incompatibilidade mistificada entre “juízo de fato” e “juízo de valor”; o tratamento do material histórico é direcionado pelo movimento de uma razão e uma vontade que só se explicam referenciadas ao objetivo revolucionário do comunismo – não um fim ideal, mas uma construção histórico-concreta, uma processualidade que se desenvolve na história real.

Além disso, estou igualmente convencido de que este livro presta um inestimável serviço à causa comunista. Seu esforço honrado para reconstruir a verdade do movimento comunista, num período muito determinado, rompendo com a apologia, constitui uma paradigmática operação que reforça a luta para suprimir o mundo burguês. Não se pode temer o esclarecimento dos erros (e dos crimes); só ele pode impulsionar criticamente o pensamento e a prática do movimento comunista. Neste trabalho, Claudín não se portou como arqueólogo nem tomou o passado como exemplo: situou-o como lição. Reconhecer como seu este passado significa, para os comunistas, em boa medida, não repeti-lo.

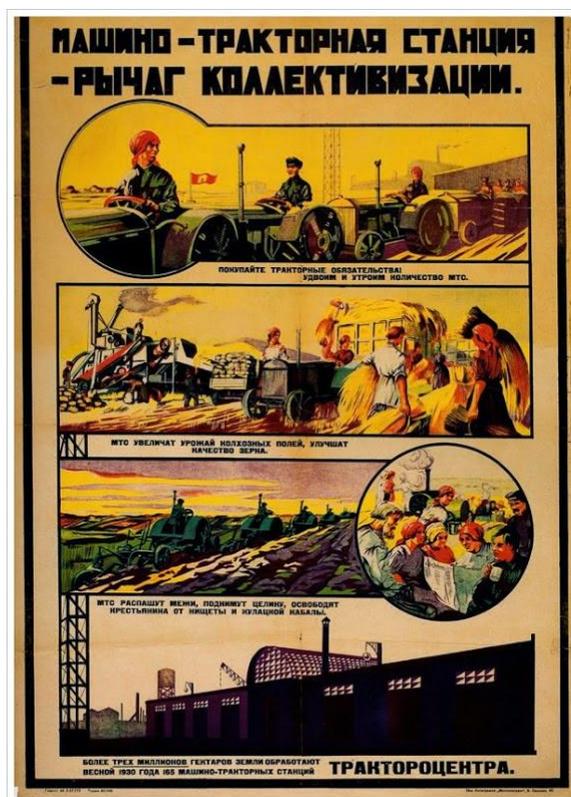
Pouco importa se aceitamos ou não as conclusões de Claudín (e quem escreve esta resenha recusa várias delas) – há que agradecer-lhe por nos ajudar a nos compreender melhor. Certa feita, o jovem Marx observou que “a exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões”. Esta obra de Claudín contribuiu e contribui vigorosamente para que os comunistas se libertem de uma tal condição – e, menos crédulos, ingênuos e desinformados, se tornem efetivamente melhores comunistas.

(Esta resenha é constituída de trechos editados da “Apresentação” de A crise do movimento comunista)

10-A COLETIVIZAÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA

sexta-feira, 17 de outubro de 2014 -

<http://historiaeciajg.blogspot.com.br/2014/10/a-coletivizacao-da-uniao-sovietica.html>



Uma vez instalada a revolução que implantou o socialismo na Rússia (1917), a partir do ano seguinte, seus líderes, *os bolcheviques*, estabeleceram medidas radicais, *chamadas comunismo de guerra*, tais como:

- O confisco sumário das grandes propriedades fundiárias, sem indenização;
- A regulamentação do consumo e da produção;
- A expropriação das grandes indústrias e da maioria das pequenas empresas;
- A obrigatoriedade de os camponeses entregarem ao governo a colheita de cereais, com exceção da parte destinada a consumo próprio.

Tais medidas produziram o colapso da economia russa, que regrediu a níveis inferiores aos de antes da Primeira Guerra. Por outro lado, a ocupação desordenada das fábricas, o trabalho obrigatório, a

especulação com os gêneros de primeira necessidade feita pelos *kulacks* (camponeses ricos) e resistência dos camponeses a entregar parte de suas colheitas ao Estado, numa época de crise e muita fome, geraram greves e insurreições, como a dos marinheiros da base naval de Kronstadt, em março de 1921.

Na tentativa de resolver esses problemas, tão logo o Exército Vermelho pôs fim à guerra civil, o governo de Lênin criou, em fevereiro de 1921, uma comissão estatal de planejamento econômico (Gosplan), para coordenar a reorganização da economia. Assim, em março desse mesmo ano, foi adotada a Nova Política Econômica (NEP). Com ela abria-se espaço para alguns empreendimentos de iniciativa particular que, em colaboração com empresas estatais, deveriam promover o reerguimento econômico do país.

Entre as medidas que compunham a NEP, destacavam-se as seguintes:

- O governo procurou atrair capitais estrangeiros, que foram canalizados para o desenvolvimento da indústria de base;
- A agricultura e o comércio foram organizadas através de cooperativas;
- Foi restabelecida a liberdade de comércio interno;
- Foram autorizadas as diferenças salariais;

Essas medidas permitiram a Rússia retomar rapidamente o crescimento econômico; atingindo altos níveis de produtividade, até serem suplantadas pelos planos quinquenais adotados posteriormente, durante o governo de Stálin.

Politicamente, fundou-se em dezembro de 1922 a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), composta pela Rússia, pela Transcaucásia, pela Ucrânia e pela Rússia Branca, com as adesões posteriores do Usbequistão, do Turquemenistão e do Tadiquistão. Em Julho de 1923 foi promulgada a nova Constituição, ratificada seis meses depois pelo Congresso, que definia os poderes da união, estabelecendo como órgão mais importante o *Soviet Supremo*, composto por delegados de todas as Repúblicas, encarregados da escolha do Conselho Executivo.

O governo de Stálin e os planos quinquenais

Com a morte de Lênin em 1924, o poder passou a ser disputado por dois dos principais líderes da revolução: Stálin, o Secretário Geral do Partido Comunista, e Trótski, o Comissário do Povo para a Guerra.

Mais que uma disputa pessoal, esta era uma luta de duas facções opostas:

- A stalinista, que pretendia limitar a revolução socialista apenas à União Soviética, a fim de poder consolidá-la,
- A trotskista, que defendia a propagação da revolução socialista pelo mundo.

Aproveitando-se do fato de Trótski estar doente, e assim momentaneamente incapacitado para lutar por seus ideais, Stálin destituiu-o do cargo de Comissário em 1925, isolando-o cada vez mais, até conseguir expulsá-lo do partido em 1927 e da união Soviética em 1929. Trótski refugiou-se no México, onde foi assassinado em 1940.

Controlando a burocracia do partido e do Estado a seu favor, Stálin foi aos poucos afastando todos os seus opositores até se tornar ditador absoluto em 1929. Durante seu governo foi realizada uma planificação geral da economia, através dos *planos quinquenais*, que objetivavam a criação de uma indústria pesada e a coletivização e mecanização da agricultura. A reforma agrária afetou três quintos das áreas de exploração agrícola, fez desaparecer os kulacs e criou os kolkhozes (cooperativas coletivas, cujos membros são proprietários da produção, mas não da terra) e os sovkhozes (granjas socializadas, cuja produção, maquinaria e terras pertencem ao Estado).

Isolada do resto do continente, a primeira nação socialista do mundo teve de se voltar para dentro de seus vastos territórios à procura de recursos minerais, encontrados nas jazidas de carvão e ferro dos Urais, Sibéria e Ásia Central e na exploração do petróleo. Para conseguir sua autosuficiência industrial, a produção de bens de consumo foi restringida

e houve uma grande ampliação da rede de energia elétrica, com a construção de várias hidrelétricas.

Esses planos, acompanhados por uma política cultural de erradicação do analfabetismo e de implantação do ensino técnico, permitiram que a União Soviética se recuperasse do atraso técnico do Império Russo e conseguisse rapidamente o mesmo nível de desenvolvimento industrial dos países mais avançados.

Em 1936, Stálin outorgou uma nova Constituição, seguida por uma intensa onda de expurgos que afastou do poder os remanescentes revolucionários de 1917 e confirmou seu poder totalitário. Iniciou-se, então, um período de terror permanente, com expurgos maciços e repetidos, que atingiram um grande número de membros do partido, da administração e do exército. Milhares de pessoas foram mortas ou enviadas a campos de trabalho forçado. Com a extrema centralização do poder e o aumento do controle burocrático e policialesco sobre a população soviética, Stálin instaurou o culto de sua personalidade, transformando a ditadura do proletariado em ditadura pessoal.

A Coletivização

Voltando à questão agrícola, o primeiro plano quinquenal incluía um programa de coletivização agrícola que visava a consolidar as propriedades rurais em unidades maiores, de milhares de hectares, dentro do regime de propriedade comunal dos camponeses. Só com esse tipo de reorganização, declaravam os líderes russos, seria possível introduzir os novos e dispendiosos processos de mecanização, para elevar a produção agrícola do país. Era natural que o argumento não conseguisse obter o apoio dos fazendeiros mais prósperos (Kulacks), que tinham recebido permissão de conservar a propriedade de suas terras, apesar da revolução. Essa oposição provocou um novo período de Terror, tornado ainda mais impiedoso, por uma fome ocorrida no sudeste da Rússia em 1932. Os kulacks foram liquidados, quer pela morte, quer pelo transporte para distantes campos de trabalhos forçados. Ou seja, a burguesia rural foi eliminada, a fim de ser substituída por um proletariado rural. Em 1939 a coletivização era fato consumado. Para um vasto número de russos, ela representou uma revolução muito mais imediata que a de 1917. Cerca de vinte milhões de pessoas foram

retiradas das terras, que, tão logo reorganizadas em unidades maiores e mecanizada a produção, exigiam menos trabalhadores. Foram mandados para as cidades, onde a maioria passou a trabalhar em fábricas. A produção agrícola não aumentou durante os primeiros anos da coletivização. Não obstante, o plano foi benéfico para o governo. Através do controle da produção, a burocracia central pode regular a distribuição dos produtos agrícolas, destinando-os à exportação, onde necessário, a fim de pagar a importação de máquinas industriais, de extrema necessidade.

Concluindo

A coletivização da economia e como consequência a coletivização da terra teria como objetivo fundamental a garantia da igualdade social do povo russo. Como pudemos observar esse objetivo não foi atingido. As razões são várias:

1) A própria metodologia utilizada pelos dirigentes mostrou-se incapaz, uma vez que com o uso da força, um contingente muito grande pessoas, milhares ou até milhões, que seriam as primeiras beneficiárias, ficaram sem as suas terras e, portanto, fora do processo.

2) Não houve uma conscientização popular nesse sentido, decorrendo-se daí que não houve uma adesão espontânea ao processo, perdendo-se com isso a sua qualidade quanto ideia, porque houve necessidade do uso da força: expropriações, expulsões, prisões e envios a campos de trabalhos forçados.

3) A própria evolução histórica provou que o socialismo não se consolidou na prática. A economia soviética teve altos e baixos, alternando-se períodos de crescimento com períodos de crise, e muito menos atingiu seu objetivo geral e final que era de garantir ao povo a igualdade social.

Imagem: Google.

9. Manual de Economia Política

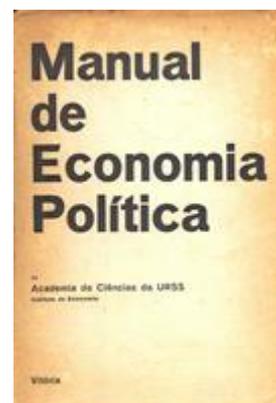
Academia de Ciências da URSS

<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/22.htm>

Capítulo XXII — A Transformação Socialista da Agricultura

Necessidade Histórica da Cooperação das Pequenas Economias Camponesas. O plano Cooperativo de Lênin

Para a construção do socialismo, é necessário não somente industrializar o país, como também levar a efeito a transformação socialista da agricultura. O socialismo é um sistema tal de economia social, que une a indústria e a agricultura na base da propriedade social dos meios de produção e do trabalho coletivo.



A transformação socialista da agricultura é a tarefa mais difícil da revolução após a conquista do poder pela classe operária. A agricultura dos países capitalistas não atingiu o nível de concentração, de socialização capitalista da produção, característico da indústria. Na agricultura, predominam numericamente as pequenas e dispersas economias camponesas. Enquanto a forma predominante da produção agrícola permanece sendo a pequena economia individual, conserva-se a base do regime econômico burguês no campo, a exploração dos camponeses pobres e de considerável parte dos camponeses médios pela burguesia rural.

O marxismo-leninismo rejeita decididamente o caminho da expropriação dos pequenos e médios produtores mercantis — camponeses e artesãos. A economia dos produtores mercantis simples é baseada no seu trabalho pessoal. Quaisquer medidas violentas com relação aos camponeses e artesãos afastá-los-iam da classe operária e trariam irremediável prejuízo a causa da construção do socialismo. Escreveu [F. Engels](#):

“Quando dominarmos o poder do Estado, ser-nos-á impossível sequer pensar em expropriar pela violência os pequenos camponeses (pouco importa se com indenização ou sem ela), como seremos obrigados a fazer com os grandes proprietários agrários. Nossa tarefa com relação aos pequenos camponeses consistirá, antes de tudo, em encaminhar sua produção individual e sua

propriedade privada para um regime cooperativo, não pela força, mas pelo exemplo e pela oferta de ajuda social para este fim.”⁽¹³³⁾

O sistema da pequena produção mercantil não está em condições de libertar as massas trabalhadoras de camponeses e artesãos da miséria e da submissão. O único caminho para sua libertação de qualquer exploração e ruína é a passagem para o caminho do socialismo através da cooperação. Esta passagem só é possível nas condições de conquista do poder pela classe operária, conduzindo atrás de si todos os trabalhadores.

No seu plano de construção da sociedade socialista, [Lênin](#) se orientou pelo princípio de que a classe operária deve construir o socialismo em aliança com o campesinato. Parte integrante do plano geral de construção do socialismo é o plano, elaborado por [Lênin](#), de transição dos camponeses da pequena economia, baseada na propriedade privada, para a grande economia socialista, através da cooperação.

O plano cooperativo de [Lênin](#) partiu de que, nas condições da ditadura do proletariado, a cooperação representa, para milhões de camponeses, o caminho mais acessível, compreensível e vantajoso de transição da dispersa economia individual para as grandes associações produtivas — as economias coletivas. A fim de atrair o campesinato ao leito da construção socialista, era necessário o desenvolvimento, inicialmente, das formas mais simples de cooperação e a transição gradual das formas inferiores as formas superiores de cooperação, a cooperação de produção colcosiana. Na cooperação das economias camponesas foi encontrada a única forma correta de combinação dos interesses privados dos camponeses com os interesses estatais gerais, de incorporação das massas fundamentais do campesinato sob a direção da classe operária para a construção do socialismo.

Na sociedade burguesa, onde os meios de produção pertencem aos exploradores, a cooperação constitui uma forma *capitalista* de economia. Na cooperação agrícola sob o capitalismo, a burguesia domina economicamente, explorando as massas do campesinato. No regime social, em que o poder político se encontra em mãos dos próprios trabalhadores e os meios fundamentais de produção são de propriedade do Estado proletário, a cooperação representa uma forma *socialista* de economia.

“O regime de cooperadores civilizados, sob a condição da propriedade social dos meios de produção, da vitória de

classe e do proletariado sobre a burguesia — este é o regime do socialismo.”⁽¹³⁴⁾

O plano cooperativo de [Lênin](#) refletia a necessidade histórica do desenvolvimento da sociedade no período de transição do capitalismo ao socialismo. Uma vez que a pequena economia mercantil constitui uma base que alimenta o capitalismo, o problema de “quem vencerá a quem?”, ou seja, a vitória definitiva da classe operária, em aliança com as massas fundamentais do campesinato, sobre a burguesia, não pode ser alcançada sem a transformação socialista da agricultura. Sem a cooperação dos pequenos produtores mercantis, é impossível superar as contradições da economia de formação múltipla do período de transição e construir a sociedade socialista.

Na economia de formação múltipla do período de transição, existem, de um lado, a grande indústria socialista, cuja base é a propriedade social dos meios de produção, e, de outro lado, a pequena economia camponesa, cuja base é a propriedade privada dos meios de produção. A grande indústria possui uma técnica avançada, ao passo que a pequena propriedade privada camponesa se baseia na técnica primitiva e no trabalho manual. A grande indústria se desenvolve com elevados ritmos, ao passo que a pequena economia camponesa se desenvolve com extrema lentidão e nem sempre dispõe da possibilidade de efetuar mesmo a reprodução simples. A grande indústria está socializada na escala de toda a economia nacional e é dirigida na base do plano estatal, enquanto a pequena economia camponesa é dispersa e está submetida à influência das forças do mercado. A grande indústria socialista *aniquila* os elementos capitalistas, ao passo que a pequena economia camponesa os *engendra* permanentemente e em escala de massa. O Estado socialista e a construção do socialismo não podem, no decorrer de um período mais ou menos longo, apoiar-se em duas bases diversas: na base da mais unificada grande indústria socialista e na base da pequena economia mercantil camponesa, dispersa e atrasada. Isto conduziria, em última instância, a desorganização de toda a economia nacional.

Desta maneira, na economia do período de transição do capitalismo ao socialismo inevitavelmente existe uma contradição entre a grande indústria socialista, de um lado, e a pequena economia camponesa, de outro lado. Esta contradição é característica para a economia de todos os países, que ingressam no caminho da transição ao socialismo. Resolver esta contradição só é possível através da transladação da pequena economia camponesa para os trilhos da grande lavoura socialista.

À medida em que cresce a indústria socialista, a pequena economia camponesa se revela cada vez menos em condição de satisfazer as crescentes necessidades da população urbana em matéria de gêneros alimentícios, bem como as necessidades cada vez maiores de matérias-primas para a indústria, o que freia o desenvolvimento industrial do país. A indústria socialista, que produz instrumentos de produção tanto para a indústria como para a agricultura, não dispõe, em virtude da existência da pequena economia camponesa, de um mercado interno crescente para o escoamento da moderna e complexa técnica agrícola, que somente as grandes economias podem aplicar em ampla escala.

Desta maneira, as velhas relações de produção da pequena economia camponesa obstaculizam o desenvolvimento das novas forças produtivas. A lei da correspondência das relações de produção ao caráter das forças produtivas condiciona a necessidade da criação no campo de novas relações de produção socialistas, que possam dar espaço ao desenvolvimento das forças produtivas. Estas relações de produção se criam através da unificação das pequenas economias individuais em grandes economias coletivas.

A realização do fim da produção socialista — o ininterrupto crescimento do bem-estar do povo — exige a criação de uma grande agricultura socialista altamente produtiva, capaz de abastecer a indústria de matérias-primas e a população, de gêneros alimentícios. Em consequência, a coletivização está condicionada pela ação da lei econômica fundamental do socialismo, representando uma condição indispensável a solução das mais importantes tarefas da construção do socialismo e da satisfação dos interesses radicais, vitais, do campesinato e de todos os trabalhadores.

Existem dois caminhos para a criação da grande economia na agricultura: o capitalista e o socialista. O caminho *capitalista* implica no aparecimento e desenvolvimento na agricultura de grandes economias capitalistas, baseadas na exploração do trabalho assalariado, o que inevitavelmente é acompanhado pela diferenciação e a ruína das massas trabalhadoras do campesinato. O caminho *socialista* implica na unificação das pequenas economias camponesas em grandes economias coletivas, equipadas com uma técnica avançada, as quais libertam os camponeses da exploração, da miséria e da pobreza, assegurando o ascenso ininterrupto de seu nível de vida material e cultural. Terceiro caminho não existe.

Representa o mais profundo equívoco a opinião de que o socialismo pode ser construído apenas na cidade, deixando no campo as economias dos pequenos camponeses e dos camponeses ricos. O Partido Comunista da

União Soviética, ainda no início do movimento [colcosiano](#) de massas, derrotou a teoria oportunista de direita do “equilíbrio” dos setores da economia nacional, segundo a qual o setor socialista na cidade e os setores pequeno-camponês e capitalista no campo podem desenvolver-se paralelamente, não engendrando contradições no desenvolvimento da economia nacional. Por tal caminho, a vitória do socialismo não pode ser garantida.

Desta maneira, a gradual unificação das pequenas economias camponesas em cooperativas de produção, equipadas com uma técnica avançada, constitui uma necessidade objetiva no período de transição do capitalismo ao socialismo. O Partido Comunista e o Estado soviético rejeitaram o caminho capitalista de desenvolvimento da agricultura, como mortal para a causa do socialismo, e escolheram o caminho socialista. Isto encontrou sua expressão na política consequentemente aplicada de coletivização da agricultura. O XV Congresso do PC(b) da URSS (1927) resolveu o seguinte:

“É necessário colocar como tarefa primordial, na base da contínua cooperação do campesinato, a passagem gradual das dispersas economias camponesas para o caminho da grande produção (cultivo coletivo da terra na base da intensificação e mecanização da lavoura), apoiando por todos os meios e estimulando os embriões do trabalho agrícola socializado.”⁽¹³⁵⁾

A passagem da pequena economia camponesa individual a grande economia socialista não pode decorrer espontaneamente. Sob o capitalismo, a aldeia segue a cidade espontaneamente, uma vez que a economia capitalista da cidade e a pequena economia camponesa da aldeia constituem, no seu fundamento, formas econômicas do mesmo tipo, que se baseiam na propriedade privada dos meios de produção. Nas condições da ditadura da classe operária, a aldeia pequeno-camponesa não pode seguir espontaneamente a cidade socialista. Como indicou [Lênin](#), a diferença da tendência *socialista* do proletariado, ao campesinato é inerente uma tendência *mercantil-capitalista*, uma vez que a economia mercantil simples espontaneamente engendra o capitalismo.

Para a vitoriosa realização das tarefas da cooperação de milhões de pequenas economias camponesas, [Lênin](#) considerava como condição mais importante a direção da classe operária com relação as massas fundamentais do campesinato, a ajuda material, financeira e organizativa do Estado socialista a aldeia. A cooperação dos camponeses exige a mais rigorosa observância do princípio da voluntariedade. Grande importância tem, neste particular o

convencimento a respeito da superioridade da grande economia socialista, pela experiência das cooperativas de produção de vanguarda.

A história da construção socialista na URSS demonstrou que se justificou plenamente o caminho da cooperação produtiva das economias camponesas. Em todos os países, que possuem massa mais ou menos numerosa de pequenos e médios camponeses, após o estabelecimento do poder da classe operária, este caminho de desenvolvimento é o único possível e conveniente para a vitória do socialismo.

Formas de Transformação Socialista da Agricultura na URSS

A radical transformação revolucionária das relações de produção na esfera agrícola e a criação do modo de produção socialista no campo exigem a organização de formas de economia socialista, que, em primeiro lugar, correspondam aos interesses econômicos vitais do campesinato, e, em segundo lugar, garantam uma produtividade do trabalho mais elevada e o mais rápido desenvolvimento das forças produtivas em comparação não somente com as pequenas economias camponesas» como também com as grandes economias capitalistas. A estas exigências correspondem as formas cooperativas de economia, criadas e comprovadas pela experiência da transformação socialista da agricultura na URSS e nos países de democracia popular.

Constitui forma inferior de cooperação das economias camponesas a cooperação no terreno da venda dos produtos agrícolas e do abastecimento de produtos industriais a aldeia, bem como a cooperação no terreno do crédito. Pertencem a estas formas gêneros especiais de cooperativa agrícola: produtora de manteiga, cultivadora de linho, cultivadora de beterraba, creditícia e outras. Nestas cooperativas, a socialização ainda não abrange os meios de produção e de trabalho dos pequenos produtores mercantis. Mas elas desempenham grande papel na transição da economia camponesa individual a grande economia social, uma vez que inculcam em amplas camadas do campesinato hábitos de condução coletiva das questões econômicas. Nelas se manifestam os embriões da economia social: plantação coletiva para a produção de sementes selecionadas, empresas auxiliares para a elaboração de produtos agrícolas; com os meios cooperativos adquirem-se reprodutores de raça, máquinas para utilização nas economias dos membros da cooperativa, etc..

Neste estágio, entre a indústria socialista e a economia camponesa existe predominantemente uma *aliança comercial*. A expansão do comércio estatal e

cooperativo e a eliminação do capital privado da rede comercial libertam os camponeses da exploração por parte de comerciantes e especuladores. Grande papel desempenha, a este respeito, a *cooperação de consumo* na aldeia, que produz objetos de consumo pessoal para o comércio.

No período de transição, nas relações mútuas do Estado com as uniões cooperativas tem grande significação o sistema de *contratação*, que representa uma forma de circulação comercial organizada e a forma mais simples de aliança produtiva entre a cidade e o campo. A contratação se realiza na base de acordos pelos quais o Estado faz encomendas aos produtores cooperativistas e as economias camponesas individuais para a produção de certa quantidade de produtos agrícolas, fornece-lhes sementes e instrumentos de produção, favorece a aplicação dos melhores processos econômicos (semeadura em fileiras, plantio de sementes selecionadas, utilização de adubos, etc.), compra-lhes a produção mercantil para o abastecimento de gêneros alimentícios a população e de matérias-primas a indústria. Este sistema é vantajoso para ambas as partes e entrelaça, de modo imediato, as cooperativas e as economias camponesas individuais com a indústria, sem intermediários comerciais privados.

Uma importância decisiva na transformação socialista da agricultura tem a *cooperação de produção* entre as pequenas economias camponesas, a socialização dos meios de produção dos pequenos produtores mercantis, a passagem da propriedade privada a propriedade social, socialista, dos meios de produção. Esta passagem não se realiza de uma vez. A socialização dos diferentes aspectos da economia camponesa se processa gradualmente.

A forma inferior das cooperativas de produção na URSS foi a *Irmandade Para o Cultivo Conjunto da Terra* (TOZ), na qual se socializavam a utilização da terra e o trabalho, mas o gado de trabalho e os instrumentos agrícolas permaneciam como propriedade privada do camponês. Esta forma de cooperativa de produção predominou até a coletivização compacta.

A TOZ desempenhou grande papel na incorporação dos camponeses individuais a grande economia social. Ela constituiu a forma de transição para a cooperativa de produção de tipo mais elevado.

A forma superior da cooperação de produção consiste numa união cooperativa voluntária dos camponeses, cuja base é constituída pela propriedade social dos meios de produção e pelo trabalho coletivo. A forma fundamental e principal da economia coletiva — colcós —, na URSS, foi o artel agrícola. O artel agrícola é uma forma de economia coletiva, que se

constrói sobre a socialização dos meios de produção fundamentais dos camponeses e sobre o seu trabalho coletivo, conservando-se a propriedade pessoal dos [colcosianos](#) sobre uma economia auxiliar.

A experiência de construção colcosiana na URSS demonstrou que, entre todas as formas de cooperativas de produção, o [artel](#) agrícola é a que assegura, no mais alto grau, a correta combinação dos interesses pessoais dos [colcosianos](#) com os interesses sociais do [colcós](#), favorecendo, com isto, a educação dos camponeses individuais, que ficam de fora, no espírito do coletivismo, bem como o desenvolvimento das forças produtivas da agricultura socialista.

Em correspondência com o seu estatuto, no [artel](#) agrícola são *socializados*: as máquinas, os instrumentos agrícolas, O' gado de trabalho, os depósitos de sementes, os meios de forragem para o gado coletivizado, as edificações necessárias a atividade econômica do [artel](#), todas as empresas de beneficiamento da produção. Socializam-se inteiramente, no [artel](#) agrícola, ramos tão importantes da lavoura, como as culturas cerealíferas e técnicas. A socialização da pecuária é organizada nas granjas colcosianas. Nos artéis desenvolvidos, existem a grande produção socializada de batatas, de legumes, a horticultura, a viticultura, etc..

No [artel](#) agrícola, *não* se *socializam* e permanecem *propriedade pessoal* do lar [colcosiano](#) as edificações para fins de residência, certa quantidade de gado produtivo, aves de quintal, construções econômicas necessárias a guarda do gado, que ainda é propriedade pessoal do camponês, pequenos instrumentos agrícolas, necessários a economia pessoal auxiliar. Das terras socializadas são destacadas parcelas, que cada lar [colcosiano](#) utiliza para a sua economia auxiliar. Do gado e trabalho socializado, a direção do [artel](#) reserva alguns cavalos para servir, mediante pagamento, as necessidades pessoais dos membros do [artel](#). Os colcosianos recebem seus ingressos básicos da economia social do [colcós](#), de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho por eles despendido.

Numa série de regiões da URSS surgiram *comunas agrícolas*, nas quais foram socializados não somente todos os meios de produção, como também a economia pessoal do colcosiano. Tais comunas se revelaram sem vitalidade, uma vez que surgiram nas condições de uma técnica não desenvolvida e de insuficiência da produção. Praticava-se nelas a distribuição igualitária dos objetos de consumo. Segundo resolução dos próprios camponeses, as comunas foram transformadas depois em artéis agrícolas.

O papel dirigente da grande indústria socialista na transformação socialista da agricultura se realizou, na URSS, através das estações de máquinas e tratores. A *Estação de Máquinas e Tratores* (MTS) é uma empresa estatal socialista na agricultura, que concentra tratores, combinados e outras máquinas agrícolas complexas, prestando serviços, por meio de contratos, à produção colcosiana.

A estação de máquinas e tratores foi um importante instrumento de reconstrução socialista da agricultura, um instrumento fundamental de estabelecimento da aliança de produção entre a indústria e a agricultura. A *aliança de produção* consiste em que a grande indústria socialista abastece a agricultura de máquinas e outros meios de produção, equipando-a com uma nova e aperfeiçoada técnica.

Importante significação para a transformação socialista da agricultura possuem as grandes empresas agrícolas estatais, organizadas pelo Estado socialista em parte dos antigos latifúndios, bem como nas terras livres do fundo estatal. Na URSS, as economias estatal-soviéticas (sovcoes) passaram a se criar já no primeiro ano após a revolução socialista. O *sovcós* é a grande empresa socialista agrícola, na qual os meios de produção e toda a produção pertencem ao Estado. Os sovcoes representam uma das mais importantes fontes de recursos em gêneros alimentícios e matérias-primas, colocadas a disposição do Estado. Como empresas socialistas altamente mecanizadas e com elevado índice de produção para o mercado, os sovcoes davam aos camponeses a possibilidade de se convencerem da superioridade da grande produção socialista e lhes prestavam ajuda em matéria de tratores, sementes selecionadas e gado de raça. Estas empresas agrícolas estatais foram criadas em todos os países socialistas.

A Coletivização Compacta e a Liquidação do Campesinato Rico como Classe na URSS

O cumprimento da grandiosa tarefa histórica, que é a cooperação de milhões de pequenas economias camponesas, não pode ser atingido subitamente após a conquista do poder pela classe operária. Para isto exige-se a criação de premissas adequadas. Se o próprio desenvolvimento capitalista preparou as condições materiais para a transformação socialista da indústria, já para a agricultura estas condições, em medida considerável, devem ser criadas no decorrer do período de transição.

Importância decisiva para a formação da base técnico-material da agricultura tem a industrialização do país, a criação da grande indústria, capaz de equipar as cooperativas de produção com uma técnica avançada. Na URSS, já nos primeiros anos da industrialização foi levada a efeito a construção de fábricas de tratores, de combinados e de outras máquinas agrícolas complexas. Somente nos anos do primeiro plano quinquenal, a agricultura da URSS recebeu 160 mil tratores (calculados a base da unidade de 15 cavalos-vapor). O rápido ritmo de desenvolvimento da indústria pesada assegurou a criação de uma base industrial para o fornecimento ao campo de uma técnica agrícola avançada.

Nas condições atuais, alguns países de democracia popular, que não possuem uma base industrial própria para a fabricação de máquinas agrícolas, recebem a técnica agrícola avançada de outros países socialistas, mais desenvolvidos do ponto de vista industrial, antes de tudo, da URSS. Juntamente com isto, o desenvolvimento industrial próprio dos países de democracia popular, de acordo com as suas particularidades econômicas, constitui condição necessária para o fortalecimento das economias socialistas organizadas na agricultura.

[Lênin](#) ensinou que cada regime social surge somente com o apoio financeiro de determinada classe. Isto se refere inteiramente a criação do novo modo de produção socialista na agricultura. O Estado soviético despendeu consideráveis meios para o financiamento da construção colcosiana e sovcosiana. Os Estados socialistas dos países de democracia popular prestam grande ajuda financeira e organizativa a causa da cooperação das economias camponesas.

O convencimento gradual dos camponeses da superioridade do caminho socialista tem enorme importância na preparação da reviravolta radical das massas camponesas para este caminho. Se a classe operária, como classe

avançada da sociedade moderna e dirigente de todos os trabalhadores na luta pela vitória do socialismo, com a chegada ao poder e a nacionalização das empresas industriais, começa imediatamente a trabalhar em empresas socialistas, já o campesinato, como classe de pequenos produtores mercantis, ligada, através de séculos, a sua economia baseada na propriedade privada, deve convencer-se ainda, na prática, das vantagens da economia coletiva.

A política econômica do Partido Comunista da URSS e do Estado soviético no campo, até a cooperação em massa das economias camponesas, foi dirigida no sentido de apoiar, por todos os meios acessíveis, as camadas de camponeses pobres e médios, atraindo-as gradualmente para a cooperação.

Os camponeses pobres, que representavam 35% de todos os lares camponeses na URSS, foram inteiramente libertados dos impostos. O Estado soviético promulgou leis sobre o trabalho, que protegiam severamente os interesses dos camponeses pobres e dos trabalhadores agrícolas. A organização agrícola, nas economias dos camponeses pobres e dos camponeses médios mais débeis, era feita gratuitamente, por conta do Estado. O Estado organizou depósitos para aluguel de máquinas, que prestavam ajuda produtiva, antes de tudo, às economias dos camponeses pobres. Os camponeses pobres e médios receberam créditos em dinheiro e empréstimos de sementes e víveres em condições vantajosas. Foram de grande importância, para o ascenso da economia camponesa, a ajuda agrônômica organizada pelo Estado, o fornecimento de adubos minerais, a realização de grandes obras de irrigação, etc.. Ao mesmo tempo, o Partido Comunista e o Estado soviético restringiram e deslocaram os elementos capitalistas do campo através de uma elevada imposição de tributos ao campesinato rico, da redução das dimensões do arrendamento e da utilização do trabalho assalariado, da proibição da compra e venda de terra.

A transição gradual das formas mais simples de cooperação as mais complexas, das formas inferiores de cooperativas de produção as formas superiores, passo a passo preparou as massas do campesinato para a transição da economia individual a economia social, da propriedade privada a propriedade social, socialista, dos meios de produção, a condução da economia coletiva sobre as bases democráticas da autoadministração.

Desempenharam enorme papel, na preparação da coletivização em massa, os primeiros [colcoses](#) e sovcoes, criados logo após a revolução socialista. Com o exemplo dos [colcoses](#) e sovcoes de vanguarda, os camponeses se convenceram da superioridade das formas socialistas de economia. Ao lado disto, o Estado socialista prestou, por todos os meios, uma ajuda organizativa aos camponeses. Nos primeiros anos do movimento [colcosiano](#), foram enviados ao campo os melhores funcionários do Partido e dezenas de milhares de operários que prestaram aos camponeses grande ajuda na organização das economias coletivas.

O processo de transformação socialista da agricultura está inevitavelmente ligado com a luta de classes da classe operária, das massas de camponeses pobres e médios contra a burguesia rural. A passagem das pequenas economias camponeses a cooperação em massa exigiu, na URSS, a decidida superação da resistência do campesinato rico. A resistência deste a política do poder soviético no campo acentuou-se particularmente nos anos de 1927/1928, quando o país soviético experimentou dificuldades no abastecimento de cereais. Os camponeses ricos organizaram a sabotagem do aprovisionamento de cereais, realizaram atos terroristas contra os [colcosianos](#) e os funcionários do Partido e dos sovietes, incendiaram edificações colcosianas e depósitos cerealíferos do Estado. A política de luta decidida contra o campesinato rico e de defesa dos interesses dos trabalhadores do campo uniu as massas de camponeses pobres e médios em torno do Partido Comunista e do Estado soviético.

No segundo semestre de 1929, tornou-se evidente, na URSS, a reviravolta radical do campesinato no sentido dos [colcoses](#). Já tinham sido criadas, a esta altura, as premissas econômicas e políticas para a coletivização da agricultura. Dirigiram-se para os [colcoses](#) os camponeses médios, ou seja, a massa fundamental do campesinato. Os camponeses ingressavam nos [colcoses](#) já não por grupos isolados, mas por aldeias e distritos inteiros. Iniciou-se, no campo soviético, o processo da *coletivização compacta*.

Até a coletivização compacta, o Partido Comunista e o Estado soviético executaram uma política de *limitação e deslocamento* dos elementos capitalistas do campo. A grande reviravolta das massas camponesas fundamentais no sentido do socialismo assinalou uma radical transferência de forças de classe no país em favor do socialismo, contra o capitalismo. Isto deu ao Partido Comunista e ao Estado socialista a possibilidade de passar da velha política de limitação e deslocamento dos elementos capitalistas do campo a uma nova política, a política de *liquidação do campesinato rico como classe*, na base da coletivização compacta.

A coletivização compacta significou a ruptura radical do velho regime social no campo, a transformação da economia camponesa baseada na propriedade privada, existente há séculos, a destruição das raízes do capitalismo no campo. Ingressando nos [colcoses](#), os camponeses socializavam os seus meios de produção e o seu trabalho, criavam a sua economia social, cooperativa ([artel](#)) e, com isto, se libertavam da exploração pelos camponeses ricos. É compreensível que tão grandiosa reviravolta, na vida de dezenas de milhões de homens, era acompanhada de enormes dificuldades. O campesinato rico opôs encarniçada resistência a realização da coletivização compacta. Os camponeses pobres e médios, encaminhando-se para [oscolcoses](#), travavam a luta contra o campesinato rico e necessitavam, para isto, da ajuda da classe operária e do Estado. Dirigindo as massas fundamentais do campesinato, a classe operária conduziu-as ao assalto contra o último baluarte da exploração capitalista no país. O poder soviético tomou uma série de medidas orientadas contra o campesinato rico. Foram revogadas as leis sobre arrendamento da terra, trabalho assalariado, etc.. Desta maneira, na base da coletivização compacta, foi levada a efeito a liquidação do campesinato rico – a derradeira e mais numerosa entre as classes exploradoras.

A coletivização compacta e a liquidação, realizada na sua base, do campesinato rico, como classe, representaram uma profundíssima reviravolta revolucionária. Na resolução *Sobre o Movimento Colcosiano e o Ascenso da Agricultura*, o XVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1930) assinalou:

“Se a confiscação da terra dos latifundiários foi o *primeiro* passo da Revolução de Outubro no campo, já a passagem para os [colcoses](#) representa o *segundo* e, ao mesmo tempo, decisivo passo, que determina a etapa mais importante para a causa da construção dos fundamentos da sociedade socialista na URSS.”⁽¹³⁶⁾

Esta foi uma revolução, que liquidou as velhas relações de produção capitalistas e pequeno-burguesas no campo, as quais constituíam obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas, substituindo-as por relações de produção novas, socialistas.

Esta revolução solucionou uma série de tarefas radicais da construção socialista.

Em primeiro lugar, a revolução liquidou a mais numerosa classe exploradora no país, a classe dos camponeses ricos. A liquidação do campesinato rico como classe, na base da coletivização compacta, foi um passo decisivo para o aniquilamento das classes exploradoras. O problema “quem vencerá a quem?” foi resolvido não somente na cidade, mas também no campo, em favor do socialismo. Foram extinguidas, dentro do país, as últimas fontes de restauração do capitalismo.

Em segundo lugar, a revolução transferiu a mais numerosa classe trabalhadora do país — a classe dos camponeses — do caminho da economia individual, que engendra o capitalismo, para o caminho da economia social, colcosiana, socialista, solucionando, com isto, a mais difícil tarefa histórica da revolução socialista.

Em terceiro lugar, a revolução deu ao poder soviético uma base socialista no ramo da economia nacional mais extenso e vitalmente necessário, bem como mais atrasado, ou seja, na agricultura. A agricultura passou a se desenvolver numa base idêntica a da indústria — na base da propriedade social dos meios de produção. Foi resolvida, desta maneira, uma das mais profundas contradições do período de transição — a contradição entre a grande indústria socialista e a pequena economia camponesa individual —, fazendo-se desaparecer o terreno para a oposição entre a cidade e o campo.

A vitória do regime [colcosiano](#) foi alcançada numa luta decidida contra os [trotskistas](#) e [bukharinistas](#), que pugnavam contra a coletivização das economias camponesas. O Partido Comunista derrotou as diretivas [trotskistas](#) de exploração do campesinato através da fixação de altos preços para os produtos industriais e de impostos excessivamente elevados para o campesinato, bem como as diretivas [oportunistas](#) de direita dos [bukharinistas](#) no sentido da prosperidade do campesinato rico, do “espontaneísmo” na construção econômica.

No curso da coletivização compacta, foram superadas as deformações dos princípios leninistas da cooperação das economias camponesas. O Partido Comunista condenou severamente a prática, localmente observada, de violação da voluntariedade do ingresso dos camponeses nos [colcoses](#), de saltar das formas inferiores de cooperativas de produção as superiores, para as quais não tinham sido criadas as necessárias premissas, de ignorar as condições econômicas específicas de determinadas regiões do país, particularmente as regiões nacionais.

A gigantesca reconstrução de milhões de economias camponesas na base da coletivização, que decorreu nas condições de encarniçada luta de classes com o campesinato rico, foi acompanhada inicialmente de grandes gastos no terreno da agricultura e, antes de tudo, de temporária redução da quantidade de cabeças de gado. Posteriormente, a medida que se consolidavam e fortaleciam os [colcoses](#), cada vez mais passaram a se evidenciar as suas vantagens e começaram a elevar-se os ritmos de crescimento da produção colcosiana.

Ainda nos primeiros anos da coletivização compacta, foi colocada, como tarefa principal da construção colcosiana, o *fortalecimento organizativo-econômico dos [colcoses](#)*, ou seja: o fortalecimento da direção partidária e estatal dos [colcoses](#); a purificação dos [colcoses](#) de elementos hostis do campesinato rico, que neles penetraram para tentar destruí-los por dentro, aplicando métodos de sabotagem; o reforçamento da proteção da propriedade social, socialista, contra a rapina, o melhoramento da organização e a elevação da disciplina do trabalho coletivo.

Tudo isto assegurou a realização vitoriosa da coletivização compacta.

Transformação da URSS de País de Pequena Economia Camponesa no País de Agricultura Altamente Mecanizada, a Maior do Mundo

A coletivização compacta na URSS foi levada a efeito, no fundamental, durante o período de 1929 a 1934, embora fosse inteiramente concluída somente ao fim do segundo plano quinquenal.

Foi criada e consolidada, na URSS, a maior agricultura socialista do mundo, encarnada no sistema universal de [colcoses](#), estações de máquinas e tratores e sovcoses.

Ao invés de 25 milhões de economias camponesas, que existiam na URSS as vésperas da coletivização compacta, em meados de 1938 existiam 242,4 mil [colcoses](#) (sem contar os dedicados a pesca e os artesanais). Para cada [colcós](#) cabiam, em média, 1534 hectares de terra agricultável, incluindo 485 hectares de superfície semeada. Nos Estados Unidos, em 1940, somente 1,6% de todas as economias granjeiras possuíam, cada uma, 405 hectares de terra e mais.

O regime [colcosiano](#) demonstrou sua indiscutível superioridade com relação ao regime capitalista de agricultura e a pequena economia camponesa.

“A grande significação dos [colcoses](#) consiste precisamente em que representam a base principal para a aplicação de máquinas e tratores na agricultura, em que constituem a base principal para a transformação do camponês, para a recomposição de sua psicologia no espírito do socialismo.”⁽¹³⁷⁾

Durante os anos dos dois primeiros planes quinquenais, foi levada a efeito uma verdadeira revolução técnica na agricultura, como resultado da qual se criou sólida base material-produtiva do socialismo no campo. Ao iniciar-se o terceiro plane quinquenal, a agricultura na URSS estava altamente mecanizada e se tornara a maior do mundo.

Ao tempo em que, sob o capitalismo, a aplicação de máquinas na agricultura é acompanhada inevitavelmente da ruína das massas de pequenos camponeses, a mecanização da agricultura socialista, na base do trabalho coletivo, alivia o trabalho do camponês e conduz ao aumento de seu bem-estar.

Na agricultura soviética, em 1940, havia 684 mil tratores (tomando como base a unidade de 15 c.v.), 182 mil combinados cerealíferos e 228 mil caminhões. O número de estações de máquinas e tratores era de 158 em 1º de junho de 1930, atingindo 7 069 em fins de 1940. O nível de mecanização dos trabalhos nos [colcoses](#) atingiu, em 1940: na aração, 83%; nos trabalhos outonais, 71%; nas semeaduras de primavera e de inverno, 52 a 53%; na colheita com combinados cerealíferos, 43%.

O regime [colcosiano](#) assegurou significativo aumento da produção agrícola e alto índice de produção mercantil na agricultura, o que possui grande importância para o abastecimento de víveres e matérias-primas ao país. O índice mercantil da produção cerealífera colcosiana e sovcosiana atingiu, em 1938, 40% da produção cerealífera global, enquanto, em 1913, o índice de produção mercantil da lavoura cerealífera representava 26%, ao passo que nas economias dos camponeses pobres e médios era só de 14,7%. Os [colcoses](#) e sovcoses possuem enormes possibilidades para o ininterrupto aumento da produção. Não sofrem crises de mercado, uma vez que a sistemática elevação

do bem-estar material do povo é acompanhada de uma crescente procura de produtos agrícolas.

A vitória do regime [colcosiano](#) abriu ao campesinato soviético o caminho para uma vida acomodada e civilizada. O regime [colcosiano](#) liquidou com a diferenciação do campesinato e a miséria no campo.

Como resultado da vitória do regime [colcosiano](#), mais ainda se fortaleceu a aliança amistosa entre operários e camponeses. O campesinato [colcosiano](#) se tornou sólido sustentáculo do poder soviético no campo. Já agora, não somente a classe operária, mas também o campesinato passou a aplicar o seu trabalho em empresas baseadas na propriedade social, socialista, dos meios de produção.

A Transformação Socialista da Agricultura nos Países Europeus de Democracia Popular

A transformação socialista da agricultura é uma necessidade objetiva para cada país, que ingressa no caminho da transição ao socialismo. Entretanto, não podem ser iguais as formas, os métodos e os ritmos de cooperação em massa das pequenas economias camponesas e de liquidação do campesinato rico como classe. Isto depende das condições históricas, econômicas e políticas concretas de cada país.

Por mais importantes, porém, que sejam as peculiaridades nas condições, formas e métodos de realização da transformação socialista da agricultura nos diferentes países, permanecem gerais para todos os países, que ingressam no caminho da transição ao socialismo, os princípios fundamentais do plano cooperativo de [Lênin](#), comprovados pela experiência da construção colcosiana na URSS.

Em todos os países, que realizam a transformação socialista da agricultura, há muito de comum nas formas de cooperação das pequenas economias camponesas. Por toda a parte, têm ampla difusão as diferentes espécies de cooperação agrícola, artesanal e de consumo. Nos estádios iniciais da cooperação de produção, por toda a parte atribui-se grande importância as formas inferiores de cooperativas de produção, análogas as irmandades para o cultivo conjunto da terra, que existiram na URSS antes da coletivização compacta. É geralmente reconhecida como forma superior de cooperativa de produção a economia coletiva do tipo do [artel](#) agrícola.

Os países de democracia popular realizam a transformação socialista das economias camponesas sob as condições da existência de uma desenvolvida agricultura socialista na URSS e da existência do sistema socialista mundial. O conhecimento da experiência da União Soviética no terreno da transformação socialista da agricultura, das conquistas dos [colcoses](#), estações de máquinas e tratores e sovcoes, desempenha grande papel na causa da cooperação das economias camponesas nos países de democracia popular. A experiência organizativo-econômica de fortalecimento dos [colcoses](#) na URSS, da forma de organização e pagamento do trabalho, de distribuição dos ingressos, etc., utiliza-se amplamente na prática da cooperação produtiva das economias camponesas.

Na base da divisão internacional do trabalho no campo socialista, os países de democracia popular asseguram o abastecimento da agricultura com tratores e outras máquinas agrícolas, organizam a rede de empresas agrícolas estatais, que demonstram a superioridade da grande produção socialista, criam estações de máquinas e tratores, que garantem o reequipamento técnico da agricultura.

A principal particularidade da cooperação produtiva das economias camponesas nos países de democracia popular consiste em que se conserva, por curto tempo, a propriedade privada camponesa da terra, a diferença da URSS, onde foi realizada a nacionalização de toda a terra. A este fato se vinculam as particularidades nas formas de organização e na atividade das cooperativas de produção no campo. Nos países de democracia popular, estão amplamente difundidas as cooperativas de produção, em que a distribuição dos ingressos se processa não somente de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho, mas também de acordo com as dimensões da área de terra transferida a cooperativa e que permanece como propriedade privada do camponês, membro da cooperativa. Estas cooperativas constituem uma forma inferior em comparação com o [artel](#) agrícola, em que estão socializados os meios fundamentais da produção, enquanto os ingressos, recebidos da economia social pelo [colcosiano](#), se distribuem somente de acordo com o trabalho.

Nas condições concretas dos países de democracia popular, tal circunstância facilita a entrada dos camponeses nas cooperativas e contribui para o contínuo fortalecimento da aliança da classe operária com o campesinato. A experiência dos países de democracia popular confirmou que a nacionalização da terra não é condição indispensável em todos os países para a construção socialista no campo. Nos países de democracia popular, parte da terra, tomada aos latifundiários no curso da revolução agrária, ficou em mão do

Estado, enquanto outra parte se tornou propriedade privada dos camponeses. Nestas condições, em consequência da proibição da compra e venda da terra e da limitação do seu arrendamento, a conservação da propriedade privada da terra pelos camponeses não conduz a concentração da propriedade territorial em mãos de elementos capitalistas. Como resultado da liquidação do monopólio da grande propriedade privada da terra e da limitação essencial da propriedade privada da terra, esta deixou de servir, nos países de democracia popular, como meio de exploração do homem pelo homem.

Nos países europeus de democracia popular, existem três tipos fundamentais de cooperativas agrícolas de produção, que se diferenciam pelo grau de socialização do trabalho e dos meios de produção, bem como, em decorrência disto, pelos modos de distribuição dos ingressos. Em primeiro lugar, as irmandades para o cultivo conjunto da terra, nas quais está socializado somente o trabalho para a execução de certas tarefas agrícolas (aração, semeadura, preparação das semeaduras, colheita) nas parcelas de terra, que constituem propriedade de cada membro da irmandade. Em segundo lugar, as cooperativas de produção, nas quais estão socializados os meios de produção e o trabalho e a terra unificada num maciço único, embora permaneça como propriedade privada dos membros da cooperativa. Em tal tipo de cooperativas, a parte fundamental dos produtos (70 a 75%) se distribui de acordo com o trabalho, e uma parte menor, de acordo com a quota territorial. Em terceiro lugar, as cooperativas de produção do tipo do artel agrícola, nas quais estão socializados o trabalho, a terra e os meios de produção, enquanto a distribuição dos produtos se realiza somente de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho.

A vitória completa do socialismo na agricultura pressupõe a socialização de toda a terra, a sua transformação em propriedade social. Nos países de democracia popular, a passagem a socialização de toda a terra será realizada gradualmente, dentro dos princípios da voluntariedade, a medida em que, no curso do desenvolvimento da cooperação de produção e da gradual difusão de suas formas superiores, o campesinato se convencer, por sua experiência, das indiscutíveis vantagens da grande economia coletiva diante da pequena economia baseada na propriedade privada.

A transformação socialista da agricultura decorre numa situação de luta de classes. A burguesia rural se esforça para fazer malograr a cooperação de produção das economias camponesas. Prestando multilateral ajuda material as economias dos camponeses pobres e médios, o Estado democrático-popular toma medidas para o fortalecimento organizativo-econômico das cooperativas

de produção e opõe resistência as manobras do campesinato rico, orientadas contra a cooperação.

Ao mesmo tempo, verificam-se nos países de democracia popular particularidades no que se refere as formas concretas de liquidação do campesinato rico como classe. Levando em conta que o campesinato rico, agora, naqueles países, já não opõe a cooperação das economias camponesas uma resistência semelhante a que houve na URSS, numa série de casos estes ou aqueles elementos do campesinato rico são aceitos nas cooperativas de produção, onde se reeducam no processo do trabalho.

Os partidos comunistas e operários dos países de democracia popular se opõem decididamente a todas as tentativas revisionistas, dirigidas no sentido da renúncia a cooperação no campo, esclarecendo que tai renúncia significaria, na essência, a passagem do caminho socialista do desenvolvimento para o caminho da restauração capitalista.

Tudo isto assegura o êxito da tarefa de atrair as economias camponesas individuais para as cooperativas de produção. O regime cooperativo na Bulgária, já em 1957, obtinha decisiva vitória. Em 1959, na Bulgária, as economias agrícolas cooperativas unem 95% de todas as economias camponesas, ocupando mais de 95% de toda a terra cultivada no país.

Em meados de 1959, cabiam ao setor socialista: na Tchecoslováquia, mais de 80%; na República Democrática Alemã, cerca de 50% da área agrícola; na Romênia, mais de 70% da terra arada do país. Na Albânia, em meados de 1959, cabiam as cooperativas agrícolas cerca de 80% da área cultivada da república.

Na Hungria, na primavera de 1959, o setor socialista ocupava 62,8% da área agrícola; na Polônia, cerca de 15% das terras agrícolas.

Na base das transformações socialistas, realizadas no campo, foram alcançados, nos países europeus de democracia popular, êxitos essenciais para o desenvolvimento da agricultura e a elevação do bem-estar do campesinato. A garantia do contínuo e rápido ascenso da agricultura tem grande significação do ponto de vista dos interesses da economia nacional em conjunto. A solução desta tarefa exige o contínuo desenvolvimento da

cooperação produtiva, o fortalecimento organizativo-econômico das cooperativas existentes, o melhoramento do trabalho das empresas agrícolas estatais.

Simultaneamente, nos países de democracia popular, o poder estatal, aplicando uma linha geral de gradual transformação socialista da agricultura, utiliza as possibilidades ainda não esgotadas da economia do camponês trabalhador individual em proveito do contínuo ascenso da agricultura. Para este fim, é prestada ao camponês trabalhador individual ajuda técnico-produtiva, creditícia, agrotécnica, bem como se estimula o desenvolvimento da sua economia através da aliança comercial da cidade com o campo, de condições vantajosas de contrato, de uma política adequada de impostos e abastecimento.

Tudo isto favorece o ascenso da agricultura e a consolidação da aliança da classe operária com o campesinato.

A Transformação Socialista da Agricultura na República Popular da China e em outros Países Democrático-Populares da Ásia

O triunfo das revoluções democrático-populares na China e em outros países democrático-populares da Ásia abriu o caminho para a gradual transformação socialista da agricultura. Guiando-se pelas ideias leninistas sobre a cooperação do campesinato, os partidos comunistas elaboraram e passaram a realizar praticamente os planos de passagem voluntária dos camponeses da pequena economia camponesa baseada na propriedade privada para a grande economia socialista coletiva. Estes planos foram elaborados levando em conta as condições peculiares de cada país.

Na China, o movimento pela cooperação na agricultura desenvolveu-se a base da completa execução das transformações agrárias. Estas transformações não somente liquidaram a classe dos latifundiários no sentido econômico e debilitaram consideravelmente o campesinato rico, como também conduziram ao esmagamento político dos latifundiários e ao isolamento dos camponeses ricos. Através de toda a sua política, o Partido Comunista levou gradualmente as massas camponesas a tomarem consciência das vantagens da economia cooperativa.

Logo após as transformações agrárias no campo chinês, passaram a ser criadas, em ampla escala, grupos de ajuda mútua para a produção agrícola. Tais grupos constituíam uma associação de algumas economias camponesas para a execução, com o trabalho conjunto, de certas tarefas agrícolas,

conservando-se a propriedade privada da terra e de outros meios de produção. Nestes grupos, realizava-se certa divisão e especialização do trabalho. Como resultado do trabalho conjunto, coletivo, dos camponeses, já essas formas de cooperação possuíam determinadas vantagens sobre a economia individual dos camponeses.

As formas primitivas de cooperação produtiva prepararam os camponeses individuais para a transição as cooperativas agrícolas de produção. Desde 1952, o Partido Comunista e o poder popular passaram a levar a efeito planificadamente o desenvolvimento das cooperativas agrícolas de produção, que receberam na China a denominação de cooperativas de caráter semi-socialista. Tratava-se de cooperativas de produção de tipo inferior, nas quais a terra entrava como quota-parte. Assegurava-se nelas a condução unificada da economia, mas, ao mesmo tempo, conservava-se a propriedade privada da terra e dos meios fundamentais de produção.

Nestas cooperativas, os ingressos são distribuídos de acordo com a quota territorial e de acordo com o trabalho gasto na economia social; os camponeses recebem remuneração não somente pela terra, como também pelo gado e pelos instrumentos agrícolas, que transferiram a utilização comum. Gradativamente, a medida em que se fortalecera tais cooperativas, aumenta a parte dos ingressos distribuídos de acordo com o trabalho, enquanto a remuneração pelas quotas perde cada vez mais sua importância e a propriedade social cresce incessantemente.

Em consequência disto, as cooperativas de tipo semi-socialista passaram a se transformar, em escala de massa, em cooperativas socialistas. Em tais cooperativas, a terra e outros instrumentos fundamentais de produção constituem propriedade coletiva, enquanto os ingressos se distribuem somente de acordo com o trabalho. A transição das formas inferiores de uniões cooperativas a sua forma superior se processou gradualmente, levando-se em conta as diferentes condições de desenvolvimento econômico, político e cultural de cada região, com a mais rigorosa observância do princípio da voluntariedade na ajuda mútua. O Partido Comunista e o Governo da República Popular da China conduziram uma luta decidida tanto contra o espontaneísmo na cooperação das economias camponesas como contra a violação do princípio da voluntariedade.

A reconstrução de muitos milhões de economias camponesas individuais sobre princípios coletivos constituiu tarefa entrelaçada com grandes dificuldades. O Partido Comunista da China, encabeçando o amplo movimento dos camponeses para o socialismo, mobilizou as massas para a vitoriosa

superação das dificuldades, não permitindo a redução dos ritmos da cooperação na agricultura. Nas condições do ascenso do movimento pela cooperação agrícola, as amplas massas de camponeses médios puseram fim as suas vacilações e passaram a ingressar ativamente nas cooperativas. Em menos de quatro anos após o termino das transformações agrárias na China, foram concluídas, no fundamental, as transformações socialistas na agricultura.

Se em 1952, existiam na China somente 3 644 cooperativas agrícolas de produção, que uniam mais de 45 mil economias camponesas, já em fins de 1957, as cooperativas agrícolas unificavam 120 milhões de economias camponesas, ou seja, 98% de todas as economias camponesas, ao passo que as cooperativas de tipo superior representavam 96% de todas as economias camponesas da República Popular da China. Esta havia levado a termo, assim, a cooperação na agricultura.

No processo do contínuo desenvolvimento do campo socialista, pasmaram a se criar, em escala de massa, as *comunas populares*, através a unificação das cooperativas agrícolas de produção. A criação das comunas persegue o fim da aceleração dos ritmos da construção socialista e do aumento da produção agrícola. As comunas populares constituem grandes organizações complexas, nas quais se cria uma economia dotada de numerosos ramos, inclusive de oficinas locais e auxiliares. A comuna combina as tarefas da construção política, econômica e cultural-educativa. O ramo principal na comuna popular é a agricultura. Nas comunas populares tiveram difusão as formas sociais de serviços a população (alimentação coletiva, instituições para a infância, etc.).

A execução das transformações socialistas na agricultura processou-se nas condições da luta de classes. O Partido Comunista orientou conseqüentemente o campesinato para a luta contra a atividade de sapa dos antigos latifundiários e camponeses ricos, que se colocavam contra a cooperação. No período inicial da cooperação, foi proibido aos latifundiários e camponeses ricos ingressar nas cooperativas. Somente após a vitória alcançada pelo movimento em prol da cooperação, foi resolvido, de modo diferenciado, considerando a situação concreta, conceder a possibilidade aos antigos latifundiários e camponeses ricos de trabalhar nas cooperativas, assegurando-lhes o pagamento igual por trabalho igual. Ao lado disto, foi colocada a tarefa da sua reeducação, da sua transformação em trabalhadores honrados.

A cooperação no campo chinês processou-se numa situação em que apenas se iniciava a industrialização do país, em consequência do que ainda não havia sido criada a base necessária para o equipamento da agricultura com a técnica moderna avançada. A esmagadora maioria das cooperativas agrícolas de produção não possui ainda a base material da produção mecanizada. Somente em poucas cooperativas, a terra é cultivada com máquinas, que são fornecidas pelas estações de máquinas e tratores. As demais cooperativas cultivam a terra por processos manuais e com ajuda do gado, utilizando os velhos instrumentos agrícolas ou instrumentos de tipo aperfeiçoado. Mas também nestas cooperativas, como resultado da simples combinação dos meios de produção dos camponeses e do trabalho coletivo, o rendimento das culturas agrícolas, como regra, é superior ao das economias camponesas individuais. Isto comprova a elevada atividade laboriosa dos membros das cooperativas, bem como a superioridade das cooperativas com relação as brigadas de ajuda mútua e, mais ainda, com relação as economias individuais.

O Partido Comunista da China parte de que a mecanização da agricultura só pode realizar-se gradualmente, a medida em que se desenvolver a industrialização do país e levando em conta as condições concretas do cultivo da terra nas diferentes regiões. Está previsto que, ao fim do segundo plano quinquenal, a área de cultivo mecanizado representará somente 1/10 da área de terra arada de todo o país. Daí porque, no segundo plano quinquenal, o método fundamental de aumento da produção agrícola continuará, como antes, a elevação do rendimento através da aplicação pelas cooperativas e pelas massas camponesas de medidas como a construção de obras de irrigação, a maior utilização de adubos, a realização de beneficiamentos, o melhoramento dos tipos de cultura agrícola, a introdução de instrumentos agrícolas de novo tipo, o melhoramento dos processos de cultivo da terra, a prevenção contra as calamidades da natureza e a luta contra as doenças e pragas da agricultura.

Ao lado da cooperação de produção, teve grande desenvolvimento a cooperação dos camponeses na esfera da circulação, através da cooperação de abastecimento e vendas e de crédito. Estas formas de cooperação, nos primeiros tempos, ajudaram os camponeses a libertar-se gradualmente da exploração por parte dos comerciantes e usurários, fornecendo aos camponeses colaboração na venda de gêneros alimentícios e matérias-primas ao Estado, no abastecimento da aldeia com meios de produção e objetos de consumo, na prestação de crédito a baixos juros, no desenvolvimento da causa da poupança. Tais formas de cooperação muito contribuíram para a organização da cooperação de produção das economias camponesas.

A cooperação de abastecimento e vendas encontra-se sob a influência dirigente do comércio estatal. Ela contribui para o fortalecimento dos laços econômicos da economia camponesa com a economia estatal, para o reforçamento do método da planificação na esfera do abastecimento de artigos industriais aos camponeses, bem como na esfera das compras estatais de cereais, algodão e outras matérias-primas para a indústria. A cooperação creditícia está ligada ao Banco Nacional do Estado, que orienta sua atividade e lhe dá ajuda com meios monetários.

As empresas agrícolas estatais desempenharam sério papel na transformação socialista das economias camponesas. Estas empresas prestaram real ajuda aos camponeses, mostrando na prática as vantagens da grande economia mecanizada.

Na base da cooperação das economias camponesas, a agricultura da China obtém consideráveis êxitos. A produção agrícola global, a preços constantes de 1952, superou em 1957 o nível de 1949 em 85%. O primeiro plano quinquenal de desenvolvimento da agricultura foi vitoriosamente realizado em conjunto, tendo sido superado no que se refere a colheita de cereais e de algodão. Durante o plano quinquenal, as terras irrigadas aumentaram em mais de 14 milhões de hectares, o que representa cerca de 90% de toda a área de terras irrigadas em 1949. Os ingressos dos camponeses superaram em 1957 o nível de 1952 em 30%.

Foi dado grande salto a frente no desenvolvimento da agricultura da China em 1958. A colheita global de cereais, este ano, aumentou em 35% e a de algodão em 28%, com relação a 1957.

Parte integrante imprescindível das transformações socialistas, que se realizam na China no período de transição, é a cooperação da pequena produção individual artesã. Orientando o desenvolvimento da pequena indústria artesanal pelo caminho socialista, o poder popular organizou os artesãos em diferentes formas de [artel](#), de oficinas de cooperação artesanal (grupos de produção da indústria artesanal, artéis para a cooperação no abastecimento e vendas, cooperativas de oficinas

Em 1957, em todo o país, estavam unidos nas cooperativas 6 340 mil artesãos, ou seja, aproximadamente 90% de sua quantidade total.

A transformação socialista da agricultura foi de fato concluída na República Democrático-Popular da Coreia, onde as cooperativas de produção, em fins de 1957, já incorporavam 95,6% de todas as economias camponesas. A par disso, tiveram a maior difusão as cooperativas de tipo superior. Já agora, são de tipo superior todas as cooperativas agrícolas de produção da República Democrático-Popular da Coreia. O setor socialista da agricultura ocupa posição dominante.

Realiza-se com êxito a cooperação das economias camponesas na República Democrática do Vietnã. Em fins de 1957, estavam unificadas, nas brigadas de ajuda mútua para o trabalho, cerca de 30% de todas as economias camponesas do país. A partir do segundo semestre de 1958, os ritmos da cooperação elevaram-se consideravelmente. Em maio de 1959, 69% das economias camponesas integravam as brigadas de ajuda mútua para o trabalho, enquanto 16% faziam parte das cooperativas agrícolas de produção de tipo semi-socialista.

Atualmente, verifica-se um rápido processo de transformação das brigadas temporárias de ajuda mútua para o trabalho em brigadas permanentes, de engrandecimento das cooperativas e de transformação das cooperativas agrícolas de produção de tipo semi-socialista em cooperativas de tipo socialista integral. Melhora rapidamente a agrotécnica na produção das cooperativas. Grandes êxitos foram alcançados na construção de obras de irrigação, realizadas principalmente com as forças e com os recursos dos próprios camponeses. A aceleração dos ritmos da cooperação é acompanhada pelo aumento da produção agrícola. Em 1958, a colheita do arroz atingiu o mais alto nível na história do Vietnã — mais de 4,5 milhões de toneladas.

Na República Popular da Mongólia, a cooperação das economias dos aratos realiza-se numa forma — a de uniões agrícolas. O fundo indivisível da união agrícola conta com 25 a 50% do valor total dos meios de produção. As brigadas permanentes de produção constituem a forma fundamental de organização do trabalho. A distribuição dos ingressos da economia social realiza-se de acordo com o trabalho. As uniões agrícolas de aratos criadores de gado representam economias de grande porte, nas quais se concentram alguns milhares de cabeças de gado. Em março de 1959, estavam nelas associadas cerca de 95% das economias dos aratos. À diferença dos outros países de democracia popular, o movimento cooperativo na República Popular

da Mongólia tem a particularidade de que se desenvolve nas condições de nacionalização da terra.

Encerra enorme importância internacional a reconstrução socialista das economias camponesas na China e nos outros países democrático-populares da Ásia, nas condições de um desenvolvimento industrial ainda débil, de atraso da produção agrícola e de superpopulação agrária. Foi mais uma vez confirmado que o plano cooperativo leninista de encaminhamento da pequena produção mercantil camponesa para os trilhos do socialismo é aplicável não somente na União Soviética, mas em todos os outros países do mundo.

[continua>>>](#)

Notas de rodapé:

(133) F. Engels, *A Questão Camponesa na França e na Alemanha*, K. Marx e F. Engels, *Obras Escolhidas*, t. II, 1955, pp. 414/415. ([retornar ao texto](#))

(134) V.I. Lênin, *Sobre a Cooperação*, *Obras*, t. XXXIII, p. 431. ([retornar ao texto](#))

(135) *Resolução do XV Congresso do PC (b) da URSS*, em *O PCUS nas Resoluções e Decisões dos Congressos, Conferências e Reuniões Plenárias do CC*, parte II, 7ª edição, 1954, p. 437. ([retornar ao texto](#))

(136) *Resolução do XVI Congresso do PC (b) da URSS*, em *O PCUS nas Resoluções e Decisões dos Congressos, Conferências e Reuniões Plenárias do CC*, parte III, 7ª edição, 1954, p. 60. ([retornar ao texto](#))

(137) I.V. Stálin, *Sobre a Questão da Política Agrária na URSS*, *Obras*, t. XII, p. 165. ([retornar ao texto](#))

10.Marxismo soviético



<http://marxrevisitado.blogspot.com.br/2011/05/marxismo-sovietico.html>

Leandro Konder, em seu último livro – “Em torno de Marx” – comenta a irritação dos militantes comunistas com o livro de Marcuse que levantava a tese que o marxismo ao invés de transformar a URSS fora transformado por ela. Algo semelhante ao marxismo chinês de nossos dias. Tudo leva a crer que a reflexão de Moisse Postone de que as tentativas de substituir o capitalismo pelo socialismo sucumbiram graças à manutenção do sistema de produção capitalista. Tai a China para validar a tese. Vale a pena a leitura do texto de Konder.

“ O “marxismo” oficialmente adotado pelos partidos comunistas e pela União Soviética encastelava-se em Formulas ideológicas desgastadas, envelhecidas. No livro “O marxismo soviético”, Marcuse dizia que o marxismo, em vez de transformar a realidade socioeconômica existente na URSS, fora transformado por ela e se tornara uma ideologia de legitimação de uma vasta organização estatal e de uma complexa máquina político-partidária. Por sua falta de vigor crítico, tornava-se cúmplice do sistema capitalista contra o qual havia sido criado.”

Batalha das Ideias

11. “A Revolução Brasileira” – Caio Prado Jr.

<http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/opiniom-propia/44300-%E2%80%9Ca-revolu%C3%A7%C3%A3o-brasileira%E2%80%9D-%E2%80%93-caio-prado-jr.html>

Paulo Marçaioli - Publicado em Domingo, 15 Dezembro 2013 17:46

Resenha do Livro - “A Revolução Brasileira” – Caio Prado Jr. – Editora Brasiliense.

Este ensaio do historiador marxista Caio Prado Júnior foi escrito em 1966, cerca de dois anos após, portanto, o golpe militar de abril de 1964. A recente e importante derrota política das esquerdas brasileiras certamente deve ter sido um dos elementos que levou Caio Prado a escrever este ensaio. Trata-se acima de tudo de uma grande polêmica contra a ortodoxia marxista nacional que, servindo-se de forma dogmática do marxismo, levou-nos a erros políticos decisivos, que vão da errada caracterização das classes sociais no campo até as ilusões em torno de uma suposta “burguesia nacional” que estaria em antinomia com o imperialismo.

Foram muitos os erros políticos da esquerda oficial brasileira decorrentes de uma forma inadequada da aplicação do marxismo. Neste sentido, é muito interessante notar como Caio Prado Jr. diferencia-se daquela tradição desde um ponto de vista eminentemente leninista, ainda que Lênin seja muito pouco citado no seu estudo. É certo que um dos traços essenciais do pensamento de Lênin diz respeito à necessidade da “análise concreta da situação concreta”, ou seja, do esforço voltado à análise concreta dos elementos econômicos, sociais e políticos de uma dada realidade para, num momento posterior, extrair dos fatos observados as interpretações, o momento teórico da análise. Ora vai em sentido estritamente oposto a linha ortodoxa combatida por Caio Prado. Esta parte da teoria como elemento apriorístico a partir do qual os fatos históricos devem se enquadrar, necessariamente. Não se parte do concreto ao abstrato, mas das abstrações decorrentes da análises de realidades inteiramente distintas da brasileira, de forma a “forçar a mão” ou a “torturar os fatos” para que eles correspondam aos enunciados marxistas, seja identificando um elemento camponês do tipo russo, praticamente inexistente no Brasil, seja constatando supostos traços “feudais” ou “semi-feudais” na realidade sócio-econômica do campo brasileiro, seja encarando a intervenção do imperialismo de forma equivalente em realidades inteiramente distintas, como a latino-americana em confronto com a asiática.

No que se refere ao problema camponês, Caio Prado, sempre partindo da perspectiva leninista da análise concreta, evidencia como a formação histórica brasileira resultou num campesinato com perspectivas e interesses de classe inteiramente distintos do camponês europeu medieval. No Brasil, primeiro com a escravidão e depois com o trabalho assalariado, o trabalhador rural se via muito mais num liame empregatício do que sob o domínio pessoal dos grandes proprietários de terra. O trabalhador rural brasileiro, ao contrário do camponês europeu, cedia sua força de trabalho a uma empresa dirigida pelos latifundiários enquanto, no esquema europeu, o papel empresarial cai menos na figura do proprietário e mais na própria pessoa do camponês, que explora

da forma como lhe interessa a terra, sendo os proprietários antigos nobres que apenas surgem como proprietários e arrendatários da terra. Na Europa, o camponês remete mais à pequeno-burguesia enquanto no Brasil remete mais ao proletariado.

O que é importante destacar aqui são as graves implicações políticas decorrentes de uma análise errônea da realidade brasileira, quando se busca simplesmente adequá-la a esquemas teóricos prontos derivados de outra realidade nacional. No que se refere ao camponês europeu, a reivindicação mais importante, mais sentida por aquela classe social era a distribuição da terra – a entrega da terra aos camponeses, como foi feito na Rússia pelos revolucionários bolcheviques. Ora, coisa inteiramente distinta é a situação do trabalhador rural brasileiro. Enquanto a esquerda ortodoxa replicava a consigna da “Terra ao Camponês!”, o que Caio Prado evidencia é que as relações de trabalho no campo engendram reivindicações eminentemente salariais e trabalhistas, apresentando aspecto meramente secundário a luta “pela terra”. Este descompasso entre a teoria e a prática, entre a análise concreta da situação concreta e a ação política daí decorrente, esta dissonância contribuiria significativamente para manter a esquerda no isolamento – o que foi de fato evidenciado pela derrota de abril de 1964.

A questão da suposta existência do feudalismo no Brasil também passa a ser bastante reveladora da forma esquemática e dogmática com que a esquerda tradicional analisava o problema do campo no Brasil. Partindo de uma sucessão de modos de produção correspondentes à experiência europeia – qual seja, escravismo, feudalismo e capitalismo – houve aqueles que se esforçaram em encontrar uma evolução histórica idêntica no Brasil.

Segundo Caio Prado não há sob qualquer hipótese qualquer elemento feudal ou semi-feudal na evolução histórica brasileira. Nosso ponto de partida na história refere-se à integração do território brasileiro e sua povoação nos quadrantes do capitalismo em sua fase comercial. Vigorou aqui o sistema da *plantation*, baseado no latifúndio, na monocultura exportadora e na mão de obra escrava. O que é importante assinalar é que, após o fim da escravidão, certamente resquícios da velha e brutal forma de exploração do trabalho seriam assimilados dentro de uma perspectiva de super-explorar o trabalho e empreender a acumulação capitalista.

Ou seja, onde os marxistas dogmáticos viam resquícios de “feudalismo” que seria incompatíveis com o desenvolvimento do capitalismo, muito pelo contrário, tratar-se-iam de reminiscências de todo modo muito bem adequadas ao capitalismo. Mais uma vez, a errônea análise na teoria significaria erros políticos que contribuiriam para o isolamento da esquerda.

O sistema de parceria e a forma de pagamento in natura dos salários eram identificados como aspectos de um “resquício feudal” que deveria ser eliminado. A esquerda apresentava como bandeira para os trabalhadores no campo o fim do salário in natura e a forma assalariada sendo que os próprios trabalhadores pensavam de outra forma: sentindo-se menos como camponeses num regime “semi-feudal” e mais como trabalhadores rurais que não se prendem à terra e que desejam melhor condição de trabalho e remuneração, a maior parte daqueles trabalhadores na verdade preferia o pagamento do salário in natura, na medida em que a inflação crônica implicava na corrosão salarial.

O fato é que o feudalismo é uma relação social, econômica e política particular da evolução histórica europeia. A ligação do camponês com a terra, lá, possuía caráter milenar, houve a consolidação de uma nobreza proprietária da terra a que pouco se dedicava à atividade empresarial. Coisa inteiramente distinta ocorreu no Brasil. Nas nossas terras, não havia antes dos Portugueses significativas parcelas populacionais sedentárias, que trabalhassem no campo e que tivessem de ser desmobilizadas para a formação do empreendimento colonial. A nossa colonização foi desde sua origem uma empresa capitalista comercial e mercantil, e assim foi povoado nosso território, tendo como base o trabalho escravo africano. Aquilo que a ortodoxia via como “feudalismo”, como os sistemas de parceria, quando muito apresentavam semelhanças com aquele modo de produção em todo secundários, sempre predominando no país o grande empreendimento rural agro-exportador.

“A Revolução Brasileira” é um interessantíssimo ensaio crítico sobre os limites programáticos das forças de esquerda no Brasil, bem como uma bela contribuição, baseada no método leninista da “análise concreta”, para a interpretação de nossa realidade social, econômica e política.

Há algumas passagens em que Caio Prado refere-se ao nosso “Capitalismo Burocrático” que curiosamente antecipariam mesmo a experiência do Partido dos Trabalhadores no poder: onde falsamente as esquerdas viam uma “burguesia nacional progressista e anti-imperialista”, Caio Prado Jr. revela uma fração importante da nossa burguesia que se apoia na apropriação privada dos recursos públicos, muitas vezes passando-se ainda assim como aliados dos movimentos populares. Se já então a esquerda se via cheia de ilusões em torno de políticos demagogos ligados ao nosso capitalismo burocrático, ainda hoje se pode dizer, frente à terceira gestão consecutiva do PT no poder, governando sempre para os ricos, como aquela ilusão – também decorrente de uma má teorização – tem nos afastado da perspectiva revolucionária.

O fato é que a Revolução Brasileira (cujo programa é inteiramente revisto por Caio Prado Jr.) ainda é uma tarefa que está para ser realizada. Do ponto de vista metodológico, a lição do historiador paulista ainda permanece viva e atual: nunca partir de definições apriorísticas mas antes dos fatos e dados da realidade para deles procurar os rumos possíveis para a Revolução Brasileira.



Diário Liberdade é um projeto sem fins lucrativos, mas cuja atividade gera uns gastos fixos importantes em hosting, domínios, manutençom e programaçom. Com a tua ajuda, poderemos manter o projeto livre e fazê-lo crescer em conteúdos e funcionalidades.

11.

12.

12 - Um Partido de Massas

Antonio Gramsci - 25 de Setembro de 1921

Escrito em: 1921

1ª Edição: "L'Ordine Nuovo" de 05 de outubro de 1921.

Tradução de: Pablo de Freitas Lopes para [Marxists Internet Archive](#), Novembro de 2004.

Origem da presente transcrição: Aritz, setembro de 2000, MIA em Espanhol.

Transcrição e HTML: Pablo de Freitas Lopes.

O Partido Socialista se apresenta no congresso de Milão com 80.000 inscritos. Pode ser útil um pequeno raciocínio sobre os números, mas que qualquer raciocínio teórico, para se ter uma exata compreensão da natureza e das atuais funções do Partido Socialista Italiano.

Desde o congresso de Liorna, o partido socialista se acha integrado por 98.000 comunistas unitários e 14.000 reformistas, quer dizer, 112.000 inscritos.

Depois de Liorna entraram no partido pelo menos 15.000 novos membros; sim hoje os inscritos são 80.000 quer dizer que dos 112.000 que votaram em Liorna, 47.000 deixaram o partido; os 65.000 restantes com os 15.000 novos constituem os atuais efetivos 80.000.

No congresso de Liorna os comunistas unitários eram 98.000; a atual fração maximalista unitária continuadora daquela comunista unitária terá no Conselho de Milão de 45 a 50.000 votos; está claro que dos 47.000 que saíram do Partido Socialistas depois de Liorna são em quase sua totalidade comunistas unitários.

A qualidade dos atuais 80.000 inscritos pode ser compreendida através deste pequeno raciocínio. O partido socialista administra atualmente cerca de 2.000 comunas e 10.000 entre ligas, câmaras de trabalho, cooperativas e mutualidades.

Se se leva em conta as minorias que vivem em comunas e dos conselhos provincianos, é lícito calcular uma média de 16 conselheiros para 2.000 comunas administradas em maioria.

Isto é, resulta que num partido de 80.000 inscritos conta com 32.000 conselheiros comunais.

Para as 10.000 organizações econômicas não é exagerado calcular (também levando em conta os cargos múltiplos) três funcionários inscritos para cada uma; teremos assim um partido de 80.000 inscritos, que além dos 32.000 conselheiros, terá bem 30.000 funcionários de ligas, cooperativas e mutualidades.

Desse modo, de 80.000 inscritos, 62.000 são membros estritamente ligados a uma posição econômica ou política, sobrando somente 18.000 membros desinteressados.

Esta composição explica suficientemente o que ocorre com o Partido Socialista, ainda que não represente as aspirações e os sentimentos das massas trabalhadoras, que continua aparentemente sendo um partido de massas. A história está repleta de fenômenos similares.

O reino dos Borbones em Nápoles era o “negócio dos deuses” até 1848; não distante resistiu até 1860 por que teria um corpo de funcionários entre os melhores da Itália;

De 1848 a 1860, o estado borbônico foi uma pura e simples organização de funcionários, sem consenso em nenhuma classe da população, sem vida interior, sem histórico que justificasse sua existência.

O Império do Zar havia demonstrado em 1905 estar morto e podre historicamente; teria contra si o proletário industrial, os camponeses, a pequena burguesia intelectual, os comerciantes, a enorme maioria da população.

De 1905 a 1917, o Império de Zar viveu somente porque tinha uma burocracia formidável, vivia somente com organização de funcionários estatais, sem conteúdo ético, sem uma missão de progresso civil que justificara a existência.

O estado da Austria-Hungria é o terceiro exemplo, e possivelmente é o mais educativo, que a história oferece. Estava dividido em raças inimigas entre si, como hoje são inimigas entre si as diversas tendências do Partido Socialista, porém continuava vivendo, alicerçado unitariamente por uma só classe de cidadãos, a casta dos funcionários.

Na política, internacional, o estado dos Borbones, o Império de Zar, o Império dos Habsburgo representavam, todavia toda a população e pretendiam expressar sua vontade e sentimentos.

Também hoje o Partido Socialista, organização de 62.000 funcionários na classe trabalhadora, pretende expressar sua vontade e seus sentimentos.

Está composição do partido Socialista justifica nosso ceticismo sobre o resultado do Congresso de Milão. Somente entre 18.000 membros desinteressados é possível que haja surgido uma discussão política; os outros 62.000 falavam só do ponto de vista de seu emprego ou seu cargo.

Uma cisão à direita porá em perigo a maioria dos conselheiros municipais, uma cisão entre os funcionários sindicais, de cooperativas ou de mutualidades porá em perigo a situação de cada um; os 62.000 são, por tanto, unitários até o fundo, até na extrema vergonha.

Por tanto, acreditávamos estar destinado ao fracasso à intenção de Masffi, Lazzari, Riboldi para uma aproximação com a internacional comunista; Os três podem influenciar somente em 18.000 dos 82.000 inscritos no partido Socialista; na melhor das hipóteses poderiam arrancar deste partido 10.000 membros, já a nova cisão não teria nenhuma importância política.

A verdade é que o partido socialista está morto e podre; um partido operário que de 80.000 membros tem 62.000 funcionários é somente uma excrescência morbosa da coletividade nacional.

O fenômeno é, sem embargo, rico em ensinamentos para os militantes comunistas; si é certo que o Partido Socialista, ainda que morto como consciência política do proletário, segue vivendo como aparato organizativo das grandes massas, ele indica a importância considerável que na civilização moderna tem os “funcionários”.

Para o Partido Comunista, o problema de se converter no partido das grandes massas e, por conseguinte, partido do governo revolucionário, não consiste somente em resolver a questão de interpretar fielmente as aspirações populares, significa também resolver a questão de substituir os funcionários contra revolucionários por funcionários comunistas; significa por conseqüência, criar um corpo de funcionários comunistas, que sem impedimento, a diferença dos socialistas, sejam extremamente disciplinados e subordinados ao Congresso e ao Comitê Central do Partido.

Desta verdade, pouco simpática aparentemente, devemos convencer nossos jovens; a realidade é como é, algo rebelde, e deve ser dominado com os meios adequados, ainda que pareçamos pouco revolucionários e pouco simpáticos.

Início da página

<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1921/09/25.htm>

13. Gramsci y la izquierda en América Latina

Raúl Burgos - Setembro 2008

Los avatares de una herencia incómoda: el complicado diálogo entre Gramsci y la izquierda en América Latina (Texto presentado en la IV Conferencia Internacional de Estudios Gramscianos. Ciudad del México, 29 y 30 de noviembre de 2007).

Introducción

La propuesta de este trabajo es la de esbozar, haciendo un uso metafórico, o mejor, lúdico, de la expresión en su versión hegeliana, una especie de “fenomenología” de la difusión del pensamiento de Gramsci que nos permita exponer las principales matrices políticas y teóricas de difusión en América Latina. Discutí estas matrices en trabajos anteriores [1], de modo que no pretendo exponer exhaustivamente cada etapa propuesta, sino de algún modo describir brevemente ese “itinerario” del pensamiento gramsciano para detenerme en la última etapa, que es lo que me interesa fundamentalmente, en su relación con el desarrollo del pensamiento de la izquierda política.

Esta metáfora de una “fenomenología” es abusiva pero ayuda a la descripción de lo sucedido con el pensamiento gramsciano en América Latina. Porque, diferentemente del caso italiano — en el cual el pensamiento de Gramsci en forma de papel manuscrito también sufre un tortuoso viaje lleno de vueltas e intrigas, una verdadera *odisea*, pero donde Togliatti y el grupo próximo conocía el contenido de lo que estaba en ellos y lo usa con un propósito determinado y lo publica con este propósito —, no es exageración afirmar que la figura de Gramsci llega a nuestras playas *desprovista de contenido teórico*; una especie de mónada inicial *pletórica de forma ética*, pero vacía de contenido teórico, que al desembarcar comienza a “salir de sí”, a desarrollar las potencialidades contenidas en su interior, a desplegar sus determinaciones teórico-políticas.

La primera “figura”. La matriz ética: el héroe político, el mártir comunista

Según Aricó (1988: 191), “la primera referencia relevante de la trayectoria de Gramsci en territorio argentino” sería un artículo de Ernesto Sabato en la revista *Realidad*, en el número 6 de la revista (noviembre/diciembre de 1947), donde Sabato escribía un emocionado comentario sobre la publicación de la colección de las *Cartas de la cárcel*. Este artículo sería “probablemente el primer comentario en lengua española dedicado a rescatar la figura de Gramsci como pensador y hombre de ideales” (Ibíd.). En lengua portuguesa, menciones

importantes al nombre de Gramsci son registradas desde los años 30 (Rosini, 1933, Gorender, 1945; etc.) como es mostrado en los estudios sobre la recepción de las ideas de Gramsci en el Brasil [2]. Y no deja de ser curioso que, tanto en Argentina como en Brasil, las primeras referencias provengan de fuera de la cultura comunista: Sabato en el caso argentino, militantes trotskistas en el caso brasileiro. En ambos casos, el perfil de difusión inicial se establecerá en códigos esencialmente éticos.

En América Latina de lengua española esta matriz ética de difusión se construye en torno de la publicación de las *Cartas de la cárcel*. Consideradas una especie de “monumento ético” del comunista italiano, las *Cartas* fueron publicadas por primera vez en español por la editorial Lautaro, en 1950. Esta matriz de difusión establecida en torno de las cartas le cabía muy bien a los comunistas de posguerra en el mundo: la visión heroica del comunista como voluntad humana que va más allá de todas las fronteras: es el tipo de hombre asceta condensado en la figura de Pavel Korchagin, personaje principal del libro de Nikolai Ostrovsky, *Así se templo el acero* (1936). Esta novela ejemplar del realismo socialista era tenida como una especie de “manual ético” en la cultura comunista, para la formación de las nuevas generaciones de militantes. Y para la situación de los comunistas argentinos, que comenzaban su largo y desastroso embate con el peronismo, al que consideraban — y no le faltaban razones para hacerlo — de origen filofascista, Gramsci se encajaba muy bien y era una lectura autorizada por la *Comintern*. Me parece que esa lectura hizo que los comunistas argentinos adquirieran el paquete gramsciano sin saber muy bien que venía adentro; “compraron” la figura ética sin intuir que con ella venía el pensador crítico. Aunque sea un tema específico de investigación histórica, es lícito dudar de que los dirigentes comunistas argentinos, salvo Héctor Agosti y algún otro, se hayan tomado el tiempo de leer bien a Gramsci en las versiones en italiano. Si lo hubieran hecho, posiblemente habrían parado las ediciones en las *Cartas de la cárcel*. De cualquier forma esa fue la primera matriz de la difusión destinada a América Latina e vehiculada a través de la Editorial Lautaro.

Ahora bien, esta primer difusión va a allanar el camino para que, con la dirección de Agosti, sea iniciada la primera publicación y difusión en América Latina de los *Cuadernos de la cárcel* [3]. Y será el mismo Agosti que comenzará a utilizar, aún en los marcos de aquella matriz ética, el Gramsci teórico, aunque con pocas rasuras en la cultura comunista. Con tanto cuidado utiliza Agosti a Gramsci que no es siempre que indica el origen gramsciano de sus posiciones [4]. Si no se puede dejar de resaltar que Agosti utiliza, desde el año 51, el arsenal gramsciano para repensar la historia argentina (en los libros: *Echeverría*, de 1951; *El mito liberal* y *Cultura y nación*, estos dos últimos de 1959), también es obligatorio decir que posiblemente los cuidados utilizados hayan esterilizado sus consecuencias políticas, es decir, a pesar del uso teórico que hace Agosti, ese uso no produjo otra figura histórica efectiva a no ser haber contribuido a la generación de un grupo de militantes intelectuales que se harán cargo de la herencia gramsciana en la etapa posterior en Argentina.

En el caso de Brasil, esta matriz ética (Gramsci como “hombre de partido”, dice Secco (2002), citando a Togliatti), vinculada al proyecto político general del PCB, se mantendrá hasta inicio de los años sesenta.

La segunda “figura”. La matriz filosófica: el Gramsci “filósofo de la praxis”

Después de la matriz ética, la temática que aparece, produciendo hechos históricos con efectos teóricos y políticos relevantes, es la que se expresa en los debates filosóficos dentro de la revista cultural del Partido Comunista, *Cuadernos de la cultura*, en torno del concepto de “objetividad”, y que tendrá como protagonistas principales al grupo que poco después se tornará el *nuevo portador de la ideas de Gramsci* en Argentina, con fuerte repercusión en América Latina.

La primera vez que, en América Latina, las ideas de Gramsci *como corriente cultural independiente* se corporificaron en actores sociales concretos para criticar el patrimonio cultural y político de los partidos comunistas y de la III Internacional, fue a comienzos de los años 60, en el interior del PCA. El espacio del debate fue la revista cultural del partido: *Cuadernos de la cultura*. El tema del debate fue filosófico: la “concepción de la objetividad” en la obra de Gramsci, pero el objetivo de los actores de esa verdadera “provocación teórica” era político. Se trataba de forzar la apertura de espacios para una reflexión más ajustada a los nuevos vientos que soplaban a partir de la crítica krushoviana a la era stalinista y, en América Latina, a partir de la revolución cubana. El objeto escogido no era cualquiera: se trataba de varios núcleos fuertes del edificio teórico del PCA, cuya base era el marxismo-leninismo, esto es, la versión stalinista de la herencia de Marx y Lenin.

El debate fue disparado por un joven intelectual comunista de Córdoba que se convirtió posteriormente en uno de los pilares de *Pasado y presente*: Oscar del Barco. Pero, aunque el debate hubiera sido iniciado individualmente por del Barco, la empresa crítica, si nos ajustamos a la letra de Aricó, era colectiva (Burgos, 2004, pág. 53).

Todo indica que el objetivo de atacar la base teórica del llamado “marxismo-leninismo” soviético, construida sobre la base de *Materialismo y empiriocriticismo* de Lenin, para bombardear el edificio teórico del PC era un buen objetivo estratégico, y los guardianes de la pureza teórica del partido no dejaron ir muy lejos el juego. Y el grupo de discípulos de Agosti, en la ciudad de Córdoba, hace actuar efectivamente al Gramsci filósofo de la praxis, trayendo a la discusión el pleito filosófico principal, el corazón teórico de la concepción comunista, recuperando el Marx de las *Tesis sobre Feuerbach*, proponiendo, como lo dirá posteriormente Aricó (1988, 81), una “visión laica del marxismo”, criticando la forma metafísica (cuasi religiosa) en que se había procesado el materialismo en la versión comunista, de forma objetivista, base del pensamiento economicista, heredado del marxismo de la Segunda y de la Tercera Internacional.

Este debate y las consecuencias de la publicación de la revista *Pasado y presente*, como es conocido, llevaran a la expulsión del grupo crítico del PCA, y con ellos, como quien aprovecha la mudanza para limpiar la casa, a la expulsión del Gramsci teórico del marxismo de las filas del partido. El Gramsci monumento ético será mantenido en su pedestal, aunque bien guardado en el cuartito del fondo [5].

Es digno de nota que los comunistas argentinos no se lamentaron mucho de deshacerse de la incomoda herencia. Aunque sea necesario estudio específico sobre este punto, es lícito pensar que el hecho de que Lautaro no haya continuado la publicación de los dos volúmenes restantes de los *Cuadernos* en su versión togliatiana (*Pasado y presente* y *El Risorgimento*) forme parte de la cortina de silencio que cayó sobre Gramsci dentro del PCA.

La propia aparición de la revista *Pasado y presente* en Córdoba, dirigida por Aricó aún dentro de las filas comunistas, se constituyó en un hecho crítico de “inspiración gramsciana”, simultáneo al trabajo la *corrosión filosófica* del debate en *Cuadernos de la cultura*.

En el editorial del primer número de la revista, firmado por Aricó, aparece un verdadero *manifiesto* sobre el tipo de cultura marxista que estaba naciendo bajo el nombre de Gramsci:

No es abroquelándose en la defensa de las posiciones preconstituidas como se avanza en la búsqueda de la verdad, sino partiendo del criterio dialéctico que las posiciones adversarias, cuando no son meras construcciones gratuitas, derivan de la realidad, forman parte de ella y deben ser englobadas por una teoría que las totalice. Sólo así podremos dejar a un lado la actitud puramente polémica, que corresponde a una fase primaria de la lucha ideológica del marxismo, cuando aún el proletariado es una clase subalterna, para pasar al plano crítico y constructivo [...]. Para esto es preciso saber penetrar en el interior de los puntos de vista del adversario ideológico, desmontar paso a paso las construcciones ficticias, mostrar sus contradicciones internas, sus presupuestos metafísicos, sus métodos abstractos, sus deducciones incorrectas. Pero al mismo tiempo extraer todo lo que de verdad, de conocimiento, ellos expresen. Es así como el marxismo deviene fuerza hegemónica, la filosofía del mundo moderno (Aricó, 1963: 17).

Quizás sea exagerado hacer de esta irrupción del Gramsci “filósofo de la praxis”, crítico del materialismo y el objetivismo metafísico, una figura histórica particular en la difusión de las ideas del comunista italiano en estas tierras; sin embargo, la efectividad histórica de esta irrupción en la producción de una tendencia teórico-política que se autodefine en torno de su pensamiento es fundamental. Y los efectos teóricos y políticos de esta irrupción (condicionados por las tendencias de época: XX Congreso del PCUS, revolución cubana, revolución argelina, etc.) van a generar un producto histórico particular, que es aquel “cóctel de ideologías” que va a constituir la “nueva izquierda” argentina, donde, sin embargo, Gramsci, en las manos del grupo dirigido por Aricó, jugará un papel central, sin abandonar todavía el leninismo como estructura teórico-política fundamental.

La tercer “figura”. La matriz maquiavélico-jacobina

Es importante recalcar la idea de que este período se desarrolla todavía en los marcos de una visión general de cuño leninista, es decir, Gramsci es adoptado como teórico que le permite a este nuevo grupo rehacerse de la herencia leninista, readecuándola a través de un pensador que le permitía procesar la historia argentina de un modo que los comunistas no habían podido hacer, pensándose como propulsores de una revolución que los comunistas se habían mostrado incapaces de conducir. Esta matriz se desarrolla en tres grandes momentos:

a) *Primer momento: el voluntarismo gramsciano-guevarista (1963-1964)*: es un período corto en el cual el Gramsci de la voluntad política nacional popular, creadora de nuevos estados, y la idea del partido revolucionario como *príncipe moderno* se expresarán en una complicada mezcla entre gramscismo e guevarismo, materializada en un vínculo operativo efectivo con la guerrilla de Jorge Ricardo Massetti.

Trabajé sobre este momento de la difusión del pensamiento de Gramsci en el texto [“Entre Gramsci y Guevara: Pasado y presente](#) y el origen de la concepción armada de la revolución en la ideología de la nueva izquierda argentina de los años sesenta” [6]. En el mismo sugiero que el período 1963 e 1976 “se caracterizó por la presencia conflictiva de ‘dos almas’ en la constitución del pensamiento del grupo: el alma (necesaria) gramsciana y el alma (contingente) guevarista”. En esta etapa:

Conviven dos perspectivas de análisis, conflictivas entre sí, en la constitución ideológica de *Pasado y presente*. La componente *necesaria*, la gramsciana, viene del desarrollo immanente de una perspectiva crítica asociada a la historia concreta de los individuos participantes de la experiencia. Es la influencia de Agosti y del comunismo italiano de pos-guerra, la crítica del estalinismo a partir del XX Congreso del PCUS, la lectura propia de Gramsci, etc. Desde el punto de vista social, esta componente puede relacionarse con la conformación de una clase obrera densa, constituida política y culturalmente en torno del peronismo; con la particular circunstancia cordobesa — y con todas las singularidades que aproximaban esta ciudad a la Turín de Gramsci; con una estructuración social, que hacía de Argentina el país más socialmente equilibrado del subcontinente, etc. [7]

Sobre esta componente necesaria, de la mano de la desreglada intervención de la historia, se proyectó en el pensamiento del grupo la componente *contingente*: fundamentalmente la influencia de la revolución cubana y de la emblemática figura del Che. Prácticamente desde el inicio de la experiencia, en 1963, sobre la original alma gramsciana se sobrepone y enlaza la componente guevarista, que tendrá un papel determinante en la constitución intelectual y en la actuación política del grupo durante la década siguiente.

La posición de Aricó y grupo en esta etapa, en la cual el “voluntarismo gramsciano” se asimila, en el clima de la época, al “voluntarismo guevarista”, despierta la exaltación anacrónica de este momento de la biografía de Aricó en

algunos intérpretes de Gramsci, que comienzan a “rescatar” la figura del intelectual cordobés de la etapa juvenil, contraponiéndola al supuesto conservadorismo del Aricó maduro.

b) Segundo momento: el Gramsci de la temática “nacional-popular” (1964-1966): depurada del voluntarismo foquista, la temática nacional-popular [8] servirá al nuevo grupo gramsciano para pensar la cuestión de “las masas”, que, en Argentina, obligaba a pensar adecuadamente la compleja experiencia peronista. El voluntarismo y la persistencia del alma *guevarista* no impiden afirmar que el Gramsci que aparecería vigoroso en esa primera etapa fue el Gramsci de la cuestión nacional-popular, un Gramsci que permitía pensar la trágica separación entre el sentimiento y la práctica de las clases subalternas en la sociedad argentina y el pensamiento socialista.

En palabras del propio Aricó (1988: 78): “fue el Gramsci ‘nacional-popular’ quien en 1965 nos ayudó a plantear la cuestión de la caducidad de una forma histórica de pensar la soldadura de los intelectuales con los trabajadores. Y digo plantear, no resolver, porque la pregunta no tuvo respuesta”.

c) Tercer momento: el Gramsci “consejista” (1966-1973): si de lo que se trataba era de pensar el peronismo, en la particular circunstancia cordobesa la situación forzaba el razonamiento y la acción para el mundo obrero, en tiempos en los cuales la clase obrera cordobesa se proyectaba hacia una actuación autónoma que haría historia en América Latina, en una ciudad que evocaba por sus características a la Turín revolucionaria de Gramsci, con un movimiento obrero que asume explícitamente el camino consejista.

Esta visión se proyectará en el pensamiento teórico y en el posicionamiento político del grupo *Pasado y presente* para juntarse, en el inicio de los años 70, con el derrotero particular de las corrientes de izquierda en el interior del movimiento peronista, apostando a una evolución de los hechos que permitieran juntar: (a) el movimiento histórico de las clases subalternas, (b) la dirección del movimiento obrero organizado, especialmente del *consejismo* cordobés, y (c) el proyecto socialista construido por la izquierda peronista más avanzada (expresado simbólicamente en algunas de las consignas masivamente coreadas en las calles argentinas: “Evita, Guevara, la patria liberada”, “Perón, Evita, la patria socialista”), vista como potencial heredera del socialismo revolucionario histórico. Era un objetivo desmesurado, pero no caprichoso, porque generado y auspiciado por las circunstancias históricas.

En este sentido, podemos afirmar que las diversas matrices *analíticas* gramscianas utilizadas en esta etapa en Argentina — el Gramsci filósofo de la praxis (utilizado para hacer frente a las tendencias más dogmáticas del marxismo), el Gramsci de la temática nacional-popular (como clave para la interpretación del peronismo), el Gramsci consejista (para pensar las experiencias de la clase obrera en la coyuntura de los años 60 y 70) — estuvieron vinculadas a una concepción reduccionista de la transformación social revolucionaria, subordinada a lo que Gramsci denominaba *la excesiva confianza en la “capacidad reguladora de las armas”*.

Aunque el caso de Brasil tenga desarrollos propios, con la publicación de algunos artículos teóricos sobre Gramsci que excedían la dimensión ética (Lowy, 1962) y la edición de las *Cartas* (1966) y los *Cuadernos de la cárcel* (1966-1968) por la editorial Civilização Brasileira, sin embargo, ninguna otra matriz específica de difusión, diferente de las mencionadas, parece haber surgido en este período. En este sentido es útil indicar el carácter de la lectura de Gramsci que se difundía en el Brasil de fines de los años 60, según la visión de Carlos Nelson Coutinho:

El Gramsci presente no es el agudo teórico del Estado “ampliado” y de la revolución socialista en “occidente”, ni tampoco el investigador de formas “no-clásicas” de transición para la modernidad capitalista (la problemática de la “revolución pasiva”) sino el “filósofo de la praxis”, aquel que propone una lectura humanista e historicista del marxismo, diferente de la vulgata soviética que hasta entonces nos fuera impuesta. Así, no es por acaso que Gramsci, en esa primer incursión brasilera, aparezca siempre al lado de Lukács y del Sartre de la *Crítica de la razón dialéctica*: los tres son presentados como instrumentos privilegiados de una batalla ciertamente antidogmática, pero que se pretende todavía centrada sustancialmente en los terrenos de la filosofía, de la estética y de la sociología de la cultura (Coutinho, 1988: 59).

En México de fines de los años 60, en un clima cultural marcado en el mundo académico por la difusión del estructuralismo y en el ámbito específico marxista por la fuerte influencia de Althusser, el panorama no era diferente. Arnaldo Córdova (1988: 98) retrata la difusión de Gramsci en esta etapa de la siguiente manera:

Fuera de la izquierda militante algo positivo sucedió en aquellos años. Gramsci entró en algunos ambientes académicos. Jóvenes profesores marxistas sin militancia política, muchos de los cuales habían estudiado en Europa e inclusive en Italia, trajeron, junto con las obras juveniles de Marx recién descubiertas, una nueva visión del marxismo en la cual era común y necesaria la referencia a Gramsci [...]. Ahora un mayor número de personas pasaba a conocer a Gramsci, y directamente en italiano, pues las traducciones argentinas de sus obras estaban agotadas y ya no circulaban en la mitad de los años 60.

Este cambio en términos de la esfera social de la difusión, indicado por Córdova en la coyuntura de los años 60 y 70 para México, puede ser relativamente generalizado: si en las décadas 50-60 la difusión ocurre fundamentalmente en el seno de organizaciones o grupos de la izquierda política, en esta nueva etapa lo será en el seno de la universidad. En los años 50 la difusión de Gramsci en la universidad era incipiente y reducida a pequeños círculos. En los 60, el debate en las universidades latino-americanas está marcado por los temas traídos por la Revolución Cubana, expresando un estado de ánimo y una predisposición de espíritu para un tipo de lectura en la cual Gramsci entraba tangencialmente, como *parte* de un movimiento renovador dentro del marxismo pero sin una relevancia particular. Será sólo en el final de este ciclo que Gramsci comenzará a ocupar un espacio mayor en la vida académica. En el inicio de los años 70, por el contrario, Gramsci está ya

instalado en la universidad y ésta se transforma en un lugar privilegiado de su difusión y discusión [9].

La coyuntura del 73-76 será fundamental en términos de la configuración de la próxima matriz de discusión y difusión, fundamentalmente a partir de las consecuencias del golpe en Chile y los fracasos de las estrategias armadas en Uruguay y Argentina.

En el caso argentino, algunas cuestiones centrales de la época, desde un punto de vista que se fundaba en Gramsci, fueron procesadas en la segunda época de la revista *Pasado y presente*, y ya aparece, en los dos volúmenes de esta revista publicados en 1973, el eje principal del cambio que será coagulado en la etapa posterior: *el pasaje del terreno de Lenin para una completa autonomización del pensamiento gramsciano en términos de estrategia política revolucionaria*. Es de fundamental importancia indicar, por sus consecuencias en términos de difusión, que no sólo la revista *Pasado y presente*, sino también los *Cuadernos de Pasado y presente* y toda una estrategia editorial destinada a la renovación crítica del marxismo estaban asociadas, desde 1971, a la editorial Siglo XXI, recientemente creada y dirigida por Arnaldo Orfila Reynal desde su sede en México.

En términos de textos de gran alcance, esta transición, de Lenin a Gramsci, se manifestará en la publicación, ya en México, de los *Escritos políticos* de Gramsci en el número 54 de la colección *Cuadernos de Pasado y presente*, con una introducción de [Juan Carlos Portantiero](#) que iría a hacer época: *Los usos de Gramsci*, texto que Portantiero comenzara a escribir en 1975, según su propio testimonio, en el que desarrolla también temas que ya aparecían en la segunda etapa de la revista *Pasado y presente*, y que expresa el pasaje con armas y bagaje al terreno de Gramsci. La importancia de México en esta transformación es fundamental.

A mediados de la década de 70, México sirvió de abrigo para diversas tendencias de exiliados políticos. En particular, militantes e intelectuales de izquierda de distintos países latinoamericanos afectados por la trágica etapa de las dictaduras militares encontraron en México una acogida amable, hecho que convirtió a este país, a partir del segundo lustro de los años 70, en punto neurálgico de la vida política latinoamericana, en caja de resonancia y lugar privilegiado para la observación, estudio y discusión de los procesos en marcha en las sociedades latinoamericanas, y convirtió a sus universidades e institutos de pesquisa en espacios frecuentados por una pléyade de intelectuales vinculados a la izquierda de las varias tendencias que crecieron en esos años turbulentos. México fue al mismo tiempo un lugar importante en la publicación de textos vinculados a la cultura socialista y al marxismo en particular. Ese “caldo cultural” será, entonces, escenario destacado de una extensa experiencia de reflexión de la intelectualidad de izquierda latinoamericana sobre los motivos del fracaso de los proyectos transformadores encarados tanto por la vieja generación de izquierda como por la nueva generación, la llamada “izquierda revolucionaria”, la izquierda surgida en los años 60.

Varios importantes encuentros de intelectuales jugaron un papel relevante: el Coloquio de Mérida (Yucatán), en 1973, cuyas ponencias y debates fueron publicados en el libro *Las clases sociales en América latina*, Siglo XXI, México; el Seminario de Oaxaca, que resultó en el libro *Clases sociales y crisis política en América Latina*, Siglo XXI, México, 1977; el Seminario de Puebla, en octubre de 1978, sobre el tema “El Estado de transición en América Latina”, publicado como *Movimientos populares y alternativas de poder en latinoamérica*, Universidad autónoma de Puebla, 1980; el Coloquio de Culiacán (Sinaloa), en 1980, sobre Mariátegui; el Seminario de Morelia (Michoacán), también en 1980, dedicado a la discusión de la funcionalidad metodológica y política del concepto de hegemonía, cuyas comunicaciones fueron publicadas en el libro *Hegemonía y alternativas políticas en América Latina*, México, 1985, etc. En particular ese último seminario fue concebido en esa intersección problemática de política y teoría, y no por acaso la elaboración gramsciana de la hegemonía fue el elemento aglutinante.

La importancia del seminario de Morelia para el pensamiento político en América Latina (y para el pensamiento político en general) debería ser motivo de discusión separada. Hay de algún modo un *antes* y un *después* de Morelia. En ese seminario se sintetiza un camino estratégico destinado a tener una importancia fundamental, indicando que ha llegado a su madurez una nueva visión del pensamiento revolucionario en América Latina (muchos de sus elementos, recuérdese, ya estaban “en obra” en la revolución sandinista). La influencia de las discusiones originadas en Europa en torno de las [corrientes políticas eurocomunistas](#) y de las corrientes teóricas denominadas pos-estructuralistas, es también evidente en las discusiones del seminario [10].

La *problemática general de la hegemonía* será el camino que permitirá una lectura integral del pensamiento gramsciano, envolviendo y articulando las matrices temáticas anteriores; y la interpretación de Gramsci como teórico de la hegemonía se constituirá crecientemente en el telón de fondo con que la izquierda política que va renovando su patrimonio teórico piensa autocriticamente su pasado, “descubre” la irreductible heterogeneidad constitutiva de la realidad y los procesos sociales en América Latina, descubre a Mariátegui, interpreta su derrota y proyecta sus futuras intervenciones.

La cuarta “figura”. Autonomización de Gramsci: la teoría de la hegemonía

En esta cuarta figura, la teoría de la hegemonía se desarrolla desde el terreno político-cultural — desde el plano de la “ideología” — para alcanzar el nivel de la política plena, donde el propio *estado* es descubierto como espacio de la lucha hegemónica, como terreno de la *guerra de posiciones*. Pueden ser sugeridos, también para esta figura, varios momentos sucesivos.

a) Primer momento: formulación teórica de una *nueva estrategia revolucionaria para América Latina*.

En la nueva perspectiva (denominada posteriormente — y de forma provocativa — como “reformismo revolucionario” por Carlos Nelson Coutinho,

1986) se pondrá el acento en el Gramsci “teórico de la hegemonía”, lo que significó un cambio radical del eje de reflexión. Es que con esta inflexión teórica se produciría un hecho que es clave para las futuras innovaciones: se introduce un cambio de *lógica* en el pensamiento de la transformación social en América Latina. Las anteriores matrices de discusión y difusión de la obra de Gramsci y de otros autores del llamado “marxismo occidental” que influyeron también de diversos modos en el curso de este largo proceso de renovación, estaban regidas por la *lógica del asalto al poder*, una cierta teoría del proceso transformador que encuentra en Lenin al más relevante teórico. En el nuevo eje de reflexión se pasa a otro modo de pensar la transformación radical de la sociedad: de la *lógica del asalto al poder* se pasa a la *lógica de la construcción de hegemonía*, a la *lógica de la revolución como proceso*.

En esta matriz interpretativa, es fundamental la idea de que los agentes de la transformación, los sujetos del cambio social, no son predeterminados por su situación en la esfera estructural sino que son constituidos en el propio proceso de construcción de una nueva hegemonía (Portantiero, 1977; Aricó, 1985; Mouffe, 1980; Laclau, 1980, etc.). Recordemos las palabras de Aricó sobre el tema:

El concepto gramsciano de hegemonía, aquello que [...] lo transforma en un punto de ruptura de toda la elaboración marxista que lo precedió, es el hecho de que se postula como una *superación* de la noción leninista de alianza de clases, en la medida en que privilegia la constitución de sujetos sociales a través de la absorción y desplazamiento de posiciones que Gramsci define como “económico-corporativas” y por lo tanto incapaces de devenir “estado”. Así entendida, la hegemonía es un proceso de constitución de los propios agentes sociales en su proceso de devenir estado, o sea, fuerza hegemónica. De tal modo, al aferrarnos a categorías gramscianas como las de “formación de una voluntad nacional-popular” y de “reforma intelectual y moral”, a todo lo que ellas implican más allá del terreno histórico-concreto del que emergieron, el proceso de configuración de la hegemonía aparece como un movimiento que afecta ante todo la construcción social de la realidad y que concluye recomponiendo de manera inédita a los sujetos sociales mismos (Aricó, 1985: 14).

La cuestión del sujeto de la transformación se tornó un punto central del debate en América Latina. El seminario de Morelia fue un momento trascendente, donde fueron presentadas posiciones audaces para la época (Laclau, Mouffe, Aricó, Portantiero, etc.), que fueron rebatidas posteriormente por intelectuales críticos de esta posición (entre otros, por Borón y Cuellar, que denominaron a esta posición como “concepción idealista de la hegemonía”) [11]. En el mundo anglosajón el tema fue motivo de largas disputas desde el momento de la publicación del libro *Hegemonía y estrategia socialista*, de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe, que se expresaron fundamentalmente en las discusiones de la *New Left Review* durante varios años. Como ya fue indicado, un texto fundamental en el inicio de la discusión de esta nueva perspectiva en territorio latinoamericano fue *Los usos de Gramsci*, de Juan Carlos Portantiero.

b) Segundo momento: recuperación histórica del concepto de *democracia* como inherente a la tradición socialista y la definición de democracia política como terreno legítimo de la lucha por la hegemonía de un proyecto socialista.

En el marco de esta discusión es autocriticada la donación irresponsable y trágica del concepto de democracia para el liberalismo y es recuperado como herramienta de transformación revolucionaria. Un texto central de la época en este sentido es “A democracia como valor universal”, de Carlos Nelson Coutinho, anclado también en la tradición gramsciana y de explícita inspiración [en el famoso discurso de Enrico Berlinguer](#) durante las conmemoraciones del sexagésimo aniversario de la revolución rusa en Moscú, en 1977.

La cuestión que se plantea podría ser expuesta de la siguiente manera: siendo correcto que la revolución y el socialismo no deben ser pensados como “acto” sino como “proceso”, como profunda transformación de civilización orientada por los intereses más generales de las clases subalternas, entonces ¿cuál será el mejor terreno estratégico para el desarrollo de las tradiciones, instituciones y perspectivas de emancipación de estas clases en este proceso histórico, la democracia política o la dictadura? Las consecuencias de las reflexiones realizadas desde esta nueva perspectiva teórica se extenderán a la etapa siguiente.

Al mismo tiempo que el texto de Coutinho, *Pasado y presente* publica “Democracia y socialismo”, de Arthur Rosemberg (1981), donde se recupera la posición de Marx y Engels como “jefes de la democracia alemana”, y se postula la democracia como concepto fundamentalmente asociado a la historia de las clases subalternas y el proyecto socialista. Otros textos polémicos fundamentales de este período (entre otros, claro, pero en un lugar destacado) sobre el tema fueron: *¿Porque democracia?* (1984), de [Francisco Weffort](#), y “De la revolución a la democracia” (1985), de Norbert Lechner.

c) Tercer momento: la *crítica de la concepción economicista del socialismo* y la formulación de una concepción “laica” e integral del socialismo como nuevo proyecto de civilización que, sin dejar de exigir las transformaciones económicas de carácter socialista, las entrelaza al simultáneo y multifacético proceso ético-político de transformaciones sociales, inherentes también al proyecto socialista.

En este punto son discutidos elementos centrales de la tradición socialista: la cuestión del contenido teórico y ético-político general del concepto de socialismo, es decir, ¿que es aquello a lo que denominamos socialismo? Y esto en todas sus determinaciones. Es decir: ¿cuáles son las características sociales e institucionales de la sociedad futura que pensamos asociada a este nombre? ¿Cuáles son los objetivos políticos estratégicos que se deben perseguir? ¿Cuáles son los caminos tácticos que las fuerzas que propugnan este objetivo estratégico deben recorrer? ¿Cuáles son, y como se constituyen, los sujetos, los agentes, de este proceso?

El socialismo no es en esta concepción crítica solamente una realización ocasional de las masas que, una vez “realizada la revolución, vuelven a su lugar natural dejando en el poder a sus representantes, sino una construcción que se torna permanente como autogobierno”, que acaba con la división entre gobernantes y gobernados. Según Portantiero (1977: 23), Gramsci:

[...] irá construyendo lentamente [...] una visión de la política cuyos ejes serán la voluntad histórica, el papel de las ideas como sustentadoras de grandes emociones colectivas, el respeto a los sentimientos profundos de las masas, la definición del socialismo como un tipo nuevo de vida moral.

En este sentido, se construye un *proyecto socialista* en un sentido substancialmente superior a la idea simple de *expropiación de la burguesía*, donde, lejos de ser un hecho de carácter esencialmente económico, “el socialismo aparece como una nueva cultura, como un hecho de conciencia sostenido por la historia de cada pueblo-nación” (Portantiero, 1977: 30).

Así, es construida a partir de los textos gramscianos una idea de socialismo que sería fundamental en los posteriores desarrollos: el socialismo como *nueva civilización* surgida de una transformación global de las relaciones sociales, que tiene fundamento en un proceso de *reforma intelectual y moral* a partir de la *cultura nacional-popular*. Este proceso es el proceso de construcción de la base espiritual de masas del movimiento transformador, en el cual el *socialismo se encuentra interiorizado en los individuos*, lo que permite entender la *teoría de la hegemonía* como una *teoría de la democracia radical*. Y es esta versión del socialismo que se torna *contenido ético-político* del proceso de transformación pensado como *guerra de posiciones*, eje táctico del proceso de construcción hegemónica de un sujeto que se constituye en el propio proceso, en torno de aquel proyecto estratégico.

¿Cuál es, entonces, el sujeto de la guerra de posiciones? En este punto es fundamental tener en cuenta que, siendo el sujeto siempre intencional, es un “sujeto-proyecto”; de allí la importancia atribuida al “proyecto hegemónico” [12]. Así, si en la interpretación más común en la época la hegemonía es una “práctica constitutiva de sujetos” (Aricó, 1985), se trata de sujetos que se constituyen en torno de un proyecto y en el curso de un “proceso-proyecto”. En este sentido podríamos parafrasear a Althusser y decir que los proyectos “interpelan a los grupos e individuos constituyéndolos en sujetos” (en el sentido de “atrayéndolos para el centro gravitatorio” de un cierto proyecto). A la forma organizativa compleja que un sujeto así pensado pueda asumir, Portantiero la denomina, a partir de Gramsci, “modelo de articulación organizacional”, o “articulación orgánica” de las clases subalternas, que a su vez se condensan en los conceptos gramscianos de “bloque social intelectual y moral” y “bloque histórico”. El abanico institucional articulado en este modelo

abarca desde los instrumentos para realizar la hegemonía obrera (partido, consejos de fábrica, fracciones sindicales) hasta el resto de los movimientos de masas “no obreros” (barriales, estudiantiles, agrarios, etc.), articulándolos en un movimiento único a través del cual “el pueblo” reconstruye su propia historia y supera la fragmentación en la que lo colocan las clases dominantes (Portantiero, 1977: 79).

El resultado del proceso será una sociedad en la cual la sociedad civil “absorba”, asuma para sí, las tareas que clásicamente fueron establecidas para el estado, aproximándose a lo que Gramsci entendía como *sociedad (auto)regulada*.

La búsqueda de una idea revigorada de lo que sea “socialismo” ocupa los últimos años de vida José Aricó, que se debatirá en la definición de una visión “laica”, “terrenal”, del socialismo. Sobre el resultado de su búsqueda, quiero mencionar críticamente dos tipos de lecturas inadecuadas: a) una lectura proveniente de la izquierda autodenominada revolucionaria que entendió en sus reflexiones una *deserción de los ideales socialistas*; b) otra lectura, muy específica, de su compañero de ruta Oscar del Barco, que entendió esa terrenalidad de la posición socialista de Aricó — al contrario de lo que éste se proponía, según se desprende de sus escritos y entrevistas — como una posición *mística* del Aricó que sentía el hálito fatal de la muerte. Dice Del Barco en un homenaje emocionado a su viejo amigo:

Pancho [Aricó] impulsó la creación de una nueva revista, a la que llamó *La ciudad futura*; organizó un club de cultura socialista, y siguió profundizando en la elaboración de una concepción, me atrevería a decir inédita, del socialismo: llamó socialismo a todo lo que él era, a todo lo que sabía, a todo lo que amaba; socialismo pasó a ser todo lo iluminado y lo iluminante (Oscar del Barco, 1991: 27).

Sin embargo, es posible argumentar, Aricó partía del hecho fundamental de que tenemos en Gramsci una concepción *terrenal* del socialismo, crítica de las versiones mesiánicas, redentoras, que resultaron del materialismo mecanicista y fatalista. Una concepción del socialismo que, según la expresión de Aricó,

Concibe al socialismo como movimiento interno al proceso mismo de constitución de los sujetos políticos y que pugna por llevar a la práctica los valores de autonomía y de autoconstitución que lo definen como corriente ideal (Aricó, 1988: 114).

En este sentido, su posición debe ser interpretada como un llamado a entender el socialismo como un *proceso vital vinculado a la vida real de las clases subalternas*, y no como un *destino* al que se arriba después de un doloroso calvario. En suma, el proceso de la construcción hegemónica de una nueva forma de organizar la sociedad a partir de la vida concreta de los hombres *simples*, como los llamaba Gramsci.

La disputa por Gramsci en la izquierda

En *La cola del diablo* Aricó se quejaba del hecho de que esta renovación del patrimonio teórico hubiera quedado en el nivel intelectual, sin ser apropiada por las organizaciones políticas de la izquierda.

Y no deja de ser lamentable que todos estos esfuerzos por renovar un patrimonio ideal que, en su utilización ideológica y política, dejó de tener capacidad proyectiva, hayan quedado reducidos al ámbito intelectual, sin

encontrar el suficiente eco en los partidos de izquierda. Porque si, aún en tales organizaciones, la crítica de las experiencias históricas del socialismo real y el cuestionamiento de las pretensiones de recomposición organicista desde la cúspide de un partido las ha llevado a plantearse problemas para los cuales tenían respuestas meramente ideológicas — el de la democracia política, por ejemplo —, sigue siendo una limitación grave de su accionar político una visión puramente instrumentalista del estado y de su relación con la sociedad (Aricó, 1988: 115-116).

Sin embargo, por la misma época en que Aricó escribía esta queja desilusionada, en varias organizaciones políticas latinoamericanas surgían sintomáticas innovaciones conceptuales, muchas de ellas vinculadas a los efectos de la operación de los conceptos gramscianos.

Al mismo tiempo, en la década del 80, vinculado a estos temas aparecerá un fenómeno vinculado al nuevo nivel de difusión del pensamiento gramsciano, que es la disputa por Gramsci por parte de aquellos sectores de la izquierda que no lo habían utilizado anteriormente por considerar que Lenin había dicho, y mejor, lo que Gramsci podía decir en el terreno de la estrategia política; que lo seguían viendo bajo las anteriores matrices ética, filosófica o culturalista, pero que lo pensaban inadecuado en el terreno de la política. Esa “defensa de Gramsci” va a tener una fuerte manifestación en torno de los actos recordatorios de los 50 años de la muerte de Gramsci y se extenderá en los años 90.

El eje central de esta defensa, en aquel momento inicial, era muy simple: 1. se reconocía formalmente *todo* el aporte de Gramsci; 2. se afirmaba que ese patrimonio fue deturpado por una lectura *reformista, socialdemócrata*; 3. como casi única orientación teórica se afirmaba que Gramsci era un *revolucionario* y no un reformista. Punto. Repetía formalmente el mismo mecanismo de “defensa” de Gramsci utilizado por los viejos partidos comunistas, que consistía en afirmar que Gramsci era un gran revolucionario y que había hecho aportes fundamentales al marxismo-leninismo sin nunca mencionar cuales, porque en el fondo no se creía en ello, para pasar casi inmediatamente a señalar sus errores, desvíos o *deslices* idealistas.

En los últimos 20 años hemos asistido a esta disputa y asistimos también al progresivo pasaje de una parte de esta parte de la izquierda al terreno de la estrategia gramsciana como *estrategia revolucionaria adecuada a los países de América Latina*, y va siendo cada vez más escasa la recurrencia a los viejos argumentos leninistas o castristas. Y aquellos que todavía hacen referencia a estos argumentos lo hacen, generalmente, desde un posicionamiento ético, no político-concreto (lo máximo *político-abstracto*), ni, mucho menos, teórico. En este nuevo momento Gramsci se encuentra *diseminado*, como lo muestra el excelente trabajo de Evelina Dagnino destinado a discutir la transformación de los discursos y las prácticas en la izquierda latinoamericana [13]. En este nuevo terreno, el sujeto heredero de Gramsci, en términos teórico-políticos, deberá ser una izquierda renovada, que podría tener como referencia, en términos sociales, un sujeto amplio y complejo: posiblemente próximo a aquello que Garavito, Barret y Chaves (2005) denominan “la nueva izquierda

latinoamericana”, y que entienden, correctamente en mi opinión, como un conjunto complejo de movimientos sociales, de partidos políticos y de gobiernos.

Quisiera finalizar este punto con una observación crítica sobre algunas posiciones de los autores de este libro, que no puede ocupar mucho espacio pero que es conveniente señalar. En la parte de la introducción al libro, firmada por los organizadores que denominan “Característica de la nueva izquierda latinoamericana”, Garavito, Barret y Chaves (2005: 31) detectan, a partir de las experiencias empíricas expuestas en los capítulos del libro, cinco “rasgos comunes”, cinco “características que están presentes en la mayor parte de las fuerzas políticas estudiadas y que contrastan con los rasgos de la izquierda histórica”. Solamente voy a transcribir los titulares de estos rasgos comunes que los autores tratan brevemente:

1. Pluralidad de estrategias y articulación de formas organizativas descentralizadas;
2. Multiplicidad de bases sociales y agendas políticas;
3. Relieve (importancia) de la sociedad civil;
4. Reformismo (aquí afirman los autores, “el triunfo del reformismo [...] ha generado el dilema de promover ‘reformas revolucionarias’” (André Gorz. *Strategy for labor. A radical proposal*. Boston: Beacon Press, 1964);
5. Profundización de la democracia.

Aunque sería necesario un trabajo más amplio para demostrarlo, es suficientemente claro, en el marco de las consideraciones anteriores, que estos temas se relacionan y corresponden a la renovación del patrimonio teórico de la izquierda que acabamos de comentar, orientado en torno de los temas gramscianos. Sin embargo, casi nada dicen al respecto los autores (solamente algunas referencias a Gramsci en el texto de Evelina Dagnino antes mencionado). Explican el surgimiento de esta “nueva izquierda”, basándose en un texto de Atilio Borón en el mismo libro, a partir de los acontecimientos políticos y económicos de la coyuntura de los años 80-90: derrumbe del socialismo y advenimiento y crisis del neoliberalismo. Desconocen totalmente la larga “reforma intelectual y moral”, el profundo examen autocrítico, al que se sometió la izquierda latinoamericana a partir de mediados de la década de 70. Una parte de la izquierda tardó en realizarlo y se resistió a ello, pero estos elementos — sumados, obviamente, a la cruda y fundamental determinación de los hechos históricos mencionados por Borón — crearon un terreno cultural adecuado para la constitución de esta “nueva izquierda”.

Debe recordarse también que muchos de los nuevos elementos fueron precozmente discutidos en fuerzas políticas como el Frente Sandinista de Liberación Nacional, el Partido de los Trabajadores, el M19 de Carlos Pizarro Leongomes, El FMLN, bajo el influjo de Joaquín Villalobos, Fermán Cienfuegos (Eduardo Sancho) y otros, discutidos en los varios encuentros del Forum de San Pablo, etc. Al contrario, todas las causas que mencionan los autores del libro sobre el posible origen de esta nueva izquierda son, en cierto sentido, externas al proceso vivo y real de constitución de la izquierda.

Es necesario criticar esta versión exógena de la explicación del proceso de formación de una nueva izquierda latinoamericana y, siguiendo las indicaciones de Gramsci, mostrar la historia política y cultural de este debate, de este largo trayecto autocrítico en el seno de la propia izquierda, como autoconstitución de su propio derrotero histórico. Si esto es relativamente correcto, la herencia histórica del incomodo legado gramsciano será de esta nueva izquierda así constituida.

d) Cuarto momento de la cuarta "figura": La disputa de la hegemonía en el terreno de la economía: hacia una teoría integral de la hegemonía.

Partiendo de la idea gramsciana de que la hegemonía debe ser construida aún antes de devenir estado, siendo esta una de las condiciones para poder hacerlo; partiendo también de la idea gramsciana de que "si la hegemonía es ético-política no puede dejar de ser también económica, no puede menos que estar basada en la función decisiva que el grupo dirigente ejerce en el núcleo rector de la actividad económica" (Gramsci, 1972: 41); y partiendo de la concepción terrenal del socialismo, de origen gramsciano, antes tratada, es posible entonces discutir la proposición de una *teoría integral de la hegemonía* que oriente la acción política para la disputa de hegemonía en todos los terrenos, incluido el terreno económico, que nos permita dejar de mirar este terreno con los ojos de la burguesía y pensarlo como terreno estratégico para la construcción del proyecto socialista para el siglo XXI, pensando, por ejemplo, lo que podríamos definir como "el área no-capitalista de la producción social". Nuevos trabajos de investigación empírica y teórica se orientan en este sentido, por ejemplo, para pensar las nuevas experiencias de las "empresas recuperadas por los trabajadores" y otras experiencias de producción social (Singer, 1997 y 2002; Santos, 2002, etc.).

Si lo anteriormente dicho sobre la heterogeneidad constitutiva de la sociedad latinoamericana es correcto, entonces es posible y necesario pensar las diversas dimensiones del "área no-capitalista" de la vida social y las consecuencias para la teoría de la hegemonía:

a) Pensar la *dimensión productiva de las acciones hegemónicas*: en el "área productiva no-capitalista" en América Latina deben ser incluidos los *elementos comunales pre-capitalistas* y los *pos-capitalistas* de la economía como "terreno estratégico de la lucha hegemónica" (la comuna rural en los países de cultura incaica azteca o maya y en las áreas de conservación de las culturas indígenas en Brasil y otros países: en estos casos la utilidad del [pensamiento de Mariátegui](#) es evidente; el extraordinariamente rico universo del cooperativismo agrario en todo el subcontinente, las nuevas experiencias de las fábricas recuperadas por los trabajadores en Argentina, Brasil, Venezuela y otros países; las fábricas estatales autogestionadas en Venezuela, etc. Obviamente la experiencia cubana es una referencia histórica con la cual la experiencia de los movimientos de los países capitalistas debe dialogar intensamente en esta área de lo social.

b) Pensar la *dimensión política de las acciones hegemónicas*: en general, la dimensión que debe conducir, en la visión gramsciana, a la “absorción de la sociedad política por la sociedad civil”: las diversas dimensiones de la “cuestión democrática” (participación, deliberación, procesos decisorios autogestionarios, partidos, sindicatos, etc.); las diversas dimensiones de la necesaria regulación social (el derecho y sus instituciones; el uso social y la resistencia social a los aparatos represivos, etc.); relaciones estado-sociedad civil (gobiernos centrales y locales, consejos de políticas públicas, consejos de cuencas hidrográficas, presupuesto participativo, planeamiento participativo, etc.).

c) Pensar las *dimensiones culturales de las acciones hegemónicas*: la construcción social de valores y visiones de mundo asociados a un proyecto de sociedad vinculado a las clases trabajadoras: la batalla por la “organización general de la cultura”; la batalla por las representaciones simbólicas del pasado, del presente y del futuro (la lucha por los nombres de las plazas, de las calles, por el contenido de la historia enseñado en las escuelas, etc.), la lucha por la estructura y calidad de la educación en todos sus niveles, etc.; la lucha por la disposición y organización de los espacios donde ocurre la vida social (ciudades, aldeas, caminos, etc.); la lucha por el tipo de transporte público, por el medio ambiente y los condicionantes naturales, por el paisaje, por los espacios públicos; la lucha por los medios masivos de información y difusión (diarios, radios, TV, internet, etc.).

Creo que no caben muchas dudas de que estamos transitando un período vertiginoso de transformaciones, en el cual se ponen a prueba las categorías elaboradas históricamente por el pensamiento socialista y donde es exigido un proyecto de emancipación de las clases y sectores subalternos, libre de las tendencias mesiánicas que contaminaron las ideas de cambio histórico en el siglo que pasó.

Como intenté mostrar en este trabajo, Gramsci fue el autor que más contribuyó, en el último cuarto del siglo XX, a oxigenar el pensamiento marxista, permitiendo que el marxismo pudiera seguir “cumpliendo una función propulsiva” en la medida que contribuyó substancialmente con la necesaria tarea de “poner permanentemente a prueba sus hipótesis fundamentales”, como escribía expectante Aricó en *La cola del diablo*. La batalla política y teórica no fue ni es fácil, los daños y las bajas no fueron pocas, y los nuevos desafíos son extraordinarios. Y si tenemos confianza en que podemos encontrar para ellos respuesta a la altura de las exigencias es, en buena parte, debido a la herencia gramsciana, incómoda, pero imprescindible.

Raúl Burgos é professor da Universidade Federal de Santa Catarina e autor de *Los gramscianos argentinos. Cultura y política en la experiencia de Pasado y Presente* (Buenos Aires: Siglo XXI, 2004).

Notas

[1] Fundamentalmente en el libro *Los gramscianos argentinos. Cultura y política en la experiencia de Pasado y presente*, Siglo XXI, 2005, y en “La interferencia gramsciana en la producción teórica y política de la izquierda latinoamericana”, publicado en la revista *Periferias*, Argentina, 1997, y en la revista *Latin American Perspectives*, de los EEUU, 2002. Este artículo puede ser encontrado en español en las siguiente direcciones virtuales: <http://www.fisyp.org.ar/Burgos.3.3.pdf> y <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa97/burgos.pdf>.

[2] Fundamentalmente: Ivete Simionatto. *Gramsci. Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Florianópolis: Ed.da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004 (1ª. ed. 1995) e Lincoln Secco. *Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas idéias*. São Paulo: Cortez, 2002.

[3] Los cuatro títulos de los *Cuadernos de la cárcel* que Lautaro edita son publicados entre 1958 y 1962. Así, en 1958 fue publicado *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*, con traducción de Isidoro Flaumbaum y prólogo de Agosti; en 1960, *Los intelectuales y la organización de la cultura*, traducido por Raúl Sciarreta; en 1961, *Literatura y vida nacional*, traducido por José Aricó, con prólogo de Agosti; y, en 1962, las *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno*, con traducción, prólogo y notas de José Aricó. Posteriormente, en 1966, Lautaro se disuelve y vende los derechos de la traducción a la Editorial Nueva Visión. En la mitad de los años 70, la Editorial mexicana Juan Pablos Editor comienza una reedición completa de los *Cuadernos* a partir de la traducción argentina y completa los dos volúmenes restantes, siguiendo la edición en seis libros de la Editorial Einaudi: en 1977 fue publicado *Pasado y presente*, con traducción de Gabriel Ojeda Padilla, y en 1980, *El Risorgimento*, con traducción y notas de Stella Mastrangelo. Debe destacarse el hecho de que esos dos textos fundamentales no estaban disponibles en lengua española antes de esas fechas. En 1981 la editorial ERA inicia la publicación de la edición crítica de los *Cuadernos de la cárcel* en seis volúmenes que culminará 20 años más tarde, en 2001.

[4] En *Los gramscianos argentinos* indicamos que Aricó sugiere que esta falta de referencias a Gramsci era debido a la “veleidad intelectual” de Agosti, pero que, sin embargo, uno podría pensar que Agosti sospechaba o sabía de la resistencia que las posiciones teóricas del italiano tendrían en la dirección del PCA y, parafraseando a Togliatti, dejara de mencionarlo “para burlar la censura” partidaria.

[5] Es importante indicar que la “expulsión” del pensamiento gramsciano del partido comunista significó también la claudicación (en la misma época que la humillación histórica de Lukács frente a la IC) de Héctor Agosti frente a las estructuras del PCA: la renuncia a su pensamiento creativo, a sus descubrimientos esenciales en función de mantenerse fiel a la línea partidaria. En el caso de Agosti, el maestro es superado en términos políticos por los alumnos, que posiblemente no tuvieran la dimensión intelectual del maestro,

pero que fueron teórica y políticamente consecuentes con los posicionamientos críticos. El alumno pródigo de Agosti era Juan Carlos Portantiero, al que tenía como discípulo y posible heredero intelectual. Portantiero de algún modo cumplió con este derrotero, habiéndose transformado en una figura central del pensamiento marxista latinoamericano, en cuanto la figura y el pensamiento de Agosti quedaron relegados al olvido. Quiero aprovechar esta cuestión, en primer lugar, para rendir homenaje en este encuentro a ese brillante *hombre de ideas*, que fuera Juan Carlos Portantiero, recientemente fallecido y, en segundo lugar, para indicar que es necesario, y todavía no ha sido realizado en el seno del gramscismo, una reevaluación crítica adecuada de la obra de Héctor Agosti, de modo a recuperar críticamente a este pensador castigado que fue uno de los puntos altos del pensamiento latinoamericano. La realización de este trabajo es fundamental para una comprensión correcta de la difusión de Gramsci en América Latina.

[6] Publicado en el libro *Política, violencia, memoria. Génesis y circulación de las ideas políticas en los años sesenta y setenta*, editorial Al margen, 2007, compilado por Héctor Schmucler. El texto se encuentra también disponible [en el sitio digital Gramsci e o Brasil](#), que es una excelente biblioteca de textos gramscianos.

[7] Es conveniente recordar que los comunistas argentinos — aunque su influencia no hubiera alcanzado el nivel de sus congéneres italianos —, en la década del 30 habían conquistado un importante lugar en el mundo de los trabajadores [ver [Hernán Camarero](#). *A la conquista de la clase obrera. Los comunistas y el mundo del trabajo en la argentina, 1920-1935*. Siglo XXI, 2007] y las reflexiones gramscianas se tornaban propicias para el tratamiento de diversas *similitudes entre los dos países* que ya habían sido propuestas por Agosti.

[8] Esta temática está presente desde el inicio en la discusión del grupo de *Pasado y presente*; sin embargo, ofuscada en sus elementos fundamentales en el período foquista.

[9] Esta observación es pertinente principalmente para Brasil y México así como para Perú o Venezuela, pero no para Chile, Argentina y Uruguay donde esta difusión en la universidad dura poco, siendo cancelada por las dictaduras militares que sometieron la vida universitaria a una censura implacable.

[10] En el debate de la primera parte del seminario, “Problemas teóricos de conceptualización”, encontramos los siguientes trabajos: Ernesto Laclau, “Tesis acerca de la forma hegemónica de la política”; Liliana de Riz y Emilio de Ipola, “Acerca de la hegemonía como producción histórica.”; Carlos Martínez Assad, “La hegemonía como ejercicio de la dominación”; Norbert Lechner, “Aparato de Estado y forma de Estado”; Carlos Pereyra, “Hegemonía y aparatos ideológicos del Estado”; Chantal Mouffe, “Hegemonía, política e ideología”. En la segunda parte de los trabajos, denominada “Recomposición política y crisis de hegemonía”: Jordi Borja, “Sobre la izquierda y la hegemonía en los países de Europa del sur”; Lundolfo Paramio y Jorge Reverte, “La crisis de hegemonía de

la burguesía española”; Luis Maira, “Racionalidad y límites de las construcciones ideológicas en la política de los Estados Unidos hacia América Latina”; Fernando Fajnzylber, “Sobre la reestructuración del capitalismo y sus repercusiones en América Latina”. En la última parte, denominada “Hegemonía y alternativas políticas en América Latina”, se encuentra la mayor parte de las intervenciones: Sergio Zermeño, “Los referentes históricos y sociológicos de la hegemonía”; Juan Carlos Portantiero, “Notas sobre crisis y producción de acción hegemónica”; Héctor Béjar, “Aproximación a nuevos puntos de partida para la izquierda en América Latina”; Teodoro Petkoff, “Alternativa hegemónica en Venezuela”; Julio Cotler, “Democracia, movilización popular y Estado militar en el Perú”; Manuel Antonio Garretón, “Problemas de hegemonía en regímenes autoritarios”; Fernando Henrique Cardoso, “Los partidos políticos y la participación popular en un régimen de excepción”; Regis Castro de Andrade, “Política social y normalización institucional en el Brasil”; René Antonio Mayorga, “Empate histórico y debilidad constructiva: la crisis del proceso de democratización en Bolivia”; Edelberto Torres-Rivas, “El Estado contra la sociedad: las raíces de la revolución nicaragüense”; Pablo González Casanova, “Los trabajadores y la lucha por la hegemonía en América Latina”; Rolando Cordera Campos, “Política económica y hegemonía”; Francisco Delich, “Estructura agraria y hegemonía en el despotismo republicano”.

[11] Borón, Atilio; Cuéllar, Óscar. “Apuntes críticos sobre la concepción idealista de la hegemonía”, en *Revista Mexicana de Sociología*, nº 4, octubre-diciembre, México, 1983.

[12] Por ejemplo, Dagnino, Olvera y Panfichi (2006, 38), remitiéndose a Gramsci, utilizan el concepto de “proyecto político” en un sentido amplio “para designar los conjuntos de creencias, intereses, concepciones de mundo, representaciones de lo que debe ser la vida en sociedad, que orientan la acción política de los diferentes sujetos”.

[13] Evelina Dagnino. “Cultura, ciudadanía y democracia: los discursos y prácticas cambiantes de la izquierda latinoamericana”. En Arturo Escobar, Sonia Alvarez, Evelina Dagnino (editores). *Política cultural, cultura política. Una nueva mirada sobre los movimientos sociales latinoamericanos*. Taurus, Bogotá, 2001.

Referencias bibliográficas

AGOSTI, Héctor Pablo. *Echeverría*. Buenos Aires: Futuro, 1951.

------. *Nación y cultura*. Buenos Aires: Catálogos, 2002.

ARICÓ, José María. “Pasado y presente”. En *Pasado y presente*, nº 1, Córdoba, abril-junio 1963.

------. “Prólogo”. En LABASTIDA MARTIN DEL CAMPO, Julio (Comp.). *Hegemonía y alternativas políticas en América Latina*, México: Siglo XXI, 1985.

----- . *La cola del diablo*. Buenos Aires: Puntosur, 1988.

BORÓN, Atilio; CUÉLLAR, Óscar. “Apuntes críticos sobre la concepción idealista de la hegemonía”. En *Revista Mexicana de Sociología*, nº 4, octubre-diciembre, México, 1983.

BURGOS, Raúl. *Los gramscianos argentinos. Cultura y política en la experiencia de Pasado y presente*. Buenos Aires: Siglo XXI España-Argentina, 2005.

----- . “La interferencia gramsciana en la producción teórica y política de la izquierda latinoamericana”. En *Periferias*, Año 2, nº 3, Buenos Aires, 1997.

----- . “Entre Gramsci y Guevara: *Pasado y presente* y el origen de la concepción armada de la revolución en la ideología de la nueva izquierda argentina de los años sesenta”. En SCHMUCLER, Héctor (Comp.). *Política, violencia, memoria. Génesis y circulación de las ideas políticas en los años sesenta y setenta*. La Plata: Al Margen, 2007.

CAMARERO, Hernán. *A la conquista de la clase obrera. Los comunistas y el mundo del trabajo en la argentina, 1920-1935*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Sudamericana, 2007.

CORDOVA, Arnaldo. “Antonio Gramsci e a esquerda mexicana”. En COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Comp.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984 (1º edición: “A democracia como valor universal”. En *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 9, março de 1979, p. 3348).

----- . 1986 Intervención en la mesa redonda “A estratégia da revolução brasileira”, organizada por la revista *Crítica marxista*. *Revista Crítica Marxista*, nº 1, São Paulo: Jorúês, 1986.

----- . 1988 “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. En COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Comp.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.

DAGNINO, Evelina. “Cultura, ciudadanía y democracia: los discursos y prácticas cambiantes de la izquierda latinoamericana”. En Arturo Escobar, Sonia Alvarez, Evelina Dagnino (editores). *Política cultural, cultura política. Una*

nueva mirada sobre los movimientos sociales latinoamericanos. Bogotá: Taurus, 2001.

DEL BARCO, Oscar. "Un socialista empedernido". En *La ciudad futura*, nº 30/31, Buenos Aires, 1991, p. 27.

GARAVITO, C.A.R; BARRET P. S.; CHAVES D. *La nueva izquierda en América Latina. Sus orígenes y trayectoria futura*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.

GORENDER, Jacob. "A nova democracia italiana (O partido comunista italiano de Gramsci e Togliatti)". *Tribuna Popular*, 13 out. 1945 (Citado en: SECCO, 2002).

GRAMSCI, Antonio. *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el estado moderno*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

LACLAU, Ernesto. "Tesis acerca de la forma hegemónica de la política". En LABASTIDA MARTIN DEL CAMPO, Julio (Coord.). *Hegemonía y alternativas políticas en América Latina*. México: Siglo XXI, 1985.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI España, 1987.

LECHNER, Norbert. "De la revolución a la democracia". En *Leviatán: Revista de hechos e ideas*, nº 21, 1985, págs. 103-112.

LÖWY, Michel. "Consciência de classe e partido revolucionário". *Revista Brasiliense*, nº 41, São Paulo, mai-jun. 1962 (Citado en SECCO, 2002).

MOUFFE, Chantal. "Hegemonía, política e ideología". En LABASTIDA MARTIN DEL CAMPO, Julio (Coord.). *Hegemonía y alternativas políticas en América Latina*. México: Siglo XXI, 1985.

PORTANTIERO, Juan Carlos. "Los usos de Gramsci". En *Antonio Gramsci, Escritos Políticos (1917-1933)*. *Cuadernos de Pasado y presente*, nº 54, México, Pasado y presente, 1977.

ROSEMBERG, Arthur. *Democracia y socialismo. Historia de los últimos ciento cincuenta años (1789-1937)*. *Cuadernos de Pasado y presente*, nº 86, México, Pasado y presente, 1981 (1a ed. en alemán, Amsterdam, 1938).

ROSINI, Gofredo [Secco, 2002] o Godoffredo [Simionatto, 1995]. "Enquanto se prepara o raid de Balbo – como se assassina Antônio Gramsci". *O Homem Livre*, nº 4, São Paulo, 17 jun. 1933 (Referencia bibliográfica: SECCO, 2002).

SABATO, Ernesto. "Epistolario de Gramsci". En *Realidad. Revista de ideas*, nº 6, Buenos Aires, 1947.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas idéias*. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci. Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004 (1ª. ed. 1995).

SINGER, Paul. "Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo". *Proposta*, nº 72, março/maio 1997.

----- . *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. de (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

WEFFORT, Francisco C. *Por que democracia?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

Fonte: Especial para *Gramsci e o Brasil*.
<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=980>

14 -Alberto Aggio:O Gramsci que “conhecemos” e o que ele inspirou

<http://gilvanmelo.blogspot.com.br/2015/12/alberto-aggioo-gramsci-que-conhecemos-e.html>



Gramsci é, no Brasil, um autor bastante conhecido e com um número estável de leitores. A primeira edição dos Cadernos do Cárcere é da década de 1960 e foi reeditada no final a década seguinte, num contexto de luta contra a ditadura.

Uma nova edição dos Cadernos, que mescla a edição temática dos anos sessenta com a edição crítica publicada na Itália a partir de 1975, veio à luz nos últimos anos do século passado, com vários dos seus volumes já reimpressos. Há tempos registra-se uma difusa assimilação do pensamento gramsciano. As teorias de Gramsci se tornaram de uso comum e identificáveis por meio de conceitos como “hegemonia”, “guerra de posições”, “revolução passiva”, “transformismo”, “americanismo” e outros. O pertencimento de Gramsci à história do marxismo e do comunismo é patente, ainda que ele seja reconhecido, mas não generalizadamente, como um pensador político original.

Desde o final da década de 1970, a progressiva difusão do pensamento gramsciano contribuiu e alimentou um novo “programa de ação” para a esquerda brasileira: organizar a luta contra o autoritarismo. Além de Gramsci, outros pensadores animaram esse movimento, como Norberto Bobbio, Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Mas foi com Gramsci que se instituiu no universo de reflexão da esquerda as temáticas e as visões críticas da história brasileira a partir de uma perspectiva de longa duração. Com a difusão e a assimilação de Gramsci se começa a pensar o Brasil tomando como referência a Alemanha e a Itália, países que não chegaram à ordem burguesa por meio do percurso revolucionário francês.

Por meio das referências gramscianas, se passa a reconhecer que o país era “ocidental” e que se havia estruturado como um país moderno pela via autoritária, sobretudo a partir de 1964. Isso requeria da esquerda uma nova leitura da democracia. Sem ela, a esquerda não seria capaz de se tornar um ator relevante na luta contra o autoritarismo e lhe faltaria uma “grande política” que pudesse lhe guiar numa nova situação democrática.

Naquele contexto, o Gramsci que conheceríamos não seria aquele da luta operária, mas o Gramsci inspirador de uma luta política geral, cuja tradução política se exprimia na ideia de que, para combater o autoritarismo, era necessário “fazer política” e construir alianças que objetivassem a conquista da democracia. O Gramsci dos intelectuais, da hegemonia e da guerra de posição se encontrava então em campo aberto, em diálogo com outras correntes de pensamento, em particular as liberais, jogando a esquerda para dentro do debate público sobre as questões do pluralismo como horizonte político-cultural: um diálogo que nem a esquerda nem os liberais estavam acostumados. Em síntese, a difusão das ideias de Gramsci contribuiu para amadurecer na esquerda brasileira uma perspectiva crítica a respeito da sua história precedente, de forte matriz golpista e autoritária, pouco afeita aos temas decorrentes da política democrática.

No contexto de luta pela democracia no Brasil, o mais importante ensaio de corte gramsciano foi, sem dúvida, A democracia como valor universal, de Carlos Nelson Coutinho (1979), que representou um marco divisório na cultura política da esquerda brasileira, sobretudo no que diz respeito à revalorização da democracia. O ensaio tem muitos méritos e foi extremamente influente. Embora Carlos Nelson Coutinho valorizasse temáticas como a “ampliação do Estado”, ajudando a esquerda a compreender a natureza “ocidental” da sociedade brasileira, entendia que não se deveria cogitar nenhuma “leitura

mais complexa” do conceito gramsciano de revolução passiva. No ensaio de 1979, as formulações a respeito da realidade brasileira aparecem inteiramente subordinadas ao enfoque leninista, assim sintetizada no subtítulo do seu segundo item: “o caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à via prussiana”. A ênfase não era irrelevante e nem foi esporádica. Em diversos textos posteriores, Carlos Nelson Coutinho se empenhou em definir a transição brasileira à modernidade capitalista identificando revolução passiva a uma “contrarrevolução prolongada” (a expressão é de Florestan Fernandes), por definição reativa à mudança social.

Este é um tema importante na discussão sobre Gramsci no Brasil: se admitirmos que o conceito de “via prussiana” descreve uma situação histórica na qual está anulada a possibilidade do ator da antítese ao capitalismo de assumir, pela política, um papel afirmativo no processo de modernização capitalista, a pergunta que emerge naturalmente é se a categoria de “revolução passiva”, elaborada por Gramsci, pode ser compreendida no sentido de se admitir um novo protagonismo do ator da antítese no interior do processo de modernização capitalista. Luiz Werneck Vianna, em seu livro *Revolução passiva: americanismo e iberismo no Brasil* (1997), responde afirmativamente a esta pergunta, esclarecendo que na revolução passiva se pode desenvolver a ação de um ator que represente uma “antítese vigorosa” e empenhe de maneira intransigente todas as suas potencialidades (p.78).

A revolução passiva, como critério de interpretação de processos históricos, é útil ao ator que se invista da representação de portador das mudanças, “capacitando-o, a partir de uma adequada avaliação das circunstâncias que bloqueiam seu sucesso imediato e fulminante, a disputar a hegemonia numa longa ‘guerra de posições’, e a dirigir o seu empenho no sentido de um transformismo ‘de registro positivo’, assim desorganizando molecularmente a hegemonia dominante, ao tempo em que procura dar vida àquela que deve sucedê-la”. (...) “A exploração do transformismo de ‘registro positivo’ é indicada em processos sociais novos na sociedade brasileira, muito especialmente depois da institucionalização da democracia política em meados dos anos 80” (p.09).

A revolução passiva é, portanto, um critério de interpretação “que poderia servir no sentido de mudar a chave da direção do transformismo: de negativo para positivo”. Graças a esse conceito, Gramsci cria “a possibilidade de uma tradução do marxismo como uma teoria da transformação sem revolução ‘explosiva’ de tipo francês”.

Como se sabe, a história brasileira nunca protagonizou uma revolução de tipo “jacobino”. As grandes transformações históricas do país foram moleculares ou caracterizadas por uma “dialética sem síntese”, no interior da qual os elementos de novidade e de modernidade foram introduzidos, no mais das vezes, por grupos sociais anteriormente contrários à modernização. Os ciclos da longa “revolução passiva á brasileira” (L. W. Vianna) vão da fundação do Estado Nacional até o recente processo de democratização vivido pelo país, passando pelo período Vargas, pela democracia de 1946 e pelo autoritarismo das décadas de 1960 e 1970. Neste longo período histórico, Estado assume o

papel de agente modernizador e condutor das transformações históricas, em geral sem a participação da sociedade civil, estabelecendo a lógica de conservar-mudando. Essa lógica faz com que as transformações históricas no Brasil ocorram sem abalos violentos, o que ajuda a conservar a precedente hegemonia dos grupos sociais mais atrasados.

Nos dias que correm, contrariando as enormes esperanças, os governos do PT, desde 2002, não se constituíram numa alternativa ao longo processo da "revolução passiva à brasileira". Ao contrário, no governo, o PT conduziu a modernização associando-se às elites agrárias e industriais, abrigando-as no seio de um enorme Estado, inteiramente dependente do Poder Executivo. O alargamento do poder de consumo das classes populares fez parte dessa estratégia e a figura de Lula passou a ser essencial a esse tipo de transformismo. Manteve-se dirigismo estatal, o patrimonialismo e o corporativismo ao invés de se estabelecer um nexos renovador entre democracia, autonomia, mercado e bem-estar. Nascido do moderno parque industrial paulista, isto é, da face americanista mais visível do país, o PT no governo foi derivando progressivamente para a velha tradição ibérica de supremacia do Estado sobre a sociedade que havia marcado a história brasileira. O PT é, como já se disse, uma monografia particular do Brasil, articulada por uma síntese de americanismo e iberismo, na qual o Estado continua a contrapor-se à sociedade civil, controlando molecularmente as transformações, obedecendo à lógica do conservar-mudando, e impedindo consequentemente o desenvolvimento autônomo da sociedade civil.

Mudar as relações entre a sociedade civil e o Estado e fazer com que a mudança dirija a conservação, não significa adotar uma espécie de antirrevolução passiva, instalando um processo de rupturas de corte jacobino. Transformar o caráter recessivo da "revolução passiva à brasileira" demanda a construção de uma cultura política republicana, que contribua para a geração de uma sociedade civil autônoma, capaz de associar-se politicamente para a condução dos destinos do país. É esse o desafio que está colocado: buscar, com realismo, as balizas e os parâmetros de uma grande reforma da política, de caráter republicano, que reverta os termos da atual modalidade de "revolução passiva à brasileira" e ao mesmo tempo recomponha a confiança do país em continuar vivenciando e ampliando a democracia política.

O pensamento de Gramsci apresenta-se hoje no Brasil essencialmente por meio de uma disjuntiva. De um lado, o Gramsci da "política democrática", ou seja, da política-hegemonia, enquanto "hegemonia civil". De outro lado, temos o Gramsci como expressão da "política revolucionária". Na primeira "leitura", a revolução não é mais o centro da elaboração política e a perspectiva se deslocou no sentido de exercitar o conceito de revolução passiva até seus limites, isto é, acionar permanente e intransigentemente a política democrática no interior da perspectiva de "rovesciare" a longa revolução passiva à brasileira, de marca autoritária e excludente, e lhe dar finalmente outro direcionamento.

Essa perspectiva implica compreender que Gramsci se descolou da sua originária demarcação revolucionária, distanciando-se assim de um marxismo

que ainda tem como referência uma época histórica de revoluções. De outro lado, a perspectiva de um "outro Gramsci" se desdobrou gradativamente em "outros Gramsci", mantendo-os, contudo, no universo diversificado da noção de "representação", agora num duplo sentido: representação de classe, com o fora anteriormente, e portanto numa perspectiva revolucionária, e, noutro sentido, representação como conservação e difusão de um imaginário revolucionário, no qual se quer resguardar os signos e significados de uma época revolucionária terminada há décadas.

Alberto Aggio é historiador e professor da UNESP, presidente do Conselho Curador da FAP.

*** Esse é a versão em português do artigo que apareceu no L'Unità em 7 de dezembro de 2015, com o título "Studiavamo Gramsci nel Brasile senza libertà" (<http://www.unita.tv/opinioni/studiavamo-gramsci-nel-brasile-senza-liberta/>) e que corresponde a uma súmula da palestra realizada na Fondazione Istituto Gramsci de Roma, em 25 de novembro de 2015.**

Fonte: www.boletimef.org.

Transcrição e HTML: [Fernando A. S. Araújo](#).

15.A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL

<https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>

Carlos Nelson Coutinho

A questão do vínculo entre socialismo e democracia marcou sempre, desde o início, o processo de formação do pensamento marxista; e, direta ou indiretamente, esteve na raiz das inúmeras controvérsias que assinalaram e assinalam a história da evolução desse pensamento. Não se deve esquecer que [Marx](#), antes de empreender a sua monumental crítica da economia política, já havia esboçado em suas obras juvenis os pressupostos de uma crítica da política, de uma crítica da democracia representativa burguesa; e que [Engels](#) chegou ao fim da vida preocupado com as novas condições que a conquista do sufrágio universal (da ampliação da democracia) colocava ao movimento operário socialista. Por outro lado, a questão do valor universal da democracia está na base não apenas das polémicas entre "revisionistas" e

"ortodoxos", na virada do século, mas reaparece igualmente entre os principais representantes da esquerda marxista na época imediatamente subsequente à Revolução de Outubro: basta aqui recordar a polêmica entre [Rosa Luxemburgo](#), por um lado, e [Lênin](#) e [Trotski](#), por outro, acerca da conservação de certos institutos democráticos sob o governo proletário que surgira daquela Revolução.

E, se hoje se generaliza entre os marxistas ocidentais a rejeição do "modelo soviético" como modelo universal de socialismo, isso resulta em grande parte de uma diversa concepção do vínculo socialismo-democracia por parte desses marxistas. Concepção que [Enrico Berlinguer](#) sintetizou expressivamente no discurso que pronunciou em Moscou, em 1977, por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro:

"A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista".

Essa universalidade não deve ser concebida apenas num sentido teórico; o valor da democracia não se limita a áreas geográficas. Pois se há por sua vez algo de universal nas reflexões teóricas na prática política do que é hoje chamado de eurocomunismo, esse algo é precisamente o modo novo — um modo *dialeticamente* novo, não uma novidade metafisicamente concebida como *ruptura absoluta* — de conceber essa relação entre socialismo e democracia.

Uma prova dessa universalidade são as aceras polêmicas que têm hoje lugar entre as forças progressistas brasileiras, envolvendo o significado e o papel da luta pela democracia em nosso País. Pode-se facilmente constatar nesse sentido, a presença de diferentes e até mesmo contraditórias concepções de democracia entre as correntes que se propõem representar os interesses populares e, em particular, os das massas trabalhadoras. Trata-se de um fato normal e saudável, contanto que não se perca de vista a necessidade imperiosa de acentuar — na presente conjuntura — aquilo que une a todos os opositoristas, ou seja, a luta pela conquista de um regime de liberdades político-formais que ponha definitivamente termo ao regime de exceção que, malgrado a fase de transição que se esboça, ainda domina em nosso País.

Não creio que nenhuma formação popular responsável ponha hoje em dúvida a importância dessa unidade em torno da luta pelas liberdades

democráticas tais como essas são definidas, entre outros, no atual programa do MDB. Todavia, há correntes e personalidades que revelam ter da democracia uma visão estreita, instrumental, puramente tática; segundo tal visão, a democracia política — embora útil à luta das massas populares por sua organização e em defesa dos seus interesses econômico-corporativos — não seria mais, em última instância e *por sua própria natureza*, do que uma nova forma de dominação da burguesia, ou, mais concretamente, no caso brasileiro, dos monopólios nacionais e internacionais.

Essa visão estreita se baseia, antes de mais nada, numa errada concepção da teoria marxista do Estado, numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa. Mas implica, em segundo lugar, ainda que por vezes implicitamente, uma concepção equivocada das tarefas que se colocam atualmente ao conjunto das forças populares brasileiras: essas tarefas não podem ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo, mas sim com um combate árduo e provavelmente longo pela criação dos *pressupostos* políticos, econômicos e ideológicos que tomarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso País.

Nosso objetivo, no presente artigo, é esboçar sumariamente — muito mais levantando questões do que propondo respostas sistemáticas — os tópicos essenciais dessas duas ordens de questões. Em primeiro lugar, tentaremos indicar como o vínculo socialismo-democracia é parte integrante do patrimônio categorial do marxismo; e, em segundo, mostraremos como a *renovação democrática* do conjunto da vida nacional — enquanto elemento indispensável para a criação dos pressupostos do socialismo — não pode ser encarada apenas como objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira.

1. Algumas questões de princípio sobre o vínculo entre socialismo e democracia política

Quando, em polêmica com [Kautsky](#), [Lênin](#) afirmou que não existia "democracia pura", que a democracia era sempre ou burguesa ou proletária, de não punha em discussão o que [Berlinguer](#) chama hoje de valor universal da democracia política. O que [Lênin](#) tinha em vista, contra o formalismo oportunista de [Kautsky](#), não era negar a validade do *substantivo* democracia, mas lembrar que — no plano do conteúdo concreto — ele aparece sempre adjetivado. Em outras palavras: fiel ao ensinamento de [Marx](#) e [Engels](#), [Lênin](#) afirmava não poder existir — salvo em breves períodos de transição — regime estatal sem conteúdo de classe determinado, sem que uma classe fundamental no modo de produção determinante exerça

através desse regime (não importa por meio de quantas mediações) sua dominação sobre o conjunto da sociedade.

Tendo sempre combatido, desde sua juventude, as interpretações redutoras e economicistas do marxismo, [Lênin](#) não podia negar a autonomia relativa das superestruturas no seio da totalidade social; a acentuação lenineana do papel da subjetividade humana na práxis, do papel da *política*, em oposição às interpretações economicistas (objetivistas) dominantes no marxismo da [II Internacional](#), tem sua base teórica nessa visão dialética da autonomia relativa das superestruturas. Portanto, se quisermos ser fiéis ao *método* de [Lênin](#)⁽¹⁾, temos de chegar à seguinte conclusão: é verdade que o conjunto das liberdades democráticas em sua forma moderna (o princípio da soberania e da representação popular, o reconhecimento legal do pluralismo etc.) tem sua *gênese histórica* nas revoluções burguesas, ou mais precisamente, nos amplos movimentos populares que terminaram (mais ou menos involuntariamente) por abrir o espaço político necessário à consolidação e reprodução da economia capitalista; mas é igualmente verdade que, para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre *gênese* e *validade*, [Lênin](#) certamente conhecia a observação de [Marx](#) segundo a qual a arte de [Homero](#) não perde sua validade universal — e inclusive sua função de modelo — com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui sua necessária *gênese histórica*.

Se, como acreditamos, a observação de [Marx](#) tem alcance metodológico geral (malgrado as concretizações que devem ser feitas em cada esfera concreta do ser social), podemos extrair dela uma conclusão acerca da questão da democracia: nem objetivamente, com o desaparecimento da sociedade burguesa que lhes serviu de *gênese*, nem subjetivamente, para as forças empenhadas nesse desaparecimento, perdem seu valor universal inúmeras das objetivações ou formas de relacionamento social que compõem o arcabouço institucional da democracia política.

E não se trata apenas de constatar o óbvio: o valor que continuam a ter para as forças do progresso, nas sociedades capitalistas de hoje a conservação e a plena realização desses institutos democráticos, conservação e realização que são asseguradas em grande parte — e muitas vezes em oposição aos interesses burgueses atuais — pela luta do movimento operário organizado. É preciso ir além dessa constatação e afirmar claramente que, tanto na fase de transição quanto no socialismo plenamente realizado, continuarão a existir interesses e opiniões divergentes sobre inúmeras questões concretas; e isso porque — ao contrário do que afirma a concepção stalinista — o processo de extinção das classes faz certamente com que a

sociedade *tenda* à unidade, mas não significa de modo algum a sua completa homogeneização. E, dado que mesmo essa unidade tendencial é uma unidade na diversidade, é fundamental que tais interesses divergentes encontrem uma forma de representação política adequada.

A pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos do massa (da sociedade civil) em relação ao Estado, a liberdade de organização, a legitimação da hegemonia através da obtenção do consenso majoritário: todas essas conquistas democráticas, portanto, continuam a ter pleno valor numa sociedade socialista. (E não é preciso recorrer a [Gramsci](#) ou aos teóricos atuais do eurocomunismo para afirmar isso: [Lênin](#) foi um dos primeiros a reconhecer esse valor quando se opôs à transformação dos sindicatos em “correias de transmissão” do Estado socialista, na famosa polêmica que travou com [Trótski](#) em 1921). Estamos diante de formas de relacionamento social sem as quais não se cumpre o que [Marx](#) e [Engels](#) exigiam do socialismo:

“que o livre desenvolvimento de cada um fosse a condição necessária para o livre desenvolvimento de todos”.

Portanto, para aqueles que, em nome dos interesses histórico-universais dos trabalhadores, lutam pelo socialismo, a democracia política não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade.

Isso não significa, decerto, que a democracia socialista, mesmo do ponto de vista político-institucional (ou seja, mesmo deixando de lado as profundas transformações econômicas e sociais — gradativa abolição da propriedade privada dos meios de produção — que ela implica para sua completa realização), possa ser vista como uma simples continuação da democracia liberal tal como essa foi concebida pelos teóricos do século XVIII ([Locke](#), [Montesquieu](#), etc.), ou mesmo tal como aparece na prática dos mais avançados países capitalistas de hoje. A concepção segundo a qual a velha máquina estatal deve ser destruída para que se possa implantar a nova sociedade — uma metáfora que é muitas vezes entendida em sentido demasiadamente literal — quer indicar precisamente que a democracia política no socialismo pressupõe a criação (e/ou a mudança de função) de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica. E, do mesmo modo como as forças produtivas materiais necessárias à criação da nova formação econômico-social já começam a se desenvolver no seio da velha sociedade capitalista, assim também esses elementos da nova democracia já se esboçam —

freqüentemente em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos e práticos do liberalismo clássico — no seio dos regimes políticos contemporâneos dominados pela burguesia. Refiro-me aos mecanismos de representação direta das massas populares (partidos, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro, etc.), mecanismos através dos quais essas massas populares — e em particular a classe operária — se organizam de baixo para cima e constituem aquilo que poderíamos chamar de sujeitos políticos coletivos.

Não seria difícil mostrar como a formação desses sujeitos políticos coletivos — não previstos pela atomista teoria liberal clássica — corresponde aos processos de socialização da produção que se acentuam no capitalismo e, em particular, no capitalismo monopolista de Estado. Portanto, é a própria reprodução capitalista enquanto fenômeno social global que impõe essa crescente socialização da política, ou seja, a ampliação do número de pessoas e de grupos empenhados politicamente na defesa dos seus interesses específicos. A essa socialização objetiva da participação política deve corresponder, em medida cada vez maior, uma socialização dos meios e dos processos de governar o conjunto da vida social. Nesse sentido, o socialismo não consiste apenas na socialização dos meios de produção, uma socialização tornada possível pela prévia socialização do trabalho realizada sob o impulso da própria acumulação capitalista; ele consiste também — *ou deve consistir* numa progressiva socialização dos meios de governar, uma socialização também aqui tomada possível pela crescente participação das massas na vida política, através dos sujeitos políticos coletivos que as vicissitudes da reprodução capitalista — sobretudo na fase monopolista — impõem às várias classes e camadas sociais prejudicadas pela dinâmica privatista dessa reprodução⁽³⁾.

Em outras palavras: o socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também — *ou deve eliminar* — a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade como um todo. A superação da alienação econômica é condição necessária mas não suficiente para a realização do humanismo socialista: essa realização implica também a superação da alienação política. (Uma necessidade de que [Lênin](#) era também consciente: basta lembrar a sua concepção da cozinheira que dirige o Estado.) A superação da alienação política pressupõe o fim do “isolamento” do Estado, sua progressiva reabsorção pela sociedade que o produziu e da qual ele se alienou; ora, isso só se tomará possível através de uma crescente articulação entre os organismos populares de democracia direta e os mecanismos “tradicionais” de representação indireta (partidos, parlamentos, etc.). Essa articulação fará com que esses últimos

adquiram uma nova função — ampliando o seu grau de representatividade — na medida em que se tomarem o local de uma *síntese política* dos vários sujeitos políticos coletivos. E essa síntese é imprescindível se não se quer que esses sujeitos coletivos sejam coagulados ao nível da defesa corporativista de interesses puramente grupais e particularistas, reproduzindo assim a atomização da sociedade civil que serve objetivamente à dominação burguesa.

A idéia dessa articulação entre democracia representativa e democracia direta já faz parte do patrimônio teórico do marxismo. Assim, já na década de vinte, o austromarxista Max Adler observava que a ausência de mecanismos de representação política geral podia converter a democracia consiliar (dos conselhos operários de base) numa representação puramente corporativista, incapaz de operar como ponto de partida para uma direção hegemônica unitária do conjunto da sociedade; por isso, ele propunha uma integração entre o parlamento e os conselhos operários, o que o colocava numa posição intermediária entre o bolchevismo originário e a social-democracia de inspiração kautskyana⁽⁴⁾. Uma preocupação similar, ainda que sem referência direta a Max Adler, reaparece nas reflexões contemporâneas do comunista italiano Pietro Ingrao, também ele preocupado em fundar uma “terceira via” entre o modelo soviético atual e a capitulação objetiva da social-democracia de hoje a uma “gestão honesta do capitalismo”⁽²⁾. É nossa convicção que a democracia de massas (a expressão é de Ingrao) que deve servir de superestrutura à transição para, e à construção de, uma sociedade socialista tem de surgir dessa articulação entre as formas de representação tradicionais e os organismos de democracia direta; essa articulação, como dissemos, deve promover a síntese dos vários sujeitos políticos empenhados na transformação social uma síntese que — respeitada a autonomia e o pluralismo dos movimentos de base — seja a portadora da hegemonia dos trabalhadores sobre o governo da sociedade como um todo. O que se propõe, em outras palavras é a constituição do “autogoverno dos produtores associados”, a que se referiam [Marx](#) e [Lênin](#).

E quando falamos de *hegemonia*, colocamos também um ponto de discriminação entre o liberalismo e a democracia, ou, noutras palavras, entre a concepção burguesa e a concepção marxista da democracia⁽⁵⁾. A teoria liberal clássica parte do reconhecimento de uma pluralidade de sujeitos individuais autônomos e supõe — sobre a base de uma idealização dos mecanismos reguladores do mercado capitalista — que os interesses plurais de tais sujeitos serão automaticamente harmonizados e coordenados: a mítica “mão Invisível” de [Adam Smith](#) se encarregaria de fazer com que a máxima explicitação dos interesses egoístas individuais desembocasse num aumento do bem-estar geral. Como tal teoria se apoiava numa falsidade de base ao pressupor uma

inexistente igualdade *real* (e não apenas formal) dos sujeitos econômicos, ou seja, ao abstrair-se do fato de que uns são donos dos meios de produção e outros apenas de sua força de trabalho — o modo *prático* pelo qual se dava aquela “harmonização” era a subtração do poder executivo de qualquer controle público, mesmo através do parlamento burguês. (Uma tendência que só iria se acentuar na época do capital monopolista, quando o desaparecimento da taxa média única de lucro aguça as contradições intercapitalistas entre setores monopolistas e não monopolistas; e quando a classe operária começa a ganhar uma representação parlamentar própria.) O poder executivo passa assim a ser encarnado por um grupo de burocratas que se subtrai ao controle público e, com isso, transforma o Estado num corpo separado e posto “acima” da sociedade⁽⁶⁾. Não é aqui o local para insistir sobre o caráter aparente — ainda que se trate de uma “aparência necessária” ([Marx](#)) — dessa separação e desse isolamento do Estado: o que a burocracia ligada ao Executivo faz, na realidade, é “harmonizar” os interesses do capital em seu conjunto, pondo-se acima das “paixões” individuais dos capitalistas singulares, e operar ao mesmo tempo no sentido de que tais interesses se imponham “automaticamente” sobre o conjunto da sociedade.

Nada disso impede, contudo, que na *teoria* liberal moderna (que foi inteiramente assimilada pela hodierna social-democracia) se continue a afirmar que democracia é sinônimo de pluralismo e que a defesa da hegemonia de uma classe ou conjunto de classes é, por sua própria natureza, sinônimo de totalitarismo e de despotismo. A teoria socialista deve criticar a mistificação que se oculta por trás dessa formulação liberal: *deve colocar claramente a questão da hegemonia como questão central de todo poder de Estado*. Se a burguesia disfarça sua dominação por meio do “isolamento” e da “neutralidade da burocracia estatal, as classes populares devem pôr abertamente sua candidatura a hegemonia, ao mesmo tempo em que lutam para superar a dominação efetiva de uma restrita oligarquia monopolista sobre o conjunto da sociedade. Mas, se socialismo é também sinônimo de apropriação coletiva dos mecanismos de poder, a hegemonia dos trabalhadores não pode (e não *deve*) se fazer por intermédio de uma nova burocracia que governe “de cima para baixo”; a libertação do proletariado, como disse [Marx](#), é obra do próprio proletariado; e deve se fazer mediante a criação de uma democracia de massas que inverta essa tendência à burocratização e à alienação do poder. Nessa democracia de massas, a dialética do pluralismo — a autonomia dos sujeitos políticos coletivos — não anula, antes impõe, a busca constante da unidade política, a ser construída de baixo para cima, através da obtenção do consenso majoritário; e essa unidade democraticamente conquistada será o veículo de expressão da hegemonia dos trabalhadores.

A democracia socialista é, assim, uma democracia pluralista de massas; mas uma democracia organizada, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores representados através da pluralidade dos seus organismos (partidos, sindicatos, comitês de empresa, comunidades de base, etc.)

Se o liberalismo afirma teoricamente o pluralismo e mistifica/oculta a hegemonia, se o totalitarismo absolutiza a dominação e reprime o pluralismo, *a democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia*, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos⁽⁷⁾. Por outro lado, não se deve esquecer — se quisermos pensar a longo prazo — que a apropriação social da política é, em última instância, sinônimo de extinção do Estado, ou seja, de extinção dos aparelhos de dominação enquanto aparelhos apropriados individualmente e postos aparentemente “acima” da sociedade. É nesse sentido que cabe entender, a lúcida observação de [Gramsci](#), segundo a qual a “sociedade regulada” (sem classes) é aquela na qual o Estado será absorvido pelos organismos autogeridos da “sociedade civil”. Podemos concluir esse rápido esboço afirmando que a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação dialética (*Aufhebung*): a primeira *elimina, conserva e eleva a nível superior* as conquistas da segunda.

2. O caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à “via prussiana”

O valor da democracia política para as correntes de esquerda em nosso País ganha uma dimensão ainda mais concreta — indo além do plano teórico abstrato geral que esboçamos acima — se analisamos de perto as vicissitudes da história brasileira, se situamos dialeticamente os problemas de hoje no amplo quadro histórico da formação nacional. Não me refiro apenas ao fato de que o povo brasileiro está hoje colocado diante de uma tarefa *democrática* urgente e prioritária: a de derrotar o regime de exceção implantado em nosso País depois de 64 e, com isso, construir um regime político que assegure as liberdades fundamentais. A questão da democracia, inclusive em seus limites puramente formal-liberais, é assim a questão decisiva da vida brasileira de hoje. Mas o valor da democracia adquire para nós outra dimensão (e já aqui superando dialeticamente, no sentido acima indicado, a democracia puramente liberal) quando elevamos à consciência o fato de que o regime de exceção vigente é “apenas” a expressão atual — uma expressão extrema e radicalizada — de uma tendência dominante na história brasileira. Refiro-me ao caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos “democráticos”.

Como já foi assinalado várias vezes, as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma “via prussiana”, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas “de cima para baixo” com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais⁽⁸⁾. Os exemplos são inúmeros: quem proclamou nossa Independência política foi um príncipe português, numa típica manobra pelo alto”; a classe dominante do Império foi a mesma da época colonial; quem terminou capitalizando os resultados da proclamação da República (também ela proclamada “pelo alto”) foi a velha oligarquia agrária; a Revolução de 1930, apesar de tudo, não passou de uma “rearrumação” do velho bloco de poder, que cooptou — e, desse modo, neutralizou e subordinou — alguns setores mais radicais das camadas médias urbanas; a burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe operaria, ao mesmo tempo em que conservava quase intocado o poder do latifúndio, etc. Mas essa modalidade de “via prussiana” (Lênin, Lukács) ou de “revolução-restauração” (Gramsci) encontrou seu ponto mais alto no atual regime militar, que criou as condições políticas para a implantação em nosso País de uma modalidade dependente (e conciliada com o latifúndio) de capitalismo monopolista de Estado, radicalizando ao extremo a velha tendência a excluir tanto dos frutos do progresso quanto das decisões políticas as grandes massas da população nacional.

Para o conjunto das forças populares, coloca-se assim uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou “prussiana” da política brasileira e para eliminar suas conseqüências nas várias esferas do ser social brasileiro. (Não se deve esquecer, antes de mais nada, que a “via prussiana” levou sempre à construção das superestruturas adequadas à dominação de uma restrita oligarquia — primeiro latifundiária, agora monopolista — sobre a esmagadora maioria da população.) A luta pela eliminação dessa tendência confunde-se com uma profunda *renovação democrática* do conjunto da vida brasileira; essa renovação aparece, portanto, não apenas como a alternativa histórica à “via prussiana”, como o modo de realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma revolução democrático-burguesa deixou abertas em nosso País, mas também — e

precisamente por isso — como o processo da criação dos pressupostos necessários a um avanço do Brasil no rumo do socialismo.

Uma direta conseqüência da “via prussiana” foi gerar uma grande debilidade histórica da democracia no Brasil. Essa debilidade não se expressa apenas no plano do pensamento social (basta lembrar o caráter conciliador do nosso liberalismo), ela tem conseqüências na própria estrutura do relacionamento do Estado com a sociedade civil, já que ao caráter extremamente forte e autoritário do primeiro corresponde a natureza amorna e atomizada da segunda. Essa debilidade histórico-estrutural da democracia, aliada à presença de um regime profundamente antidemocrático, faz com que o processo de renovação democrática assuma como tarefa prioritária de hoje a construção e consolidação de determinadas formas de relacionamento social que, num primeiro momento, não deverão provavelmente ultrapassar os limites da democracia liberal. Em termos de conteúdo, isso significa que as forças hegemônicas do novo regime liberal continuarão a ser, durante um certo tempo, os monopólios nacionais e internacionais, ainda que essa hegemonia seja exercida de modo menos absoluto e depótico que sob o atual regime.

Mas isso não altera o valor dessas conquistas liberal-democráticas para as forças populares. Em primeiro lugar, a criação de um regime de liberdades formais representaria a superação da atual modalidade concreta da “via prussiana”; e, em segundo, a consolidação de um regime democrático aparece como um *pressuposto* que deverá ser *reposto* — conservado e ao mesmo tempo aprofundado — em cada etapa da luta pela completa realização dos objetivos finais das correntes socialistas. Em outras palavras: a conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho do socialismo a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não-democráticos. É, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto em sentido econômico-social quanto em sentido político), mas também *conservado* ao longo de todo o processo. Aquilo que antes afirmamos em nível teórico vale também para o caso brasileiro: a democracia de massas que os socialistas brasileiros se propõem construir *conserva e eleva a nível superior* as conquistas puramente liberais.

Em que consiste essa “elevação a nível superior”? Antes de mais nada, em medidas que eliminem gradualmente as bases econômico-sociais que não só tornaram possível a emergência da “via prussiana” elitista e oligárquica, mas que contribuem para reproduzi-la (de modo ampliado) permanentemente. Em poucas palavras (pois não é aqui o local para sequer esboçar um plano econômico democrático detalhado, nem sou competente para fazê-lo): trata-se

de democratizar a economia nacional, criando uma situação na qual os frutos do trabalho do povo brasileiro — que se torna cada vez mais produtivo — revertam em favor da grande maioria da população. Isso aparece como pressuposto indispensável para integrar na sociedade nacional, na condição de sujeitos, enormes parcelas da população hoje reduzidas a uma condição subumana, e, desse modo, destruir pela raiz os processos marginalizadores que caracterizam a “via prussiana”. Concretamente, em nossos dias, a democratização da economia requer a aplicação de um programa econômico anti- monopolista, antilatifundiário e antiimperialista; um programa que interessaria a amplas parcelas da população, desde a classe operaria e os camponeses até as camadas médias assalariadas e a pequena e média burguesia nacional.

E não se trata de um programa de gabinete, a ser mais uma vez concebido e aplicado de “cima para baixo”, por tecnocratas eventualmente generosos- a elaboração, aplicação e controle de um programa de democratização da economia deve resultar de um amplo debate que envolva todas as forças interessadas (partidos, sindicatos, associações profissionais, etc.); só assim ele obterá o consenso majoritário à sua aplicação conseqüente e, mais que isso, contribuirá — ao transformar as camadas trabalhadoras em sujeitos ativos do governo da economia — para o processo geral de renovação democrática do País.

Mas a “elevação a nível superior” pressupõe igualmente um aprofundamento *político* da democracia: a ampla incorporação *organizada* das grandes massas na vida política nacional — a socialização crescente da política — é o único antídoto de eficácia duradoura contra o veneno da “via prussiana”. E essa socialização da política já não é mais, em nosso País, um simples desejo subjetivo. Embora duramente reprimida, a sociedade civil brasileira — impulsionada indiretamente pelo processo de modernização conservadora e de diferenciação social favorecido pela nossa última “revolução pelo alto” cresceu e se tomou mais complexa nos últimos 15 anos. Multiplicaram-se sobretudo nos últimos tempos, organismos de democracia direta, sujeitos políticos coletivos (comissões de empresa, associações de moradores, comunidades religiosas de base, etc.); e, além disso, ganharam autonomia e representatividade, na medida em que se desligaram praticamente da tutela do Estado, antigos organismos de massa, como alguns dos principais sindicatos do País, ou poderosos aparelhos privados de hegemonia, como a OAB, a CNBB, etc. Isso abre a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais “para baixo” o eixo das grandes decisões hoje tomadas “pelo alto”.

Ampliar a organização e a articulação desses vários sujeitos políticos coletivos de base e ao mesmo tempo, lutar por sua unificação (respeitadas sua autonomia e diversidade) num poderoso bloco democrático e popular não é apenas condição para extirpar definitivamente os elementos ditatoriais que deverão permanecer ao longo do período de transição que se anuncia: é também um passo decisivo no sentido de criar os pressupostos para o aprofundamento e generalização do processo de renovação democrática e conseqüentemente, para o êxito do programa antimonopolista de democratização da economia no rumo do socialismo. Esse bloco unitário dos organismos do democracia de base já é hoje — e deverá se tomar cada vez mais — um poderoso instrumento de pressão e controle sobre a ação dos mecanismos de representação indireta, como os parlamentos.

A necessidade de que o processo de renovação democrática proceda de “baixo para cima”, consolidando e ampliando suas conquistas através de uma crescente incorporação de novos sujeitos políticos, impõe às forças populares — enquanto método de sua batalha política — a opção por aquilo que [Gramsci](#) chamou de “guerra de posição”. A progressiva conquista de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que gradativamente tomarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras, mas é sobretudo o meio de evitar precipitações que levem a recuos desastrosos. Nesse sentido, as forças realmente populares devem estar permanentemente alertas contra as tentações do “golpismo”, o qual — mesmo quando se apresenta sob vestes falsamente “progressistas” — não faz senão repetir os procedimentos elitistas que caracterizam a “via prussiana”. Qualquer tentativa de impor modificações radicais por meio da ação de minorias (militares ou não) levará as forças populares a grandes desastres políticos; além disso, significará o truncamento do processo de renovação democrática, um processo que — nunca e demais insistir — só será efetivo e realmente popular quando crescer “de baixo para cima” e quando representar a incorporação de amplas maiorias ao cenário político. O “golpismo de esquerda” — que infelizmente marcou boa parte do pensamento e da ação política das correntes populares no Brasil é apenas uma resposta equivocada e igualmente “prussiana” aos processos de direção “pelo alto” de que sempre se valeram as forças conservadoras e reacionárias em nosso País. Quanto mais se tome efetiva e soaiação da política, tanto menos será possível invocar a justificação relativa de processos desse tipo.

A luta pela renovação democrática — precisamente por recorrer a “guerra de posição” como método e por afastar resolutamente qualquer tentação “golpista” ou “militarista” — implica em *conceber a unidade como valor estratégico*. Já nos referimos ao fato de que o necessário pluralismo dos

sujeitos coletivos de base degenera em formas de corporativismo quando não se verifica um processo de unificação política, através da mediação dos organismos representativos de âmbito nacional; por outro lado, a democracia de massas — enquanto democracia real — pressupõe que a conquista a hegemonia se faça através da obtenção do consenso *majoritário das* correntes políticas e das classes e camadas sociais⁽⁹⁾. (Talvez não seja inútil lembrar que maioria implica minoria, cujos direitos — na medida em que sua ação oposicionista não viole a legalidade constitucional democraticamente fundada — terão de ser respeitados.) Mas essa afirmação do valor estratégico da unidade ganha um traço concreto específico quando referido ao Brasil: a tarefa da renovação democrática implica a crescente socialização da política, a incorporação permanente e anti-“prussiana” de novos sujeitos individuais e coletivos ao processo de transformação da realidade. Como a autonomia e a diversidade desses sujeitos deverão ser respeitadas, a batalha pela unidade — uma unidade na diversidade — torna-se não apenas um objetivo tático imediato na luta pelo fim do atual regime, mas também um objetivo estratégico no longo caminho para “elevar a nível superior” a democracia.

Embora no quadro de uma busca permanente da máxima unidade possível é certo que se alterarão — em função das tarefas concretas — a natureza e a amplitude das alianças visadas pelas forças populares. De modo esquemático poderíamos dizer que as tarefas da renovação democrática desdobram-se em dois planos principais. Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se toma necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na permanência das regras do jogo a serem implantadas por uma Assembléia Constituinte dotada de legitimidade.

E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca da unidade, nesse nível, terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e antiimperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política.

Início da página

Notas de rodapé:

(1) E não apenas a seu método, mas a muitas de suas afirmações literais, Num artigo intitulado *Sobre o Dualismo do Poder*, escrito em 1917, [Lênin](#) observa: “Para conquistar o poder, os operários conscientes devem obter a maioria; até o momento em que não haja violência contra as massas, não há outro modo de chegar ao poder, Não somos blanquistas, não visamos à tomada do poder por parte de uma minoria” ([Lênin](#), *Opere Complete*. Trad. italiana, Roma, 1958, vol. 24, p. 31). ([retornar ao texto](#))

(2) A idéia da “socialização da política” é um dos pontos fortes da reflexão marxista contemporânea na Itália; basta pensar em autores como Umberto Cerroni, Luciano Gruppi e, sobretudo, Pietro Ingrao, Mas já [Lênin](#) observava em 1917: “Se todos os homens participarem efetivamente na gestão do Estado, o capitalismo não mais poderá se manter, E o desenvolvimento do capitalismo cria os pressupostos necessários para que ‘todos’ possam efetivamente participar da gestão do Estado” ([Lênin](#), *Stato e Rivoluzione*. Trad. italiana, Roma, 1963, p, 87). ([retornar ao texto](#))

(3) Max Adler, *Conselhos Operários e Revolução*. Trad, portuguesa, Coimbra, s.d., *passim*. ([retornar ao texto](#))

(4) Cf, Pietro Ingrao, *Masse e Potere*. Roma, 1977, *passim*; e *Crisi e Terza via*. Roma, 1978, em particular pp, 31-46. ([retornar ao texto](#))

(5) Talvez não seja justo dizer “marxista”, Pois já [Rousseau](#), no *Contrato Social*, ao distinguir entre a “vontade de todos” e a “vontade geral”, indicava o momento da hegemonia como elemento integrante essencial da democracia. ([retornar ao texto](#))

(6) É interessante constatar que em [Hegel](#) — um filósofo da sociedade burguesa pós-revolucionária — essa burocracia já assume explicitamente funções de controle da “sociedade civil”, de “harmonização” dos interesses econômicos particularistas, o que seria impensável no liberalismo clássico da época pré-revolucionária. ([retornar ao texto](#))

(7) Não é casual, portanto, que a filosofia adequada ao liberalismo seja o empirismo positivista (de [Locke](#) a [Popper](#)); aquela própria ao totalitarismo seja o irracionalismo organicista, que afirma uma totalidade sem determinações (basta lembrar a análise de [Lukács](#) sobre o movimento que vai do último [Schelling](#) a [Hitler](#), em *A Destruição da Razão*); enquanto a dialética — que afirma uma totalidade concreta, uma “síntese de múltiplas determinações” ([Marx](#)) — aparece como a base filosófica da democracia, desde a dialética idealista de [Rousseau](#) até aquela materialista de [Gramsci](#) ou [Lukács](#). ([retornar ao texto](#))

(8) Entre os autores que analisaram aspectos da história brasileira valendo-se do conceito de “via prussiana”, pode-se citar: Carlos Nelson Coutinho, “O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira”, *In: vários autores, Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, 1974, pp, 3 e ss.; e “Notas sobre a ‘questão Cultural’ no Brasil”, *In: Escrita/Ensaio*, n.º 1, 1977, pp, 6-15; J, Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo, 1978, pp, 621 e ss.; e Luiz Werneck Vianna, *Sindicalismo e liberalismo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1976, em particular pp, 128 e ss. ([retornar ao texto](#))

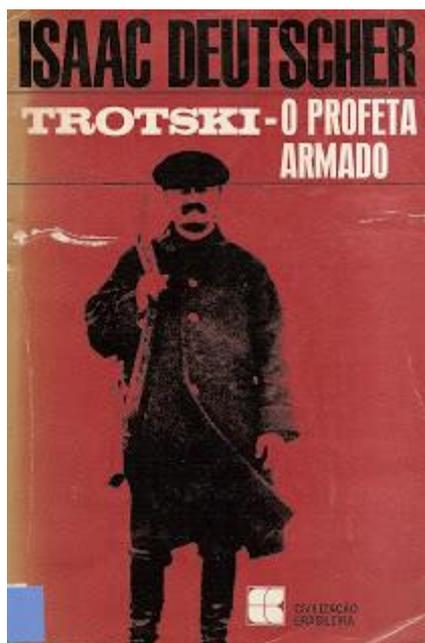
(9) Em seu livro de entrevistas recentemente publicado, Fernando Henrique Cardoso afirma: “Quem busca consenso é regime autoritário, Democracia, não, Democracia é o reconhecimento da legitimidade do conflito, a busca da negociação e a procura de acordo, sempre provisório, em função da correlação de forças” (F, H, Cardoso, *Democracia para*

Mudar, Rio de Janeiro, 1978, p, 22), A negação do valor do consenso é consequência necessária da negação da hegemonia; como vimos antes, para o pensamento liberal (assimilado pela social-democracia contemporânea), democracia é sinônimo de pluralismo — de “reconhecimento da legitimidade do conflito” — enquanto a busca do consenso (ou da hegemonia) seria sinônimo de totalitarismo, Não é casual, portanto, que F, H, Cardoso também afirme o seguinte {*op. cit*, p, 35): “O democratismo radical do [Rousseau](#) inspirou historicamente momentos políticos que poderiam ser qualificados como de ‘democracias totalitárias’ ”, Estamos diante de um bom exemplo da diferença entre liberalismo e democracia, entre afirmação abstrata do pluralismo (reconhecimento empírico de uma situação de fato) e afirmação concreta da articulação pluralismo-hegemonia (concepção dinâmico-dialética do movimento social), Porém em vários outros pontos de sua reflexão, F, H, Cardoso supera os limites do liberalismo. ([retornar ao texto](#))

16 - «TROTSKI (TROTSKY) - O PROFETA ARMADO - VOL. I da TRILOGIA - ISAAC DEUTSCHER

sexta-feira, 28 de janeiro de 2011

<http://skocky-alcione.blogspot.com.br/2011/01/trotski-trotsky-o-profeta-armado-vol-i.html>



«TROTSKI - O PROFETA ARMADO» (1879-1921)
ISAAC DEUTSCHER
Tradução de VALTENSIR DUTRA
Desenho de capa: Marius Lauritzen Bern
DOCUMENTOS DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
Volume 41 (581 págs.)
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
RIO DE JANEIRO, 1968
Título original: 'THE PROPHET ARMED'

TROTSKY: 1879-1921
OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1954

Poucas personagens históricas foram tão ampla e amargamente discutidas como LEÃO TROTSKY (LEV DAVIDOVITCH BRONSTEIN). Foi quase apagado, riscado, ignorado, durante trinta anos da história oficial da Revolução russa. Ainda hoje, após a chamada (de)stalinização, ainda não é encarado pela maioria das pessoas como pede e obriga o seu enorme, gigante papel na História!

A finalidade do malgrado e muito querido ISAAC DEUTSCHER, falecido inesperadamente em 1967, quando estava a preparar a Biografia de LENINE foi, sem dúvida a de restabelecer. no que estava ao seu alcance, a verdade! Tarefa imensa essa, só possível pela amizade crítica que o ligou ao organizador do EXÉRCITO VERMELHO, como o recurso de que dispôs, por autorização de NATALIA SEDOVA, viúva de TROTSKY, em consultar as fontes de documentos disponíveis, nomeadamente o acesso aos arquivos pessoais de TROTSKY, na 'Houghton Library' da Universidade de Harvard. Foi uma autorização única, excepcional, pois L. T. deixou explícito só poderem os arquivos ser consultados cinquenta anos após a sua morte (de facto, o seu assassinato!) , a fim de evitar a perseguição e punição dos que com ele se relacionaram clandestinamente!

I. DEUTSCHER teve de consultar os 'dossiers' da polícia tzatita (OKHRANA), passando pelas colecções de jornais revolucionários clandestinos anteriores a 1917. Deste modo e pela primeira vez, a fisionomia do companheiro de LENINE, do primeiro diplomata da Revolução, do fundador do EXÉRCITO VERMELHO, surgem na 'trilogia' de que a presente obra é o primeiro volume, em toda a autenticidade.

Um dos aspectos fundamentais da vida de LEÃO TROTSKY por ISAAC DEUTSCHER é a imparcialidade do biógrafo. I.D. não é dado a romantismos, nem a panegíricos do homem que admirava, mas que também criticava (especialmente ao desaconselhar a formação da IV INTERNACIONAL). Por conseguinte a admiração por Trotsky não beliscou a faceta crítica da gigantesca obra.

A obra de Deutscher divide-se em três partes - 'O PROFETA ARMADO' , 'O PROFETA DESARMADO' e o 'PROFETA BANIDO' 'O PROFETA ARMADO', vai de 1879 a 1921, isto é, do nascimento de Trotsky à guerra civil, na Rússia,

após a tomada do poder pelos bolcheviques. No apêndice, encontram-se algumas notas preciosas sobre os escritos militares de Trotsky na guerra civil e na organização do exército vermelho onde se vê que o estratega e o tático, no campo militar, têm a mesma grandeza do teórico marxista e do activo dirigente da revolução de 1905 e de 1917. Abrange a formação dos partidos revolucionários, as grandes polémicas, Neste volume, encontram-se a revolução de 1905, a revolução de fevereiro e a revolução de outubro de 1917. A teoria da 'REVOLUÇÃO PERMANENTE' é posta em prática com a

transformação histórica da revolução burguesa em revolução proletária. Disse ESTALINE: «Todo o trabalho para a organização da insurreição foi realizada sob a direcção imediata de Trotsky, Presidente do Soviete de Petrogrado. Pode afirmar-se, com toda a certeza, que a rápida passagem da guarnição para o lado do Soviete e a hábil organização do Comité de Guerra revolucionário, o Partido o deve antes de tudo ao camarada Trotsky.»

<http://skocky-alcyone.blogspot.com/2008/11/tctica-estratgia-espao-tempo-guerrilha.html>

17-Considerações marxistas sobre as ``ilusões democráticas``

<http://www.pstu.org.br/node/11723>

Roberto Barros, da redacção. quinta-feira, 27 de Julho de 2006

``A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões.``
(Karl Marx, 1844, em Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel)

1. Introdução
A cúpula da “crise política”, em 2005 – o escândalo nacional de “mensalões”, “acordões” e corrupção absolutamente generalizada entre os aparelhos do Estado brasileiro –, foi temporalmente demarcada por uma profunda contradição. Todo um ciclo histórico da dominação de classes no país – aproximadamente um quarto de século de democracia burguesa, sob implacável ofensiva “neoliberal” e simultânea “recolonização” imperialista – teve sua parasitária e putrefata feição vampiresca exposta à luz da manhã, fazendo estremecer expressivos pilares de sustentação da institucionalidade burguesa. Em especial, importantes casamatas e fortalezas do Capital, tais como o parlamento e o governo federal.

Tal momento de turbulência, no entanto, não compeliu à entrada em cena das mais amplas massas exploradas. Ao não se colocarem em marcha e, dessa maneira, não atuarem como sujeito (coletivo) capaz de uma ação histórica independente – que pudesse aproveitar o que Lenin denominava “crise nas alturas”, qual seja: apreender a vulnerabilidade nas hostes inimigas para impor a força dos interesses, horizontes e métodos próprios do trabalho contra o capital – assistiu-se ao circunstancial encerramento da conjuntura política mais aguda de uma latente (e atuante) crise de hegemonia. Por fim, bem se sabe, a “crise nas alturas” não desceu dos palácios. Apesar do salto no quantum de consciência social adquirida pelos “de baixo”, mediante os embriões de experiência histórica com o governo Lula (daí a dialética do termo “desilusão”), não se afirmou uma saída alternativa para a

crise – gerada “de baixo para cima” – na qual as classes oprimidas impusessem sua vontade histórica contra os vampiros que continuam sugando-lhe (de forma privativa) as riquezas socialmente produzidas. Desafortunadamente, o mal-estar social – com o governo “frentepopulista” (PT à cabeça), a oposição burguesa (em torno a PSDB-PFL) e o conjunto do Congresso Nacional – segue predominantemente passivo indicando, a priori, uma revolta popular (ideologicamente difusa) em relação “à política”, ainda em nível geral e abstrato (ou seja, revolta esta indeterminada, do ponto de vista de classe).

A hegemonia burguesa (“neoliberal”) no Brasil – tal qual vaticinara o mega-especulador financeiro George Soros – demonstrou-se, apesar de restrita e regressiva, virtualmente infensa à alternância de partidos no poder (alçados mediante sufrágio universal) e, ademais, simbioticamente relacionada aos mecanismos institucionais da democracia (burguesa) “realmente existente”. À absoluta integração do PT à lógica estatal – detectada por altos quadros da Ordem tão insuspeitos quanto o ex-ministro da Economia e intelectual orgânico à ditadura civil-militar, Delfim Neto [1] –, seguiu-se sua irreversível reconversão em sustentáculo auxiliar do imperialismo “neoliberal” em toda a América Latina, sob aplausos de Washington D.C.

Por sua vez, a ascensão (direta ou indireta) das direções majoritárias do movimento de massas aos aparelhos de Estado – as direções nacionais da CUT e da UNE, do PT e do PCdoB – reconvertiu-as (de obstáculos relativos) em obstáculos absolutos para a constituição dos trabalhadores em um coletivo de classe política e ideologicamente unificado contra a Ordem do Capital e a “democracia” dos ricos. Estas operaram, nitidamente, como verdadeiros mecanismos preventivos contra a ação histórica independente das massas, diluindo contradições – na institucionalidade burguesa –, mitigando antagonismos e robustecendo “ilusões democráticas”.

A partir de uma concepção marxista sobre o Estado, a ideologia e a luta de classes [2] – e, portanto, arrancando do pressuposto de que não existem “interesses comuns a toda a sociedade” – pretendemos problematizar justamente a noção mais elementar do que seriam as tais “ilusões democráticas”, em perspectiva marxista. Neste sentido – para além das já classicamente enunciadas teses teóricas desenvolvidas na perspectiva revolucionária da III Internacional –, utilizar-se-á a arguição realizada por Anderson (1981) e Boito Jr. (1992) a respeito. Em Boito Jr. tem-se a exposição do mecanismo de alusão-ilusão e a forma como opera, na inter-relação dialética entre cena política e interesses de classe, no interior da sociedade capitalista. Já Anderson discute a estrutura de poder nas modernas democracias burguesas e o que considera a forma histórica distintiva da hegemonia capitalista: a crença das massas em seu autogoverno.

Quando muitos falam em ausência de “legitimidade” e/ou “representatividade” política, abre-se um fértil terreno para o desenvolvimento da corrupção – nos mais diferentes níveis do Estado – e partidos e frações dirigentes perdem visivelmente sua ascendência ideológica sobre o conjunto da sociedade é porque nos encontramos diante de manifestações, nuas e cruas, de uma latente crise de hegemonia burguesa.

Se o transformismo de Lula e o PT já o indicavam muito antes de sua ascensão ao Estado – e quando nem meios nem fins podem justificar mais nada – agora já não há como elidir tal realidade. Apresentamos neste ensaio exploratório tão-só algumas contribuições, teórico-políticas, para compreender os mecanismos ideológicos e as estruturas de poder de uma hegemonia burguesa – elástica, flexível e dinâmica – a qual apesar de restrita, em crise e golpeada por abalos sísmicos, não foi ferida de morte.

2. De “ilusões democráticas” a “democracias ilusórias” [3]
Em primeiro lugar, caberia questionar o termo substantivo do binômio que queremos problematizar: “ilusões”. A ideologia, no sentido negativo que lhe atribui Marx, não pode ser reduzida a uma “falsa consciência”, enfim, não se trata simplesmente de uma visão deformada (ou distorcida) da realidade social. Tal acepção poderia derivar da já célebre imagem marxiana da “câmara escura” (e do “reflexo invertido”), n’A Ideologia Alemã. Em verdade – se é certo que as “idéias” são inseparáveis das “práticas materiais” em que se encarnam – é a própria estrutura social que se apresenta objetivamente, sob forma “ideológica” e, portanto, “ilusória”. Ou, como o diz provocativamente Althusser, a ideologia não é a consciência falsa de uma realidade verdadeira mas, sobretudo, a consciência verdadeira de uma realidade falsa. Senão, vejamos.

Em seu clássico ensaio *Consciência de Classe*, Lukács (2003) estabelece a distinção entre “consciência verdadeira” e “falsa consciência”. A consciência verdadeira – em termos absolutamente gerais – seria uma concepção (subjetiva) da sociedade burguesa imediatamente identificada aos interesses proletários, decorrentes de sua própria inserção (objetiva) no modo de produção dominante e, conseqüentemente, mediação necessária ao triunfo histórico da luta socialista. Já a “falsa consciência” compreenderia noções e valores (burgueses) contrários a estes interesses (operários) que, contraditoriamente, impregnam os círculos proletários. Os atributos desta falsa consciência fariam-na, fundamentalmente, “ilusória, passageira e arbitrária”.

Tratar-se-ia, portanto, de um desvio (“empírico” e “circunstancial”) daquilo que (“racional” e “historicamente”) pode se esperar da “verdadeira” subjetividade operária. Não por acaso a epígrafe do ensaio lukácsiano remete a um enunciado da juventude de Marx, presente já n’A Sagrada Família: “Não se

trata do que este ou aquele proletariado imagine em dado momento como fim. Trata-se do que ele é e do que, de acordo com este ser, será coagido a fazer” (Marx citado por Lukács, Idem). O percurso sugerido – da “ilusão” à “verdade” – suporia uma concepção predominantemente idealista da história [4].

Vejam os mais de perto a questão. Marx registrou, em sua obra madura – a partir d’O Capital –, que se aparência externa e essência interna fossem imediatamente coincidentes então toda ciência seria então supérflua. Daí que a análise marxista pressuponha ir mais além da manifestação aparente dos fenômenos, buscando revelar as relações dinâmico-causais que lhe são subjacentes: da “representação caótica do todo” (“concreto abstrato”) até “uma rica totalidade” (“concreto pensado”). Não obstante, tão só a distinção estabelecida entre os aspectos morfológicos (forma, aparente) e sua constituição estrutural (conteúdo, essencial) – para diferentes fenômenos – não engloba totalmente a apropriação exclusivamente marxista deste cânone clássico, de larga tradição já desde a antiga filosofia grega.

A partir desta distinção inicial – forma e substância – coloca-se, para o marxismo, uma especificidade histórica. A superfície fenomênica do real torna-se funcional à ocultação de suas mediações e determinações mais profundas. Esta funcionalidade é instrumentalizada – na sociedade burguesa – através da ideologia das classes dominantes que, ocultando seus reais interesses, apresentam suas necessidades particulares às classes oprimidas como “vontade universal”. É a partir deste mesmo mecanismo ilusório, como se verá a seguir em detalhe, que a pressuposta igualdade jurídica e política entre os “cidadãos” – no caso histórico da democracia burguesa –, elide a cisão socioeconômica e material, de interesses antagônicos e irreconciliáveis, entre exploradores e explorados, expropriadores e produtores, vale dizer, entre capital e trabalho.

As relações capitalistas de produção colocam a homens e mulheres em diferentes classes sociais, definidas por seu acesso diferencial aos meios de produção. Estas divisões de classe são a realidade essencial do contrato salarial entre pessoas juridicamente iguais e livres, que é o sinal distintivo deste modo de produção. As ordens política e econômica estão, deste modo, formalmente separadas sob o capitalismo. Assim, pois, o Estado burguês «representa», por definição, à totalidade da população, abstraída de sua distribuição em classes sociais, como cidadãos, individuais e iguais. Em outras palavras, apresenta a homens e mulheres suas posições desiguais, na sociedade civil, como se fossem iguais, no Estado. O parlamento, eleito a cada quatro ou cinco anos –enquanto ‘expressão soberana da vontade popular’–, reflete perante as massas a unidade fictícia da nação, como se fosse seu próprio autogoverno. As divisões econômicas no seio da «cidadania» se mascaram mediante a igualdade jurídica entre exploradores e explorados e,

com ela, a completa separação e não participação das massas no trabalho do parlamento. Esta separação é, pois, constantemente apresentada e reapresentada perante as massas como a encarnação última da liberdade: a «democracia» como o ponto final da história. A existência do Estado parlamentar constitui, assim, o marco formal de todos os demais mecanismos ideológicos da classe dominante. (ANDERSON, 1981, tradução nossa)

Retornemos a Marx. Ao analisar as relações sociais travadas entre a figura do operário e do burguês na sociedade capitalista – no volume 1 d’O Capital – enquanto relações entre vendedor e comprador de uma mercadoria, Marx inicia seu percurso teórico a partir da realidade imediata tal qual sua aparência a manifesta externamente: ou seja, tem-se aí a esfera do mercado (circulação de mercadorias), instância econômica regulada pelo direito (burguês). Nesta dimensão, todos os proprietários de mercadorias – inclusive o trabalhador, que dispõe tão-só da sua própria força de trabalho (que forçosamente deve vender ao empregador) – aparecem como homens livres e iguais, intercambiando equivalentes. Neste momento, “abstrato”, estamos ainda no nível superficial de análise. Na seqüência, com as devidas mediações, Marx introduz a realidade determinante do processo capitalista de produção e aí, então, a exploração de classe faz desvanecer o véu de liberdade e igualdade posto sobre o outrora “livre-cambismo”. Esvai-se a “sociabilidade de equivalentes”. Trata-se de seu momento subsequente, “concreto” e profundo.

A liberdade do trabalhador “de ir e vir” não é mais do que uma “ilusão” – ou, se quiserem, uma “falsa consciência” – haja vista que o mesmo encontra-se prisioneiro (“pela fome”, diria Lenin) no interior da unidade produtiva. Longe de qualquer liberdade possível, encontra-se controlado e subalternizado – em todos seus passos – pelo capitalista e seu domínio. A utilização da força de trabalho operária, ao invés de agregar apenas um valor correspondente ao que se lhe paga, em forma de salário gera – a bem da verdade – um valor excedente (sobretaxa transformado em mais-valia), que é expropriado pelo capitalista. Se o trabalhador assalariado é, de fato, política e juridicamente livre – à diferença do escravo, na antiguidade, ou do servo, no feudalismo –, econômica e materialmente, não se pode dizer o mesmo. Aí está o tão celebrado “contrato” social (burguês).

Segundo Althusser, tem-se então um ideológico e complexo mecanismo de alusão-ilusão [5], através do qual a ideologia revelaria [“alusão”] um aspecto da realidade e, ao mesmo tempo e graças a essa mesma revelação, ocultaria [“ilusão”] os demais; “desconhecimento” este que seria funcional para os interesses de determinada classe social. Neste marco, a proclamação burguesa de igualdade e liberdade constitui uma alusão à realidade. Mas, simultânea e determinantemente, tratar-se-ia (a alusão) de uma ilusão que, ao mesmo tempo, desorganiza a classe operária e organiza a dominação de

classe da burguesia capitalista. O mecanismo de alusão-ilusão pode, desta forma – dentro de determinadas condições históricas –, “iludir” as classes dominadas, tornando-as receptivas às idéias e valores, “alusivos”, das classes dominantes. Tal pressuposto encontra-se no âmago da análise marxista da cena política (burguesa) nas sociedades capitalistas.

A cena política nas sociedades capitalistas – o lugar da luta entre partidos e organizações políticas, onde se “representam” os interesses de classes – não pode ser considerada, a partir de sua própria realidade imediata, enquanto “transparente”. O cenário político – e as metáforas teatrais, tomadas de empréstimo ao drama burguês por Marx, são perfeitamente apropriadas (ato, entreato, personagem, proscênio etc.) – não se revela aos sentidos diretamente segundo o que é: espécie de instância (ou “superestrutura” ideológica) da luta de classes (e frações de classe) em torno a seus interesses socioeconômicos (ou “base” material). A cena política revela-se “opaca”.

O analista político que não quiser seguir os passos do economista vulgar – circunscrito à esfera da circulação de mercadorias e, portanto, míope em relação ao modo de produção que a determina, em última instância – deverá, portanto, despír personagens, indumentária e interpretação sob as quais se apresenta a tragédia (e a farsa) de partidos e organizações da Ordem para reconhecer-lhes, então, a profundidade (interestrutural) dos interesses e conflitos classistas (ocultos). As metáforas teatrais denotam a vibrante descoberta de novos continentes teóricos que, carecendo ainda de instrumentos específicos de navegação (conceitos), pecam pela imprecisão terminológica. Se por um lado trata-se do preço a se pagar pelo pioneirismo, por outro, revela-se – desta forma – a cena política burguesa concebida em referência a uma determinação que se encontra fora de si mesma. Aqui encontramos a diferencia específica da cena política burguesa – mais à frente desenvolvida por Anderson (1981) – em contraste às suas formas pré-capitalistas como, por exemplo, o Senado Romano (escravismo) e os Estados Gerais da França medieval (feudalismo). Ambos os parlamentos citados são de fato auto-evidentes enquanto instituições particularistas (classistas), seguindo as características respectivamente escravista e feudal dos aparelhos estatais supracitados. No primeiro – antes da figura do tribuno – restringe-se a entrada aos “patrícios” enquanto, no segundo, só há assento para os “homens livres”.

Daí que a aparência “universalista” da cena política na sociedade capitalista – subproduto do direito (burguês), supostamente ‘igualitário’, e da publicidade ‘interclassista’ do preenchimento de vagas abertas à burocracia estatal – seja decorrente das características gerais do aparelho estatal que funda o domínio burguês. Tal “aparência” atravessa todas as instituições burguesas – inclusive os partidos da Ordem – os quais acabam por se apresentar em seu “anonimato de classe”, à medida mesma em que a própria sociedade capitalista adota a

forma de uma “sociedade anônima”. Reabilitamos agora – ao final deste percurso de “elevação do abstrato ao concreto” – a noção elementar do que seria uma “falsa” consciência em torno às “ilusões democráticas”. A expressão, popularizada pela tradição revolucionária da III Internacional, reaparece agora plena de sentido: não se trata de miragem (subjéctiva) fundada exclusivamente na consciência. A “democracia ilusória” decorre, tal como vimos, da própria forma de existência histórica (objetiva) do domínio da classe capitalista, constituída enquanto Estado burguês.

A relação concebida por Marx entre aparência e essência é a de uma interação dialéctica, não se tratando de uma simples evolução, do “erro” à “verdade”. A aparência é parte da essência, emprestando-lhe cor e textura próprias. Entre a roupagem cênica e os protagonistas sociais – no cenário político burguês – há uma função de coesão ideológica que acaba, ao final, por organizar materialmente as diferentes frações das classes dominantes. A realidade superficial, a sua vez, pressupõe a aparência externa de auto-evidência (“transparência”) dos aparelhos e instituições políticas no cenário burguês, associando-os ao que seria a “livre” associação de “ideário e crenças” de indivíduos, “soberanos e racionais”, idealmente “descolados” das determinações estruturais das classes. A separação entre cena política e interesses de classe reenvia as noções mobilizadas – desta forma – à ideologia, concepção e prática burguesa da política, a qual supõe uma universalidade latente do Estado como lugar de resolução ideal dos antagonismos de classe.

Independentemente da forma social de consciência dos indivíduos – envolvidos enquanto sujeitos imediatos da luta política – seus interesses de classe, realidade profunda, se impõe. Se o objetivo é pensar a política (e “o político”) a partir do campo operário e popular, torna-se necessário ultrapassar a aparência ilusória do Estado e da representação política na Ordem. Mais que “socializar a política” tratar-se-ia de “politizar o social”. Ou, tal diz Gramsci, “tudo é política”. Por sua vez, o papel dos partidos operários socialistas deve ser antagônico à Ordem e, portanto, diametralmente oposto a seu pretense “anonimato de classe”.

3. O enigma de efígie da democracia burguesa [6]
Na obra do marxista inglês Perry Anderson – *As Antinomias de Antonio Gramsci* [7], publicada originalmente em 1977 – o autor parte da crítica, por um lado, à social-democracia europeia, e, por outro, a Mandel e Poulantzas, para então passar a estabelecer os limites históricos e a natureza social das estruturas de poder constituídas nas democracias capitalistas. Trata-se de desvendar o verdadeiro enigma de efígie – “decifra-me ou te devoro”, tal é a férrea disjuntiva que paira sobre as cabeças dos marxistas – das estruturas sobre as quais se assenta o poder capitalista nas democracias burguesas. Seu

ponto de partida para tanto é a clássica metáfora literária de Maquiavel, usada nos Quaderni de Gramsci para caracterizar o Estado burguês. O aspecto dual do Estado, que o assemelharia ao Centauro maquiavélico, meio homem e meio animal, enfim: força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil – em última instância, revelando noutras palavras a significação derradeira da antítese gramsciana proposta entre Estado-força e Estado-consenso – tratar-se-ia, por fim e ainda em Gramsci, de violência e fraude.

Entretanto, cabe ressaltar, aqui, ao menos três questões: (i) o conceito de “sociedade civil” nada tem a ver com a acepção que se lhe aplicam seus ideólogos contemporâneos: proletariado e burguesia irmanados na luta contra a burocracia estatal [8], (ii) a sociedade civil – neste sentido – pode ser considerada tanto como os aparelhos privados responsáveis pela articulação do consenso ideológico (Igreja, escolas etc.) quanto como o que seria mais propriamente o mundo dos negócios e, por fim, (iii) sociedade civil e sociedade política formam uma totalidade indissolúvel. Ou seja, tais mediações conceituais só podem ser consideradas em separado para fins analíticos – enquanto abstração teórica –, carecendo de concretude histórica para precisar seus nexos dialéticos, em cada formação social capitalista em particular.

O Estado, tratar-se-ia de uma superestrutura complexa em permanente e indissolúvel inter-relação dialética com a estrutura social. Para Gramsci, o Estado não é concebível mais do que como forma concreta de um determinado sistema de produção – ou seja – de uma determinada forma de ordenação social da produção. No entanto, as relações entre meios e fins, existentes entre “superestruturas” e “estrutura”, não são facilmente perceptíveis nem adotam o aspecto de esquema unívoco, simples e óbvio. O Estado – em seu sentido orgânico e mais amplo – compreende-se enquanto o conjunto formado pela sociedade política e a sociedade civil ou, em formulação já clássica, “hegemonia encouraçada de coerção”. A hegemonia, “no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (Gramsci, 1975/2001).

Sigamos de perto a crítica de Anderson a Poulantzas e Mandel sobre o poder capitalista:

Um certo esquerdismo vulgar isolou tradicionalmente o problema do consenso de seu contexto estrutural e o hipostasiou como o traço único e distintivo da dominação capitalista no ocidente, que fica reduzido ao apelido de «parlamentarismo». Para refutar este erro, diversos marxistas assinalaram que todas as classes dominantes na história obtiveram normalmente o

consentimento das classes exploradas a sua própria exploração –os senhores feudais ou os latifundiários escravagistas não menos que os empresários industriais. A objeção é, obviamente, correta. Mas não é uma resposta adequada, a menos que vá acompanhada de uma definição precisa da diferencia específica do consenso obtido junto à classe operária para a acumulação de capital no ocidente atual –em outras palavras, da forma e conteúdo da ideologia burguesa que aquela se vê induzida a aceitar. Nicos Poulantzas, cuja obra Poder político e classes sociais contém numerosos comentários criticamente penetrantes sobre os Cadernos do cárcere, deixa de lado de fato a dedicação de Gramsci sobre o tema, observando que a única inovação deste consenso é sua pretensão de racionalidade –ou seja, seu caráter não-religioso. «A característica específica das ideologias (capitalistas) não é de nenhuma maneira, como acreditava Gramsci, que obtenham um «consenso» mais ou menos ativo das classes dominadas em relação à dominação política, posto que esta é uma característica geral de toda ideologia dominante. O que define especificamente as ideologias em questão é que não pretendem ser aceitas pelas classes dominadas segundo o princípio de participação no sagrado: se proclamam explicitamente e são aceitas como técnicas científicas». De modo similar, Ernest Mandel escreveu em seu Capitalismo tardio que a forma contemporânea mais importante da ideologia capitalista no ocidente é um recurso à racionalidade tecnológica e um culto aos especialistas: «Acreditar na onipotência da tecnologia é a forma específica da ideologia burguesa no capitalismo tardio». Estas pretensões implicam um grave equívoco. A particularidade do consentimento histórico conseguido junto às massas nas modernas formações sociais capitalistas não se pode encontrar de nenhum modo em sua simples referência secular ou em seu temor técnico. (ANDERSON, Idem, tradução nossa)

Após dedicar-se à crítica das “ilusões social-democratas” sobre o sufrágio universal – historicamente conhecidas como “cretinismo parlamentar” ou simplesmente “eleitoralismo” –, Anderson passa a polemizar com o que considera “um certo esquerdismo vulgar”. Na primeira, destaca o momento do modo de produção social enquanto determinante das formas históricas de domínio de classe, relativizando o que seria o “pólo” consensual da Ordem. Já na segunda, combate a redução da ideologia capitalista ao mero “parlamentarismo” laico e, ainda, à razão instrumental (técnica) do Capital que o sustenta. A novidade histórica do consenso burguês – segundo Anderson (1981) – residiria muito mais em “que adota a forma fundamental de uma crença das massas em que elas exercem uma autodeterminação definitiva no interior da ordem social existente”. Fica excluída desde o início – no ideário da democracia burguesa – a visibilidade histórica de uma forma alternativa de Estado. Através da integração de demandas não-essenciais, se reduz o proletariado ao seu nível mais elementar de consciência, “econômico-corporativo”. Assim, elide-se a possibilidade histórica de uma autodeterminação

real sob a forma, necessária, de auto-emancipação.

Não se trata, portanto, da aceitação resignada da superioridade (divina) de uma classe dirigente reconhecida como tal (ideologia feudal), mas sim da ilusão mesma na igualdade (democrática) de todos as “individualidades cidadãos” no governo da nação – ou o que é o mesmo – “descrença na existência de qualquer classe dominante” (Anderson, Idem). O consentimento dos “de baixo” – em uma formação social capitalista – perfaz, portanto, uma configuração historicamente inédita. “Enfim, a ideologia burguesa coexiste e se combina, em uma plêiade de amálgamas, com tradições e costumes muito mais antigos e menos articulados; em particular, a típica resignação passiva perante o status quo e a desconfiança mesma em qualquer possibilidade de transformá-lo” (Idem). Uma crença real na soberania popular pode, ainda, coexistir com um profundo ceticismo em relação a todos os governos de turno que a expressam juridicamente, enquanto suposto autogoverno das massas ou democracia “realmente existente” [9].

Para compreender a justa relação entre “consenso” e “força” na teoria gramsciana do Estado (e da revolução), Anderson recorre a uma analogia. Afirma, antes, que o domínio burguês baseia-se no consenso de massas em torno à crença do autogoverno popular, através do Estado liberal-parlamentar e mediante sufrágio universal. No entanto, elidir o aspecto fundamental da violência estrutural – ainda segundo Anderson – dentro da estrutura de poder do capitalismo contemporâneo corresponderia, desde o plano teórico e em última instância, a regressar ao reformismo político com a ilusão de que uma maioria eleitoral possa “legislar o socialismo”, pacificamente, desde um parlamento, um Estado e, ao fim e ao cabo, uma máquina estatal eminentemente burguesa. A partir deste preâmbulo sugere (Anderson) o recurso heurístico à presente analogia – não sem antes alertar para suas limitações intrínsecas –, circunscrevendo sua capacidade explicativa à comparação entre a relação força-consenso e o sistema monetário ouro-papel no intercâmbio de equivalentes.

>No modo de produção capitalista um sistema monetário está constituído por dois meios distintos de intercâmbio: papel e ouro. Não é uma alternância destas duas formas, porque o valor da emissão fiduciária que circula dia a dia e que, por tanto, mantém o sistema em condições normais, depende da quantidade de metal existente nas reservas bancadas em qualquer momento dado, apesar do fato de que este metal esteja completamente ausente do sistema como meio de intercâmbio. Somente o papel, não o ouro, está em circulação, mas o papel está, em última instância, determinado pelo ouro, sem o qual deixaria de ser moeda corrente. Além de que, as condições de crise desencadeiam necessariamente uma reversão repentina de todo o sistema ao metal que jaz invisivelmente detrás dele: um colapso no crédito produz

infalivelmente uma corrida por ouro. No sistema político também prevalece uma relação estrutural similar (não aditiva e não transitiva) entre ideologia e repressão, consenso e coerção. As condições normais de subordinação ideológica das massas – as rotinas diárias da democracia parlamentar – estão constituídas por uma força silenciosa e ausente que lhes confere seu valor corrente: o monopólio do Estado sobre a violência legítima.
(ANDERSON, Idem, tradução nossa)

Desprovido deste, o sistema de controle ideológico tornar-se-ia frágil, instantaneamente, posto que os limites das possíveis ações contra ele desapareceriam. Do mesmo modo que o ouro – como substrato material do papel é, em si, uma convenção que necessita ser aceita para servir como meio de intercâmbio –, a repressão, enquanto mantenedora da ideologia, depende do assentimento daqueles que estão treinados para exercê-la. Dada esta estipulação decisiva, no entanto, o resorte “fundamental” do poder de classe burguês, por debaixo do papel “preponderante” da cultura, em um sistema liberal-parlamentar, segue sendo a coerção. Porque historicamente – e esse é o ponto mais essencial – o desenvolvimento de qualquer crise revolucionária desloca necessariamente a dominação, dentro da estrutura de poder, da ideologia à violência (Idem). O projeto histórico estruturalmente antagônico das classes subalternas, quando aspira a ser real, desloca o exército militar para os postos avançados da contra-ofensiva burguesa à cidade futura. O poder capitalista pode ser considerado, neste sentido, como um “sistema topológico de centro ‘móvel’”: em qualquer crise se produz uma reordenação e o Capital passa de concentrar-se em seus aparelhos representativos para os repressivos” (Idem). A hegemonia, note-se, é contraditoriamente “encouraçada de coerção”: votos e armas, sendo brutal.

Deixemos o âmbito da circulação de dinheiro para uma outra analogia – de sentido antitético –, proveniente da arte militar e seu léxico próprio. Se o general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831) – constantemente citado por Lenin – afirmava constantemente que a guerra nada mais é do que a “continuação da ‘política’ com outros meios” e/ou a “imposição da ‘vontade’ pela força” poder-se-ia, neste caso, considerar o inverso: a imposição da “força” pelo “consenso”, ou o que é o mesmo, as eleições como extensão das guerras ou – e por que não? –, da guerra de classes. Nunca é demais lembrar, combate este que se dá em terreno inimigo.

4. Considerações finais
Evidentemente, há todo um manancial histórico-concreto de evidências empíricas por problematizar, a partir das trilhas aqui abertas, na história recentíssima da democracia burguesa no país. Para tanto seria necessário um duplo movimento investigativo: recorrer – a partir de uma perspectiva crítica – aos clássicos do pensamento social e político de inspiração marxista (de Caio

Prado Jr. a Florestan Fernandes, de Mario Pedrosa a Octavio Ianni) no Brasil, articular desde a gênese e o desenvolvimento da sociedade burguesa em uma formação social capitalista como a brasileira – aferindo forma e substância de suas relações sociais, estrutura de classes e Estado em diferentes fases, eixos e momentos constitutivos – até os seus desdobramentos mais recentes, em pleno governo Lula (2003-2006).

Tal como enseja a inspiração dos autores citados, tratar-se-ia sempre de inter-relacionar a forma de governo – não podendo esta ser considerada a partir das relações jurídico-políticas em si mesmas –, ao modo de produção da vida material que lhe corresponde. Neste sentido, falar em democracia – “em abstrato” ou “sem adjetivos” – torna-se inconcebível à margem de uma análise sobre a estrutura e a dinâmica do capitalismo contemporâneo e, mais detalhadamente, sobre a natureza dos processos de ajuste estrutural e reestruturação capitalista em curso no Brasil e América Latina, bem como sua relação semicolonial com os centros nervosos de acumulação capitalista. Não há muito sentido, portanto, em falar da “democracia” na sua abstração quando, em realidade, tratar-se-ia de examinar forma, condições e alcances das estruturas de poder em formações sociais eminentemente capitalistas e, destarte, historicamente determinadas.

Outro caminho possível seria arrolar a exegese do legado teórico da III Internacional acerca da natureza e limites da democracia burguesa e a necessidade mesma de destruir a máquina estatal para instaurar a democracia soviética – ou seja, a autodeterminação direta de conselhos operários e populares –, discorrendo, subseqüentemente, sobre o arsenal político-estratégico do papel cumprido pelo marxismo revolucionário no combate simultâneo, objetivo e subjetivo, às “ilusões democráticas” e às “democracias ilusórias”. Caso seguissemos este percurso, caberia ainda dimensionar a especificidade do debate marxista sobre a “democracia” no Brasil. Neste sentido, há toda uma trajetória do pensamento social e político que se inicia com a primeira geração de marxistas brasileiros – nas primeiras décadas do século passado – e, só depois de muitas águas passadas, assume a forma abertamente contra-revolucionária com a qual se apresenta em intelectuais como Carlos Nelson Coutinho (O valor universal da democracia, em Contra a corrente – ensaios sobre a democracia e o socialismo. São Paulo: Ed. Cortez, 2000).

Nos limites deste ensaio exploratório, não cabe o desenvolvimento destes verdadeiros programas investigativos supracitados. Apenas gostaríamos de estabelecer – de forma conclusiva – os nexos entre as diferentes contribuições acima pautadas. Tributárias de diferentes concepções teóricas no interior da problemática marxista, tanto o comentário de Boito Jr. (1992) sobre o “mecanismo de alusão-ilusão” – inventariando a relação entre cena política e

interesses de classe na sociedade capitalista – quanto o ensaio teórico de Anderson (1981), sobre a natureza dual das estruturas de poder nas democracias burguesas, trazem diferentes angulações sobre o problema das “ilusões democráticas”. Não é de forma alguma necessário filiar-se integralmente a nenhuma destas perspectivas, porém, para perceber a “unidade na diversidade” que as inter-relacionam.

Em ambas, a necessidade de superar o que aqui denominamos “ilusões democráticas” – e, vale dizer, nenhum dos autores se vale deste enunciado –, representam não propriamente um problema exclusivo à consciência dos trabalhadores mas fundamentalmente relacionado à sua organização enquanto classe. A relação classe-partido apresenta-se, no primeiro, como pressuposto para uma ultrapassagem da “opacidade” da cena política burguesa. Ou seja, os partidos operários socialistas – ao representarem politicamente os trabalhadores – devem defender transparentemente seus interesses de classe. No segundo, trata-se de superar o divórcio histórico entre o materialismo histórico e as massas operárias – ocorrido desde a geração de Lenin, Luxemburgo, Gramsci e Trotski – para transformar, entre o proletariado avançado das democracias capitalistas, teoria em revolução. Em poucas palavras, para intervir ativamente na crise “das alturas” – consubstanciando-a em um movimento real, de massas e extraparlamentar – não há outra alternativa senão superar outra crise”: a de direção revolucionária dos “de baixo”.

NOTAS

[1] “A sociedade brasileira vive um momento histórico. Até recentemente, o Partido dos Trabalhadores tinha fortes restrições ao mercado, exatamente como o Partido Social-Democrático alemão até o manifesto de Godesberg (1959) e o Partido Trabalhista inglês até a reunião de Westminster Hall (1995), quando retiraram de seus programas todos os resquícios de marxismo que os infectavam. No seu último programa (que chamamos carta de Ribeirão Preto) o PT percorreu o mesmo caminho [...]. Até então o PT não fazia parte dos partidos que aceitavam integralmente a organização política nacional construída na Constituição de 1988. [...] A eleição de 2002 dá a oportunidade para que se consagre definitivamente a incorporação do Partido dos Trabalhadores ao corpo político nacional” (NETO, Delfim. Revista Carta Capital, out./2002).

[2] As amplamente diversas concepções teóricas marxistas – conjuntos diferenciados de teses e conceitos – desenvolvem-se, contudo, a partir de uma problemática comum. Para compreender a teoria propriamente marxista deve-se buscar apreender a unidade profunda na qual se insere, considerá-la junto ao “continente político-epistemológico” no qual reside, qual seja, a problemática

ou conjunto de perguntas do qual é expressão e momento constitutivo.

[3] O desenvolvimento desta seção apóia-se ampla e prioritariamente no percurso teórico de Boito Jr.

[4] Para uma crítica contundente a tal concepção leia o Prefácio de 1967, escrito de próprio punho por Lukács, quase meio século depois de lançado o prefácio original (Lukács, 2003).

[5] Tem-se, em Althusser, a teoria da alusão-ilusão (ou reconhecimento-desconhecimento) para a qual a função ideológica é sempre, de certo modo, alusiva na própria forma de ilusão que impõe. Uma noção “ideológica” – “obstáculo epistemológico”, do ponto de vista teórico – possuiria sempre alguma afinidade com problemas reais que ela, segundo o léxico althusseriano, “reconhece desconhecendo-os”.

[6] Esta seção fez-se, sobretudo, a partir de Anderson.

[7] Trata-se centralmente de um estudo da questão da hegemonia em Gramsci e, simultaneamente, uma teorização sobre o Estado e a revolução nos países capitalistas modernos do séc. XX. Segundo observação crítica suscitada pela atenta leitura de Álvaro Bianchi, “As Antinomias” revelaria um grande desconhecimento do texto gramsciano por parte de seu autor, que motivara – por sua vez – a maior parte dos mal-entendidos entre a esquerda revolucionária, no que se refere à interpretação da obra de Gramsci. A exposição gramsciana dos Quaderni – difícil, sinuosa e inacabada – haveria sido mutilada na edição inglesa manejada por Anderson, que acabou se constituindo num notório interlocutor do pensamento gramsciano entre a esquerda mundial a qual, no mais das vezes, absteve-se de ler a edição crítica “a cura” de Valentino Gerratana (GRAMSCI, Antonio. Quaderni del Carcere. Edizione Critica dell’Istituto Gramsci. Torino: Giulio Einaudi, 1975/2001). Ainda segundo Bianchi, tratar-se-iam de sucessivos erros: intercambia-se a ordem de exposição original com a da publicação inglesa, ignora-se a diferença fundamental entre a hegemonia restrita da burguesia e a hegemonia ativa do proletariado, deixa-se de lado a alusão à relação de forças político-militar na questão da insurreição revolucionária e dilui-se a dualidade de poderes. Há uma breve crítica ao texto de Anderson em Dias (DIAS, Edmundo Fernandes. et. al. O Outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996). Bianchi sugere-nos, contudo, uma crítica circunstanciada (FRANCIONI, Gianni. L’officina gramsciana: ipotesi sulla struttura del ‘quaderni del carcere’. Napoli: Bibliopolis, 1984). Se muitas vezes a obra Linhagens do Estado Absolutista (1976) é identificada como semente de revisionismo weberiano em Anderson, Franco Moretti predicara alhures que as antinomias d’As Antinomias constituiriam um adeus à identificação com o caráter revolucionário da tradição marxista. Apesar dos (vários) pesares, consideramos que o “caroço racional” desta obra permite situar, ainda que minimamente, as estruturas de poder tal qual se assentam nas modernas democracias capitalistas. Sua referência fundamental, contudo, baseia-se nos centros nervosos de acumulação de capital – ou, o que é o mesmo –, nas democracias liberais-parlamentares dos países imperialistas.

[8] Não sem ironia, mas eficazmente, o referido enunciado (Quartim de Moraes, 2001) serve-nos de base à crítica da concepção hegemônica entre as esquerdas brasileiras sobre a categoria marxista de sociedade civil, construída durante os anos 60 e 70 (Silva, 2003) como galvanização político-ideológica interclassista, em torno ao combate meramente “democrático” ou anti-ditatorial. No entanto, ao contrário de suposto locus privilegiado de universalização ampliada dos interesses particularistas, a sociedade civil constitui-se, antes, como um espaço vivo de contradições antagônicas e, ao fim e ao cabo, luta de classes.

[9] Não se trata de mero fatalismo das massas exploradas nas democracias capitalistas. Trata-se, antes, da insípida máxima de liberdade na república burguesa, que é constantemente reproduzida – sem adversários – pela ausência radical de democracia proletária na ex-União Soviética burocratizada, cujos regimes políticos lograram o “mínimo infernal”. “Não temos aqui espaço para investigar os efeitos de cinqüenta anos de estalinismo: sua importância é enorme para compreender o complexo sentido histórico da democracia burguesa hoje” (Anderson, 1981).

Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis. La Filosofía como Arma de la Revolución. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1968.
- ANDERSON, Perry. Las Antinomias de Antonio Gramsci. Estado y revolución en Occidente. Barcelona: Ed. Fontanamara, 1981.
- _____. Considerações sobre o Marxismo Ocidental / Nas Trilhas do Materialismo Histórico. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BOITO JR., Armando. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. Crítica Marxista, São Paulo, Nº 15, 2002.
- _____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. Crítica Marxista, São Paulo, Nº 7, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. Quaderni del Carcere (edizione critica dell'Istituto Gramsci / a cura di Valentino Gerratana). Torino: Einaudi, 1975/2001.
- LENIN, Vladimir Ilitch. A falência da II Internacional, s/d., várias edições.
- _____. O Estado e a Revolução / A revolução proletária e o renegado Kautsky. Trad. Henrique Canary. São Paulo: Ed. Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.
- LUKÁCS, György. História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política [Livro I/v.1]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- QUARTIM DE MORAES, João. Contra a canonização da democracia. Crítica Marxista, São Paulo, Nº 12, 2001.
- SILVA, Luiz Fernando. Pensamento social brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980. São Paulo: Corações & Mentas, 2003.

SOARES, João Ricardo. As ilusões no regime democrático-burguês. Opinião Socialista, São Paulo, ed. 237, ano IX, dez./2005.

18-O Projeto **Revoluções** é uma realização do Instituto de Tecnologia Social - ITS BRASIL, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, do SESC-SP e da Boitempo Editorial.

de 21/05 a 03/07

Revoluções

A exposição **Revoluções**, com curadoria de Henrique P. Xavier, está organizada sobre três eixos principais. O primeiro é a mostra de imagens do livro *Revoluções*, organizado por Michael Löwy e lançado no Brasil em 2009 pela Boitempo Editorial. Com aproximadamente 400 fotografias em preto-e-branco, a obra documenta importantes movimentos revolucionários, desde a Comuna de Paris (1871) até, mais recentemente, a Revolução Cubana (1953-67), além de movimentos sociais que, segundo Löwy, seriam portadores não de “revoluções”, mas de um “espírito revolucionário” (como os Sem Terra, registrados por Sebastião Salgado). A edição de *Revoluções* faz-se notar não apenas pela riqueza visual, mas, principalmente, pela construção de uma íntima relação entre imagem, narração e história, onde os comentários escritos vão, aos poucos, expondo os personagens no interior das fotos.

O segundo eixo da exposição é a exibição de quatro filmes, de diretores cuja obra é marcada por um agudo olhar político e pelo questionamento do papel da imagem na sociedade contemporânea. Um deles é o curta-metragem *Eu Vos Saúdo, Sarajevo* (1993), uma pequena obra-prima de Jean-Luc Godard que, a partir de fragmentos de uma única fotografia retirada da guerra da Bósnia, explicita a potência e o peso que uma imagem é capaz de nos revelar. O outro é o ambicioso *Notícias de Antiguidades Ideológicas: Marx, Eisenstein, o Capital* (2008), de Alexander Kluge. Em nove horas e meia, ele retoma o projeto do cineasta Sergei Eisenstein de filmar *O Capital*, de Karl Marx, a partir da estrutura de *Ulysses*, de James Joyce. A Versátil Home Vídeo fará, na ocasião, o lançamento de uma caixa de DVDs do filme, inédito no Brasil. Além disto,

uma equipe coordenada por Henrique P. Xavier está recriando, em português, as quase 1.000 cartelas do filme de Alexander Kluge.

Os outros dois filmes são *O velho lugar* e *A origem do séc. XXI*, ambos de Jean-Luc Godard e, o primeiro, inédito no Brasil.

O terceiro é uma composição musical coordenada por Willy Corrêa de Oliveira e executada por Maurício De Bonis a partir das canções revolucionárias do séc. XX.

Local: andar térreo do SESC-Pinheiros - Rua Paes Leme, 195. São Paulo - SP

Mais informações: revolucoes@revolucoes.org.br

Revoluções: história, fotografia, cinema e Karl Marx

por Henrique P. Xavier

... se tornava perigoso,

não de contar histórias,

mas de ver a História.

JLG

Confundir e aproximar o presente e tempos passados, fotografias históricas e cinema contemporâneo.

Uma exposição em que imagens de algo longínquo são postas ao lado de imagens de algo muito próximo a nós. Contudo, os contrastes são mais e

menos que aparentes: uma fotografia de 1871 das barricadas da Comuna de Paris e uma adaptação do *Capital* de Marx pelo cinema experimental contemporâneo montam uma única imagem, muito mais do que nos saltam aos olhos. Eis a exposição: um grande combate revolucionário entre imagens e tempo.

Muito foi escrito e falado acerca das revoluções marxistas do século XX, há enormes bibliotecas sobre os seus caminhos e descaminhos, sobre suas utopias e barbáries. Mas diferente de todos estes textos e discursos, a exposição **Revoluções** busca, através de imagens históricas, dizer-nos alguma coisa que não quisemos escutar. Imagens da insurgência das revoluções, o ápice instável da transformação de processos históricos no fervor e mesmo violência de um estado de exceção que se instaura na tentativa de refrear misérias e opressões desmedidas.

A exposição busca um momento de pausa para ver estas imagens históricas que, por um lado, estão ampliadas em escala corporal (120 x 180 cm), visando um corpo a corpo com imagens revolucionárias. Por outro, o espectador também encontra sequências de fotografias em tamanhos menores, a formar conjuntos. Por exemplo, há um conjunto de imagens de barricadas, atualizadas através dos tempos. Outra sequência apresenta as imagens reais dos marinheiros e do lendário Encouraçado Potemkin. Outra apresenta as atuações de militantes femininas. Assim, salta-se de revolução em revolução: Rússia, Hungria, Alemanha, México, China, Cuba... em uma tarefa de explodir a linha do tempo, e não contar histórias, mas dar a ver a História.

Olhares cheios de vida e esperança momentânea, a comoção das massas, o conflito, as vitórias, os mortos nos processos revolucionários do século XX. Como no livro *Revoluções*, organizado por Michael Löwy (e lançado no Brasil em 2009 pela Boitempo Editorial), de onde as fotografias são extraídas, a exposição privilegia imagens menos conhecidas das revoluções e de suas personalidades, embora Che Guevara, Rosa Luxemburgo e outros nomes estejam representados.

Além disto, as fotos e o espectador são envolvidos por uma composição musical especialmente criada para o evento e realizada a partir dos cantos revolucionários de várias épocas e lugares. Mais imagem sobre imagem, uma vez que, no fundo, a música é uma imagem acústica. Também há palavras, não as legendas tradicionais, mas poemas revolucionários, imagens literárias, uma vez que não apenas com o fuzil se fez o revolucionário, mas com a pena e a palavra.

Um mal-entendido ou malvisto, a exposição de fotos históricas demanda que o espectador veja os documentos históricos ao lado de uma peculiar obra de arte contemporânea, um pequeno filme de Jean-Luc Godard. Mas é preciso ser prudente ao encarar este mal-entendido entre registro histórico e artístico. Uma vez que o filme exibido é rodado exatamente a partir de uma foto que atesta um irreparável crime contra a humanidade e nos demanda a busca de uma saída.

Marcado por um contundente olhar político, o filme detém-se na potência e peso de uma única imagem que, por si mesma, visa diretamente encarar o mundo. Eis uma primeira aproximação ao curta-metragem *Eu Vos Saúdo, Sarajevo* (1993), uma das realizações mais precisas e agudas de Godard. O curta-metragem é realizado a partir da montagem de fragmentos de uma única fotografia, retirada da guerra da Bósnia, com a qual Godard nos demonstra como uma única imagem é capaz de nos revelar a precariedade, a massificação e os horrores de nossa cultura. Porém, para a regra desta cultura de televisores, publicidades, cigarros e genocídios, há, para Godard, a exceção de uma segunda imagem e de uma outra forma de viver, uma vida como em uma exceção revolucionária.

Na duração diametralmente contrária ao curta-metragem de dois minutos, temos a instalação de um filme com nove horas e meia; contudo, ambos, na exposição, têm a mesma dignidade e, neste espaço comum, a despeito da enorme diferença de durações, atraem-se como em um *Amor cego*. Alexander Kluge é o segundo cineasta de nossa exibição, do qual apresentamos o seu monumental *Notícias de Antiguidades Ideológicas: Marx, Eisenstein, o Capital* (2008), em uma instalação especialmente desenvolvida para a exposição, em que o filme está a rodar ininterruptamente.

Ainda pouco conhecido no Brasil, o veterano, Kluge, que em sua juventude fora próximo de Theodor Adorno e Fritz Lang, é, sem dúvida, um dos maiores cineastas, escritores e intelectuais do cenário alemão. Em nove horas e meia de suas *novidades ideológicas*, ele produz uma montagem de tempos e histórias: o *Capital* de Karl Marx é sobreposto ao *Ulysses* de James Joyce que é sobreposto ao cinema de Eisenstein, que por fim é sobreposto ao cinema de Alexander Kluge. O alemão retoma o projeto do cineasta russo de filmar *O Capital*, de Karl Marx, a partir da estrutura do romance do irlandês, Joyce. Uma montagem de tempos e artes para criticar, ressignificar e trazer à tona novidades atualíssimas de uma antiguidade ideológica como o *Capital*.

Um tanto como uma televisão ao contrário, o filme de Alexander Kluge é um grande show de variedades sobre algo que nunca está nos shows de variedades: Marx, Walter Benjamin, Rosa Luxemburgo, Bertold Brecht, Luigi Nono, canções de uma Escavadeira, Encouraçado Potenkin do cinema, entrevistas com militantes, intelectuais, artistas e comediantes, animações digitais, inúmeras cartelas, como as do cinema mudo, transpostas em poesia visual e, por fim, com a máxima seriedade, o *Capital* é apresentado em uma visão nada ortodoxa e mesmo cômica.

Na ocasião, A Versátil Home Vídeo fará o lançamento de uma caixa de DVDs do filme, praticamente inédito no Brasil. Talvez o filme ainda seja uma das possíveis salvações de um imaginário marxista, reinventado em uma miríade de histórias, falas e imagens que atuam na contramão daquilo que nos é bombardeado diariamente.

* Além de *Je vous salue, Sarajevo* e *Notícias da antiguidade ideológica: Eiseinstein, Marx, O capital*; serão exibidos na exposição os curtas *O velho lugar* e *A origem do séc. XXI* de Jean-Luc Godard. O primeiro, totalmente inédito no Brasil.

19. A Esquerda do futuro: uma sociologia das emergências

A máquina fatal do neoliberalismo continua a produzir medo em larga escala. As esquerdas são a areia que pode emperrar essa engrenagem.

Boaventura de Sousa Santos



O futuro da esquerda não é mais difícil de prever que qualquer outro fato social. A melhor maneira de o abordar é fazer o que designo por sociologia das emergências. Consiste esta em dar atenção especial a alguns sinais do presente por ver neles tendências ou embriões do que pode vir a ser decisivo no futuro. Neste texto, dou especial atenção a um facto que, por ser incomum, pode sinalizar algo de novo e importante. Refiro-me aos pactos entre diferentes partidos de esquerda.

Os Pactos

A família das esquerdas não tem uma forte tradição de pactos. Alguns ramos desta família têm mais tradição de pactos com a direita do que com outros ramos da família. Dir-se-ia que as divergências internas na família das esquerdas são parte do seu código genético, tão constantes têm sido ao longo dos últimos duzentos anos. Por razões óbvias, as divergências têm sido mais extensas ou mais notórias em democracia. A polarização vai por vezes ao ponto de um ramo da família não reconhecer sequer que o outro ramo pertence à mesma família. Pelo contrário, em períodos de ditadura têm sido frequentes os entendimentos, ainda que terminem mal termina o período ditatorial. À luz desta história, merece uma reflexão o facto de em tempos recentes termos vindo assistir a um movimento pactista entre diferentes ramos das esquerdas em países democráticos. A Europa do Sul é um bom exemplo: a unidade em volta do Syriza na Grécia, apesar de todas as vicissitudes e dificuldades; o governo liderado pelo Partido Socialista em Portugal com o apoio do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda no rescaldo das eleições de 4 de Outubro de 2015; alguns governos autonómicos em Espanha, saídos das eleições de 2015 e, no momento em que escrevo, a discussão sobre a possibilidade de um pacto a nível nacional entre o Partido Socialista, o Podemos e outros partidos de esquerda em resultado das eleições legislativas de 6 de dezembro de 2015.

Há sinais de que noutros espaços da Europa e na América Latina possam vir a surgir num futuro próximo pactos semelhantes. Duas questões se impõem. Porquê este impulso pactista em democracia? Qual a sua sustentabilidade?

A primeira pergunta tem uma resposta plausível. No caso da Europa do Sul, a agressividade da direita no poder nos últimos cinco anos (tanto a nacional, como a que veste a pele das "instituições europeias") foi tão devastadora para os direitos de cidadania e para a credibilidade do regime democrático que as forças de esquerda começam a ficar convencidas de que as novas ditaduras do século XXI vão surgir sob a forma de democracias de baixíssima intensidade. Serão ditaduras que se apresentam como ditamoles ou democraduras: a governabilidade possível ante a iminência do suposto caos nos tempos difíceis que vivemos, o resultado técnico dos imperativos do mercado e da crise que explica tudo sem precisar de ser, ela própria, explicada. O pacto resulta de uma leitura política de que o que está em causa é a sobrevivência de uma democracia digna do nome e de que as divergências sobre o que tal significa têm agora menos importância do que salvar o que a direita ainda não conseguiu destruir.

A segunda pergunta é mais difícil de responder. Como dizia Espinosa, as pessoas (e eu diria, também as sociedades) regem-se por duas emoções fundamentais: o medo e a esperança. O equilíbrio entre elas é complexo mas precisamos das duas para sobreviver. O medo domina quando as expectativas de futuro são negativas ("isto está mau mas o futuro pode ser pior"); por sua vez, a esperança domina quando as expectativas de futuro são positivas ou quando, pelo menos, o inconformismo com a suposta fatalidade das expectativas negativas é amplamente partilhado. Trinta anos depois do assalto global aos direitos dos trabalhadores; da promoção da desigualdade social e do egoísmo como máximas virtudes sociais; do saque sem precedentes dos recursos naturais e da expulsão de populações inteiras dos seus territórios e da destruição ambiental que isso significa; do fomentar da guerra e do terrorismo para criar Estados falhados e tornar as sociedades indefesas perante a

espoliação; da imposição mais ou menos negociada de tratados de livre comércio totalmente controlados pelos interesses das empresas multinacionais; da supremacia total do capital financeiro sobre o capital produtivo e sobre vida das pessoas e das comunidades – depois de tudo isto, combinado com a defesa hipócrita da democracia liberal, é plausível concluir que o neoliberalismo é uma máquina imensa de produção de expectativas negativas para que as classes populares não saibam as verdadeiras razões do seu sofrimento, se conformem com o pouco que ainda têm e sejam paralisadas pelo pavor de o perder.

O movimento pactista no interior das esquerdas é o produto de um tempo, o nosso, de predomínio absoluto do medo sobre a esperança. Significará isto que os governos saídos dos pactos serão vítimas do seu êxito? O êxito dos governos pactados à esquerda irá traduzir-se na atenuação do medo e no devolver de alguma esperança às classes populares, ao mostrar, por via de uma governação pragmática e inteligente, que o direito a ter direitos é uma conquista civilizacional irreversível. Será que, no momento em que voltar a luzir a esperança, as divergências voltarão à superfície e os pactos serão deitados para o lixo? Se tal acontecer, isso será fatal para as classes populares, que rapidamente voltarão ao silenciado desalento perante um fatalismo cruel, tão violento para as grandes maiorias quanto benévolo para as pequeníssimas minorias. Mas será também fatal para as esquerdas no seu conjunto, porque ficará demonstrado durante algumas décadas que as esquerdas são boas para remendar o passado mas não para construir o futuro. Para que tal não aconteça, dois tipos de medidas têm de ser levadas a cabo durante a vigência dos pactos. Duas medidas que não se impõem pela urgência da governação corrente e que, por isso, têm de resultar de vontade política bem determinada. Chamo às duas medidas: Constituição e hegemonia.

Constituição e Hegemonia

A Constituição é o conjunto de reformas constitucionais ou infraconstitucionais que reestruturam o sistema político e as instituições de maneira a prepará-los para possíveis embates com a ditadura e o projecto de democracia de baixíssima intensidade que ela traz consigo. Consoante os países, as reformas serão diferentes, como serão diferentes os mecanismos utilizados. Se nalguns casos é possível reformar a Constituição com base nos parlamentos, noutros será necessário convocar Assembleias Constituintes originárias, dado que os parlamentos seriam o obstáculo maior a qualquer reforma constitucional. Pode também acontecer que, num certo contexto, a "reforma" mais importante seja a defesa activa da Constituição existente mediante uma renovada pedagogia constitucional em todas as áreas de governação. Mas haverá algo comum a todas as reformas: tornar o sistema eleitoral mais representativo e mais transparente; reforçar a democracia representativa com a democracia participativa. Os mais influentes teóricos liberais da democracia representativa reconheceram (e recomendaram) a coexistência ambígua entre duas ideias (contraditórias) que garantem a estabilidade democrática: por um lado, a crença dos cidadãos na sua capacidade e competência para intervir e participar activamente na política; por outro, um exercício passivo dessa competência e dessa capacidade mediante a confiança nas elites governantes. Em tempos recentes, e como mostram os protestos que abalaram muitos países a partir de 2011, a confiança nas elites tem vindo a deteriorar-se sem que, no entanto, o sistema político (pelo seu desenho ou pela sua prática) permita aos cidadãos recuperar a sua capacidade e competência para intervir activamente na vida política. Sistemas eleitorais enviesados, partidocracia, corrupção, crises financeiras manipuladas – eis algumas das razões para a dupla crise de representação ("não nos representam") e de participação ("não merece a pena votar, são todos iguais e nenhum cumpre o que promete"). As reformas constitucionais visarão um duplo objectivo: tornar a democracia representativa

mais representativa; complementar a democracia representativa com a democracia participativa. De tais reformas resultará que a formação da agenda política e o controlo do desempenho das políticas públicas deixam de ser um monopólio dos partidos e passam a ser partilhados pelos partidos e por cidadãos independentes organizados democraticamente para o efeito.

O segundo conjunto de reformas é o que designo por hegemonia. Hegemonia é o conjunto de ideias sobre a sociedade e interpretações do mundo e da vida que, por serem altamente partilhadas, inclusivamente pelos grupos sociais que são prejudicados por elas, permitem que as elites políticas, ao apelarem para tais ideias e interpretações, governem mais por consenso do que por coerção, mesmo quando governam contra os interesses objetivos de grupos sociais maioritários. A ideia de que os pobres são pobres por culpa própria é hegemónica quando é defendida, não apenas pelos ricos, mas também pelos pobres e pelas classes populares em geral. Nesse caso são, por exemplo, menores os custos políticos das medidas que visam eliminar ou restringir drasticamente o rendimento social de inserção. A luta pela hegemonia das ideias de sociedade que sustentam o pacto entre as esquerdas é fundamental para a sobrevivência e consistência desse pacto. Essa luta trava-se na educação formal e na promoção da educação popular, nos média, no apoio aos média alternativos, na investigação científica, na transformação curricular das universidades, nas redes sociais, na actividade cultural, nas organizações e movimentos sociais, na opinião pública e na opinião publicada. Através dela, constroem-se novos sentidos e critérios de avaliação da vida social e da ação política (a imoralidade do privilégio, da concentração da riqueza e da discriminação racial e sexual; a promoção da solidariedade, dos bens comuns e da diversidade cultural social e económica; a defesa da soberania e da coerência das alianças políticas; a proteção da natureza) que tornam mais difícil a contra-reforma dos ramos reacionários da direita, os primeiros a irromper num momento de fragilidade do pacto. Para que esta luta tenha êxito é preciso impulsionar políticas que, a olho nu, são menos urgentes e menos compensadoras. Se tal não ocorrer, a esperança não sobreviverá ao medo.

As aprendizagens globais

Se algo se pode afirmar com alguma certeza sobre as dificuldades por que estão a passar as forças progressistas na América Latina é que elas assentam no facto de os seus governos não terem enfrentado nem a questão da Constituição nem a questão da hegemonia. No caso do Brasil, este facto é particularmente dramático. Ele explica em parte que os enormes avanços sociais dos governos da era Lula sejam agora tão facilmente reduzidos a meros expedientes populistas e oportunistas, inclusivamente por parte daqueles que deles beneficiaram. Explica também que os muitos erros que cometeram (foram muitos, a começar pela desistência da reforma política e da regulação dos média, e alguns erros deixam feridas abertas em grupos sociais importantes, tão diversos quanto os camponeses sem terra nem reforma agrária, os jovens negros vítimas do racismo, os povos indígenas ilegalmente expulsos dos seus territórios ancestrais, povos indígenas e quilombolas com reservas homologadas mas engavetadas, militarização das periferias das grandes cidades, populações rurais envenenadas por agrotóxicos, etc) não sejam considerados erros, passem em claro e até sejam convertidos em virtudes políticas ou, pelo menos, sejam aceites como consequências inevitáveis de uma governação realista e desenvolvimentista. As tarefas incumpridas da Constituição e da hegemonia explicam ainda que a condenação da tentação capitalista por parte dos governos de esquerda se centre na corrupção e, portanto, na imoralidade e na ilegalidade do capitalismo e não na injustiça sistemática de um sistema de dominação que se pode realizar em perfeito cumprimento da legalidade e da moralidade capitalistas.

A análise das consequências da não resolução das questões da Constituição e da hegemonia é relevante para prever e prevenir o que se pode passar nas

próximas décadas, não só na América Latina, como também na Europa e noutras regiões do mundo. Entre as esquerdas latino-americanas e da Europa do Sul tem havido nos últimos vinte anos canais de comunicação importantes que estão ainda por analisar em todas as suas dimensões. Desde o início do orçamento participativo em Porto Alegre (1989), várias organizações de esquerda na Europa, Canadá e Índia (são estas as de que tenho conhecimento) começaram a dar muita atenção às inovações políticas que emergiam no campo das esquerdas em vários países da América Latina. A partir do final da década de 1990, com a intensificação das lutas sociais, a subida ao poder de governos progressistas e as lutas por Assembleias Constituintes, sobretudo no Equador e na Bolívia, tornou-se claro que uma profunda renovação da esquerda estava em curso e da qual havia muito que aprender. Os traços principais dessa renovação eram os seguintes: a democracia participativa articulada com a democracia representativa, uma articulação de que ambas saíam fortalecidas; o intenso protagonismo de movimentos sociais de que o Fórum Social Mundial de 2001 foi uma mostra eloquente; uma nova relação entre partidos e movimentos sociais; a entrada saliente na vida política de grupos sociais até então considerados residuais, nomeadamente camponeses sem terra, povos indígenas e povos afro-descendentes; a celebração da diversidade cultural, o reconhecimento do carácter plurinacional dos países e o propósito de enfrentar as insidiosas heranças coloniais sempre presentes. Este elenco é suficiente para evidenciar o quanto as duas lutas a que me tenho estado a referir (a Constituição e a hegemonia) estavam presentes neste vasto movimento que parecia refundar para sempre o pensamento e a prática de esquerda, não só na América Latina, como em todo o mundo.

A crise financeira e política, sobretudo a partir de 2011, e o movimento dos indignados foram os detonadores de novas emergências políticas de esquerda na Europa do Sul em que as lições da América Latina estavam bem presentes, sobretudo a nova relação partido-movimento, a nova articulação entre democracia representativa e democracia participativa, a reforma constitucional

e, no caso da Espanha, a questão da plurinacionalidade. O partido espanhol Podemos representa melhor do que qualquer outro esta aprendizagem, ainda que os seus dirigentes tenham estado desde a primeira hora bem conscientes das diferenças substanciais entre o contexto político e geopolítico europeu e o latino-americano.

O modo como essas aprendizagens se vão plasmar no novo ciclo político que está a emergir na Europa do Sul é, por agora, uma incógnita. mas desde já é possível especular o seguinte. Se é verdade que as esquerdas europeias aprenderam com as muitas inovações das esquerdas latino-americanas, não é menos verdade (e trágico) que estas se "esqueceram" das suas próprias inovações e que, de uma ou de outra forma, caíram nas armadilhas da velha política onde as forças de direita facilmente mostram a sua superioridade dada a longa experiência histórica acumulada.

Se as linhas de comunicação se mantêm nos dias de hoje, e sempre salvaguardando a diferenças dos contextos, talvez seja tempo de as esquerdas latino-americanas aprenderem com as inovações que estão a emergir entre as esquerdas da Europa do Sul. Entre elas saliento as seguintes: manter viva a democracia participativa dentro dos próprios partidos de esquerda como condição prévia à sua adoção no sistema político nacional em articulação com a democracia representativa; pactos entre forças de esquerda (não necessariamente apenas partidos) e nunca com forças de direita; pactos pragmáticos não clientelistas (não se discutem pessoas ou postos de governo mas políticas e medidas de governação), nem de rendição (articulando linhas vermelhas que não podem ser ultrapassadas com a noção de prioridades, ou, como se dizia dantes, distinguindo as lutas primárias das secundárias); insistência na reforma constitucional para blindar os direitos sociais e tornar o sistema político mais transparente, mais próximo e mais dependente de decisões cidadãos sem ter de esperar por eleições de quatro em quatro anos (reforço do referendium); e, no caso espanhol, tratar democraticamente a questão da plurinacionalidade.

A máquina fatal do neoliberalismo continua a produzir medo em larga escala e, sempre que falta matéria prima, ceifa a esperança que pode encontrar nos recessos mais recônditos da vida política, social das classes populares, tritura-a, processa-a e transforma-a em medo do medo. As esquerdas são a areia que pode emperrar essa engrenagem majestática de modo a abrir as brechas por onde a sociologia das emergências fará o seu trabalho de formular e amplificar as tendências, os "ainda não", que apontam para um futuro digno para as grandes majorias. Para isso, é preciso que as esquerdas saibam ter medo sem ter medo do medo. Saibam furtar rebentos de esperança à trituração neoliberal e plantá-los em terrenos férteis onde cada vez mais cidadãos sintam que podem viver bem, protegidos, tanto do inferno do caos iminente, como do paraíso das sirenes do consumo obsessivo. Para que isto aconteça, a condição mínima é que as esquerdas permaneçam firmes nas duas lutas fundamentais, a Constituição e a hegemonia.

20 . É preciso tratar da democracia socialista

Tarso Genro

Não há debate sobre socialismo, pois governos de esquerda tem de lidar com alianças amplas e "resolver coisas". E existiriam dificuldades com os eleitores

Mesmo as democracias consolidadas são ameaçadas, hoje, pela crise do sistema financeiro global. É clara a incompatibilidade objetiva entre o processo de enriquecimento sem trabalho, da atual fase do capitalismo global, com os sistemas socialdemocráticos estabelecidos, responsabilizados falsamente pela crise.

Nesse contexto, pergunto: não se deve abrir um debate honesto sobre democracia e a ideia do socialismo, tomando este não mais como modo de produção "pré-configurado", mas como ideia reguladora?

Sustento que socialistas e comunistas não têm feito este debate por dois motivos.

Primeiro, porque, nos governos, enfrentam a questão da governabilidade, a partir de alianças muito amplas, às quais esse tema arrepiaria.

Segundo, porque as tarefas de governo tendem a promover a abdicação da reflexão teórica pela necessidade empírica de "resolver coisas". Resolvê-las para responder exigências alheias às questões concretas do socialismo, que não estão em jogo em nenhum lugar do Ocidente, com exceção de Cuba e, aliás, em sentido inverso.

Mas há uma razão de fundo, que encobre as duas acima citadas e imprime passividade às culturas socialistas partidárias, na atual conjuntura mundial.

É a recusa, consciente ou inconsciente -por incapacidade ou opção-, de abordar a questão do socialismo, em conjunto com a questão democrática.

Através desse exercício ficaria clara a dificuldade de manter bases eleitorais afinadas com um regime de acumulação ou distribuição socialista, dentro da democracia política. É preciso encarar esta verdade.

A socialdemocracia reformista, que assumiu os governos de esquerda neste período, recuou, em consequência, da "utopia socialista", para se preservar na "utopia democrática". Abdicou, assim, da ideia da "igualdade" -presente nas propostas socialistas- para assumir a ideia da "fraternidade" em abstrato, presente na ideia de solidariedade, na constituição política do Estado social de Direito.

Só que essa fraternidade funciona, no sistema global em curso, como pura exigência de renúncia para os "de baixo". Não como sacrifício para os "de cima".

E funciona em momentos de bonança, como distribuição limitada de recursos "para os de baixo", (através de salário e outras prestações sociais) e como acumulação ilimitada de riqueza para os "de cima" (através do lucro e da especulação financeira).

É isso que gera incompatibilidade, globalmente, entre capitalismo e democracia, promovendo grandes dúvidas sobre o futuro da democracia, inclusive na Europa.

As experiências socialistas "reais" resolveram este dilema ("da máxima desigualdade" aceitável e da "mínima igualdade exigível") através dos privilégios regulados no aparato de Estado e do partido.

Esses quadros foram se liberando dos seus compromissos originários e simulando que a "igualdade verdadeira" estava logo ali. E não estava. A socialdemocracia "de esquerda", na Suíça, Suécia, Dinamarca, Noruega, regularam a desigualdade máxima e organizaram a economia para um modo de vida mais duradouro e menos renunciável, pelos seus destinatários, do que as experiências soviéticas.

Pode-se dizer que ambas as experiências -formas específicas de capitalismo de "Estado" ou "regulado"- promoveram paradigmas modernos, à sua época, de igualdade social.

Deixaram, porém, em aberto a questão da democracia socialista como modelo universal, na qual a diferença entre "máxima desigualdade aceitável" e a "mínima igualdade exigível" seja estabelecida como projeto universal para uma humanidade fundada na paz e na justiça.

A esquerda pensante, pelos seus partidos, tem o dever ético de retomar este debate e esta utopia.

TARSO GENRO, 65, é governador do Rio Grande do Sul; foi ministro da Justiça (2007-2010), ministro da Educação (2004-2005) e prefeito de Porto Alegre pelo PT (1993-1996 e 2001-2002)

Anexo - O Relatório – 24-25 fevereiro de 1956

2.Relatório Khrushchev - Por Anti-stalinista 30/11/2009 às 21:21

<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2009/11/459652.shtml>

Discurso proferido: 24-25 fevereiro de 1956;

No XX Congresso do PCUS 24-25 fevereiro de 1956, Khrushchev apresentou um relatório no qual denunciava os crimes de Stalin e o "culto da personalidade" de Stalin circundante. Este discurso acabaria por desencadear um mundo dividido gama:

Em inglês: <http://www.marxists.org/archive/khrushchev/1956/02/24.htm>

Camaradas! No relatório do Comitê Central do Partido no Congresso de 20 e em uma série de discursos de delegados ao Congresso, como também anteriormente, durante sessão plenária CC / PCUS [Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética] sessões, bastante foi dito sobre o culto do indivíduo e sobre suas conseqüências prejudiciais.

Após a morte de Stalin, o Comitê Central começou a implementar uma política de explicar de forma concisa e consistente que é inadmissível e estranho ao

espírito do marxismo-leninismo para elevar uma pessoa, para transformá-lo em um super-homem cujas características sobrenaturais, semelhantes às de um deus. Esse homem supostamente sabe tudo, vê tudo, pensa que para todos, pode fazer qualquer coisa, é infalível em seu comportamento.

Essa crença de um homem, e especificamente sobre Stalin, foi cultivada entre nós por muitos anos. O objectivo do presente relatório não é uma avaliação minuciosa da vida de Stalin e da atividade. No que diz respeito méritos de Stalin, um número perfeitamente suficiente de livros, panfletos e estudos já tinha sido escrito em sua vida. Papel de Stalin de Stalin na preparação e execução da Revolução Socialista, na Guerra Civil, e na luta para a construção do socialismo em nosso país, é universalmente conhecido. Toda a gente sabe-o bem.

No momento, estamos preocupados com uma questão que tem imensa importância para o partido agora e no futuro - com a forma como o culto da pessoa de Stalin foi crescendo gradualmente, o culto que se transformou em um determinado estágio específico, a fonte de um conjunto série de perversões extremamente sério e grave dos princípios Partido, da democracia partidária, da legalidade revolucionária.

Porque nem todos ainda realizar plenamente as consequências práticas resultantes do culto do indivíduo, [ou] o grande dano causado por violação do princípio do sentido colectivo partidário e pelo acúmulo de poder imenso e ilimitado nas mãos de uma pessoa, Comité Central considera que é absolutamente necessária para tornar o material referente a este assunto à disposição do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

Permitam-me antes de mais nada para lembrá-lo como severamente os clássicos do marxismo-leninismo denunciou todas as manifestações do culto do indivíduo. Em uma carta ao político alemão Wilhelm trabalhador Bloss, [Karl] Marx dizia: "De minha antipatia a qualquer culto do indivíduo, nunca tornada pública durante a existência da 1ª Internacional de inúmeros endereços de vários países que reconheceram o meu méritos e que me aborrecia. Eu nem sequer respondeu a eles, exceto às vezes repreender seus autores. [Fredrich] Engels e ingressei na sociedade secreta dos comunistas com a condição de que tudo fazer para o culto supersticioso da autoridade seria excluído de seu estatuto. [Ferdinand] Lassalle posteriormente fez muito pelo contrário. "

Algum tempo depois, Engels escreveu: "Tanto Marx e sempre fui contra qualquer manifestação pública no que diz respeito aos indivíduos, com excepção dos casos em que tinha um efeito importante. Temos mais fortemente contra tais manifestações que durante a nossa vida causa-nos pessoalmente. "

A grande modéstia do gênio da Revolução, Vladimir Ilich Lenin, é conhecida. Lenin sempre destacaram o papel do povo como o criador da história, a direção e funções de organização do partido como um organismo vivo e criativo, e também o papel do Comité Central.

O marxismo não nega o papel dos líderes da classe trabalhadora na direção do movimento de libertação revolucionária.

Apesar de atribuir grande importância ao papel dos dirigentes e organizadores das massas, Lênin, ao mesmo tempo estigmatizado impiedosamente todas as manifestações do culto do indivíduo, inexoravelmente combatido [qualquer] estrangeiros de exibições-marxismo sobre um "herói" e um "multidão", e rebateu todos os esforços para se opor a um "herói" para as massas e para o povo.

Lênin ensinou que a força do partido depende da sua unidade indissolúvel com as massas, sobre o fato de que por trás do Partido segue as pessoas - trabalhadores, camponeses e os intelectuais. Lênin disse: "Só ele que acredita nas pessoas, [ele] que submerge-se na fonte da criatividade de vida do povo, vai ganhar e manter o poder."

Lênin falou com orgulho sobre o Partido Comunista bolchevique como o líder e professor do povo. Ele ligou para a apresentação de todas as questões mais importantes antes do parecer dos trabalhadores informados, antes do parecer do seu partido. Ele disse: "Nós acreditamos nele, vemos nele a sabedoria, a honra ea consciência da nossa época".

Lenin se resolutamente contra toda tentativa que visa depreciar ou enfraquecer o papel dirigente do partido na estrutura do Estado soviético. Trabalhou os princípios do Partido Bolchevique direção e nas normas da vida partidária, salientando que o princípio norteador da liderança do partido é a sua colegialidade. Já durante os anos pré-revolucionários, Lenin chamou o Comité Central um coletivo de dirigentes e guardião e intérprete de princípios Party. "Durante o período entre congressos", assinalou Lênin, "o Comité Central guarda e interpreta os princípios do partido."

Sublinhando o papel do Comité Central e da sua autoridade, Vladimir Ilyich assinalou: "O nosso Comité Central constituiu-se como uma estreita centralizada e altamente autoritário grupo".

Durante a vida de Lenin do Comité Central foi uma real expressão de liderança coletiva: do partido e da nação. Ser um revolucionário militante marxista, sempre inflexível em questões de princípio, nunca Lenin impôs a sua opinião

sobre os seus colegas de trabalho pela força. Ele tentou convencer. Ele explicou pacientemente suas opiniões para os outros. Lenin sempre diligentemente fez com que as normas da vida do partido foram realizados, que os estatutos do partido foram aplicadas, que Congressos do Partido e das sessões plenárias do Comitê Central teve lugar em seus respectivos intervalos adequados.

Além de grandes realizações VI Lenin para a vitória da classe operária e dos camponeses de trabalho, para a vitória do nosso Partido e para a aplicação das ideias do comunismo científico para a vida, a sua mente aguda manifestou-se também no presente. [Lenin] detectada em Stalin no tempo as características negativas que resultou em conseqüências mais graves. Temendo o destino futuro do partido e da nação soviética, VI Lenin fez uma caracterização mais correcta de Stalin. Ele destacou que foi necessário considerar a transferência de Stalin, a partir da posição do [partido] Secretário-Geral, porque Stalin era demasiado rude, não teve uma atitude apropriada para seus companheiros, e foi caprichosa e abusou de seu poder.

Em dezembro de 1922, em uma carta ao congresso do partido, Vladimir Ilyich escreveu: "Depois de assumir o cargo de Secretário-Geral, o camarada Stalin acumulado incomensurável poder em suas mãos e eu não estou certo se ele vai ser sempre capaz de usar esse poder com os cuidados necessários. "

Esta carta - um documento político de enorme importância, conhecido na história do Partido, como o testamento de Lenin "- foi distribuído entre [que] os delegados para [esta] 20^o Congresso do Partido. Você precisa ler e reler, sem dúvida, mais uma vez. Você pôde refletir sobre as palavras simples de Lenin, em que a expressão é dada a ansiedade Vladimir Ilyich relativas à parte, o povo, o Estado, e da direção futura da política do Partido.

Vladimir Ilyich disse:

"Estaline é demasiado rude e este defeito, que pode ser tolerada livremente em nosso meio e nos contactos entre nós, comunistas, se torna um vício que não pode ser tolerado em um exercício do cargo de Secretário-Geral. Devido a isso, proponho que os camaradas consideram o método pelo qual Stalin seria retirado esta posição e por outro homem, que seria escolhido para ele, um homem que, acima de tudo, que diferem de Stalin, em apenas uma qualidade, ou seja, maior tolerância, maior a lealdade, a maior gentileza e atitude mais atencioso para com os camaradas, um temperamento menos caprichosa, etc "

Este documento de Lenin foi dado a conhecer aos delegados no 13^o Congresso do Partido, que discutiu a questão da transferência de Stalin do cargo de Secretário-Geral. Os delegados se declararam a favor da manutenção

Stalin neste post, esperando que ele ouviria observações críticas Vladimir Ilyich e seria capaz de superar os defeitos que causaram Lenin ansiedade grave.

Camaradas! O congresso do partido deve se familiarizar com dois novos documentos que confirmam a personagem de Stalin, como já delineado por Vladimir Ilich Lenin, em seu Testamento ". Estes documentos são uma carta de Nadezhda Konstantinovna Krupskaya para [Lev] Kamenev, que era na altura da cabeça o Politbiuro, e uma carta pessoal de Vladimir Ilich Lenin a Stalin.

Agora vou ler estes documentos:

"LEV Borisovich!

"Por causa de uma breve carta que eu havia escrito em palavras ditadas a mim por Vladimir Ilyich com a permissão dos médicos, Stalin permitiu-se ontem uma explosão involuntariamente rudes direcionada a mim.

Este não é o meu primeiro dia no Partido. Durante todos esses 30 anos nunca ouvi uma palavra de grosseria de qualquer companheiro. The Party's e negócios Ilyich não é menos caro para mim do que a Stalin. Eu preciso de auto-controle máximo agora. O que pode ser o que não se pode discutir com Ilyich eu conheço melhor do que qualquer outro médico, porque eu sei o que o deixa nervoso e que não funciona. Em qualquer caso, eu sei [que] melhor do que Stalin. Estou voltando para você e para Grigory [Zinoviev] como companheiros muito mais próximo de V [ladimir] I lyich []. Peço-lhe para me proteger da interferência rude com a minha vida privada e da vil invectivas e ameaças. Não tenho dúvidas de que a decisão unânime da Comissão do Controle [nesta matéria], com o qual Stalin entender a ameaçar-me, será. No entanto não tenho nem força nem tempo a perder com essa tola discussão. E eu sou um ser humano e os meus nervos estão esticados ao máximo.

"N. Krupskaya "

Nadezhda Konstantinovna escreveu esta carta em 23 de dezembro de 1922. Depois de dois meses e meio, em março de 1923, Vladimir Ilich Lenin Stalin enviou a seguinte carta:

"Ao camarada Stalin (CÓPIAS DE: Kamenev e Zinoviev):

"Caro camarada Stalin!

"É permitida a si mesmo uma citação grosseira de minha esposa ao telefone e uma reprimenda rude com ela. Apesar do fato de que ela lhe disse que ela

concordou em esquecer o que foi dito, no entanto, Zinoviev e Kamenev ouvido falar dela. Eu não tenho nenhuma intenção de se esquecer tão facilmente o que está sendo feito contra mim. Eu não preciso salientar aqui que eu considero como dirigida contra mim o que está sendo feito contra a minha esposa. Peço-lhe, portanto, que pesar cuidadosamente se você for agradável ao retrair suas palavras e pedir desculpas, ou se você preferir o rompimento das relações entre nós.

"Sinceramente: Lenin, 5 de março de 1923

(Tumulto no corredor.)

Camaradas! Não vou comentar sobre esses documentos. Eles falam eloquentemente por si. Desde que Stalin poderia Bhave desta forma durante a vida de Lenin, poderia assim se comportar para Nadezhda Konstantinovna Krupskaya - a quem conhece bem o Partido e os valores altamente como um fiel amigo de Lênin e como um militante activo da causa do partido desde a sua criação - podemos facilmente imaginar como Stalin tratadas outras pessoas. Estas características negativas de sua desenvolvida de forma constante e durante o ano passado adquiriu um carácter absolutamente insuportável.

Como os acontecimentos posteriores provaram, a ansiedade de Lenin era justificada. No primeiro período, após a morte de Lenin, Stalin ainda atenção aos seus conselhos, mas depois ele começou a ignorar as advertências sérias de Vladimir Ilitch. Quando analisamos a prática de Stalin em relação à direção do Partido e do país, quando pararmos para analisar tudo o que Stalin perpetrados, temos de estar convencidos de que os temores de Lenin foram justificadas. As características negativas de Stalin, que, no tempo de Lenin, era apenas incipiente, transformaram-se durante o ano passado em um grave abuso de poder por Stalin, que causou danos incalculáveis ao nosso Partido.

Temos que considerar seriamente e analisar corretamente esse assunto, a fim de que possamos evitar qualquer possibilidade de uma repetição sob qualquer forma do que ocorreu durante a vida de Stalin, que absolutamente não tolera a colegialidade na liderança e no trabalho, e que praticavam violência brutal, não só em relação a tudo que se opunham a ele, mas também em direção ao que parecia, ao seu carácter arbitrário e despótico, ao contrário de seus conceitos.

Stalin não agiu através da persuasão, explicação e cooperação do paciente com as pessoas, mas por imposição de seus conceitos e exigindo submissão absoluta à sua opinião. Quem quer que se opuseram a esses conceitos ou tentou provar seu [próprio] e vista a justeza de seu [próprio] posição foi condenado a remoção da liderança coletiva e à aniquilação moral e física subsequente. Isso foi especialmente verdadeiro durante o período após o 17 °

Congresso do Partido, quando muitos líderes proeminentes Partido e rank-and-file Partido dos Trabalhadores, honestos e dedicados à causa do comunismo, foi vítima de despotismo de Stalin.

Temos de afirmar que o partido travou uma luta séria contra os trotskistas, direitistas e nacionalistas burgueses, e que desarmou ideologicamente todos os inimigos do leninismo. Esta luta ideológica foi realizado com êxito, como resultado de que o partido tornou-se fortalecido e temperado. Aqui Stalin desempenhou um papel positivo.

O Partido liderou uma grande luta político-ideológica contra aqueles em suas próprias fileiras, que propôs teses anti-leninista, que representou uma linha política hostil ao Partido e à causa do socialismo. Este era um teimoso e uma luta difícil, mas necessária, pois a capitulação da linha política, tanto do bloco trotskista-Zinovievite e do Bukharinities realmente levou para a restauração do capitalismo e para a burguesia mundial. Vamos considerar por um momento o que teria acontecido se, em 1928-1929 a linha política de desvio de direita havia prevalecido entre nós, ou orientação para a "industrialização do algodão-vestido", ou para o kulaks, etc Nós não temos agora um poderoso indústria pesada, não teríamos o kolkhozes; iríamos nos encontrar desarmado e fraco em um cerco capitalista.

Foi por esta razão que o partido liderado uma luta ideológica inexorável, explicando a todos os [seus] membros e aos não-massas do Partido dos danos eo perigo das propostas anti-leninista da oposição trotskista e os oportunistas de direita. E este grande trabalho de explicar a linha do partido deu frutos. Ambos os trotskistas e os oportunistas de direita estava isolado politicamente. Uma esmagadora maioria do partido apoiou a linha leninista, e do Partido foi capaz de despertar e organizar as massas trabalhadoras para aplicar a linha leninista e de construir o socialismo.

Um fato digno de nota é que a extrema medidas repressivas não foram usadas contra os trotskistas, o zinovievistas, o Bukharinities, e outros durante o curso da luta ideológica furioso contra eles. A luta [em 1920] foi por motivos ideológicos. Mas alguns anos mais tarde, quando o socialismo em nosso país foi construído, fundamentalmente, quando as classes exploradoras foram liquidados em geral, quando a estrutura social Soviética tinha mudado radicalmente, quando a base social dos movimentos políticos e grupos hostis ao Partido tinha violentamente contraídos, quando o ideológico adversários do partido foram derrotados politicamente há muito tempo -, então a repressão contra eles começaram. Foi precisamente durante este período (1935-1937-1938) que a prática da repressão em massa através do aparelho de governo nasceu, primeiro contra os inimigos do leninismo - trotskistas, zinovievistas, Bukharinities, há muito politicamente derrotado pelo partido - e, posteriormente,

também contra muitos comunistas honestos, contra os quadros do partido, que tiveram a carga pesada da Guerra Civil e os primeiros anos e mais difíceis da industrialização e da coletivização, que lutou ativamente contra os trotskistas e os direitistas para a linha do partido leninista.

Stalin deu origem ao conceito de "inimigo do povo." Este prazo automaticamente tornou desnecessário que os erros ideológicos de um homem ou homens envolvidos em uma controvérsia ser comprovada. É possível o uso da repressão mais cruel, violando todas as normas da legalidade revolucionária, contra qualquer pessoa que de alguma forma em desacordo com Stalin, contra aqueles que eram apenas suspeitos de intenção hostil, contra aqueles que tiveram má reputação. O conceito de "inimigo do povo" efectivamente eliminada a possibilidade de qualquer tipo de luta ideológica ou a realização de uma de suas observações sobre este ou aquele problema, mesmo [problemas], de natureza prática. No conjunto, a única prova de culpa realmente utilizados, contra todas as normas da ciência jurídica atual, foi a "confissão" do próprio acusado. Como posterior sondagem revelou, "confissões" foram adquiridos através de pressões físicas contra os acusados. Isto levou a violações flagrantes da legalidade revolucionária e ao fato de que muitas pessoas totalmente inocentes - [pessoas] que no passado tinha defendido a linha do partido - se tornaram vítimas.

Devemos afirmar que razões, no que diz respeito às pessoas que no seu tempo havia se oposto à linha do partido, havia muitas vezes não suficientemente grave para a sua aniquilação física. A fórmula de "inimigo do povo" foi especialmente criada para o propósito de aniquilar fisicamente tais indivíduos.

É um facto que muitas pessoas que depois foram aniquilados como inimigos do Partido e as pessoas tinham trabalhado com Lênin durante sua vida. Algumas dessas pessoas tinham cometido erros durante a vida de Lenin, mas, apesar disso, Lenin beneficiados pelo seu trabalho, ele corrigia e ele fez todo o possível para mantê-los nas fileiras do Partido, ele convenceu-os a segui-lo.

Neste contexto, os delegados ao congresso do partido deve se familiarizar com uma nota inéditos de VI Lenin Politbiuro direcionado para o Comité Central, em outubro de 1920. Delineando as atribuições do [partido] Comissão de Controle, Lenin escreveu que a Comissão deveria ser transformado em um órgão "real" do Partido e da consciência proletária ".

"Como um dever especial da Comissão de Controle não é recomendado um relacionamento profundo e individualizado, com, e às vezes até um tipo de terapia para os representantes da chamada oposição - aqueles que tenham sofrido uma crise psicológica por causa da falha no seu Soviética ou carreira

Party. Um esforço deve ser feito para acalmar-los, para explicar o assunto para eles de uma forma usada entre os companheiros, para encontrar para eles (evitando o método de emissão de ordens) uma tarefa para a qual estão psicologicamente equipados. Conselhos e regras relativas a este assunto devem ser formuladas por Organizacional do Comitê Central da Mesa, etc "

Todo mundo sabe como Lenin era inconciliável com os inimigos ideológicos do marxismo, com aqueles que se afasta da linha do Partido correta. Ao mesmo tempo, no entanto, Lênin, como é evidente a partir do documento entregue, em sua prática de dirigir o partido exigiu a parte mais íntimo contato com pessoas que tinham mostrado indecisão ou temporário de não conformidade com a linha do partido, mas quem foi possível para voltar ao caminho das partes. Lenin aconselhou que as pessoas devem ser instruídas com paciência, sem aplicação de métodos extremos.

Sabedoria de Lenin em lidar com as pessoas era evidente em seu trabalho com os quadros.

Uma relação completamente diferente com pessoas caracterizadas Stalin. Traços de Lênin - um paciente trabalho com as pessoas, educação teimoso e diligente deles, a capacidade de induzir as pessoas a segui-lo sem o uso de coerção, mas sim através da influência ideológica sobre eles de todo o coletivo - foram inteiramente estranha a Stalin. Ele descartou o método leninista de convencer e educar, ele abandonou o método de luta ideológica para que a violência administrativa, repressões em massa e terror. Ele agiu em uma escala cada vez maior e mais obstinadamente através de órgãos punitivos, ao mesmo tempo, muitas vezes violando todas as normas existentes de moralidade e de leis Soviética.

Comportamento arbitrário por uma pessoa permitido e incentivado a arbitrariedade nos outros. Detenções em massa e deportações de milhares de pessoas, a execução sem julgamento e sem investigação normal criaram condições de insegurança, medo e até desespero.

Isto, naturalmente, não contribuem para a unidade das fileiras do partido e todos os estratos da classe trabalhadora, mas, pelo contrário, provocou a aniquilação ea expulsão do partido dos trabalhadores que eram leais mas inconveniente a Stalin.

O nosso partido lutou pela implementação de planos de Lênin para a construção do socialismo. Esta foi uma luta ideológica. Princípios leninistas tinham sido observadas no decorrer desta luta, tinha devoção do Partido aos princípios foram habilmente combinados com um profundo interesse e solícito para as pessoas, se não tivessem sido repelidos e desperdiçado, mas sim a

atenção para o nosso lado, nós certamente não teria tido uma violação brutal da legalidade revolucionária, muitos milhares de pessoas não têm a vítima caída ao método de terror. Métodos Extraordinária teria então sido utilizados apenas contra as pessoas que tinham, de facto cometeu crimes contra o sistema soviético.

Vamos recordar alguns factos históricos.

Nos dias que antecederam a Revolução de Outubro, dois membros do Comité Central do Partido Bolchevique - Kamenev e Zinoviev - declararam-se contra o plano de Lenin para um levante armado. Além disso, em 18 de outubro eles publicaram no jornal menchevique, Novaya Zhizn, uma declaração de que os bolcheviques estavam fazendo os preparativos para uma revolta e que considerou adventurístico. Kamenev e Zinoviev, portanto, revelou ao inimigo a decisão do Comité Central para a fase de revolta, e que a revolta tinha sido organizado para ter lugar num futuro muito próximo.

Esta foi a traição contra o Partido e contra a Revolução. Neste contexto, VI Lenin escreveu: "Kamenev e Zinoviev revelou a decisão do Comité Central do seu partido sobre o levante armado de [Mikhail] Rodzyanko e Alexander] Kerensky [... Ele apresentou ao Comité Central a questão de Zinoviev e Kamenev expulsão do Partido.

No entanto, depois da Grande Revolução Socialista de Outubro, como é conhecido, Zinoviev e Kamenev foram dadas posições de liderança. Lenin colocá-los em posições em que a maioria das tarefas realizadas responsável partido e participou activamente no trabalho do Partido e dos órgãos de liderança soviética. É sabido que Zinoviev e Kamenev cometeu uma série de outros erros graves durante a vida de Lenin. Em seu "Testamento" de Lenine advertiu que "Zinoviev e Kamenev outubro episódio não foi, naturalmente, um acidente." Mas Lenin não colocar a questão da sua detenção e certamente não o tiro.

Ou, tomemos o exemplo dos trotskistas. Actualmente, após um período suficientemente longo histórico, podemos falar sobre a luta com os trotskistas com calma completa e pode analisar esta questão com objetividade suficiente. Afinal, cerca de Trotski eram pessoas cuja origem não pode, por qualquer meio ser rastreados para a sociedade burguesa. Parte deles pertencia ao Partido da intelectualidade e uma certa parte foram recrutados entre os trabalhadores. Podemos citar muitos indivíduos que, em seu tempo, se juntou ao trotskistas, no entanto, esses mesmos indivíduos tomaram parte activa no movimento operário antes da Revolução, durante a Revolução Socialista de Outubro em si, e também na consolidação da vitória de presente maior das revoluções. Muitos deles rompeu com o trotskismo e retornaram para posições-leninista. Era

necessário aniquilar essas pessoas? Estamos profundamente convencidos de que, Lenin tinha vivido, como um método extremo não teria sido usada contra qualquer um deles.

Esses são apenas alguns fatos históricos. Mas pode-se dizer que Lênin não decide usar até mesmo a forma mais severa contra os inimigos da Revolução, quando este foi realmente necessário? Não, ninguém pode dizer isso. Vladimir Ilyich exigiu intransigente relações com os inimigos da Revolução e da classe trabalhadora e, quando necessário, recorra a esses métodos impiedosamente. Você deve se lembrar apenas luta VI Lenin, com os organizadores Socialista Revolucionário da revolta anti-soviética, com os kulaks contra-revolucionário em 1918 e com os outros, quando Lenin sem hesitação utilizados os métodos mais extremas contra os inimigos. Lenin usado tais métodos, porém, apenas contra os inimigos de classe real e não contra aqueles que mancada, que erram, e que foi possível levar por influência ideológica e até mesmo manter na liderança. Lênin usou métodos severos somente nos casos mais necessário, quando as classes exploradoras ainda existiam e foram opondo-se vigorosamente a Revolução, quando a luta pela sobrevivência era decididamente assumindo formas mais agudas, incluindo até mesmo uma guerra civil.

Stalin, por outro lado, usou métodos extremos e repressões em massa em um momento em que a Revolução já estava vitorioso, quando o Estado soviético foi reforçada, quando as classes exploradoras foram já liquidados e as relações socialistas foram solidamente enraizados em todas as fases da economia nacional, quando o nosso Partido foi politicamente consolidada e fortaleceu-se tanto numericamente e ideologicamente.

É claro que aqui Stalin mostrou em uma série de processos, sua intolerância, sua brutalidade eo seu abuso de poder. Em vez de provar a sua correção política e mobilizar as massas, muitas vezes ele escolheu o caminho da repressão e da aniquilação física, não só contra os inimigos reais, mas também contra os indivíduos que não tinham cometido qualquer crime contra o Partido eo Governo soviético. Aqui vemos nenhuma sabedoria, mas apenas uma demonstração da força brutal, que outrora tão alarmado VI Lenin.

Ultimamente, especialmente após o desmascaramento da quadrilha Beria, o Comité Central analisou uma série de questões fabricado por este grupo. Isto revelou uma imagem muito feia da obstinação brutal relacionados com o comportamento incorrecto de Stalin. Como provar os fatos, Stalin, usando o seu poder ilimitado, permitiu-se muitos abusos, agindo em nome do Comité Central, não pedir a opinião dos membros do Comitê, nem mesmo dos membros do Politbiuro do Comitê Central, muitas vezes ele não informar eles sobre suas decisões pessoais sobre a parte muito importante e às questões de

governo.

Considerando a questão do culto de um indivíduo, devemos em primeiro lugar, mostrar a todos que este dano causado aos interesses do nosso partido.

Vladimir Ilich Lenin sempre salientou o papel do Partido e do significado no sentido de que o governo socialista de operários e camponeses, que viu nesta condição o chefe de um edifício de sucesso do socialismo no nosso país. Apontando para a grande responsabilidade do Partido Bolchevique, como partido do Estado soviético, Lenin chamou para a observância mais minuciosa de todas as normas da vida partidária, ele apelou para a realização dos princípios da colegialidade na direção do Partido e do estado.

Colegialidade dos fluxos de liderança da própria natureza do nosso Partido, a parte construída sobre os princípios do centralismo democrático. "Isto significa", disse Lenin, "que todos os assuntos do partido são realizados por todos os membros do partido - diretamente ou através de representantes - que, sem qualquer exceção, estão sujeitos às mesmas regras, além disso, todos os membros da administração, direcionando todos colegiados, todos os titulares de cargos eletivos do partido são, eles devem responder por suas atividades e são revogáveis".

Sabe-se que o próprio Lênin oferece um exemplo da observância mais cuidadosa destes princípios. Não houve matéria tão importante que o próprio Lênin decidiu que sem pedir conselhos e aprovação da maioria dos membros do Comitê Central ou dos membros do Politbiuro do Comitê Central. No período mais difícil para o nosso partido e nosso país, Lênin considerou necessário convocar regularmente para Congressos, Partido Conferências e sessões plenárias do Comitê Central na qual todas as questões mais importantes e onde foram discutidas as resoluções, cuidadosamente elaboradas pelo coletivo de líderes, foram aprovados.

Podemos lembrar, por exemplo, o ano de 1918 quando o país foi ameaçado pelo ataque do intervencionistas imperialista. Nesta situação, o 7º Congresso do Partido foi convocada para discutir um assunto de vital importância que não podia ser adiada - a questão da paz. Em 1919, durante a Guerra Civil foi furiosa, o 8º Congresso do Partido convocação, que adoptou um programa do novo partido, decidiu assuntos tão importantes como a relação com as massas camponesas, a organização do Exército Vermelho, o papel de líder do Partido no trabalho dos soviets, a correção da composição social do Partido, e outros assuntos. Em 1920, o 9º Congresso do Partido foi convocada, que estabeleceu os princípios orientadores relativos ao trabalho do Partido no domínio da construção econômica. Em 1921, o 10º Congresso do Partido aceitou Nova Política Económica de Lenin e da resolução histórica chamada

"Party

On

Unity".

Durante a vida de Lenin, congressos do partido foram convocadas regularmente; sempre, quando uma mudança radical no desenvolvimento do Partido e do país teve lugar, Lênin considerou absolutamente necessário que o partido discutir em pormenor todas as questões básicas relativas à política interna e externa e a questões relevantes para o desenvolvimento do Partido e do governo.

É muito característico que Lenin dirigida ao congresso do partido como o órgão maior parte seus últimos artigos, cartas e comentários. Durante o período entre congressos, o Comité Central do Partido, actuando como o mais autoritário de liderança coletiva, meticulosamente observados os princípios do Partido, tendo efectuado a sua política.

Assim foi durante a vida de Lenin. Eram sagradas do nosso Partido princípios leninistas observado após a morte de Vladimir Ilyich?

Considerando que, durante os primeiros anos após a morte de Lenin, Congressos do Partido e do Comité Central Plenos ocorreu mais ou menos regular, mais tarde, quando Stalin começou a abusar cada vez mais seu poder, estes princípios foram brutalmente violadas. Isto foi especialmente evidente durante os últimos 15 anos de sua vida. Seria uma situação normal quando mais de 13 anos entre os Congressos 18 e 19 Party, ano durante o qual o nosso partido e nosso país havia experimentado tantos eventos importantes? Estes acontecimentos exigiu categoricamente que o partido deve ter passado resoluções relativas à defesa do país durante a [construção de paz Grande] Guerra Patriótica e depois da guerra.

Mesmo após o fim da guerra, o Congresso não foi convocado por mais de sete anos. Comité Central Plenos raramente eram chamados. Deve ser suficiente mencionar que durante todos os anos da Guerra Patriótica não um único Comitê Central do Plenário ocorreu. É verdade que houve uma tentativa de chamar um Plenum do Comitê Central em outubro de 1941, quando os membros do Comité Central do país inteiro foram chamados para Moscovo. Eles esperaram dois dias para a abertura do Plenário, mas em vão. Stalin não queria nem de conhecer e conversar com os membros do Comité Central. Este fato mostra como Stalin foi desmoralizado nos primeiros meses da guerra e como altivez e desdém, ele tratou os membros do Comité Central.

Na prática, Stalin ignorado as normas da vida partidária e pisoteou o princípio leninista da liderança do Partido coletivo.

Obstinação de Stalin, vis a vis o partido e seu Comitê Central, ficou totalmente

evidente após o 17^o Congresso do Partido, que teve lugar em 1934.

Tendo à sua disposição inúmeros dados mostrando obstinação brutal para com os dirigentes do partido, o Comité Central foi criada uma comissão do partido sob o controle do Presidium do Comité Central. Ele foi encarregado de investigar o que tornou possível repressões em massa contra a maioria dos membros do Comité Central e os candidatos eleitos no Congresso de 17 do Todo-Partido Comunista da União (bolcheviques).

A comissão tem familiarizar-se com uma grande quantidade de materiais nos arquivos do NKVD e com outros documentos. Ela estabeleceu muitos fatos relativos à fabricação de processos contra os comunistas, com falsas acusações, [e] a violações flagrantes da legalidade socialista, que resultou na morte de pessoas inocentes. Tornou-se evidente que o Partido muitos ativistas Soviética e económicas que em 1937-1938 foram rotulados de "inimigos" eram na verdade nunca inimigos, espiões, sabotadores, etc, mas sempre foi honesto comunistas. Eles eram apenas estigmatizados [inimigos]. Muitas vezes, não é capaz de suportar as torturas bárbaras, que cobravam-se (na ordem dos juizes de investigação / falsificadores) com todos os tipos de crimes graves e improvável.

A comissão apresentou ao longo do Presidium do Comité Central e materiais documentados relativos à repressão em massa contra os delegados para o 17^o Congresso do Partido e contra os membros do Comité Central eleito naquele Congresso. Esses materiais têm sido estudados pelo Presidium ..

Determinou-se que dos 139 membros e candidatos do Comité Central que foram eleitos no Congresso de 17, 98 pessoas, ou seja, 70 por cento, foram presos e fuzilados (principalmente em 1937-1938). (Indignação no corredor.) Qual foi a composição dos delegados ao Congresso 17? Sabe-se que 80 por cento dos participantes de votação do Congresso 17 se juntou ao grupo durante o ano de conspiração antes da Revolução e durante a Guerra Civil, ou seja, isto é, antes de 1921. Pela origem social da massa de base dos delegados para o Congresso eram trabalhadores (60 por cento dos membros votantes).

Por esta razão, é inconcebível que um Congresso tão composto poderia ter eleito um Comité Central em que a maioria [dos deputados] viria a ser inimigos do Partido. As razões por que só 70 por cento dos membros do Comité Central e os candidatos eleitos no Congresso de 17 foram marcados como inimigos do Partido e do povo, porque eram comunistas honestos foram caluniados, as acusações contra eles foram fabricados e legalidade revolucionária foi gravemente prejudicada.

O mesmo destino reuniu não só os membros do Comité Central, mas também a maioria dos delegados ao 17º Congresso do Partido. Dos 1.966 delegados com direito de voto, ou seja consultivo, 1.108 pessoas foram presas sob a acusação de crimes anti-revolucionários, isto é, decididamente, mais do que a maioria. Este fato demonstra o absurdo, selvagem e contrário ao senso comum foram as acusações de crimes contra-feita, como vemos agora, contra a maioria dos participantes do 17º Congresso do Partido.

(Indignação no corredor.)

Devemos lembrar que o 17º Congresso do Partido é conhecido historicamente como o Congresso dos vencedores. Os delegados ao Congresso foram ativos participantes da construção do nosso Estado socialista, muitos deles sofreram e lutaram por interesses partido durante os anos pré-revolucionário na conspiração e no civil frentes de guerra, eles lutaram bravamente seus inimigos e muitas vezes parecia nervelessly em face da morte.

Como, então, podemos acreditar que tais pessoas poderiam revelar-se "duas caras" e que juntou os acampamentos dos inimigos do socialismo na era após a liquidação política do zinovievistas, trotskistas e direitistas e depois das grandes realizações da construção socialista ? Este foi o resultado do abuso de poder por Stalin, que começou a usar o terror em massa contra os dirigentes do partido.

Qual é a razão que repressões em massa contra os ativistas aumentou mais e mais após o 17º Congresso do Partido? Foi porque, naquela época de Stalin tinha tão elevado acima do próprio partido e acima da nação que ele deixou de considerar qualquer Comité Central ou o Partido.

Stalin ainda contou com o parecer do coletivo antes do 17º Congresso. Após a liquidação total das políticas trotskistas, zinovievistas e Bukharinites, no entanto, a unidade quando o partido tinha conseguido, Stalin em um grau ainda maior deixou de considerar os membros da Central do Partido Comissão e mesmo os membros da Politbiuro. Stalin achava que agora ele poderia decidir tudo sozinho e que tudo que ele precisava era estatísticos. Ele tratava todos os outros de tal forma que só pôde ouvi-lo e elogiá-lo.

Após o assassinato criminoso de Sergey M. Kirov, repressões em massa e actos brutais de violação da legalidade socialista começou. Na noite de 1 de dezembro de 1934 por iniciativa de Stálin (sem a aprovação do Politbiuro-que foi dada dois dias depois, casualmente), o secretário do Presidium do Comité Executivo Central, [Abel] Yenukidze, assinou a seguinte diretiva:

"1. Agências de pesquisa são direcionadas para acelerar os processos dos

acusados de preparação ou execução de atos de terror.

"2. Órgãos judiciais não são direcionadas para atrasar a execução de sentenças relativas a crimes desta categoria, a fim de considerar a possibilidade de perdão, porque o Presidium do Comitê Executivo Central da URSS não considera possível o recebimento de petições do presente classificação.

"3. Os órgãos do Comissariado de Assuntos Internos [NKVD] são direcionados para executar as sentenças de morte contra os criminosos da categoria acima mencionada, imediatamente após a passagem de sentenças ".

Essa diretiva se tornou a base para atos de abuso de massa contra a legalidade socialista. Durante muitos dos casos em tribunal fabricados, os acusados foram acusados de "preparação" dos actos terroristas, o que privou-os de qualquer possibilidade de que seus casos possam ser re-analisado, mesmo quando afirmou perante o tribunal que as suas "confissões" foram garantidos pela força, e quando, de forma convincente, eles refutaram as acusações contra eles.

Deve-se afirmar que até hoje as circunstâncias que rodearam o assassinato de Kirov esconder muitas coisas que são inexplicáveis e misteriosos e demanda um exame mais cuidadoso. Há razões para a suspeita de que o assassino de Kirov, [Leonid] Nikolayev, foi assistido por alguém do meio do povo, cujo dever era proteger a pessoa de Kirov.

Um mês e meio antes do assassinato, Nikolayev foi preso em razão do comportamento suspeito, mas ele foi libertado e nem mesmo procurou. É uma circunstância incomum suspeito que quando o chekista designados para proteger o Kirov estava sendo levado para um interrogatório, em 2 de dezembro de 1934, ele foi morto em um carro de "acidente" em que nenhum dos outros ocupantes do carro foram prejudicados. Após o assassinato de Kirov, funcionários do alto da NKVD Leningrado foram condenados a sentenças muito leves, mas em 1937 eles foram baleados. Nós podemos assumir que eles foram fuzilados, a fim de encobrir os vestígios dos organizadores do assassinato de Kirov.

(Movimento no corredor.)

Repressões em massa cresceu enormemente desde o final de 1936 depois de um telegrama de Stalin e Andrey [] Jdanov, datado de Sochi, em 25 de setembro de 1936, foi dirigida a [Lazar] Kaganovich, [Vyacheslav] Molotov e outros membros da Politbiuro. O conteúdo do telegrama foi a seguinte:

"Consideramos absolutamente necessário e urgente que o companheiro [Nikolay] Yezhov ser nomeado para o cargo de Comissário do Povo para Assuntos Internos. [Genrikh] Yagoda definitivamente provou-se incapaz de desmascarar o trotskista bloco Zinovievite. O OGPU é de quatro anos atrás nesta matéria. Isso é notado por todos do Partido dos Trabalhadores e pela maioria dos representantes do NKVD. "

Estritamente falando, devemos salientar que Stalin não se encontrar e, portanto, não poderia conhecer a opinião do Partido dos Trabalhadores.

Esta formulação stalinista que "o NKVD é de quatro anos atrás" na aplicação de repressão em massa e que há uma necessidade de "catching up" com o trabalho negligenciadas diretamente empurraram os trabalhadores da NKVD no caminho de detenções em massa e execuções.

Devemos dizer que esta formulação também foi forçado a fevereiro-março de sessão plenária do Comitê Central do Todo-Partido Comunista (bolchevique) em 1937. O Plenário aprovou resolução com base no relatório Yezhov's, "Lições que decorrem da atividade nociva, diversão e espionagem do Japonês-Alemão-agentes trotskista", afirmando:

"O Plenário do Comitê Central do Todo-Partido Comunista (bolchevique) considera que todos os fatos revelados durante o inquérito sobre a questão de um centro anti-soviético trotskista e de seus seguidores nas províncias mostram que o Comissariado do Povo dos Assuntos Internos tem ficado para trás pelo menos quatro anos na tentativa de desmascarar estes inimigos mais inexorável do povo.

As repressões em massa neste tempo foram feitos sob o slogan de uma luta contra os trotskistas. Será que os trotskistas, neste momento realmente constituir um perigo para o nosso Partido e do Estado soviético? Devemos lembrar que em 1927, na véspera do 15^o Congresso do Partido, apenas cerca de 4.000 [Party] votos foram para a oposição trotskista Zinovievite quando havia 724.000 para a linha do Partido. Durante os 10 anos que passaram entre o 15^o Congresso do Partido e fevereiro-março Comitê Central Plenum, trotskismo estava completamente desarmado. Muitos ex-trotskistas mudado seu ponto de vista antigo e trabalhou em vários sectores de construção do socialismo. É claro que, na situação de vitória socialista, não havia base para o terror de massa no país.

Relatório de Stalin na fevereiro-março Plenum do Comitê Central em 1937, "As deficiências do Partido trabalho e métodos para a liquidação dos trotskistas e dos outros dois Facers", continha uma tentativa de justificação teórica da política de terror em massa sob o pretexto de que a classe guerra deve aguçar

alegadamente como marcha rumo ao socialismo. Stalin afirmou que tanto a história e Lênin lhe ensinou isso.

Na verdade Lênin ensinou que a aplicação da violência revolucionária é necessária devido à resistência das classes exploradoras, e isso se refere à época em que as classes exploradoras existiam e eram poderosas. Assim que a situação política do país tinha melhorado, quando em janeiro de 1920, o Exército Vermelho teve Rostov e, assim, uma vitória mais importante sobre [Geral AI] Denikin, Lenine encarregou [Felix] Dzerzhinsky para parar o terror em massa e de abolir a pena de morte. Lenin justifica este movimento político importante do Estado soviético, da seguinte forma em seu relatório na sessão do All-Union Comitê Executivo Central, 2 de fevereiro de 1920:

"Fomos forçados a usar o terror por causa do terror praticado pelos Entente, quando as potências mundiais forte jogaram suas hordas contra nós, não evitando qualquer tipo de conduta. Nós não teria durado dois dias que nós não respondeu a estas tentativas de oficiais e defensores dos brancos, de forma implacável, o que significou o uso do terror, mas isso nos foi imposto pelos métodos terroristas da Entente.

"Mas assim que nós alcançamos uma vitória decisiva, até mesmo antes do final da guerra, imediatamente após tomar Rostov, nós demos acima o uso da pena de morte e, assim, provado que temos a intenção de executar nosso próprio programa da maneira que nós prometemos . Nós dizemos que a aplicação de violência flui para fora da decisão de sufocar os exploradores, os latifundiários e os capitalistas, logo que este foi realizado desistimos a utilização de todos os métodos extraordinários. Nós provamos isso em prática ".

Estaline desviou esses preceitos claros e simples de Lênin. Stalin colocou o Partido e do NKVD até o uso do terror em massa quando as classes exploradoras foram liquidados em nosso país e que não havia razões sérias para o uso do terror em massa extraordinária.

Este terror não era realmente dirigida ao restos das classes derrotadas, mas contra a exploração de trabalhadores honestos do Partido e do Estado soviético; contra eles foram feitas mentir, acusações difamatórias e absurdas sobre "duas facedness", "espionagem", " sabotagem, preparação "da fictícia" parcelas", etc

Em fevereiro, o Comitê Central de Março de 1937 no Plenário muitos membros realmente questionou a justiça do curso estabelecida em matéria de repressão em massa, sob o pretexto da luta contra a "duas facedness".

O camarada [Pavel] Postyshev mais habilmente expressas estas dúvidas. Ele

disse:

"Eu tenho filosofado que os anos de luta severa passaram. Os membros do Partido que perderam os seus backbones quebraram ou se juntaram ao acampamento do inimigo; elementos saudáveis têm lutado para o Partido. Estes foram os anos da industrialização e da coletivização. Eu nunca pensei que seria possível que após essa era grave havia passado Karpov e pessoas como ele iria encontrar-se no campo do inimigo. Karpov era um trabalhador ucraniano no Comitê Central Postyshev quem conhecia bem.) E agora, de acordo com o depoimento, parece que Karpov foi recrutado em 1934 pelos trotskistas. Eu pessoalmente não acredito que, em 1934, um membro do partido honesto que pisou o longo caminho de luta implacável contra os inimigos para o Partido e para o socialismo seria agora no acampamento dos inimigos. Eu não acredito nisso Eu não posso imaginar como seria possível viajar com o grupo durante os anos difíceis e, em seguida, em 1934, junto os trotskistas. É uma coisa estranha"

(Movimento no corredor.)

Usando a formulação de Stalin, ou seja, que quanto mais perto estamos ao socialismo a mais inimigos que teremos, e usando a resolução de fevereiro e março do Comitê Central Plenário aprovou, com base em relatório Yezhov, os provocadores infiltrados o estado dos órgãos de segurança juntamente com carreiristas sem escrúpulos começaram a proteger com o nome de Partido do terror em massa contra os dirigentes do partido, dos quadros do Estado soviético, e ordinários dos cidadãos soviéticos. Ela deve ser suficiente para dizer que o número de detenções com base em acusações de crimes contra-revolucionários havia crescido dez vezes entre 1936 e 1937.

É sabido que a obstinação brutal foi praticado contra a líder do Partido dos Trabalhadores. O [pertinentes] Party estatuto, aprovado no 17º Congresso do Partido, foi baseada nos princípios leninistas expressa no 10º Congresso do Partido. Indicou que, a fim de aplicar um método de extremos, como a exclusão do Partido contra um membro do Comité Central, contra um candidato do Comité Central ou contra um membro do Partido da Comissão de Controle ", é necessário chamar um Comitê Central do Plenário e convidar para o Plenário todos os candidatos, membros do Comité Central e de todos os membros da Comissão de Controle Party ", só se dois terços dos membros dessa assembleia geral de líderes responsáveis Partido considerou necessário, só então poderá um membro do Comité Central ou ser candidato expulsos.

A maioria dos membros dos Comité Central e os candidatos que foram eleitos no Congresso de 17 e preso em 1937-1938 foram expulsos do Partido ilegalmente por abuso brutal do estatuto dos partidos, porque a questão da sua

expulsão nunca foi estudado no plenário do Comitê Central .

Agora, quando os casos de alguns desses chamados "espiões" e "sabotadores", foram examinados, constatou-se que todos os seus casos foram fabricadas. As confissões de culpa de muitos desses presos e acusados de atividade inimiga foram obtidas com a ajuda de torturas cruéis e desumanas.

Ao mesmo tempo, Stalin, como temos sido informados por membros da Politbiuro da época, não mostrar-lhes as declarações de muitos ativistas políticos acusados quando retratou suas confissões perante o tribunal militar e pediu um exame objetivo de seus casos . Havia muitas declarações, e Stalin, sem dúvida, sabia deles.

O Comitê Central considera absolutamente necessário informar o Congresso de muitas dessas fabricadas "casos" contra os membros da Central do Partido do Comitê eleito no 17^o Congresso do Partido.

Um exemplo de provocação vil, de falsificação odiosa e criminosa de violação da legalidade revolucionária é o caso do ex-candidato para o Comitê Central Politbiuro, um dos trabalhadores mais eminentes do Partido e do governo soviético, camarada [Robert] Eikhe, que tinha sido um membro do partido desde 1905.

(Tumulto no corredor.)

Camarada Eikhe foi preso em 29 de abril de 1938, com base em matérias caluniosas, sem a sanção do [Estado] Ministério da URSS. Esta foi finalmente recebido 15 meses após a detenção.

O inquérito sobre o caso Eikhe foi feita de uma forma mais brutal violação da legalidade soviética e foi acompanhado por obstinação e falsificação.

Sob tortura, Eikhe foi forçado a assinar um protocolo de sua confissão preparado com antecedência pelos juízes de investigação. Nela, ele e vários outros trabalhadores eminentes do partido foram acusados de atividade anti-soviética.

Em 1 de outubro de 1939 Eikhe enviada a sua declaração de Stalin no qual negou categoricamente a sua culpa e pediu uma análise do seu caso. Na declaração, ele escreveu: "Não há miséria mais amargo do que sentar-se na prisão de um governo que sempre combateu."

A segunda declaração de Eikhe foi preservado, que enviou a Stalin em 27 de outubro de 1939. Nela [Eikhe] citou fatos muito convincente e rebateu as

acusações caluniosas feitas contra ele, argumentando que essa acusação foi provocatórias de um lado o trabalho dos trotskistas real cujas prisões tinha sancionado como Primeiro Secretário da Sibéria Ocidental Comitê Regional do Partido e que conspiraram a fim de vingar-se dele e, por outro lado, o resultado da falsificação base de materiais pelos juízes de investigação.

Eikhe escreveu em sua declaração:

"... Em 25 de outubro deste ano, fui informado de que o inquérito, no meu caso foi concluído e me foi dado acesso aos materiais do presente inquérito. Se eu tivesse sido culpado de apenas um centésimo dos crimes com que eu sou acusado, eu não teria que se atreveu a enviar-lhe esta declaração prévia à execução. No entanto eu não tenho sido culpado de um mesmo das coisas com que eu sou cobrado e meu coração é limpo, até mesmo a sombra de baixaza. Eu nunca na minha vida te disse uma palavra de falsidade, e, agora, encontrar os dois pés na sepultura, ainda não estou mentindo. O meu caso todo é um exemplo típico de provocação, calúnia e violação das bases elementares de legalidade revolucionária

"... As confissões que passaram a fazer parte do meu arquivo não são apenas absurdo, mas contêm calúnia para o Comitê Central do Todo-Partido Comunista da União (bolcheviques) e para o Conselho dos Comissários do Povo. [Este é] porque resoluções corretas do Comitê Central do Todo-Partido Comunista (Bolchevique) e do Conselho dos Comissários do Povo, que não foram feitos por minha iniciativa e [foram promulgadas] sem a minha participação são apresentados como actos hostis de contra - organizações feitas por sugestão minha.

"Agora estou fazendo referência à parte mais vergonhoso da minha vida e minha culpa realmente grave contra o Partido e contra ti. Esta é a minha confissão de atividade contra-revolucionária O caso é o seguinte: Não ser capaz de sofrer as torturas a que foi submetido por [Z.] Ushakov e Nikolayev - especialmente pelo primeiro, que utilizaram o conhecimento de que minhas costelas quebradas não foram devidamente reparado e que me causou muita dor - Fui obrigado a acusar-me e outros.

"A maioria da minha confissão foi sugerido ou ditada por Ushakov. O resto é a minha reconstrução de materiais de NKVD Sibéria para que eu assumi toda a responsabilidade. Se alguma parte da história que Ushakov fabricado e que eu assinei não devidamente coeso, fui forçado a assinar uma outra variação. A mesma coisa foi feita para [Moisey] Rukhimovich, que estava na primeira designada como membro da rede de reserva, e cujo nome mais tarde foi removido sem me dizer nada sobre isso. O mesmo também foi feito com o líder da rede de reserva, supostamente criado por Bukharin em 1935. No começo eu

escrevi o meu [próprio] em nome e em seguida, fui instruído a inserir [Valery] Mezhlauk's. Houve outros incidentes semelhantes.

"... Eu estou pedindo e implorando que você voltará a analisar o meu caso, e isso não com a finalidade de poupar-me, mas a fim de desmascarar a provocação que vil, como uma serpente, ferida em torno de si muitas pessoas em um grande grau devido a minha maldade e calúnia criminoso. Eu nunca ter traído você ou o Partido. Eu sei que eu pereça por causa do trabalho vil e média de inimigos do Partido e do povo, que fabricou a provocação contra mim. "

Parece que essa declaração foi um importante valor de um exame pelo Comité Central. Isto, entretanto, não foi feito. A declaração foi transmitida ao Beria enquanto os maus-tratos terríveis do candidato Politbiuro, camarada Eikhe, continuou.

Em 2 de fevereiro de 1940, Eikhe foi levado perante o tribunal. Aqui ele não professar qualquer culpa e disse o seguinte:

"Em todas as confissões chamado de minas não há uma carta escrita por mim com a exceção do meu assinaturas no âmbito dos protocolos, que foram forçadas a deixar-me. Eu fiz a minha confissão sob pressão do juiz de investigação, que desde o momento da minha prisão me atormentava. Depois que comecei a escrever toda essa bobagem A coisa mais importante para mim é dizer ao tribunal, o Grupo de Stalin e que eu não sou culpado. Eu nunca fui culpado de qualquer conspiração. Eu vou morrer acreditando na verdade da política do Partido como eu acreditei nele durante toda a minha vida. "

Em 4 de fevereiro, Eikhe foi baleado.

(Indignação no corredor.)

Ele foi definitivamente estabelecida, agora que caso Eikhe foi fabricada. Ele tem sido reabilitados postumamente.

O camarada [Yan] Rudzutak, um candidato-membro da Politbiuro, um membro do partido desde 1905, que passou 10 anos em um campo de trabalho czarista rígido, completamente retraído em tribunal a confissão forçada dele. O protocolo da sessão do Colégio Militar do Supremo Tribunal contém a seguinte declaração do Rudzutak:

"... O único fundamento que [o réu] coloca perante o tribunal é que o Comité Central do Todo-Partido Comunista (bolchevique) ser informado de que há no NKVD um centro que ainda não liquidados, que é astuciosamente processos

de fabricação, o que obriga inocente pessoas para confessar. Não há oportunidade de provar a sua não participação nos crimes em que as confissões de várias pessoas depor. Os métodos de investigação são tais que obrigam as pessoas a mentir e caluniar pessoas completamente inocentes, para além daqueles que já são acusados. [O arguido] pede ao Tribunal que lhe seja permitido informar o Comité Central do Todo-Partido Comunista (bolchevique) sobre tudo isso por escrito. Ele garante o Tribunal de que ele, pessoalmente, nunca teve maus desígnios em relação à política do nosso partido, porque ele sempre concordou com parte da política sobre todas as esferas da actividade económica e cultural".

Esta declaração de Rudzutak foi ignorado, apesar do fato de que Rudzutak no seu tempo era o chefe da Comissão Central de Controle, que tinha sido chamado a ser, de acordo com a concepção de Lênin, com o propósito de lutar pela unidade do partido. Desta maneira caiu na cabeça deste órgão partidário altamente autoritário, uma vítima da obstinação brutal. Ele nem sequer foi chamado antes da Politbiuro porque Stalin não queria falar com ele. Sentença foi pronunciada contra ele em 20 minutos e ele foi baleado.

(Indignação no corredor.)

Após uma cuidadosa análise do caso em 1955, foi estabelecido que a acusação contra Rudzutak era falsa e que foi baseado em matérias caluniosas. Rudzutak foi reabilitado postumamente.

A maneira em que o ex-trabalhadores da NKVD fabricados vários fictícias "centros anti-soviética" e "blocos" com a ajuda de métodos provocatórias é visto a partir da confissão do companheiro Rozenblum, um membro do partido desde 1906, que foi preso em 1937 pelo Leningrad NKVD.

Durante o exame, em 1955, do caso Komarov, Rozenblum revelou o seguinte fato: Quando Rozenblum foi preso em 1937, ele foi submetido a terríveis torturas, durante a qual foi condenada a confessar informações falsas sobre si mesmo e outras pessoas. Ele foi então levado para o cargo de [Leonid] Zakovsky, que lhe ofereceu a liberdade com a condição de que ele faz no tribunal uma confissão falsa fabricada em 1937 pela NKVD a respeito de "sabotagem, espionagem e diversão em um centro terrorista em Leningrado." (movimento no corredor.) Com um cinismo inacreditável, Zakovsky disse sobre o mecanismo de "vil" para a criação artesanal fabricada de "anti-parcelas Soviética".

"Para ilustrá-la para mim", declarou Rozenblum, "Zakovsky me deu várias variantes possíveis da organização deste centro e dos seus ramos. Depois de ter detalhado da organização para mim, Zakovsky me disse que iria preparar o

NKVD no caso de este centro, observando que o julgamento será pública. Antes de o Tribunal viesse a ser levado 4 ou 5 membros deste centro: [Mikhail] Chudov, [Fyodor] Ugarov, [Pyotr] Smorodin, [Boris] Pozern, esposa Chudov's [Liudmilla] Shaposhnikova e outros, juntamente com 2 ou 3 membros de os ramos deste centro

"... O caso do centro de Leningrado, tem que ser construído solidamente, e por esta razão as testemunhas são necessárias. Social origem (é claro que, no passado) e do estatuto do partido a testemunha vai jogar mais do que um pequeno papel. "Você, você mesmo", disse Zakovsky, " não precisamos inventar nada. O NKVD irá preparar um esquema pronto para todos os ramos do centro. Você vai ter que estudá-la cuidadosamente, e lembre-se bem todas as questões, o Tribunal pode pedir e suas respostas. Este processo vai ficar pronta em quatro ou cinco meses, talvez em meio ano. Durante todo esse tempo você estará se preparando para que você não vai comprometer a investigação ea si mesmo. Seu futuro dependerá da forma como o processo vai e em seus resultados. Se você começa a mentir e para testemunhar falsamente, culpe. Se você conseguir suportá-lo, você irá salvar sua cabeça e vamos alimentar e vestir-lhe a custo do governo até sua morte. "

Este é o tipo de coisa vil praticado então.

(Movimento no corredor.)

Ainda mais amplamente foi a falsificação dos casos praticados nas províncias. O quartel-general do NKVD da Província Sverdlov "descobriu" uma chamada "Ural pessoal revolta" - um órgão do bloco de direitistas, trotskistas, socialistas revolucionários e os líderes da Igreja - cujo chefe era supostamente o secretário do Comité Provincial Sverdlov Partido e membro do Comité Central, All-Partido Comunista (bolchevique), [Ivan] Kabakov, que tinha sido um membro do partido desde 1914. Materiais de pesquisa que mostram que o tempo em quase todas as regiões, províncias e repúblicas que supostamente existiu "de direita trotskista, espionagem, terrorismo e sabotagem organizações e centros de diversão" e que os chefes de organizações como a regra - por razão desconhecida - foram Primeira secretários provinciais ou republicano comissões ou comités do Partido Comunista Central.

Muitos milhares de comunistas honestos e inocentes tenham morrido como resultado desta falsificação monstruosa dos tais "casos", como resultado do fato de que todos os tipos de caluniador "confissões" foram aceites, e, como resultado da prática de forçar acusações contra si mesmo e aos outros. Da mesma forma foram fabricados os casos "contra o Partido eminente e trabalhadores do estado - [Stanislav] Kosior, [Vlas] Chubar, [Pavel] Postyshev, [Alexander] Kosarev, e outros.

Naqueles anos de repressão em grande escala foram aplicadas, que foram baseados em nada tangível e que resultou em pesadas perdas de quadros para o Partido.

A prática era tolerada vicioso de ter o NKVD elaborar listas de pessoas cujos casos estavam sob a jurisdição do Colégio Militar e cujas sentenças foram preparadas com antecedência. Yezhov iria enviar estes [de execução], enumerar a Stalin pessoalmente para a sua aprovação do castigo proposto. Em 1937-1938, 383 dessas listas contendo os nomes de muitos milhares de Partido soviético, Komsomol, do Exército e econômica dos trabalhadores foram enviados para Stalin. Ele aprovou essas listas.

Uma grande parte destes casos estão sendo analisados agora. Um grande muitos estão a ser anulado porque eram infundadas e falsificados. Basta dizer que de 1954 a tempo de apresentar o Colégio Militar do Supremo Tribunal Federal recuperou 7.679 pessoas, muitos dos quais têm sido reabilitados postumamente.

Detenções em massa de partido, União Soviética, os trabalhadores econômica e militar causou um prejuízo enorme para o nosso país e para a causa do avanço socialista.

Repressões em massa teve uma influência negativa sobre a condição moral e política do Partido, criou uma situação de incerteza, contribuiu para a divulgação da suspeita insalubre, e semeou desconfiança entre os comunistas. Todos os tipos de caluniadores e carreiristas estavam ativos.

Resoluções da janeiro de 1938 Comitê Central do Plenário trouxe alguma medida de melhoria para organizações do Partido. No entanto, a repressão generalizada também existia em 1938.

Só porque o nosso Partido tem ao seu dispor tão grande força moral e político que foi possível para ele sobreviver aos acontecimentos difíceis em 1937-1938 e para educar os novos quadros. Há, no entanto, não há dúvida que a nossa marcha rumo ao socialismo e para a preparação da defesa do país teria sido muito mais bem sucedida se não fosse a tremenda perda nos quadros sofridos em consequência da repressão em massa infundadas e falsas em 1937 -1938.

Estamos acusando Yezhov justamente para a degenerar práticas de 1937. Mas temos de responder a estas perguntas: Poderia Yezhov prenderam Kosior, por exemplo, sem o conhecimento de Stalin? Houve uma troca de opiniões ou de uma decisão Politbiuro sobre isso?

Não, não havia, como não havia nada sobre os outros casos deste tipo. Yezhov poderia ter decidido questões tão importantes como o destino de tais figuras eminentes do partido?

Não, seria uma demonstração de ingenuidade considerar esta obra de Yezhov sozinho. É claro que estas questões foram decididas por Stalin, e que sem as suas ordens e sua sanção Yezhov não poderia ter feito isso.

Nós examinamos esses casos e não reabilitadas Kosior, Rudzutak, Postyshev, Kosarev e outros. Pois o que faz com que eles foram presos e condenados? Nossa revisão das provas mostra que não havia razão para isso. Eles, como muitos outros, foram presos sem o conhecimento do Ministério Público.

Em tal situação, não há necessidade de qualquer sanção, para que tipo de sanção poderia haver quando Stalin decidiu tudo? Ele foi o procurador-geral nesses casos. Stalin não só aceitou mas emitiu ordens de captura-los em sua própria iniciativa. Temos de dizer isso para que os delegados ao Congresso e pode claramente comprometem-se avaliar isso e tirar as conclusões adequadas.

Os fatos provam que muitos abusos foram feitas por ordem de Stalin, sem contar com as normas do Partido e da legalidade soviética. Stalin era um homem muito desconfiado, doente suspeito. Sabemos que esta do nosso trabalho com ele. Ele poderia olhar para um homem e dizer: "Por que seus olhos shifty assim hoje?" Ou "Por que você está girando muito hoje e evitando me olhar diretamente nos olhos?" A desconfiança doentia criou nele uma desconfiança geral, mesmo para eminente do Partido dos Trabalhadores a quem conhecia há muitos anos. Em toda parte e em tudo o que viram "inimigos", "dois Facers" e "espiões". Possuindo poder ilimitado, que o espectáculo de grande obstinação e pessoas sufocadas moralmente como também fisicamente. A situação foi criada onde não se podia expressar a própria vontade.

Quando Stalin disse que um ou outro deveria ser preso, foi necessário aceitar a fé que ele era um "inimigo do povo". Enquanto isso, a gangue de Beria, que correu os órgãos de segurança do Estado, superou-se em provar a culpa do preso e da verdade dos materiais que falsificados. E que as provas foram oferecidas? As confissões dos presos, e os juizes de investigação aceitou estas confissões ". E como é possível que uma pessoa confessa crimes que não cometeu? Somente em um caminho, por causa da aplicação de métodos físicos de pressioná-lo, torturas, levando-os a um estado de inconsciência, a privação de seu julgamento, tirando da sua dignidade humana. Desta forma foram "confissões" adquiridos.

A onda de detenções em massa começou a diminuir em 1939. Quando as organizações líderes do Partido territorial começou a acusar os trabalhadores NKVD de usar métodos de pressão física sobre os presos, Stalin enviou um telegrama codificado em 20 de janeiro de 1939 aos secretários do comitê de províncias e regiões, aos comitês centrais dos republicanos partidos comunistas, para o [republicano] Comissários do Povo dos Assuntos Internos e aos chefes de organizações NKVD. Este telegrama declarou:

"O Comitê Central do Todo-Partido Comunista (bolchevique) explica que a aplicação de métodos de pressão física, na prática, NKVD é permitida a partir de 1937, em conformidade com a autorização do Comitê Central do Todo-Partido Comunista (bolchevique). .. Sabe-se que todos os serviços de inteligência burguesa utilização de métodos de influência física contra os representantes do proletariado socialista e que usá-los em suas formas mais escandalosas.

"A questão que se coloca é por que o serviço de inteligência socialista deveria ser mais humanitária contra os agentes louco da burguesia, contra os inimigos mortais da classe operária e dos trabalhadores kolkhoz. O Comitê Central do Todo-Partido Comunista (bolchevique) considera que a pressão física deve ainda ser utilizados obrigatoriamente, como uma exceção aplicável aos inimigos conhecidos e obstinação do povo, como um método tanto justificável e conveniente".

Assim, Stalin tinha sancionado em nome do Comitê Central do Todo-Partido Comunista (bolchevique), a violação mais brutal da legalidade socialista, tortura e opressão, que levou, como vimos ao caluniar e à auto-acusação de pessoas inocentes.

Não há muito tempo - apenas alguns dias antes do Congresso presentes - estamos chamados à sessão do Comitê Central do Presidium e interrogado no Rodos juiz de investigação, que em seu tempo investigado e interrogado Kosior, Chubar e Kosarev. Ele é uma pessoa vil, com o cérebro de um pássaro, e completamente degenerada moralmente. Foi este homem que estava decidindo o destino dos trabalhadores proeminente Partido. Ele também foi tomada de decisões relativas à política nesta matéria, porque, tendo estabelecido seu "crime", disse ele, assim, desde materiais de que importantes implicações políticas poderiam ser extraídas.

A questão coloca-se um homem com um intelecto, como poderia-by-himelf ter realizado as suas investigações de forma comprovar a culpa de pessoas como Kosior e outros. Não, ele não poderia ter feito isso sem directivas adequada. Na sessão do Comitê Central do Presidium ele nos disse: "Foi-me dito que Kosior e Chubar eram inimigos do povo e por esta razão eu, como um juiz de

investigação, teve que fazê-los confessar que eram inimigos".

(Indignação no corredor.)

Ele faria isso apenas através de longas torturas, o que fez, recebendo instruções detalhadas de Beria. Devemos dizer que, na sessão do Comitê Central do Presidium ele cinicamente declarou: "Eu pensei que estava executando as ordens do Partido." Desta forma, as ordens de Stalin sobre a utilização de métodos de pressão física contra os presos foram conduzidos em prática .

Estes e muitos outros factos mostram que todas as normas do Partido solução correta de problemas foram [no] validada e que tudo estava dependente da obstinação de um homem.

A energia acumulada nas mãos de uma pessoa, Stalin, levou a graves consequências durante a Grande Guerra Patriótica.

Quando olhamos para muitos dos nossos romances, filmes e estudos histórico-científico, o papel de Stalin na Guerra Patriótica parece ser totalmente improvável. Stalin tinha previsto tudo. O exército soviético, a partir de um plano estratégico elaborado por Stalin, muito antes, usou a tática da chamada "defesa activa", ou seja, as táticas que, como sabemos, permitiu que os alemães a chegar a Moscou e Stalingrado. Usando essas táticas, o exército soviético, supostamente só graças ao gênio de Stalin, virou-se para a ofensiva e dominou o inimigo. A vitória épica adquirida através do poderio militar do país dos soviéticos, através do nosso heróico povo, é atribuída a este tipo de novela, filme e "estudos científicos", como sendo completamente devido ao gênio estratégico de Stalin.

Temos que analisar esta questão com cuidado porque tem uma enorme importância não apenas do histórico, mas sobretudo a partir dos pontos políticos, educacionais e de vista prático. Quais são os fatos sobre este assunto?

Antes da guerra, nossa imprensa e todo o nosso trabalho político-educacional foi caracterizada pelo seu tom de vanglória: Quando um inimigo viola o sagrado solo soviético, em seguida, para cada golpe do inimigo, nós responderemos com três, e vamos lutar contra o inimigo em sua própria solo e vamos ganhar sem prejudicar muito a nós mesmos. Mas estas declarações positivas não foram baseados em todas as áreas em fatos concretos, o que realmente garantem a imunidade das nossas fronteiras.

Durante a guerra e depois da guerra, Stalin avançada a tese de que a tragédia

do nosso país experimentou na primeira parte da guerra foi o resultado de um "inesperado" ataque dos alemães contra a União Soviética. Mas, camaradas, isto é completamente falso. Logo que Hitler chegou ao poder na Alemanha, atribuído a si a tarefa de liquidar o comunismo. Os fascistas estavam a dizer isso abertamente. Eles não escondem os seus planos.

Para atingir este fim agressivo, todo tipo de pactos e blocos foram criados, como o famoso Berlim-Roma-Tóquio Eixo. Muitos fatos do período pré-guerra mostrou claramente que Hitler estava fazendo de tudo para começar uma guerra contra o Estado soviético, e que ele tinha concentrado grandes exércitos, juntamente com as unidades blindadas, perto da fronteira soviética.

Os documentos que já foram publicados mostram que [assim como] 3 de abril de 1941 Churchill, através de seu embaixador para a URSS, [Sir Stafford] Cripps, pessoalmente Stalin advertiu que os alemães começaram a reagrupar suas unidades armadas com a intenção de atacar o União Soviética.

É evidente que Churchill não fizeram isso em todos por causa de seu sentimento amigável para a nação soviética. Ele tinha em seus objetivos este próprios imperialista - para levar a Alemanha ea URSS em uma guerra sangrenta e, assim, reforçar a posição do Império Britânico.

Todos os mesmos, Churchill afirmou em seus escritos que ele procurou "Stalin alertar e chamar a sua atenção para o perigo que o ameaçava." Churchill salientou esta repetidamente em seu despacho de 18 de abril e no dia seguinte. No entanto, Stalin não teve o cuidado desses avisos. Além disso, Stalin ordenou que o crédito não ser dado a informação deste tipo, de modo a não provocar o início das operações militares.

Temos de afirmar que as informações desse tipo sobre a ameaça de uma invasão armada alemã do território soviético estava entrando também em nossas próprias fontes militares e diplomáticas. No entanto, porque a liderança foi condicionado contra tais informações, dados, foi enviado com medo e avaliada com reserva. Assim, por exemplo, a informação enviada de Berlim, em 6 de maio de 1941 pelo adido militar soviético (sic), capitão (sic) Vorontsov, declarou: "cidadão soviético Bozer ... comunicada ao vice-adido naval que, segundo uma declaração de um oficial alemão determinados a partir da sede de Hitler, a Alemanha se prepara para invadir a URSS em 14 de maio através da Finlândia, nos países bálticos e na Letónia. Ao mesmo tempo, Moscou e Leningrado será fortemente invadida e pára-quedistas em cidades fronteiriças"

Em seu relatório de 22 de maio de 1941, o Vice-adido militar em Berlim, Khlopov, comunicou que "... o ataque do exército alemão é declaradamente

agendada para 15 de junho, mas é possível que ele possa começar no dia primeiro de junho ... "

Um cabo da nossa Embaixada de Londres datada de 18 de junho de 1941, declarou: "A partir de agora Cripps está profundamente convencido da inevitabilidade de um conflito armado entre a Alemanha ea URSS, que não começará o mais tardar em meados de junho. Segundo Cripps, os alemães têm actualmente concentrado 147 divisões (incluindo a Força Aérea e as unidades de serviço) ao longo das fronteiras soviético"

Apesar destas advertências particularmente grave, as medidas necessárias não foram tomadas medidas para preparar o país corretamente para a defesa e para impedir que ele seja apanhado desprevenido.

Será que temos tempo e os recursos para tais preparações? Sim, nós tivemos o tempo ea capacidade. Nossa indústria já estava tão desenvolvido que era capaz de atender plenamente o Exército Soviético com tudo o que precisava. Isso é comprovado pelo fato de que, apesar de durante a guerra, perdemos quase metade da nossa indústria e importantes industriais e áreas de produção de alimentos como resultado da ocupação inimiga da Ucrânia, no Cáucaso do Norte e outras partes do oeste do país, a nação soviética ainda era capaz de organizar a produção de equipamento militar no Leste do país, para ali instalar equipamentos retirados das áreas industriais do Ocidente, e para suprir as nossas forças armadas com tudo o necessário para destruir o inimigo.

Nossa indústria tinha sido mobilizado corretamente e na hora de abastecer o exército com o material necessário, as nossas perdas de guerra seria decididamente menor. No entanto mobilização como não tinha sido iniciada no tempo. E já nos primeiros dias da guerra, tornou-se evidente que o nosso exército estava mal armado. Nós não tivemos o suficiente de artilharia, tanques e aviões para lançar o inimigo para trás.

Ciência e tecnologia produzida Soviética excelentes modelos de tanques e peças de artilharia antes da guerra. Mas a produção em massa de tudo isso não foi organizado. Por uma questão de fato, começamos a modernizar os nossos equipamentos militares somente às vésperas da guerra. Como resultado, quando o inimigo invadiu território soviético não tivemos quantidades suficientes, quer de máquinas antigas que já não era utilizada para a produção de armamento ou de novas máquinas que tínhamos planeado para introduzir na produção de armamento.

A situação com artilharia antiaérea foi especialmente ruim. Nós não organizar a produção de munições anti-tanque. Muitas regiões fortificadas provou ser indefensável, logo que eles foram atacados, porque as armas de idade foram

retiradas e os novos ainda não estão disponíveis lá.

Este pertencia, infelizmente, não só para os tanques, artilharia e aviões. Com a eclosão da guerra, nem sequer um número suficiente de espingardas para armar os efectivos mobilizados. Lembro-me que naqueles dias telefonei de Kiev para camarada [Georgy] Malenkov e lhe disse: "As pessoas se apresentaram como voluntários para o Exército novo [unidades] e estão exigindo armas. Você deve enviar-nos braços. "

Malenkov me respondeu, "Nós não podemos enviar-lhe os braços. Estamos enviando todos os nossos fuzis para Leningrado e você tem que armem-se. "

(Movimento no corredor.)

Tal era a situação do armamento.

Neste contexto, não podemos esquecer, por exemplo, o seguinte fato: pouco antes da invasão da União Soviética pelo exército de Hitler, [coronel-general MP] Kirponos, que foi chefe do Distrito Militar Especial de Kiev (mais tarde ele foi morto na frente), escreveu a Stalin que os exércitos alemães foram ao rio Bug, estavam se preparando para um ataque e, num futuro muito próximo, provavelmente, começar a sua ofensiva. Neste contexto, propôs que Kirponos uma forte defesa ser organizado, que 300.000 pessoas sejam evacuadas das zonas fronteiriças e que, em vários pontos fortes ser organizado lá: valas anti-tanque, trincheiras para os soldados, etc

Moscovo respondeu a essa proposição com as afirmações de que esta seria uma provocação, que nenhum trabalho de preparação defensiva deve ser realizada nas fronteiras, e que os alemães não estavam a dar qualquer pretexto para o início de uma ação militar contra nós. Assim, as nossas fronteiras não estavam suficientemente preparados para repelir o inimigo.

Quando os exércitos fascistas tinham realmente invadiram o território soviético e as operações militares começaram, Moscovo emitiu uma ordem que o fogo alemão não era para ser devolvido. Por quê? Foi por causa de Stalin, apesar da auto-fatos evidentes, o pensamento de que a guerra ainda não tinha começado, que esta foi apenas uma ação provocativa por parte de várias seções indisciplinados do Exército alemão, e que a nossa reacção poderá servir como uma razão para os alemães para iniciar a guerra.

O fato a seguir também é conhecido: Na véspera da invasão do território soviético pelo exército de Hitler, um certo cidadão alemão cruzou a nossa fronteira e afirmou que os exércitos alemães haviam recebido ordens para começar a [sua] ofensiva contra a União Soviética, na noite de 22 de junho a 3.

Stalin foi informado sobre isso imediatamente, mas mesmo esta advertência foi ignorada.

Como você vê, tudo foi ignorado: os avisos de alguns comandantes do Exército, as declarações de desertores do exército inimigo, e mesmo a hostilidade aberta do inimigo. Será este um exemplo do estado de alerta do chefe do Partido e do Estado, neste momento particularmente significativo histórico?

E quais foram os resultados dessa atitude despreocupada, esta desconsideração de fatos claros? O resultado foi que já nas primeiras horas e dias em que o inimigo tinha destruído em regiões de nossa fronteira uma grande parte da nossa Força Aérea, a nossa artilharia e outros equipamentos militares. [Stalin] aniquilado muitos dos nossos quadros militares e liderança desorganizado nossos militares. Por conseguinte, não poderia impedir que o inimigo marchando profunda no país.

Consequências muito graves, especialmente no que diz respeito ao início da guerra, seguido de Stalin aniquilação de muitos comandantes militares e políticos dos trabalhadores durante 1937-1941 por causa de sua desconfiança e através de acusações caluniosas. Durante esses anos de repressão foram instaurados contra determinadas partes de nossos quadros militares início literalmente na empresa e os níveis de comandante de batalhão e extensão aos centros superiores militares. Durante este tempo, o quadro de dirigentes que adquiriram experiência militar em Espanha e no Extremo Oriente, foi quase totalmente liquidados.

A política de repressão em grande escala contra os quadros militares levaram também a minada disciplina militar, porque para oficiais de vários anos de todas as classes e até soldados do Partido e células Komsomol foram ensinados a "desmascarar" os seus superiores como inimigos ocultos.

(Movimento no corredor.)

É natural que isso causou uma influência negativa sobre o estado da disciplina militar na fase inicial da guerra.

E, como vocês sabem, nós tínhamos antes da guerra excelentes quadros militares que foram inquestionavelmente leal ao partido e à Pátria. Basta dizer que aqueles dentre eles que conseguiram sobreviver, apesar de graves torturas a que foram sujeitos nas prisões, que a partir do primeiro dia de guerra se mostraram verdadeiros patriotas e lutaram heroicamente para a glória da Pátria. Tenho aqui em mente, como [generais] como: [Konstantin] Rokossovsky (que, como vocês sabem, havia sido preso); [Alexander] Gorbatov; [Kiril]

Meretskov (que é um delegado no congresso presente); [K. P.] Podlas (ele era um excelente comandante que pereceram na frente), e muitos, muitos outros. No entanto, muitos comandantes, como pereceram nos campos e nas prisões eo Exército não os vimos mais.

Tudo isto provocou uma situação no início da guerra que era uma grande ameaça para a nossa Pátria.

Seria errado se esquecer de que, depois de [nosso] grave desastre inicial [s] a derrota e [s] na frente, Stalin pensava que era o fim. Em uma de suas [as declarações] naqueles dias, ele disse: "Lenin deixou-nos um grande legado e nós perdemos para sempre."

Após este Stalin por um longo tempo na verdade não tinha direito de operações militares e deixou de fazer qualquer coisa. Ele voltou à liderança ativa somente quando uma delegação Politbiuro o visitou e lhe disse que as medidas necessárias a serem tomadas imediatamente, de modo a melhorar a situação no front.

Portanto, o perigo que ameaça que pairava sobre a nossa Pátria, no período inicial da guerra foi em grande parte devido ao próprio Stalin métodos defeituosos de dirigir a nação e para o Partido.

No entanto, falamos não só sobre o momento em que a guerra começou, o que levou a sério a nossa desorganização do Exército e nos trouxe graves prejuízos. Mesmo após a guerra começou, o nervosismo ea histeria que Stalin demonstrou ao interferir com operações militares reais danos causados nosso Exército grave.

Stalin estava muito longe de compreender a real situação que estava se desenvolvendo na frente. Isso foi natural porque, durante toda a Guerra Patriótica, ele nunca visitou qualquer seção da frente ou de qualquer cidade libertada com exceção de um curto passeio na rodovia Mozhaisk durante uma situação estabilizada na frente. Para este incidente foram dedicadas muitas obras literárias cheio de fantasias de todos os tipos e muitas pinturas. Ao mesmo tempo, Stalin estava interferindo com as operações ea emissão das ordens que não levou em consideração a situação real em uma determinada seção da frente e que não podia ajudar, mas resultar em enormes perdas de pessoal.

Permito-me, neste contexto, para trazer para fora um fato característico, que ilustra como Stalin dirigiu operações nas frentes. Presentes neste Congresso é o marechal [Ivan] Bagramyan, que já foi o chefe de operações da Frente Sudoeste Sede e que podem corroborar o que eu lhe direi.

Quando uma situação de gravidade excepcional para o nosso exército desenvolveu na região de Kharkov em 1942, que corretamente decidi abandonar uma operação cujo objetivo era cercar [a cidade]. A situação real em que o tempo teria ameaçado o nosso Exército, com consequências fatais se esta operação foram continuados.

Estamos comunicando que este de Stalin, afirmando que a situação exigia mudanças no [nosso] planos operacionais para que o inimigo poderia ser impedido de liquidar uma concentração considerável de nosso Exército.

Contrariamente ao senso comum, Stalin rejeitou a nossa sugestão. Ele emitiu a ordem para continuar o cerco de Kharkov, apesar do fato de que neste momento muitos [de nossas próprias] concentrações Exército realmente foram ameaçados de cerco e de liquidação.

Telefonei para [Marechal Alexander] Vasilevsky e implorou-lhe: "Alexandre Mikhailovich, tomar um" mapa "- Vasilevsky está aqui presente -" e mostrar o camarada Stalin, a situação que se desenvolveu. "Note-se que Stalin operações programadas em um globo.

(Animação no corredor.)

Sim, camaradas, que ele usou para tomar um globo e traçar a linha de frente nele. Eu disse ao companheiro Vasilevsky: "Mostre-lhe a situação em um mapa. Na situação actual, não podemos continuar a operação que foi planejado. A decisão de idade deve ser mudado para o bem da causa ".

Vasilevsky respondeu, dizendo que Stalin já tinha estudado este problema. Ele disse que, Vasilevsky, Stalin não veria mais a respeito deste assunto, porque este não quis ouvir os argumentos sobre o assunto desta operação.

Depois da minha conversa com Vasilevsky, telefonei para Stalin em sua casa de campo. Mas Stalin não atender o telefone e Malenkov foi no receptor. Eu disse camarada Malenkov que eu estava chamando de frente e que eu queria falar pessoalmente com Stalin. Stalin me informou através de Malenkov que eu deveria falar com Malenkov. Eu disse para a segunda vez que eu quis informar Stalin pessoalmente sobre a grave situação que tinha surgido para nós na frente. Mas Stalin não considerou conveniente para pegar o telefone e voltou a afirmar que eu deveria falar com ele através de Malenkov, embora fosse apenas a poucos passos do telefone.

Depois de "ouvir" desta forma para o nosso fundamento, Stalin disse: "Vamos manter tudo como está!"

E qual foi o resultado disso? O pior que esperávamos. Os alemães cercados concentrações de nosso Exército e, como resultado [o contra-ataque Kharkov] perderam centenas de milhares dos nossos soldados. Isto é genial de Stalin "militares". Isto é o que nos custou.

(Movimento no corredor.)

Em certa ocasião, após a guerra, durante uma reunião [entre] Stalin [e] os membros da Politbiuro, Anastas Ivanovich Mikoyan mencionou que Khrushchev deve ter sido a razão quando ele telefonou relativos ao funcionamento Kharkov e que era lamentável que sua sugestão não tinha sido aceite.

Você deve ter visto a fúria de Stalin! Como poderia ser admitido que ele, Stalin não tinha sido bem! Ele é, afinal, um gênio "e um gênio não pode ajudar mas ser certo! Todos podem errar, mas Stalin considerou que ele nunca errou, que ele estava sempre certo. Ele nunca reconheceu a ninguém que ele fez algum erro, grande ou pequeno, apesar do fato de que ele fez mais do que alguns em questões de teoria e na sua atividade prática. Após o Congresso do Partido que deve provavelmente ter que reavaliar muitos [da nossa] guerra operações militares e apresentá-los em sua verdadeira luz.

A tática em que Stalin insistiu - sem saber o básico de realização de operações de batalha - de custo muito sangue, até que conseguiu parar o adversário e indo para a ofensiva.

Os militares sabem que tão tarde como o final de 1941, em vez de grandes manobras operacionais de acompanhamento [nosso] adversário e penetrante por trás das costas, Stalin estava exigindo incessante frontal [anti-] os ataques e os [re-] captura de uma vila depois do outro .

Devido a isso, nós pagamos com grandes perdas - até os nossos generais, em cujos ombros todo o peso de conduzir a guerra descansado, conseguiu alterar a situação e passar para operações de manobra flexível. [Este] imediatamente trouxe mudanças sérias na frente [que foram] favorável para nós.

Tudo o mais vergonhoso foi o fato de que após a nossa grande vitória sobre o inimigo, que nos custou tão caro, Stalin começou a degradar muitos dos comandantes que contribuíram muito para isso. [Esta foi] porque Stalin descartou qualquer possibilidade de que os serviços prestados na frente pode ser creditado a ninguém, mas a si mesmo.

Stalin estava muito interessado nas avaliações do companheiro [Grigory] Zhukov como líder militar. Ele pediu-me muitas vezes a minha opinião de

Zhukov. Eu lhe disse então, "Eu conheci Zhukov por um longo tempo. Ele é um bom general e um bom líder militar".

Depois da guerra, Stalin começou a contar todos os tipos de bobagens sobre Zhukov. Entre [era] o seguinte: "Você elogiou Zhukov, mas ele não merece. Dizem que antes de cada operação na frente Zhukov usado para se comportar como se segue: Ele costumava levar um punhado de terra, cheirá-lo e dizer: 'Podemos começar o ataque ', ou o seu oposto," A operação em causa não pode ser realizada Após uma cuidadosa análise do caso em 1955, foi estabelecido que a acusação contra Rudzutak era falsa e que foi baseado em matérias caluniosas. Rudzutak foi reabilitado postumamente.

A maneira em que o ex-trabalhadores da NKVD fabricados vários fictícias "centros anti-soviética" e "blocos" com a ajuda de métodos provocatórias é visto a partir da confissão do companheiro Rozenblum, um membro do partido desde 1906, que foi preso em 1937 pelo Leningrad NKVD.

Durante o exame, em 1955, do caso Komarov, Rozenblum revelou o seguinte fato: Quando Rozenblum foi preso em 1937, ele foi submetido a terríveis torturas, durante a qual foi condenada a confessar informações falsas sobre si mesmo e outras pessoas. Ele foi então levado para o cargo de [Leonid] Zakovsky, que lhe ofereceu a liberdade com a condição de que ele faz no tribunal uma confissão falsa fabricada em 1937 pela NKVD a respeito de "sabotagem, espionagem e diversão em um centro terrorista em Leningrado." (movimento no corredor.) Com um cinismo inacreditável, Zakovsky disse sobre o mecanismo de "vil" para a criação artesanal fabricada de "anti-parcelas Soviética".

"Para ilustrá-la para mim", declarou Rozenblum, "Zakovsky me deu várias variantes possíveis da organização deste centro e dos seus ramos. Depois de ter detalhado da organização para mim, Zakovsky me disse que iria preparar o NKVD no caso de este centro, observando que o julgamento será pública. Antes de o Tribunal viesse a ser levado 4 ou 5 membros deste centro: [Mikhail] Chudov, [Fyodor] Ugarov, [Pyotr] Smorodin, [Boris] Pozern, esposa Chudov's [Liudmilla] Shaposhnikova e outros, juntamente com 2 ou 3 membros de os ramos deste centro

"... O caso do centro de Leningrado, tem que ser construído solidamente, e por esta razão as testemunhas são necessárias. Social origem (é claro que, no passado) e do estatuto do partido a testemunha vai jogar mais do que um pequeno papel. "Você, você mesmo ', disse Zakovsky," não precisamos inventar nada. O NKVD irá preparar um esquema pronto para todos os ramos do centro. Você vai ter que estudá-la cuidadosamente, e lembre-se bem todas

as questões, o Tribunal pode pedir e suas respostas. Este processo vai ficar pronta em quatro ou cinco meses, talvez em meio ano. Durante todo esse tempo você estará se preparando para que você não vai comprometer a investigação ea si mesmo. Seu futuro dependerá da forma como o processo vai e em seus resultados. Se você começa a mentir e para testemunhar falsamente, culpe. Se você conseguir suportá-lo, você irá salvar sua cabeça e vamos alimentar e vestir-lhe a custo do governo até sua morte. "

Este é o tipo de coisa vil praticado então.

(Movimento no corredor.)

Ainda mais amplamente foi a falsificação dos casos praticados nas províncias. O quartel-general do NKVD da Província Sverdlov "descobriu" uma chamada "Ural pessoal revolta" - um órgão do bloco de direitistas, trotskistas, socialistas revolucionários e os líderes da Igreja - cujo chefe era supostamente o secretário do Comité Provincial Sverdlov Partido e membro do Comité Central, All-Partido Comunista (bolchevique), [Ivan] Kabakov, que tinha sido um membro do partido desde 1914. Materiais de pesquisa que mostram que o tempo em quase todas as regiões, províncias e repúblicas que supostamente existiu "de direita trotskista, espionagem, terrorismo e sabotagem organizações e centros de diversão" e que os chefes de organizações como a regra - por razão desconhecida - foram Primeira secretários provinciais ou republicano comissões ou comités do Partido Comunista Central.

Muitos milhares de comunistas honestos e inocentes tenham morrido como resultado desta falsificação monstruosa dos tais "casos", como resultado do fato de que todos os tipos de caluniador "confissões" foram aceites, e, como resultado da prática de forçar acusações contra si mesmo e aos outros. Da mesma forma foram fabricados os casos "contra o Partido eminente e trabalhadores do estado - [Stanislav] Kosior, [Vlas] Chubar, [Pavel] Postyshev, [Alexander] Kosarev, e outros.

Naqueles anos de repressão em grande escala foram aplicadas, que foram baseados em nada tangível e que resultou em pesadas perdas de quadros para o Partido.

A prática era tolerada vicioso de ter o NKVD elaborar listas de pessoas cujos casos estavam sob a jurisdição do Colégio Militar e cujas sentenças foram preparadas com antecedência. Yezhov iria enviar estes [de execução], enumera a Stalin pessoalmente para a sua aprovação do castigo proposto. Em 1937-1938, 383 dessas listas contendo os nomes de muitos milhares de Partido soviético, Komsomol, do Exército e econômica dos trabalhadores foram enviados para Stalin. Ele aprovou essas listas.

Uma grande parte destes casos estão sendo analisados agora. Um grande muitos estão a ser anulado porque eram infundadas e falsificados. Basta dizer que de 1954 a tempo de apresentar o Colégio Militar do Supremo Tribunal Federal recuperou 7.679 pessoas, muitos dos quais têm sido reabilitados postumamente.

Detenções em massa de partido, União Soviética, os trabalhadores econômica e militar causou um prejuízo enorme para o nosso país e para a causa do avanço socialista.

Repressões em massa teve uma influência negativa sobre a condição moral e política do Partido, criou uma situação de incerteza, contribuiu para a divulgação da suspeita insalubre, e semeou desconfiança entre os comunistas. Todos os tipos de caluniadores e carreiristas estavam ativos.

Resoluções da janeiro de 1938 Comitê Central do Plenário trouxe alguma medida de melhoria para organizações do Partido. No entanto, a repressão generalizada também existia em 1938.

Só porque o nosso Partido tem ao seu dispor tão grande força moral e político que foi possível para ele sobreviver aos acontecimentos difíceis em 1937-1938 e para educar os novos quadros. Há, no entanto, não há dúvida que a nossa marcha rumo ao socialismo e para a preparação da defesa do país teria sido muito mais bem sucedida se não fosse a tremenda perda nos quadros sofridos em consequência da repressão em massa infundadas e falsas em 1937 -1938.

Estamos acusando Yezhov justamente para a degenerar práticas de 1937. Mas temos de responder a estas perguntas: Poderia Yezhov prenderam Kosior, por exemplo, sem o conhecimento de Stalin? Houve uma troca de opiniões ou de uma decisão Politbiuro sobre isso?

Não, não havia, como não havia nada sobre os outros casos deste tipo. Yezhov poderia ter decidido questões tão importantes como o destino de tais figuras eminentes do partido?

Não, seria uma demonstração de ingenuidade considerar esta obra de Yezhov sozinho. É claro que estas questões foram decididas por Stalin, e que sem as suas ordens e sua sanção Yezhov não poderia ter feito isso.

Nós examinamos esses casos e não reabilitadas Kosior, Rudzutak, Postyshev, Kosarev e outros. Pois o que faz com que eles foram presos e condenados? Nossa revisão das provas mostra que não havia razão para isso. Eles, como muitos outros, foram presos sem o conhecimento do Ministério Público.

Em tal situação, não há necessidade de qualquer sanção, para que tipo de sanção poderia haver quando Stalin decidiu tudo? Ele foi o procurador-geral nesses casos. Stalin não só aceitou mas emitiu ordens de captura-los em sua própria iniciativa. Temos de dizer isso para que os delegados ao Congresso e pode claramente comprometem-se avaliar isso e tirar as conclusões adequadas.

Os fatos provam que muitos abusos foram feitas por ordem de Stalin, sem contar com as normas do Partido e da legalidade soviética. Stalin era um homem muito desconfiado, doente suspeito. Sabemos que esta do nosso trabalho com ele. Ele poderia olhar para um homem e dizer: "Por que seus olhos shifty assim hoje?" Ou "Por que você está girando muito hoje e evitando me olhar diretamente nos olhos?" A desconfiança doentia criou nele uma desconfiança geral, mesmo para eminente do Partido dos Trabalhadores a quem conhecia há muitos anos. Em toda parte e em tudo o que viram "inimigos", "dois Facers" e "espiões". Possuindo poder ilimitado, que o espectáculo de grande obstinação e pessoas sufocadas moralmente como também fisicamente. A situação foi criada onde não se podia expressar a própria vontade.

Quando Stalin disse que um ou outro deveria ser preso, foi necessário aceitar a fé que ele era um "inimigo do povo". Enquanto isso, a gangue de Beria, que correu os órgãos de segurança do Estado, superou-se em provar a culpa do preso e da verdade dos materiais que falsificados. E que as provas foram oferecidas? As confissões dos presos, e os juízes de investigação aceitou estas confissões "." E como é possível que uma pessoa confessa crimes que não cometeu? Somente em um caminho, por causa da aplicação de métodos físicos de pressioná-lo, torturas, levando-os a um estado de inconsciência, a privação de seu julgamento, tirando da sua dignidade humana. Desta forma foram "confissões" adquiridos.

A onda de detenções em massa começou a diminuir em 1939. Quando as organizações líderes do Partido territorial começou a acusar os trabalhadores NKVD de usar métodos de pressão física sobre os presos, Stalin enviou um telegrama codificado em 20 de janeiro de 1939 aos secretários do comitê de províncias e regiões, aos comitês centrais dos republicanos partidos comunistas, para o [republicano] Comissários do Povo dos Assuntos Internos e aos chefes de organizações NKVD. Este telegrama declarou:

"O Comitê Central do Todo-Partido Comunista (bolchevique) explica que a aplicação de métodos de pressão física, na prática, NKVD é permitida a partir de 1937, em conformidade com a autorização do Comitê Central do Todo-Partido Comunista (bolchevique). .. Sabe-se que todos os serviços de

inteligência burguesa utilização de métodos de influência física contra os representantes do proletariado socialista e que usá-los em suas formas mais escandalosas.

"A questão que se coloca é por que o serviço de inteligência socialista deveria ser mais humanitária contra os agentes louco da burguesia, contra os inimigos mortais da classe operária e dos trabalhadores kolkhoz. O Comité Central do Todo-Partido Comunista (bolchevique) considera que a pressão física deve ainda ser utilizados obrigatoriamente, como uma excepção aplicável aos inimigos conhecidos e obstinação do povo, como um método tanto justificável e conveniente".

Assim, Stalin tinha sancionado em nome do Comité Central do Todo-Partido Comunista (bolchevique), a violação mais brutal da legalidade socialista, tortura e opressão, que levou, como vimos ao caluniar e à auto-acusação de pessoas inocentes.

Não há muito tempo - apenas alguns dias antes do Congresso presentes - estamos chamados à sessão do Comité Central do Presidium e interrogado no Rodos juiz de investigação, que em seu tempo investigado e interrogado Kosior, Chubar e Kosarev. Ele é uma pessoa vil, com o cérebro de um pássaro, e completamente degenerada moralmente. Foi este homem que estava decidindo o destino dos trabalhadores proeminente Partido. Ele também foi tomada de decisões relativas à política nesta matéria, porque, tendo estabelecido seu "crime", disse ele, assim, desde materiais de que importantes implicações políticas poderiam ser extraídas.

A questão coloca-se um homem com um intelecto, como poderia-by-himself ter realizado as suas investigações de forma comprovar a culpa de pessoas como Kosior e outros. Não, ele não poderia ter feito isso sem directivas adequada. Na sessão do Comité Central do Presidium ele nos disse: "Foi-me dito que Kosior e Chubar eram inimigos do povo e por esta razão eu, como um juiz de investigação, teve que fazê-los confessar que eram inimigos".

(Indignação no corredor.)

Ele faria isso apenas através de longas torturas, o que fez, recebendo instruções detalhadas de Beria. Devemos dizer que, na sessão do Comité Central do Presidium ele cinicamente declarou: "Eu pensei que estava executando as ordens do Partido." Desta forma, as ordens de Stalin sobre a utilização de métodos de pressão física contra os presos foram conduzidos em prática.

Estes e muitos outros factos mostram que todas as normas do Partido solução

correta de problemas foram [no] validada e que tudo estava dependente da obstinação de um homem.

A energia acumulada nas mãos de uma pessoa, Stalin, levou a graves consequências durante a Grande Guerra Patriótica.

Quando olhamos para muitos dos nossos romances, filmes e estudos histórico-científico, o papel de Stalin na Guerra Patriótica parece ser totalmente improvável. Stalin tinha previsto tudo. O exército soviético, a partir de um plano estratégico elaborado por Stalin, muito antes, usou a tática da chamada "defesa activa", ou seja, as táticas que, como sabemos, permitiu que os alemães a chegar a Moscou e Stalingrado. Usando essas táticas, o exército soviético, supostamente só graças ao gênio de Stalin, virou-se para a ofensiva e dominou o inimigo. A vitória épica adquirida através do poderio militar do país dos soviéticos, através do nosso heróico povo, é atribuída a este tipo de novela, filme e "estudos científicos", como sendo completamente devido ao gênio estratégico de Stalin.

Temos que analisar esta questão com cuidado porque tem uma enorme importância não apenas do histórico, mas sobretudo a partir dos pontos políticos, educacionais e de vista prático. Quais são os fatos sobre este assunto?

Antes da guerra, nossa imprensa e todo o nosso trabalho político-educacional foi caracterizada pelo seu tom de vanglória: Quando um inimigo viola o sagrado solo soviético, em seguida, para cada golpe do inimigo, nós responderemos com três, e vamos lutar contra o inimigo em sua própria solo e vamos ganhar sem prejudicar muito a nós mesmos. Mas estas declarações positivas não foram baseados em todas as áreas em fatos concretos, o que realmente garantem a imunidade das nossas fronteiras.

Durante a guerra e depois da guerra, Stalin avançada a tese de que a tragédia do nosso país experimentou na primeira parte da guerra foi o resultado de um "inesperado" ataque dos alemães contra a União Soviética. Mas, camaradas, isto é completamente falso. Logo que Hitler chegou ao poder na Alemanha, atribuído a si a tarefa de liquidar o comunismo. Os fascistas estavam a dizer isso abertamente. Eles não escondem os seus planos.

Para atingir este fim agressivo, todo tipo de pactos e blocos foram criados, como o famoso Berlim-Roma-Tóquio Eixo. Muitos fatos do período pré-guerra mostrou claramente que Hitler estava fazendo de tudo para começar uma guerra contra o Estado soviético, e que ele tinha concentrado grandes exércitos, juntamente com as unidades blindadas, perto da fronteira soviética.

Os documentos que já foram publicados mostram que [assim como] 3 de abril de 1941 Churchill, através de seu embaixador para a URSS, [Sir Stafford] Cripps, pessoalmente Stalin advertiu que os alemães começaram a reagrupar suas unidades armadas com a intenção de atacar o União Soviética.

É evidente que Churchill não fizeram isso em todos por causa de seu sentimento amigável para a nação soviética. Ele tinha em seus objetivos este próprios imperialista - para levar a Alemanha ea URSS em uma guerra sangrenta e, assim, reforçar a posição do Império Britânico.

Todos os mesmos, Churchill afirmou em seus escritos que ele procurou "Stalin alertar e chamar a sua atenção para o perigo que o ameaçava." Churchill salientou esta repetidamente em seu despacho de 18 de abril e no dia seguinte. No entanto, Stalin não teve o cuidado desses avisos. Além disso, Stalin ordenou que o crédito não ser dado a informação deste tipo, de modo a não provocar o início das operações militares.

Temos de afirmar que as informações desse tipo sobre a ameaça de uma invasão armada alemã do território soviético estava entrando também em nossas próprias fontes militares e diplomáticas. No entanto, porque a liderança foi condicionado contra tais informações, dados, foi enviado com medo e avaliada com reserva. Assim, por exemplo, a informação enviada de Berlim, em 6 de maio de 1941 pelo adido militar soviético (sic), capitão (sic) Vorontsov, declarou: "cidadão soviético Bozer ... comunicada ao vice-adido naval que, segundo uma declaração de um oficial alemão determinados a partir da sede de Hitler, a Alemanha se prepara para invadir a URSS em 14 de maio através da Finlândia, nos países bálticos e na Letónia. Ao mesmo tempo, Moscou e Leningrado será fortemente invadida e pára-quedistas em cidades fronteiriças"

Em seu relatório de 22 de maio de 1941, o Vice-adido militar em Berlim, Khlopov, comunicou que "... o ataque do exército alemão é declaradamente agendada para 15 de junho, mas é possível que ele possa começar no dia primeiro de junho ..."

Um cabo da nossa Embaixada de Londres datada de 18 de junho de 1941, declarou: "A partir de agora Cripps está profundamente convencido da inevitabilidade de um conflito armado entre a Alemanha ea URSS, que não começará o mais tardar em meados de junho. Segundo Cripps, os alemães têm actualmente concentrado 147 divisões (incluindo a Força Aérea e as unidades de serviço) ao longo das fronteiras soviético"

Apesar destas advertências particularmente grave, as medidas necessárias não foram tomadas medidas para preparar o país corretamente para a defesa e

para impedir que ele seja apanhado desprevenido.

Será que temos tempo e os recursos para tais preparações? Sim, nós tivemos o tempo ea capacidade. Nossa indústria já estava tão desenvolvido que era capaz de atender plenamente o Exército Soviético com tudo o que precisava. Isso é comprovado pelo fato de que, apesar de durante a guerra, perdemos quase metade da nossa indústria e importantes industriais e áreas de produção de alimentos como resultado da ocupação inimiga da Ucrânia, no Cáucaso do Norte e outras partes do oeste do país, a nação soviética ainda era capaz de organizar a produção de equipamento militar no Leste do país, para ali instalar equipamentos retirados das áreas industriais do Ocidente, e para suprir as nossas forças armadas com tudo o necessário para destruir o inimigo.

Nossa indústria tinha sido mobilizado corretamente e na hora de abastecer o exército com o material necessário, as nossas perdas de guerra seria decididamente menor. No entanto mobilização como não tinha sido iniciada no tempo. E já nos primeiros dias da guerra, tornou-se evidente que o nosso exército estava mal armado. Nós não tivemos o suficiente de artilharia, tanques e aviões para lançar o inimigo para trás.

Ciência e tecnologia produzida Soviética excelentes modelos de tanques e peças de artilharia antes da guerra. Mas a produção em massa de tudo isso não foi organizado. Por uma questão de fato, começamos a modernizar os nossos equipamentos militares somente às vésperas da guerra. Como resultado, quando o inimigo invadiu território soviético não tivemos quantidades suficientes, quer de máquinas antigas que já não era utilizada para a produção de armamento ou de novas máquinas que tínhamos planeado para introduzir na produção de armamento.

A situação com artilharia antiaérea foi especialmente ruim. Nós não organizar a produção de munições anti-tanque. Muitas regiões fortificadas provou ser indefensável, logo que eles foram atacados, porque as armas de idade foram retiradas e os novos ainda não estão disponíveis lá.

Este pertencia, infelizmente, não só para os tanques, artilharia e aviões. Com a eclosão da guerra, nem sequer um número suficiente de espingardas para armar os efectivos mobilizados. Lembro-me que naqueles dias telefonei de Kiev para camarada [Georgy] Malenkov e lhe disse: "As pessoas se apresentaram como voluntários para o Exército novo [unidades] e estão exigindo armas. Você deve enviar-nos braços. "

Malenkov me respondeu, "Nós não podemos enviar-lhe os braços. Estamos enviando todos os nossos fuzis para Leningrado e você tem que armem-se. "

(Movimento no corredor.)

Tal era a situação do armamento.

Neste contexto, não podemos esquecer, por exemplo, o seguinte fato: pouco antes da invasão da União Soviética pelo exército de Hitler, [coronel-general MP] Kirponos, que foi chefe do Distrito Militar Especial de Kiev (mais tarde ele foi morto na frente), escreveu a Stalin que os exércitos alemães foram ao rio Bug, estavam se preparando para um ataque e, num futuro muito próximo, provavelmente, começar a sua ofensiva. Neste contexto, propôs que Kirponos uma forte defesa ser organizado, que 300.000 pessoas sejam evacuadas das zonas fronteiriças e que, em vários pontos fortes ser organizado lá: valas anti-tanque, trincheiras para os soldados, etc

Moscovo respondeu a essa proposição com as afirmações de que esta seria uma provocação, que nenhum trabalho de preparação defensiva deve ser realizada nas fronteiras, e que os alemães não estavam a dar qualquer pretexto para o início de uma ação militar contra nós. Assim, as nossas fronteiras não estavam suficientemente preparados para repelir o inimigo.

Quando os exércitos fascistas tinham realmente invadiram o território soviético e as operações militares começaram, Moscovo emitiu uma ordem que o fogo alemão não era para ser devolvido. Por quê? Foi por causa de Stalin, apesar da auto-fatos evidentes, o pensamento de que a guerra ainda não tinha começado, que esta foi apenas uma ação provocativa por parte de várias seções indisciplinados do Exército alemão, e que a nossa reacção poderá servir como uma razão para os alemães para iniciar a guerra.

O fato a seguir também é conhecido: Na véspera da invasão do território soviético pelo exército de Hitler, um certo cidadão alemão cruzou a nossa fronteira e afirmou que os exércitos alemães haviam recebido ordens para começar a [sua] ofensiva contra a União Soviética, na noite de 22 de junho a 3. Stalin foi informado sobre isso imediatamente, mas mesmo esta advertência foi ignorada.

Como você vê, tudo foi ignorado: os avisos de alguns comandantes do Exército, as declarações de desertores do exército inimigo, e mesmo a hostilidade aberta do inimigo. Será este um exemplo do estado de alerta do chefe do Partido e do Estado, neste momento particularmente significativo histórico?

E quais foram os resultados dessa atitude despreocupada, esta desconsideração de fatos claros? O resultado foi que já nas primeiras horas e dias em que o inimigo tinha destruído em regiões de nossa fronteira uma

grande parte da nossa Força Aérea, a nossa artilharia e outros equipamentos militares. [Stalin] aniquilado muitos dos nossos quadros militares e liderança desorganizado nossos militares. Por conseguinte, não poderia impedir que o inimigo marchando profunda no país.

Consequências muito graves, especialmente no que diz respeito ao início da guerra, seguido de Stalin aniquilação de muitos comandantes militares e políticos dos trabalhadores durante 1937-1941 por causa de sua desconfiança e através de acusações caluniosas. Durante esses anos de repressão foram instaurados contra determinadas partes de nossos quadros militares início literalmente na empresa e os níveis de comandante de batalhão e extensão aos centros superiores militares. Durante este tempo, o quadro de dirigentes que adquiriram experiência militar em Espanha e no Extremo Oriente, foi quase totalmente liquidados.

A política de repressão em grande escala contra os quadros militares levaram também a minada disciplina militar, porque para oficiais de vários anos de todas as classes e até soldados do Partido e células Komsomol foram ensinados a "desmascarar" os seus superiores como inimigos ocultos.

(Movimento no corredor.)

É natural que isso causou uma influência negativa sobre o estado da disciplina militar na fase inicial da guerra.

E, como vocês sabem, nós tínhamos antes da guerra excelentes quadros militares que foram inquestionavelmente leal ao partido e à Pátria. Basta dizer que aqueles dentre eles que conseguiram sobreviver, apesar de graves torturas a que foram sujeitos nas prisões, que a partir do primeiro dia de guerra se mostraram verdadeiros patriotas e lutaram heroicamente para a glória da Pátria. Tenho aqui em mente, como [generais] como: [Konstantin] Rokossovsky (que, como vocês sabem, havia sido preso); [Alexander] Gorbatov; [Kiril] Meretskov (que é um delegado no congresso presente); [K. P.] Podlas (ele era um excelente comandante que pereceram na frente), e muitos, muitos outros. No entanto, muitos comandantes, como pereceram nos campos e nas prisões eo Exército não os vimos mais.

Tudo isto provocou uma situação no início da guerra que era uma grande ameaça para a nossa Pátria.

Seria errado se esquecer de que, depois de [nosso] grave desastre inicial [s] a derrota e [s] na frente, Stalin pensava que era o fim. Em uma de suas [as declarações] naqueles dias, ele disse: "Lenin deixou-nos um grande legado e nós perdemos para sempre."

Após este Stalin por um longo tempo na verdade não tinha direito de operações militares e deixou de fazer qualquer coisa. Ele voltou à liderança ativa somente quando uma delegação Politbiuro o visitou e lhe disse que as medidas necessárias a serem tomadas imediatamente, de modo a melhorar a situação no front.

Portanto, o perigo que ameaça que pairava sobre a nossa Pátria, no período inicial da guerra foi em grande parte devido ao próprio Stalin métodos defeituosos de dirigir a nação e para o Partido.

No entanto, falamos não só sobre o momento em que a guerra começou, o que levou a sério a nossa desorganização do Exército e nos trouxe graves prejuízos. Mesmo após a guerra começou, o nervosismo ea histeria que Stalin demonstrou ao interferir com operações militares reais danos causados nosso Exército grave.

Stalin estava muito longe de compreender a real situação que estava se desenvolvendo na frente. Isso foi natural porque, durante toda a Guerra Patriótica, ele nunca visitou qualquer seção da frente ou de qualquer cidade libertada com exceção de um curto passeio na rodovia Mozhaisk durante uma situação estabilizada na frente. Para este incidente foram dedicadas muitas obras literárias cheio de fantasias de todos os tipos e muitas pinturas. Ao mesmo tempo, Stalin estava interferindo com as operações ea emissão das ordens que não levou em consideração a situação real em uma determinada seção da frente e que não podia ajudar, mas resultar em enormes perdas de pessoal.

Permito-me, neste contexto, para trazer para fora um fato característico, que ilustra como Stalin dirigiu operações nas frentes. Presentes neste Congresso é o marechal [Ivan] Bagramyan, que já foi o chefe de operações da Frente Sudoeste Sede e que podem corroborar o que eu lhe direi.

Quando uma situação de gravidade excepcional para o nosso exército desenvolveu na região de Kharkov em 1942, que corretamente decidiu abandonar uma operação cujo objetivo era cercar [a cidade]. A situação real em que o tempo teria ameaçado o nosso Exército, com consequências fatais se esta operação foram continuados.

Estamos comunicando que este de Stalin, afirmando que a situação exigia mudanças no [nosso] planos operacionais para que o inimigo poderia ser impedido de liquidar uma concentração considerável de nosso Exército.

Contrariamente ao senso comum, Stalin rejeitou a nossa sugestão. Ele emitiu a

ordem para continuar o cerco de Kharkov, apesar do fato de que neste momento muitos [de nossas próprias] concentrações Exército realmente foram ameaçados de cerco e de liquidação.

Telefonei para [Marechal Alexander] Vasilevsky e implorou-lhe: "Alexandre Mikhailovich, tomar um" mapa "- Vasilevsky está aqui presente -" e mostrar o camarada Stalin, a situação que se desenvolveu. "Note-se que Stalin operações programadas em um globo.

(Animação no corredor.)

Sim, camaradas, que ele usou para tomar um globo e traçar a linha de frente nele. Eu disse ao companheiro Vasilevsky: "Mostre-lhe a situação em um mapa. Na situação actual, não podemos continuar a operação que foi planejado. A decisão de idade deve ser mudado para o bem da causa".

Vasilevsky respondeu, dizendo que Stalin já tinha estudado este problema. Ele disse que, Vasilevsky, Stalin não veria mais a respeito deste assunto, porque este não quis ouvir os argumentos sobre o assunto desta operação.

Depois da minha conversa com Vasilevsky, telefonei para Stalin em sua casa de campo. Mas Stalin não atender o telefone e Malenkov foi no receptor. Eu disse camarada Malenkov que eu estava chamando de frente e que eu queria falar pessoalmente com Stalin. Stalin me informou através de Malenkov que eu deveria falar com Malenkov. Eu disse para a segunda vez que eu quis informar Stalin pessoalmente sobre a grave situação que tinha surgido para nós na frente. Mas Stalin não considerou conveniente para pegar o telefone e voltou a afirmar que eu deveria falar com ele através de Malenkov, embora fosse apenas a poucos passos do telefone.

Depois de "ouvir" desta forma para o nosso fundamento, Stalin disse: "Vamos manter tudo como está!"

E qual foi o resultado disso? O pior que esperávamos. Os alemães cercados concentrações de nosso Exército e, como resultado [o contra-ataque Kharkov] perderam centenas de milhares dos nossos soldados. Isto é genial de Stalin "militares". Isto é o que nos custou.

(Movimento no corredor.)

Em certa ocasião, após a guerra, durante uma reunião [entre] Stalin [e] os membros da Politbiuro, Anastas Ivanovich Mikoyan mencionou que Khrushchev deve ter sido a razão quando ele telefonou relativos ao funcionamento Kharkov e que era lamentável que sua sugestão não tinha sido aceite.

Você deve ter visto a fúria de Stalin! Como poderia ser admitido que ele, Stalin não tinha sido bem! Ele é, afinal, um gênio "e um gênio não pode ajudar mas ser certo! Todos podem errar, mas Stalin considerou que ele nunca errou, que ele estava sempre certo. Ele nunca reconheceu a ninguém que ele fez algum erro, grande ou pequeno, apesar do fato de que ele fez mais do que alguns em questões de teoria e na sua atividade prática. Após o Congresso do Partido que deve provavelmente ter que reavaliar muitos [da nossa] guerra operações militares e apresentá-los em sua verdadeira luz.

A tática em que Stalin insistiu - sem saber o básico de realização de operações de batalha - de custo muito sangue, até que conseguiu parar o adversário e indo para a ofensiva.

Os militares sabem que tão tarde como o final de 1941, em vez de grandes manobras operacionais de acompanhamento [nosso] adversário e penetrante por trás das costas, Stalin estava exigindo incessante frontal [anti-] os ataques e os [re-] captura de uma vila depois do outro .

Devido a isso, nós pagamos com grandes perdas - até os nossos generais, em cujos ombros todo o peso de conduzir a guerra descansado, conseguiu alterar a situação e passar para operações de manobra flexível. [Este] imediatamente trouxe mudanças sérias na frente [que foram] favorável para nós.

Tudo o mais vergonhoso foi o fato de que após a nossa grande vitória sobre o inimigo, que nos custou tão caro, Stalin começou a degradar muitos dos comandantes que contribuíram muito para isso. [Esta foi] porque Stalin descartou qualquer possibilidade de que os serviços prestados na frente pode ser creditado a ninguém, mas a si mesmo.

Stalin estava muito interessado nas avaliações do companheiro [Grigory] Zhukov como líder militar. Ele pediu-me muitas vezes a minha opinião de Zhukov. Eu lhe disse então, "Eu conheci Zhukov por um longo tempo. Ele é um bom general e um bom líder militar".

Depois da guerra, Stalin começou a contar todos os tipos de bobagens sobre Zhukov. Entre [era] o seguinte: "Você elogiou Zhukov, mas ele não merece. Dizem que antes de cada operação na frente Zhukov usado para se comportar como se segue: Ele costumava levar um punhado de terra, cheirá-lo e dizer: 'Podemos começar o ataque ', ou o seu oposto," A operação em causa não pode ser realizada ' ". afirmei na época," o camarada Stalin, eu não sei quem inventou isso, mas não é verdade. "

É possível que o próprio Stalin inventou essas coisas com a finalidade de

minimizar o papel e os talentos militares do marechal Zhukov.

Neste contexto, Stalin muito energicamente popularizou-se como um grande líder. De várias maneiras ele tentou inculcar a noção de que as vitórias obtidas pela nação soviética durante a Grande Guerra Patriótica foram todos devido à coragem, ousadia e genialidade de Stalin e de mais ninguém. Assim como [a] Kuzma Kryuchkov, ele colocou um vestido de sete pessoas, ao mesmo tempo.

(Animação no corredor.)

No mesmo sentido, tomemos por exemplo os nossos filmes históricos e militares e cerca de [da nossa] criações literárias. Elas nos fazem sentir mal. Seu verdadeiro objetivo é propagar o tema de louvar Stalin como um gênio militar. Lembremo-nos do filme, The Fall of Berlin. Aqui só Stalin atos. Ele emite ordens em um salão no qual há muitas cadeiras vazias. Apenas um homem se aproxima dele para relatar algo para ele - que é [Alexander] Poskrebyshev, seu escudo fiel portador.

(Risos na sala.)

E onde está o comando militar? Onde está o Politburo? Onde está o Governo? O que eles estão fazendo, e com o que eles estão envolvidos? Não há nada sobre eles no filme. Stalin atos para todos, ele não contar com ninguém. Ele não pede um conselho. Tudo é mostrado para as pessoas desta falsa luz. Por quê? Cercar Stalin com glória-ao contrário dos fatos e contrária à verdade histórica.

Surge a pergunta: Onde está o militar, em cujos ombros repousaram o fardo da guerra? Não está no filme. Com a inclusão de Stalin, não havia espaço para ele.

Não Stalin, mas o partido como um todo, o governo soviético, o nosso heróico Exército, seus líderes talentosos e bravos soldados, toda a nação soviética - estes são os que garantiu a vitória na Grande Guerra Patriótica.

(Tempestuosa e aplausos prolongados).

Membros do Comité Central, os ministros, os nossos líderes econômicos, os dirigentes da cultura soviética, os diretores das Unidades de terceiros e organizações soviéticas, engenheiros e técnicos - cada um deles em seu próprio local de trabalho generosamente do seu poder e conhecimento para assegurar a vitória sobre o inimigo.

Heroísmo excepcional foi mostrado por nosso núcleo duro - rodeado de glória

são a nossa classe operária, a nossa kolkhoz camponeses, a intelectualidade soviética, que, sob a liderança das organizações do Partido superou dificuldades incalculáveis e suportaram as agruras da guerra, e dedicou toda a sua força para o causa da defesa da Pátria.

Nossas mulheres Soviética realizou grandes feitos e corajoso durante a guerra. Eles furo em suas costas a pesada carga de trabalho de produção nas fábricas, no kolkhozes, e em vários sectores económicos e culturais. Muitas mulheres participaram directamente na Grande Guerra Patriótica na frente. Nossa juventude corajosa contribuiu imensamente, tanto na parte da frente e em casa, à defesa da Pátria Soviética e à aniquilação do inimigo.

Os serviços dos soldados soviéticos, por nossos comandantes e políticos dos trabalhadores de todas as classes são imortais. Após a perda de uma parte considerável do Exército, nos meses iniciais da guerra, eles não perdem a cabeça e foram capazes de reorganizar durante o curso do combate. Durante o curso da guerra, eles criaram uma forte e temperado, Exército heróico. Eles não só resistiu [nosso] forte pressão e astúcia do inimigo, mas esmagado ele.

O magnífico, feitos heróicos de centenas de milhões de pessoas do Oriente e do Ocidente durante a luta contra a ameaça de dominação fascista que apareceu diante de nós vai viver por séculos, [na verdade] por milênios na memória da humanidade agradecido.

(Aplausos.)

As principais funções e do crédito principal para o fim vitorioso da guerra pertencem ao nosso Partido Comunista, das forças armadas da União Soviética, e as dezenas de milhões de pessoas Soviética erguidas pelo Partido.

(Aplausos e prolongada.)

Camaradas, vamos chegar para alguns outros fatos. A União Soviética é justamente considerado um modelo de Estado multinacional porque temos assegurado na prática, a igualdade ea amizade de todos [da] povos que vivem em nossa grande pátria.

Todos os mais monstruosos são os atos cujo iniciador foi Stalin e que foram brutalmente violações dos princípios básicos leninista [por trás das políticas nacionalidades nosso estado] Soviética. Referimo-nos à deportações em massa de nações inteiras de seus locais de origem, juntamente com todos os comunistas e Komsomols sem qualquer exceção. Esta expulsão não foi ditada por considerações de ordem militar.

Assim, no final de 1943, quando já tinha sido uma mudança permanente da fortuna na frente em favor da União Soviética, a decisão relativa à deportação de todos os Karachai das terras em que viviam foi preso e executado.

No mesmo período, no final de dezembro de 1943, o abateu sobre o mesmo lote [Kalmyks] da Região Autónoma kalmyk República. Em março de 1944, todos os chechenos e Ingushi foram deportados e os Checheno-Inguchétia República Autónoma foi liquidada. Em abril de 1944, todos os balcares foram deportados a partir do território da República de Kabardino-Balkar República Autónoma para lugares distantes ea sua própria República foi rebatizado o Autónomas Kabardian República.

Ucranianos evitou responder a este destino só porque havia muitos deles e não havia lugar para o qual a deportá-los. Caso contrário, [Stalin] teria deportado-los também.

(Risos e animação no corredor.)

Nenhum marxista-leninista, nenhum homem de bom senso pode compreender como é possível fazer nações inteiras, responsáveis pela ação inimiga, incluindo mulheres, crianças, velhos, comunistas e Komsomols, para usar a repressão em massa contra eles, e expô-los à miséria e sofrimento para os atos hostis de pessoas individuais ou grupos de pessoas.

Após a conclusão da Guerra Patriótica, a nação soviética orgulhosamente destacou as vitórias magníficas adquirida através de [nosso] grandes sacrifícios e esforços tremendos. O país experimentou um período de entusiasmo político. O partido saiu da guerra ainda mais unida. Seus quadros foram temperado e endurecido pelo fogo da guerra. Sob tais condições, ninguém poderia mesmo ter pensado sobre a possibilidade de algum lote no Partido.

E foi justamente nessa época que o chamado "Leningrad" caso nasceu. Como temos mostrado agora, este caso foi fabricada. Aqueles que perderam a vida inocentemente incluídos: companheiros [Nikolay] Voznesensky, [Aleksey] Kuznetsov, [Mikhail] Rodionov, [Pyotr] Popkov, e outros.

Como é sabido, Voznesensky e Kuznetsov eram líderes talentosos e eminente. Uma vez que eles estavam muito perto de Stalin. É suficiente mencionar que Stalin fez Voznesensky ao Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Ministros e Kuznetsov foi eleito secretário do Comitê Central. O próprio fato de que Stalin confiou Kuznetsov com a supervisão do estado dos órgãos de segurança mostra a confiança que ele gostava.

Como aconteceu que essas pessoas foram marcados como inimigos do povo e liquidada?

Os fatos provam que o "affair Leningrad" é também o resultado da obstinação que Stalin exercida contra os dirigentes do partido. Teve uma situação normal existia na Central do Partido e no Comitê Central Politbiuro, assuntos dessa natureza teria sido examinado lá em conformidade com a parte prática, e todos os fatos pertinentes avaliadas, como resultado, um caso como este, assim como outros que não ter acontecido.

Devemos afirmar que, após a guerra, a situação se tornou ainda mais complicada. Stalin se tornou ainda mais caprichosos, irritáveis e brutal. Em particular, a sua suspeita cresceu. Sua mania de perseguição atingiu proporções inacreditáveis. Muitos trabalhadores se tornaram inimigos diante de seus olhos. Depois da guerra, Stalin separou-se do coletivo ainda mais. Tudo era decidido por ele sozinho, sem qualquer consideração por alguém ou alguma coisa.

Essa suspeita inacreditável foi habilmente aproveitada pelo provocador abjeto e vil inimigo, Beria, que assassinou milhares de comunistas e fiel povo soviético. A elevação do Voznesensky e Beria Kuznetsov alarmado. Como temos mostrado agora, tinha sido precisamente Beria que tinha "sugerido" para a fabricação de Stalin por ele e por seus confidentes de materiais na forma de declarações e cartas anônimas, e na forma de vários rumores e conversas.

Central do Partido Comitê examinou este assim chamado "caso de Leningrado", pessoas que sofreram inocentemente são reabilitados e honra, foi restaurado para o glorioso Partido organização de Leningrado. [V. S.] Abakumov e outros que tinham fabricado este caso foram levados perante um tribunal, o julgamento teve lugar em Leningrado e que recebeu o que merecia.

Surge a pergunta: Por que é que vemos a verdade sobre este caso somente agora, e porque fez algo que não mais cedo, durante a vida de Stalin, a fim de evitar a perda de vidas inocentes? Foi por causa de Stalin supervisionou pessoalmente o "caso de Leningrado", ea maioria dos membros Politbiuro não tinha, naquele momento, conhecer todas as circunstâncias em tais assuntos, e não podiam intervir.

Quando Stalin recebeu determinado material de Beria e Abakumov, sem analisar essas matérias caluniosas, ordenou uma investigação do caso "de Voznesensky e Kuznetsov. Com isso, seu destino foi selado.

Da mesma forma instrutiva é o caso da organização Mingrelian nacionalista que supostamente existiam na Geórgia. Como é sabido, resoluções do Comitê

Central do Partido Comunista da União Soviética, foram feitas relativamente a este caso, em novembro de 1951 e em março de 1952. Estas resoluções foram feitas sem discussão prévia com a Politbiuro. Stalin pessoalmente ditava. Eles fizeram graves acusações contra muitos comunistas leais. Com base nos documentos falsificados, foi provado que existiu na Geórgia, uma organização supostamente nacionalista, cujo objectivo era a liquidação do poder soviético nessa república com a ajuda das potências imperialistas.

Neste contexto, um número de parte, responsáveis e trabalhadores soviéticos foram presos na Geórgia. Como foi provado, isso foi uma calúnia contra a organização do Partido georgiano.

Sabemos que tem havido, por vezes, as manifestações de nacionalismo burguês local na Geórgia como em várias outras repúblicas. Surge a pergunta: Será possível que, durante o período em que as resoluções acima referidas foram feitas, as tendências nacionalistas cresceu tanto que existia o perigo de sair da Geórgia da União Soviética ea entrada da Turquia?

(Animação no corredor, risos).

Este é, naturalmente, um absurdo. É impossível imaginar como tais suposições podem penetrar na mente de ninguém. Todo mundo sabe como a Geórgia desenvolveu economicamente e culturalmente sob o domínio soviético. A produção industrial na República da Geórgia é 27 vezes maior do que era antes da Revolução. Muitas novas indústrias surgiram na Geórgia, que não existia ali antes da Revolução: a fundição de ferro, uma indústria do petróleo, uma máquina de construção civil, o analfabetismo etc desde há muito tem sido liquidados, o que, na pré-revolucionária Geórgia, incluía 78 por cento da população.

Poderiam os georgianos, comparando a situação em sua república com a situação difícil das massas trabalhadoras na Turquia, ser candidatos à adesão da Turquia? Em 1955, a Geórgia produzido 18 vezes mais aço por pessoa, como a Turquia. Geórgia produz energia 9 vezes mais elétrica por pessoa, como a Turquia. Segundo o censo de 1950 disponíveis, 65 por cento do total da população da Turquia é analfabeta, e 80 por cento de suas mulheres. A Geórgia tem 19 instituições de ensino superior que têm cerca de 39.000 estudantes, o que é 8 vezes mais do que na Turquia (para cada 1.000 habitantes). A prosperidade do povo trabalhador tem crescido muito na Geórgia durante o regime soviético.

É claro que, como a economia ea cultura se desenvolver, e como a consciência socialista das massas trabalhadoras na Geórgia cresce, a fonte de onde o nacionalismo burguês chama evapora a sua força.

Como se desenvolveu, não havia nenhuma organização nacionalista na Geórgia. Milhares de pessoas inocentes foram vítimas de arbitrariedade e ilegalidade. Tudo isto aconteceu sob o "gênio" da liderança de Stalin, "o grande filho do povo georgiano", como georgianos costumam se referir a ele.

(Animação no corredor.)

A obstinação de Stalin mostrou-se não apenas nas decisões relativas à vida interna do país, mas também nas relações internacionais da União Soviética.

O plenário julho do Comitê Central estudado em detalhe as razões para o desenvolvimento do conflito com a Iugoslávia. Era um papel vergonhoso que Stalin jogou aqui. O "affaire antigo" não continha problemas que não poderiam ter sido resolvidos através de discussões em grupo entre companheiros. Não havia nenhuma base significativa para o desenvolvimento deste caso ". Era completamente possível ter impedido a ruptura das relações com aquele país. Isso não significa, no entanto, que os líderes da antiga não cometeu erros ou não teve falhas. Mas esses erros e falhas foram ampliados de forma monstruosa por Stalin, resultando na breakoff das relações com um país amigo.

Lembro-me do primeiro dia quando o conflito entre a União Soviética e Iugoslávia começaram a ser explodidas artificialmente. Uma vez, quando eu vim de Kiev para Moscou, fui convidado para visitar Stalin, que, apontando para a cópia de uma carta enviada recentemente a [Presidente jugoslavo marechal Joseph] Tito, me perguntou: "Você já leu este?"

Não esperando pela minha resposta, ele respondeu: "Eu vou agitar meu dedo mindinho - e não haverá mais Tito. Ele vai cair".

Nós pagamos caro por isso "agitação do dedo mindinho." Esta declaração reflete a mania de grandeza de Stalin, mas ele agiu exatamente dessa forma: "Eu vou agitar meu dedo mindinho - e não haverá Kosior"; "Vou apertar minha dedo mindinho mais uma vez e Postyshev Chubar e não haverá mais "; Farei tremer meu dedo mindinho de novo - e Voznesensky, Kuznetsov e muitos outros irão desaparecer. "

Mas isso não aconteceu com Tito. Não importa o quanto ou quão pouco Stalin balançou, não só o dedo de seu pequeno, mas tudo o mais que pudesse abalar, Tito não cair. Por quê? O motivo foi que, neste caso de desacordo com [os nossos camaradas] iugoslavo, Tito tinha atrás de si um Estado e uma das pessoas que tiveram uma educação séria no combate pela liberdade e independência, um povo que deu apoio a seus líderes.

Você vê que a mania de grandeza de Stalin levou. Ele perdeu completamente a consciência da realidade. Ele demonstrou sua desconfiança e arrogância, não só em relação aos indivíduos na URSS, mas em relação aos partidos e nações inteiras.

Temos analisado cuidadosamente o caso da Jugoslávia. Encontramos uma solução adequada, que é aprovado pelos povos da União Soviética e da Jugoslávia, bem como pela massa de trabalhadores de todas as democracias do povo e por toda a humanidade progressista. A liquidação da [nossa] relações anormais com a Jugoslávia foi feito no interesse de todo o campo do socialismo, no interesse de fortalecer a paz no mundo inteiro.

Relembremos também o caso "do médico-conspiradores".

(Animação no corredor.)

Na verdade não houve "affair" de fora da declaração do médico de mulher [Lidiya] Timashuk, que foi provavelmente influenciado ou encomendadas por alguém (afinal, era um colaborador oficial dos órgãos de segurança do Estado) para escrever uma carta de Stalin que ela declarou que os médicos estavam aplicando métodos supostamente indevida de tratamento médico.

Tal carta foi suficiente para Stalin para chegar a uma conclusão imediata de que não há médico-conspiradores na União Soviética. Ele emitiu ordens para prender um grupo de eminentes especialistas médicos soviéticos. Ele pessoalmente emitidos pareceres sobre a condução da investigação e do método de interrogatório das pessoas presas. Ele disse que o acadêmico [V. N.] Vinogradov deve ser posto em cadeias, e que um outro [dos alegados conspiradores] deve ser batido. O ex-ministro da Segurança do Estado, camarada [Semyen] Ignatiev, está presente neste Congresso como delegado. Stalin disse-lhe secamente: "Se você não obter confissões dos médicos vamos encurtar você por uma cabeça".

(Tumulto no corredor.)

Stalin pessoalmente, chamou o juiz de investigação, deu-lhe instruções, e aconselhou-o sobre quais os métodos de investigação devem ser usados. Esses métodos eram simples - bater, bater e bater novamente.

Pouco depois de os médicos foram presos, nós membros da Politbiuro recebido protocolos com os médicos 'confissões de culpa. Após distribuir estes protocolos, Stalin nos disse: "Você está cego como gatinhos jovens. O que vai acontecer sem mim? O país vai perecer, porque você não sabe como

reconhecer

inimigos

".

O caso foi apresentado de forma que ninguém poderia verificar os factos em que a investigação foi baseada. Não houve possibilidade de tentar verificar os fatos em contato com aqueles que tinham feito a confissão de culpa.

Sentimos, no entanto, que o caso dos médicos presos era questionável. Sabíamos que algumas dessas pessoas pessoalmente, porque eles tinham uma vez nos trataram. Quando examinamos neste caso "após a morte de Stalin, descobrimos que ele tenha sido fabricado a partir do começo ao fim.

Neste caso "vergonhosa" foi criado por Stalin. Ele fez, porém, não têm o tempo em que para trazê-lo para um fim (como ele concebeu o efeito), e por esta razão que os médicos ainda estão vivos. Todos eles foram reabilitados. Eles estão trabalhando nos mesmos lugares que estavam trabalhando antes. Eles estão tratando os indivíduos superiores, não excluindo os membros do Governo. Eles têm nossa total confiança, e eles executam suas funções com honestidade, como faziam antes.

Em unir vários casos sujo e vergonhoso, uma base muito papel foi desempenhado por um inimigo raivoso do nosso Partido, um agente de um serviço de inteligência estrangeiros - Beria, que havia roubado na confiança de Stalin. Como isso pode provocador ganharam tal posição no Partido e no Estado, de modo a tornar-se o Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Ministros da União Soviética e um membro Politbiuro? Já foi comprovado que esse bandido subiu a escada do Governo sobre um número incontável de cadáveres.

Havia sinais de que Beria era um inimigo do Partido? Sim, houve. Já em 1937, um Comitê Central do Plenário, o ex-Comissário do Povo da Saúde [Grigory] Beria Kaminsky disse que trabalhou para o serviço de inteligência Musavat. Mas o Plenário mal tinha concluído quando Kaminsky foi preso e depois tiro. Stalin tinha examinado declaração Kaminsky? Não, porque Stalin acreditava no Beria, e isso foi suficiente para ele. E quando Stalin acreditou em alguém ou alguma coisa, então ninguém pode dizer nada que era contrário à sua opinião. Qualquer um que se atrever a expressar a oposição teria encontrado o mesmo destino que Kaminsky.

Havia outros sinais, também. A declaração de que o companheiro [A. V.] Snegov isinteresting feita para o Comitê Central do Partido. (Entre parênteses falando, ele também foi reabilitado há pouco tempo, depois de 17 anos em campos de prisioneiros.) Nesta declaração, Snegov escreve:

"Em conexão com a proposta da reabilitação do antigo membro do Comitê

Central, [Lavrenty] Kartvelishvili-Lavrentiev, tenho confiado às mãos do representante do Comitê de Segurança do Estado um depoimento detalhado sobre o papel de Beria na disposição do caso e Kartvelishvili sobre os motivos pelos quais penal Beria foi guiado.

"Na minha opinião, é indispensável lembrar um fato importante referente a este caso e comunicá-la ao Comitê Central, porque não considerá-lo como adequado para incluir em documentos do inquérito.

"Em 30 de outubro de 1931, numa sessão da Mesa Organizacional do Comitê Central do Todo-Partido Comunista (bolchevique), Kartvelishvili, Secretário do Comitê Regional da Transcaucásia, fez um relatório. Todos os membros da executiva do Comitê Regional estiveram presentes. Deles eu só agora estou vivo.

"Durante esta sessão, JV Stalin fez um movimento no final de seu discurso sobre a organização do Secretariado do Comitê Regional da Transcaucásia composto das seguintes características: Primeiro Secretário, Kartvelishvili; Segundo Secretário, Beria (Foi então que, pela primeira vez na história do Partido, que o nome de Beria foi mencionado como um candidato para uma posição Party). Kartvelishvili respondeu que não sabia Beria bem e por isso recusou-se categoricamente a trabalhar em conjunto com ele. Stalin propôs então que esta questão seja deixada em aberto e que ser resolvido no processo do trabalho em si. Dois dias depois, uma decisão que se chegou a Beria receberia o cargo partido e que Kartvelishvili seriam deportados da Transcaucásia.

"Este fato pode ser confirmado pelos companheiros e Kaganovich Mikoyan, que estava presente na sessão."

A longo prazo, as relações hostis entre Kartvelishvili e Beria eram amplamente conhecidos. Elas remontam ao tempo em que o camarada Sergo [Ordzhonikidze] era ativo na Transcaucásia. Kartvelishvili era o assistente mais próximo de Sergo. A relação hostil impelido Beria para fabricar um "caso" contra Kartvelishvili. É característico que Kartvelishvili foi acusado de um ato terrorista contra Beria neste caso "."

A acusação no caso Beria contém uma discussão de seus crimes. Algumas coisas devem, no entanto, recordar-se, especialmente porque é possível que nem todos os delegados para o Congresso ter lido este documento. Gostaria de lembrar a disposição bestial Beria dos casos de [Mikhail] Kedrov, [V.] Golubev, e mãe adotiva de Golubev, Baturina - pessoas que quiseram informar o Comitê Central sobre a atividade traiçoeira Beria. Eles foram fuzilados sem qualquer julgamento ea sentença foi aprovada a posteriori, após a execução.

Aqui está o que o velho comunista, companheiro Kedrov, escreveu para o Comitê Central através do camarada [Andrey] Andreyev (Andreyev camarada era então secretário do Comitê Central):

"Estou chamando-lhe a ajuda de uma cela escura da prisão Lefortovo. Deixe o meu grito de horror chegar a seus ouvidos, não permanecem surdos, leva-me sob sua proteção, por favor, ajudar a eliminar o pesadelo de interrogatórios e mostrar que tudo isso é um erro.

"Eu sofro inocentemente. Por favor, acredite em mim. O tempo irá dar testemunho da verdade. Eu não sou um agente provocador da Okhrana czarista. Eu não sou um espião, eu não sou um membro de uma organização anti-soviética da qual estou sendo acusado, com base em denúncias. Eu também não sou culpado de quaisquer outros crimes contra o partido eo Governo. Eu sou um velho bolchevique, livre de qualquer mancha, eu honestamente lutou durante quase 40 anos nas fileiras do Partido para o bem ea prosperidade da nação

"... Hoje eu, a 62-year-old man, estou sendo ameaçado pelos juízes de investigação com métodos mais severos, cruéis e degradantes de pressão física. Eles (os juízes) não são mais capazes de se tornarem conscientes dos seus erros e de reconhecer que a gestão do meu caso, é ilegal e proibido. Eles tentam justificar as suas acções por retratar-me como um inimigo endurecido e delirante e exigem repressão aumentou. Mas vamos a parte sei que sou inocente e que não há nada que pode virar um filho leal do partido em um inimigo, mesmo até ao seu último suspiro.

"Mas eu não tenho saída. Eu não posso desviar-me a aproximar rapidamente novos golpes e poderoso.

"Tudo, porém, tem seus limites. Minha tortura chegou ao extremo. Minha saúde está quebrado, minha força e minha energia está a diminuir, o fim está próximo. Para morrer em uma prisão soviética, marcado como um vil traidor à Pátria - que pode ser mais monstruoso de um homem honesto? E como tudo isso é monstruoso! Amargor insuperável e apertos de dor meu coração. Não! Não! Isso não vai acontecer, o que não pode ser, eu choro. Nem o partido nem o governo soviético, nem o Comissário do Povo, LP Beria, vai permitir essa injustiça, cruel irreparável. Tenho a firme certeza de que, dado um exame, calma objetiva, sem qualquer rantings sujo, sem raiva e sem medo das torturas, seria fácil provar a falta de bases dos encargos. Eu acredito profundamente que a verdade ea justiça triunfará. Eu acredito. Eu acredito. "

O velho bolchevique, camarada Kedrov, foi considerado inocente pelo Colégio

Militar. Mas, apesar disso, ele foi baleado na ordem de Beria.

(Indignação no corredor.)

Beria também tratou cruelmente a família de Ordzhonikidze camarada. Por quê? Porque Ordzhonikidze tentou impedir Beria de realizar seus planos vergonhosos. Beria tinha desaparecido do seu caminho, todas as pessoas que poderiam interferir com ele. Ordzhonikidze sempre foi um adversário de Beria, que contou a Stalin. Em vez de analisar este caso e tomar as medidas adequadas, Stalin permitiu a liquidação do irmão Ordzhonikidze e trouxe Ordzhonikidze-se a um tal estado que ele foi forçado a atirar-se.

(Indignação no corredor.)

Beria foi desmascarada por Central do Partido Comissão logo após a morte de Stalin. Como resultado particularmente detalhados procedimentos legais, foi estabelecido que Beria tinham cometido crimes monstruosos e Beria foi baleado.

A questão surge porque Beria, que tinha liquidado dezenas de milhares de partido e trabalhadores soviéticos, não foi desmascarado durante a vida de Stalin. Ele não foi desmascarado mais cedo porque tinha utilizado muito habilmente fraquezas de Stalin, alimentando-o com as suspeitas, ajudou Stalin em tudo e agiu com seu apoio.

Camaradas: O culto do indivíduo adquiriu tamanho tão monstruoso, porque o próprio Stalin, utilizando todos os métodos possíveis, apoiou a glorificação de sua própria pessoa. Este é apoiado por numerosos fatos. Um dos exemplos mais característicos de auto-glorificação de Stalin e de sua falta de modéstia é a edição de sua biografia curta, que foi publicado em 1948 (sic).

Este livro é uma expressão da bajulação mais dissoluto, um exemplo de fazer um homem em uma divindade, de transformá-lo em um sábio infalível ", o maior líder, estrategista sublime de todos os tempos e nações". Finalmente, nenhuma outra palavra pode ser encontrado com o qual a levantar Stalin até os céus.

Nós não precisamos dar aqui exemplos da adulação repugnantes preenchimento deste livro. Todos nós precisamos de acrescentar é que todos eles foram aprovados e editados por Stalin pessoalmente. Alguns deles foram adicionados em sua própria caligrafia para o projecto de texto do livro.

O que fez Stalin consideram essenciais para escrever para este livro? Será que ele quer para arrefecer o ardor dos bajuladores, que estava compondo sua

biografia curta? Não! Ele marcou a lugares muito quando ele pensou que o elogio de seus serviços era insuficiente. Aqui estão alguns exemplos que caracterizam a atividade de Stalin, adicionado na própria mão de Stalin:

"Nesta luta contra os cétricos e capituladores, os trotskistas, zinovievistas, Bukharinites e Kamenevites, definitivamente havia soldados juntos, após a morte de Lenin, que o núcleo dirigente do Partido ... que confirmou a grande bandeira de Lênin, reuniu o Partido por trás behests Lênin, e trouxe o povo soviético sobre os caminhos gama de industrialização do país e de colectivização da economia rural. O líder desse núcleo ea força orientadora do Partido e do Estado foi o camarada Stalin".

Assim escreve o próprio Stalin! Então ele acrescenta:

"Embora ele executou suas funções como líder do partido e as pessoas com habilidade consumada, e contou com o apoio incondicional de todo o povo soviético, Stalin nunca permitiu que seu trabalho a ser marcada pela menor sinal de vaidade, arrogância ou de auto-adulação. "

Onde e quando pode um líder para elogiar a si mesmo? É isso digno de um líder do tipo marxista-leninista? Não. É precisamente contra esta que Marx e Engels, tomar uma posição forte. Isso sempre foi fortemente condenado também por Vladimir Ilich Lenin.

No projecto de texto [livro Stalin] apareceu a seguinte frase: "Stalin é o Lenin de hoje." Esta frase apareceu a Stalin a ser demasiado fraco. Assim, em sua própria caligrafia, ele se mudou para ler: "Stalin é o digno continuador da obra de Lenin, ou, como é dito no nosso Partido, Stalin é o Lenin de hoje." Viu como é dito, não pela nação, mas pelo próprio Stalin.

É possível oferecer tal auto-elogiando muitas avaliações escritas para o projecto de texto que o livro na mão de Stalin. Ele chuveiros-se especialmente generosa com elogios sobre seu gênio militar e seu talento para a estratégia. Vou citar mais uma inserção feita por Stalin, sobre o tema: "A ciência avançada de guerra soviéticos receberam maior desenvolvimento", escreve ele, "nas mãos do camarada Stalin. Camarada Stalin elaborou a teoria dos fatores de operação permanente, que decidirá a questão de guerras, de defesa activa e as leis e contra-ofensiva, da cooperação de todos os serviços e os braços na guerra moderna, o papel das massas tanque grande e forças aéreas na guerra moderna, e da artilharia como a mais formidável das forças armadas. Em várias fases da guerra, o gênio de Stalin encontrou soluções corretas que levou em consideração todas as circunstâncias da situação. "

(Movimento no corredor.)

Além disso, Stalin escreve: "mestre militar de Stalin foi exibida tanto na defesa e no ataque. Gênio camarada Stalin permitiu-lhe divina planos do inimigo e derrotá-los. As batalhas em que o camarada Stalin dirigiu os exércitos soviéticos são brilhantes exemplos de habilidade militar operacional".

Isto é como Stalin foi elogiado como um estrategista. Quem fez isso? O próprio Stalin, e não em seu papel como estrategista, mas no papel de um autor-editor, um dos principais criadores de seu próprio [] auto-biografia adulatory. Esses companheiros, são os fatos. Ou deveria ser dito, sim, os fatos vergonhosos.

Um fato adicional a partir do mesmo curta biografia de Stalin: Como é sabido, a História do Todo-Partido Comunista (bolchevique), Short Course foi escrito por uma comissão do Comitê Central do Partido.

Este livro, entre parênteses, também foi permeado com o culto do indivíduo e foi escrito por um grupo designado de autores. Este facto reflectiu-se na seguinte formulação sobre a cópia da prova da biografia curta de Stalin: "Uma comissão do Comitê Central, All-Partido Comunista (bolchevique), sob a direção do camarada Stalin e com a sua participação mais ativa pessoal, preparou uma História do Todo-Partido Comunista (bolchevique), Curso de curta duração".

Mas mesmo esta frase não satisfazia Stalin: A frase seguinte passa-lo na versão final da biografia curta: "Em 1938, o livro História do Todo-Partido Comunista (bolchevique), Short Course apareceu, escrito pelo camarada Stalin e aprovado por uma comissão do Comitê Central, All-Partido Comunista (bolchevique). "Pode-se acrescentar mais alguma coisa?

(Animação no corredor.)

Como você vê, uma metamorfose surpreendente mudou a obra criada por um grupo em um livro escrito por Stalin. Não é necessário dizer como e por que essa metamorfose teve lugar.

Uma questão pertinente vem à nossa mente: Se Stalin é o autor deste livro, por que ele precisa para elogiar a pessoa de Estaline tanto e transformar todo o post-outubro período histórico do nosso glorioso Partido Comunista exclusivamente em uma ação de "o gênio Stalin"?

Será que este livro reflecte adequadamente os esforços do partido na transformação socialista do país, na construção da sociedade socialista, na industrialização e coletivização do país, e também outras medidas tomadas pela Parte que viajou sem desvios do caminho traçado por Lênin? Este livro

fala principalmente sobre Stalin, sobre seus discursos, sobre os seus relatórios. Tudo sem a menor exceção está ligada ao seu nome.

E quando o próprio Stalin afirma que ele próprio escreveu o Curso de curta, isto exige, pelo menos, para espanto. Pode um marxista-leninista, assim, escrever sobre si mesmo, elogiando sua própria pessoa para o céu?

Ou vamos levar a questão dos Prêmios Stalin.

(Movimento no corredor.)

Nem mesmo os czares criados prêmios que o nome de si mesmos.

Stalin reconheceu como o melhor texto de um hino nacional da União Soviética, que não contém uma palavra sobre o Partido Comunista, que contém, no entanto, o seguinte elogio sem precedentes de Stalin: "Stalin nos fez subir na lealdade ao povo. Ele nos inspirou a grande trabalho e ações. "

Nestas linhas do hino, toda a actividade educativa, direcional e inspirador do grande partido leninista é atribuída a Stalin. Este é, naturalmente, um claro desvio do marxismo-leninismo, uma clara aviltante e menosprezar o papel do Partido. Devemos acrescentar a sua informação de que o Presidium do Comitê Central já aprovou uma resolução sobre a composição de um novo texto do hino. que vai refletir o papel do povo e do papel do Partido.

(Aplausos, aplausos prolongados).

E foi sem conhecimento de Stalin, que muitas das maiores empresas e cidades foram nomeados depois dele? Foi sem o seu conhecimento de que Stalin monumentos foram erguidos em todo o país - estes memoriais "ao vivo"? É um facto que o próprio Stalin havia assinado em 2 de julho de 1951 uma resolução do Conselho de Ministros da URSS em matéria de instalação no Canal Volga-Don de um monumento impressionante a Stalin, em 4 de setembro do mesmo ano, ele emitiu um despacho que 33 toneladas de cobre disponíveis para a construção do monumento impressionante.

Quem já visitou a área de Stalingrado deve ter visto a enorme estátua que está sendo construído lá, e que, em um local que dificilmente qualquer pessoa freqüente. Grandes somas foram gastos para construí-lo num momento em que as pessoas desta região vivia desde a guerra em cabanas. Considere-se, a si mesmo, Stalin estava certo quando escreveu em sua biografia que "... ele não permitiu que em si mesmo ... até mesmo uma sombra de vaidade, orgulho ou auto-adoração "?

Ao mesmo tempo, Stalin deu provas de sua falta de respeito pela memória de Lenin. Não é uma coincidência que, apesar da decisão tomada há 30 anos para construir um Palácio dos Sovietes como um monumento ao Vladimir Ilyich, este palácio não foi construída, sua construção foi sempre adiado eo projeto a caducar.

Não podemos esquecer de lembrar a decisão do governo soviético de 14 de agosto de 1925 sobre "a criação de prêmios de Lenin para trabalho educativo." Esta resolução foi publicada na imprensa, mas até hoje não há nenhum prêmio Lênin. Isto, também, devem ser corrigidas.

(Aplausos, tumultuoso prolongada.)

Durante a vida de Stalin - graças aos métodos já conhecidos, que já mencionei, e citando fatos, por exemplo. da biografia curta de Stalin - todos os eventos foram explicadas como se Lênin desempenhou apenas um papel secundário, mesmo durante a Revolução Socialista de Outubro. Em muitos filmes e em muitas obras literárias da figura de Lenin foi apresentado de forma incorrecta e inadmissível depreciados.

Stalin gostava de ver o filme O Ano Inesquecível de 1919, em que foi mostrado nos degraus de um trem blindado e onde ele estava praticamente vencendo o adversário com o seu próprio saber. Vamos Klimenty Yefremovich [Voroshilov], nosso querido amigo, encontrar a coragem necessária e escrever a verdade sobre Stalin, afinal, ele sabe como Stalin tinha lutado. Vai ser difícil para o companheiro Voroshilov para realizar isso, mas seria bom se ele fez isso. Todo mundo vai aprová-lo, tanto do povo e do partido. Mesmo que seus netos irão agradecer-lhe.

(Aplausos prolongados.)

Ao falar sobre os acontecimentos da Revolução de Outubro, sobre a Guerra Civil, foi criado a impressão de que Stalin sempre desempenhou o papel principal, como se toda a parte e sempre Stalin havia sugerido a Lenin o que fazer e como fazê-lo. No entanto, isso é calúnia de Lênin.

(Aplausos prolongados.)

Eu provavelmente não pecar contra a verdade quando digo que 99 por cento das pessoas aqui presentes ouviram e sabia muito pouco sobre Stalin antes do ano 1924, enquanto Lênin era conhecido por todos. Ele era conhecido por todo o Partido, ao país inteiro, de crianças de todo o caminho até os homens de idade.

(Aplausos,

tumultuoso

prolongada.)

Tudo isto tem de ser completamente revisto, de modo que a história, a literatura e as artes plásticas reflectir adequadamente o papel VI Lenin e os grandes feitos do nosso Partido Comunista e do povo soviético - um povo criativo.

(Aplausos)

Camaradas! O culto do indivíduo causou o emprego de princípios com defeito no trabalho do Partido e da actividade económica. Trouxe sobre violação grosseira da parte interna e da democracia soviética, a administração estéril, desvios de toda sorte, cover-ups de deficiências, varnishings e da realidade. Nossa nação deu para trás muitos bajuladores e especialistas em falso otimismo e do engano.

Também não devemos esquecer que, devido às numerosas prisões do Partido, os dirigentes soviéticos e económicas, muitos trabalhadores começaram a trabalhar com incerteza, mostrou excessivamente cautelosa, temia tudo o que era novo, temiam suas próprias sombras, e começou a mostrar mais iniciativa no trabalho .

Tomemos, por exemplo, o Partido e as resoluções Soviética. Elas foram elaboradas de forma rotineira, muitas vezes sem considerar a situação concreta. Isto foi tão longe que o Partido dos Trabalhadores, mesmo durante o menor sessões, ler [preparado] discursos. Tudo isto produziu o perigo de formalizar o Grupo de trabalho e de burocratização soviético e todo o aparato.

Relutância de Stalin, a considerar as realidades da vida, eo fato de que ele não tinha conhecimento do estado real das coisas nas províncias, pode ser ilustrado pela sua direcção da agricultura.

Todos aqueles que se interessaram-se ainda um pouco da situação nacional, viu a situação difícil na agricultura, mas Stalin nunca sequer observou ele. Nós lhe dissemos Stalin sobre isso? Sim, nós dissemos a ele, mas ele não nos apoiar. Por quê? Porque nunca viajou de Stalin em qualquer lugar, não se reuniu trabalhadores urbanos e kolkhoz. Ele não sabia que a situação real nas províncias.

Ele sabia que o país ea agricultura apenas de filmes. E esses filmes vestidos e embelezou a situação existente na agricultura. Muitos filmes kolkhoz vida retratada de tal forma que [quinta] tabelas gemeu com o peso de perus e gansos. Evidentemente, Stálin pensavam que era realmente assim.

Vladimir Ilich Lenin olhou a vida de forma diferente. Ele sempre esteve próximo do povo. Usou-se para receber os delegados camponeses e falava frequentemente em encontros de fábrica. Ele costumava visitar as vilas e conversar com os camponeses.

Stalin se separou do povo e nunca foi dele. Isso durou dez anos. A última vez que visitou uma aldeia foi em janeiro de 1928, quando visitou a Sibéria, em conexão com contratos de grãos. Como então ele poderia ter conhecido a situação nas províncias?

Depois, [Stalin] foi dito durante a discussão que a nossa situação no terreno era difícil e que a situação na criação de gado ea produção de carne foi especialmente ruim. [A partir deste], veio uma comissão responsável pela elaboração de uma resolução denominada "Medidas para o desenvolvimento da pecuária no kolkhozes e sovkhozes." Nós elaboramos este projeto.

Naturalmente, as nossas propostas nesse momento não cobrem todas as possibilidades. No entanto fizemos maneiras gráfico em que a produção animal em kolkhozes e sovkhozes poderia ser incrementada. Temos propostas para aumentar os preços dos animais de forma a criar incentivos materiais para kolkhoz, MTS [máquina estação tractor] e trabalhadores sovkhoz no desenvolvimento de reprodutores. Mas o nosso projeto não foi aceito, em Fevereiro de 1953 foi posta de lado completamente.

Além do mais, ao rever esse projeto Stalin propôs que os impostos pagos pelos trabalhadores e por kolkhozes kolkhoz deve ser aumentado em 40 bilhões de rublos. Segundo ele, os camponeses eram bem de vida e um trabalhador kolkhoz precisaria vender apenas mais um frango para pagar seus impostos na totalidade.

Pense no que isso implicava. Quarenta bilhões de rublos é uma soma que [os trabalhadores] não percebo para todos os produtos que vendiam para o Estado. Em 1952, por exemplo, kolkhozes e trabalhadores kolkhoz recebeu 26.280 milhões de rublos para todos os produtos vendidos e entregues ao Estado.

Será que a posição de Stalin, então, descansa em dados de qualquer espécie que seja? Claro que não. Em casos tais fatos e números não lhe interessam. Se Stalin disse nada, isso significava que era assim - afinal, ele era um gênio "e um gênio não precisa contar, ele só precisa de olhar e pode imediatamente dizer como deve ser. Quando ele expressa sua opinião, todos tem que repeti-lo e admirar sua sabedoria.

Mas quanta sabedoria estava contida na proposta de aumentar o imposto

agrícola de 40 bilhões de rublos? Nenhum, absolutamente nenhum, porque a proposta não foi baseado em uma avaliação real da situação, mas sobre as idéias fantásticas de uma pessoa divorciada da realidade.

No momento, estamos lentamente começando a trabalhar nossa maneira fora de uma situação difícil da agricultura. Os discursos dos delegados ao XX Congresso favor de todos nós. Estamos contentes que muitos delegados têm discursos [o efeito] que existem condições para o cumprimento das Cinco sexta-Ano do plano de criação de animais [início]: não em cinco anos, mas dentro de dois a três anos. Estamos certos de que os compromissos dos Cinco Ano-Novo Plano será realizado com êxito.

(Aplausos prolongados.)

Camaradas! Se acentuadamente criticar hoje o culto do indivíduo, que era tão difundida durante a vida de Stalin, e se falamos de muitos fenômenos negativos gerados por este culto (que é tão estranho ao espírito do marxismo-leninismo), alguns podem perguntar: Como poderia ser? Stalin dirigiu o Partido eo país por 30 anos e muitas vitórias foram obtidas durante sua vida. Podemos negar isso? Na minha opinião, a questão pode ser feita desta forma apenas por aqueles que estão cegos e irremediavelmente hipnotizados pelo culto do indivíduo, apenas por aqueles que não entendem a essência da revolução e do Estado soviético, apenas por aqueles que não entendo, de uma maneira leninista, o papel do partido e da nação no desenvolvimento da sociedade soviética.

[Nossa] Revolução Socialista foi atingido pela classe operária e pelos camponeses pobres, com o apoio parcial dos camponeses da classe média. Ele foi atingido pelo povo sob a liderança do Partido Bolchevique. Grande serviço de Lenin consistiu no fato de que ele criou um militante do Partido da classe operária, mas ele estava armado com compreensão marxista das leis do desenvolvimento social e com a ciência da vitória do proletariado na luta com o capitalismo, e ele steeled esta parte em o cadinho da luta revolucionária das massas do povo.

Durante esta luta do Partido consistentemente defendeu os interesses do povo e se tornou seu líder experiente. [O partido] conduziu as massas trabalhadoras ao poder, com a criação do primeiro Estado socialista. Você se lembra bem as sábias palavras de Lênin: que o Estado soviético é forte por causa da consciência das massas que a história é criada pelos milhões e dezenas de milhões de pessoas.

Nossas vitórias históricas foram alcançadas graças ao trabalho de organização do Partido, a várias organizações da província, e ao abnegado trabalho de

nossa grande nação. Estas vitórias são o resultado da grande movimentação e atividade da nação e do partido como um todo. Eles não são de todo o fruto da liderança de Stalin, que é como a situação foi retratado durante o período do culto do indivíduo.

Se estamos a considerar esta questão, e como os marxistas leninistas, então temos de afirmar inequivocamente que as práticas de liderança que surgiu durante os últimos anos da vida de Stalin tornou-se um sério obstáculo no caminho do desenvolvimento social soviética. Stalin vezes falhou por mês para pegar alguns problemas extraordinariamente importante, sobre a vida do Partido e do Estado, cuja solução não pode ser adiada. Durante a liderança de Stalin, as nossas relações pacíficas com as outras nações eram muitas vezes ameaçado, porque as decisões de um homem poderia causar, e muitas vezes não causa grandes complicações.

No passado [poucos] anos, [depois] conseguimos libertar-nos da prática nociva do culto do indivíduo e tomou várias medidas adequadas em termos de [os políticos] interno e externo, toda a gente [tem sido capaz de ver] como a atividade cresceu diante dos nossos olhos, como a atividade criativa das grandes massas de trabalho se desenvolveu, e como todos favoravelmente este agiu sobre o desenvolvimento económico e cultural.

(Aplausos)

Alguns camaradas podem nos perguntar: Onde estavam os membros do Politbiuro? Por que eles não se afirmam contra o culto do indivíduo no tempo? E porque é que esta sendo feito só agora? Primeiro de tudo, temos de considerar o fato de que os membros do Politbiuro visto por estas questões de uma maneira diferente em momentos diferentes. Inicialmente, muitos deles apoiados activamente Stalin porque ele foi um dos maiores marxistas e sua lógica, sua força e sua vontade muito influenciado [Parte] quadros e trabalho do Partido.

Sabe-se que após a morte de Lenin, especialmente durante os primeiros anos, Estaline lutou ativamente para leninismo contra os inimigos da teoria leninista e contra aqueles que se desviou. Começando com a teoria leninista, o Partido, com seu Comitê Central na cabeça, começou a trabalhar em uma grande escala sobre a industrialização socialista do país, a coletivização agrícola e na revolução cultural. Nessa época Stalin ganhou grande popularidade, simpatia e apoio. O partido tinha de lutar contra aqueles que tentaram levar o país longe do caminho correto leninista. Ele teve que lutar trotskistas, zinovievistas e direitistas e nacionalistas burgueses. Esta luta era indispensável.

Mais tarde, porém, Stalin, abusando de seu poder mais e mais, começou a luta

Partido eminente e líderes do governo e de usar métodos terroristas contra pessoas honestas Soviética. Como já demonstrado, Stalin, assim, tratado como parte eminente e líderes de Estado como Kosior, Rudzutak, Eikhe, Postyshev e muitos outros.

As tentativas de opor-se as suspeitas e acusações infundadas resultou em vítima de queda do adversário para a repressão. Isso caracteriza a queda do companheiro Postyshev.

Em uma de suas [trocas] Stalin expressou sua insatisfação com Postyshev e lhe perguntou: "O que você realmente?"

Postyshev respondeu claramente: "Eu sou um bolchevique, o camarada Stalin, um bolchevique".

A princípio, essa afirmação foi considerada show [apenas] uma falta de respeito por Stalin. Mais tarde, foi considerado um ato nocivo. Eventualmente, resultou na aniquilação Postyshev e punição como um "inimigo do povo".

Na situação que então prevaleceu, muitas vezes eu conversei com Nikolay Alexandrovich Bulganin. Uma vez, quando nós dois estávamos viajando em um carro, ele disse: "Isso já aconteceu algumas vezes que um homem vai para Stalin em seu convite como um amigo. E quando ele senta-se com Stalin, ele não sabe onde ele será enviado em seguida - em casa ou para a cadeia. "

É claro que tais condições, colocar todos os membros da Politbiuro em uma situação muito difícil. E, quando se considerar também o fato de que nos últimos anos, as sessões plenárias do Comité Central não foram convocados e que as sessões do Politbiuro ocorreu apenas ocasionalmente, de vez em quando, então vamos entender como foi difícil para qualquer membro da Politbiuro para tomar uma posição contra um ou outro procedimento injusto ou inadequado, contra erros graves e deficiências nas práticas de liderança.

Como já foi mostrado, muitas decisões foram tomadas, quer por uma pessoa ou de uma forma indireta, sem discussão coletiva. O triste destino de membro Politbiuro Voznesensky companheiro, que foi vítima de repressões de Stalin, é conhecido por todos. Caracteristicamente, a decisão de removê-lo da Politbiuro nunca foi discutido, mas foi alcançado de forma tortuosa. Da mesma forma, veio a decisão a respeito de Kuznetsov e remoções Rodionov em seus postos.

A importância da Politbiuro do Comité Central foi reduzida e seu trabalho foi desorganizada pela criação, no âmbito Politbiuro de várias comissões - o chamado "quintetos," sextetos, "septets" e "nonets" Aqui está, por exemplo, um Politbiuro resolução de 3 de outubro de 1946:

"A proposta de Stalin:

"1.O Politbiuro Comissão dos Negócios Estrangeiros ('Sexteto') está a preocupar-se, no futuro, além de assuntos externos, também com questões de construção interna e de política interna.

"2.O Sextet é adicionar a sua lista o presidente da Comissão Estatal de Planeamento Económico da URSS, camarada Voznesensky, e está a ser conhecido como um septeto.

"Assinado: Secretário do Comitê Central, J. Stalin".

Que [sofisma]!

(Risos na sala.)

É claro que a criação, no âmbito Politbiuro deste tipo de comissões - "quintetos," sextetos, "septets" e "nonets" - foi contra o princípio de liderança coletiva. O resultado disso foi que alguns membros da Politbiuro foram desta forma afastados de participação na consecução dos assuntos mais importantes do estado.

Um dos mais antigos membros do nosso Partido, Klimenty Yefremovich Voroshilov, encontrou-se em uma situação quase impossível. Durante vários anos, ele realmente foi privado do direito de participação nas sessões Politbiuro. Stalin proibiu-o de participar nas sessões Politbiuro e receber documentos. Quando o Politbiuro estava em sessão e camarada Voroshilov ouviu falar sobre isso, ele telefonou para cada tempo e perguntou se ele seria permitido participar. Às vezes, Stalin permitiu, mas sempre mostrou a sua insatisfação.

Por causa de sua extrema desconfiança, Stalin também brincou com a suspeita de absurdo e ridículo que Voroshilov era um agente Inglês.

(Risos na sala.)

É verdade - um agente Inglês. Um toque especial foi instalada em sua casa para ouvir o que foi dito lá.

(Indignação no corredor.)

Por decisão unilateral, Stálin também tinha separado um outro homem com o trabalho do Politbiuro - Andrey Andreyevich Andreyev. Este foi um dos atos

mais desenfreada de obstinação.

Vamos considerar o primeiro Comitê Central do Plenário depois do 19^o Congresso do Partido. Stalin, em seu discurso no plenário, caracterizada Vyacheslav Mikhailovich Molotov e Anastas Ivanovich Mikoyan e sugeriu que estes trabalhadores mais velhos do nosso partido eram culpados de algumas acusações infundadas. Nós não podemos descartar a possibilidade de que tinha Stalin permaneceu no comando por mais um de vários meses, os camaradas Molotov e Mikoyan provavelmente não teria emitido qualquer discursos no presente [20] Congresso.

Stalin, evidentemente, tinha planos para acabar com os membros mais velhos da Politbiuro. Ele afirmou que muitas vezes membros Politbiuro devem ser substituídos por novos. Sua proposta ao Congresso após 19 a 25 pessoas para eleger o Comitê Central do Presidium visou a remoção de antigos membros Politbiuro e em trazer pessoas menos experientes, para que estes se exaltar-lo em todas as sortes das maneiras.

Podemos supor que este era também um projeto para a aniquilação futura dos membros Politbiuro de idade e, desta forma, uma cobertura para todos os actos vergonhosos de Stalin, os actos que estamos considerando.

Camaradas! Assim como não repetir erros do passado, o Comitê Central declarou-se resolutamente contra o culto do indivíduo. Nós consideramos que Stalin foi exaltado em excesso. No entanto, no passado, sem dúvida, Stalin realizado grandes serviços ao partido, para a classe operária e ao movimento internacional dos trabalhadores.

Essa questão é complicada pelo fato de que tudo isso que acabamos de discutir foi feito durante a vida de Stalin, sob sua liderança e com a sua concordância; aqui Stalin estava convencido de que este era necessário para a defesa dos interesses das classes trabalhadoras contra a plotagem de inimigos e contra o ataque do campo imperialista.

Ele viu isto a partir da posição de interesse da classe trabalhadora, do interesse do povo trabalhador, do interesse da vitória do socialismo e do comunismo. Nós não podemos dizer que esses eram os feitos de um déspota vertiginoso. Ele considerou que esta deve ser feita no interesse do partido, das massas trabalhadoras, em nome da defesa dos ganhos da revolução. Nisso reside toda a tragédia!

Camaradas! Lenin frequentemente sublinhado que a modéstia é uma parte absolutamente integrante de um verdadeiro bolchevique. O próprio Lênin era a personificação viva da maior modéstia. Nós não podemos dizer que temos

vindo a seguir este exemplo leninista em todos os aspectos.

Basta recordar que muitas cidades, fábricas e empresas industriais, kolkhozes e sovkhoses, instituições soviéticas e instituições culturais têm sido referidos por nós com um título, se me permite expressá-lo assim - de propriedade privada dos nomes destes ou aqueles Governo e líderes partidários que ainda estavam ativos e em boa saúde. Muitos de nós participou na acção de atribuir os nossos nomes de várias cidades, rayons, empresas e kolkhozes. Temos de corrigir
isso.

(Aplausos)

Mas isso deve ser feito com calma e devagar. O Comité Central irá discutir esta questão e considerá-la cuidadosamente, a fim de evitar erros e excessos. Lembro-me como Ucrânia aprendeu sobre a prisão Kossior's. Kiev de rádio usada para iniciar seus programas assim: "This is Radio Kosior." Quando um dia o programa começou, sem mencionar Kosior, todo mundo estava bem certo de que algo tinha acontecido com ele e que ele provavelmente havia sido preso.

Assim, se hoje nós começamos a mudar os sinais em todos os lugares e para mudar as coisas, as pessoas vão pensar que esses camaradas em cuja honra das empresas dado, kolkhozes ou cidades são nomeados também conheci algumas má sorte e que também foram presos.

(Animação no corredor.)

Como é a autoridade ea importância deste ou daquele líder julgados? Com base no modo como muitas cidades, empresas industriais e fábricas, kolkhozes e sovkhoses levar seu nome. Não é sobre o tempo que eliminar essa "propriedade privada" e "nacionalizar" as fábricas, as empresas industriais, o kolkhozes eo sovkhoses? (Risos, aplausos, vozes: "Isso é certo.") Isso vai beneficiar a nossa causa. Afinal, o culto do indivíduo se manifesta também desta
forma.

Devemos, com toda a seriedade, considere a questão do culto do indivíduo. Não podemos deixar este assunto sair do partido, especialmente não para a imprensa. É por esta razão que estamos considerando aqui o Congresso em uma sessão fechada. Devemos conhecer os limites, não devemos dar munição ao inimigo, não devemos lavar nossa roupa suja diante de seus olhos. Eu acho que os delegados para o Congresso vai entender e avaliar corretamente todas estas
propostas.

(Aplausos tumultuosos.)

Camaradas! Temos que abolir o culto do indivíduo de forma decisiva, uma vez por todas, temos de tirar as conclusões adequadas relativas tanto trabalho ideológico-teórico e prático. É necessário para esse efeito:

Em primeiro lugar, de uma forma bolchevique de condenar e para erradicar o culto do indivíduo como estranhos ao marxismo-leninismo e não em consonância com os princípios da liderança do partido e as normas da vida partidária e à luta, inexoravelmente, todas as tentativas de trazer de volta a esta prática em uma forma ou de outra.

Para voltar à realidade e prática em todo o nosso trabalho ideológico das teses mais importantes da ciência marxista-leninista sobre o povo como o criador da história e como o criador de todo o material e espiritual da humanidade, sobre o papel decisivo do partido marxista na a luta revolucionária para a transformação da sociedade, sobre a vitória do comunismo.

Neste contexto, seremos forçados a fazer muito trabalho a fim de analisar criticamente do ponto de vista marxista-leninista e corrigir os pontos de vista amplamente difundido erradas relacionadas com o culto do indivíduo nos domínios da história, filosofia, economia e outras ciências , bem como na literatura e nas artes plásticas. É especialmente necessário que no futuro imediato, nós compilamos um livro sério de história do nosso Partido, que será editado em conformidade com o objetivismo marxista científica, um livro sobre a história da sociedade soviética, um livro referentes aos eventos da Guerra Civil ea Grande Guerra Patriótica.

Em segundo lugar, para continuar de forma sistemática e consistentemente o trabalho realizado pela Central do Partido Comissão durante o ano passado, um trabalho caracterizado pela observação minuciosa em todas as organizações do Partido, de baixo para cima, dos princípios leninistas de liderança do Partido, que se caracteriza, acima de tudo , pelo princípio fundamental da liderança coletiva, caracterizada pela observância das normas da vida partidária descritos nos estatutos do nosso Partido, e, finalmente, caracterizada pela prática de largura de crítica e autocrítica.

Terceiro, para restaurar completamente os princípios leninistas de democracia socialista soviético, expressa na Constituição da União Soviética, para lutar contra a obstinação das pessoas abusam do seu poder. O mal causado por atos que violem a legalidade socialista revolucionário, que se acumularam durante muito tempo como um resultado da influência negativa do culto do indivíduo tem que ser completamente corrigida.

Camaradas! O 20^o Congresso do Partido Comunista da União Soviética, tem

se manifestado com uma nova força inabalável da unidade do nosso partido, a sua coesão em torno do Comitê Central, sua vontade firme para realizar a grande tarefa de construção do comunismo.

(Aplausos tumultuosos.)

E o facto de estarmos presentes em todas as suas ramificações dos problemas básicos de superar o culto do indivíduo que é alheio ao marxismo-leninismo, assim como o problema de liquidar as suas consequências pesadas, é uma prova da grande força moral e política do nosso festa.

(Aplausos prolongados.)

Estamos absolutamente certos de que o nosso Partido, armado com as resoluções histórica do 20^o Congresso, irá liderar o povo soviético ao longo do caminho leninista para novos sucessos, para novas vitórias.

(Aplausos, tumultuoso prolongada.)

Viva a bandeira vitoriosa do nosso Partido - leninismo!

(Tumultuada, que terminou em aplausos prolongados aplausos. Todos sobem).